

ANDRÉ VASCONCELOS FERREIRA

**A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A TERRITORIALIZAÇÃO DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: O CASO
DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU (CAMPOS NOVOS – SC).**

Florianópolis
2005

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia**

André Vasconcelos Ferreira

**A Mundialização do Capital e a Territorialização do Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra: O caso do Assentamento Sepé Tiaraju (Campos Novos – SC).**

Orientadora: Prof^a Dr^a Walquíria Krüger Corrêa

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de concentração: Desenvolvimento regional e urbano

Florianópolis/SC, agosto de 2005

A Mundialização do Capital e a Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: O caso do Assentamento Sepé Tiaraju (Campos Novos – SC).

André Vasconcelos Ferreira

Coordenador: _____

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Presidente: _____

Prof^a. Dr^a. Walquíria Krüger Corrêa (UFSC)

Membro: _____

Prof^a. Dr^a. Célia Regina Vendramini (UFSC)

Membro: _____

Prof. Dr. César de David (UFSC)

Membro: _____

Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued (UFSC)

Florianópolis-SC, agosto de 2005

Aos incansáveis lutadores da comunidade do povo; com especial apreço e admiração ao amigo Manoel Aéri Ferreira.

*“Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.*

*Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente,
os homens presentes, a vida presente”.*

**“Mãos dadas”,
Carlos Drummond de Andrade.**

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os aspectos referentes à cooperação praticada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, particularmente, no Assentamento Sepé Tiaraju, a fim de compreender os elementos que o tem levado a territorializar-se no contexto da hegemonia capitalista da atualidade. O referencial teórico-metodológico que orienta esta pesquisa tem como essencial que para entender qualquer processo de territorialização é necessário situá-lo no contexto da totalidade espacial; por sua vez, observa-se que no âmbito desta universalidade, atualmente, o fenômeno dominante da mundialização do capital dá conta de que grandes capitais transnacionais reúnem as maiores vantagens para territorializar-se, enfatizando tendências históricas de concentração e centralização de capitais, além da expropriação territorial de formas tradicionais de produção, incluindo os pequenos e médios produtores rurais proletarizados. No entanto, o espaço rural brasileiro demonstra a incidência de movimentos sociais organizados em meio aos setores desprovidos de capital, como é o caso do MST e do próprio Assentamento Sepé Tiaraju, que vêm conseguindo territorializar-se no contexto da mundialização capitalista. No caso desta pesquisa, observou-se que a territorialização do MST reúne elementos de uma cooperação solidária organizada em seu benefício, que atribui ao Movimento uma maior autonomia em relação às leis gerais da acumulação capitalista. No âmbito da territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju enfatiza-se que o acesso à terra, bem como, à uma gama ampla de conhecimentos, foi realizada mediante o aporte de um intercâmbio solidariamente instituído desde o período das ocupações e dos acampamentos, passando pelos espaços das manifestações, até a atividade cotidiana do Assentamento. No que se refere à produção material do Assentamento verifica-se que os assentados produzem grande parte dos alimentos e insumos de origem agrícola dos quais necessitam, entretanto, ainda definem boa parte de suas estratégias com vistas à comercialização, principalmente, tendo como base, a produção leiteira, a qual reúne grande atenção do Movimento Sem Terra em todo o Estado de Santa Catarina. Observa-se que a produção realizada em função do autoconsumo, incluindo produtos materiais e imateriais, contribui, sobremaneira, para diminuir custos financeiros da produção leiteira, inclusive, para viabilizá-la no âmbito do mercado. Por sua vez, a escala do intercâmbio solidário realizado pelo Assentamento e pelo próprio MST é relativamente pequena se comparada à extensão da cooperação capitalista, o que impede que as forças produtivas sociais controladas solidariamente pelo Movimento tenham a mesma magnitude daquelas desenvolvidas sob o modo de produção capitalista. Neste sentido, conclui-se que a territorialização do MST, como é o caso do Assentamento Sepé Tiaraju, foi virtuosa no sentido de desenvolver uma cooperação solidária para além dos marcos da pequena produção agrícola tradicional, o que rendeu ao movimento uma maior independência e resistência em relação ao capital; ao mesmo tempo, esta territorialização encontra limites na própria capacidade do Movimento de ampliar seu intercâmbio solidário até as escalas mais amplas da cooperação social, o que condiz irremediavelmente com a necessidade de superação da hegemonia capitalista do espaço.

ABSTRACT¹

The aim of this dissertation is to analyse the characteristics relevant to the co-operation carried out by the Landless Movement in Brazil (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST) and, in particular, the Sepe Tiaraju Settlement, so as to understand the factors which have led the movement to territorialize in the context of the current capitalist hegemony. The theoretic-methodological approach which underlines this research has at its core the need to understand the process of territorialization in the context of its spatial entirety. As such, we can see that in this present universal environment, the dominant trend of capital globalisation takes into account that the large transnational capitals bring together the greatest amount of advantages to territorialize. This serves to emphasise the historical trends of centralization and concentration of capitals, as well as the territorial expropriation of traditional forms of production, including the small, working class rural producers. However, there are a large amount of organized social movements operating in sectors without capital in the Brazilian rural sphere, as in the cases of the MST and indeed the Sepé Tiaraju Settlement, that are able to territorialize themselves in the context of capitalist globalisation. In the case study of this dissertation, one can note that the territorialization of the MST brings together elements of an organized and communal co-operation, which gives the movement a greater autonomy with regard to the general rules of capitalist gain. In the territorialist environment of the Sepé Tiaraju Settlement, it is important to stress that the access to land, as well as to a broad range of knowledge, occurred through a mutually binding exchange established since the period of land occupations and settlements that influenced political demonstrations and even the everyday life of the Settlement. With regard to the production material of the Settlement, one observes that the settlers produce a large part of their food and raw materials required for self sufficiency from an agricultural base. However, they still strategize much of their production with an eye on commercial viability, principally dairy produce which always attracts great attention from the MST throughout Santa Catarina. It is possible to note that the self-sufficient produce, including material and immaterial products, contributes to lessen the financial costs of dairy produce, as well as easing (easing, aiding) the dispersion of the product into the market environment. The scale of the exchange between the Settlement and the MST is relatively small if compared to the expansion of capitalist co-operation, which does not allow for the socially productive forces controlled by the MST to have the same magnitude as those forces developed through capitalist production. In this sense, one can conclude that the territorialization of the MST, as in the case of the Sepé Tiaraju Settlement, was virtuous in the sense of developing a communal co-operation that went beyond the levels of small and traditional agricultural production. This in turn gave the movement greater independence from, and resistance to, capitalist influence. At the same time, this territorialization shows its limitations in the very ability of the MST to widen its exchange to a broader level of social co-operation, which matches the necessity to overcome the capitalist hegemony of space.

¹ Título da dissertação em inglês: Capital globalisation and territorialization of the Landless Movement in Brazil (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra): The case study of the Sepé Tiaraju settlement (Campos Novos – SC).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	p. 10
INTRODUÇÃO.....	p. 18
1. ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA NO CAMPO DA GEOGRAFIA: DA NEUTRALIDADE CIENTÍFICA À PRODUÇÃO CONTEXTUALIZADA DO CONHECIMENTO.....	p. 25
1.1. Compreender os fundamentos do método: rebuscando conceitos em contextos socioespaciais.....	p. 26
1.2. A construção dos contextos como base metodológica da pesquisa geográfica: a dinâmica do lugar no âmbito da totalidade espacial.....	p. 30
1.3. Por uma teoria da história: entre territorializações e <i>novas</i> territorializações.....	p. 35
1.4. Uma estratégia metodológica: em benefício da emancipação social.....	p. 38
2. ASPECTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL: A MODERNIZAÇÃO EXCLUDENTE, SEUS IDEÓLOGOS E AS CONSEQÜÊNCIAS DA SUA INCIDÊNCIA SOBRE O ESPAÇO RURAL BRASILEIRO.....	p. 45
2.1. O modo burguês de territorialização: desenvolvimento e contradições.....	p. 46
2.2. O Camponês e a territorialização do capital.....	p. 55
2.3. A territorialização do capital e a constituição ideológica em seu favor.....	p. 61
2.4. Mundialização capitalista e redefinições no uso do território: o espaço rural brasileiro a partir do final do século XX.....	p. 72
3. A TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA: DEPENDÊNCIA BURGUESA E A AUTONOMIA CONSTRUÍDA.....	p. 94
3.1. Disputas e alianças no processo de constituição do MST.....	p. 94
3.2. As ocupações de terra e os acampamentos do MST: espaços constituídos pela rebeldia proletária.....	p. 104
3.3. As marchas e manifestações do MST: o poder de ações solidárias e a dependência burguesa.....	p. 115

3.4. Os assentamentos do MST: embates simbólicos e materiais no contexto de influência do capital..... p. 122

4. A TERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU: COOPERAÇÃO, LIMITES E POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DA HEGEMONIA CAPITALISTA..... p. 141

4.1. Breve caracterização do lugar onde se localiza o Assentamento Sepé Tiaraju: a localidade se constituindo em meio ao movimento do todo..... p. 142

4.2. A formação do Assentamento Sepé Tiaraju..... p. 148

4.3 O espaço produzido pelo Assentamento Sepé Tiaraju e sua territorialização: trabalho cooperado, limites e possibilidades de autonomia..... p. 157

4.4. A auto-superação do camponês proletário: o caso do Assentamento Sepé Tiaraju..... p. 183

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... p. 196

REFERÊNCIAS..... p. 203

ANEXO 01 FOTOS..... p. 212

ANEXO 02 ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO SEPÉ TIARAJU..... p. 222

ANEXO 03 REGIMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO SEPÉ TIARAJU..... p. 227

ANEXO 04 PRODUTO SÍNTESE DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO PARA OS ASSENTAMENTOS DE SANTA CATARINA..... p. 232

ANEXO 05 MATRIZ DE PROPOSTAS DE AÇÕES DAS BRIGADAS DO MST/SC..... p. 259

APRESENTAÇÃO

Este trabalho de pesquisa é parte sistematizada de uma reflexão coletiva que inclui uma ampla rede de informações cuja escala se realiza no todo do espaço geográfico. A participação do autor neste processo de sistematização do conhecimento é uma condição necessária, embora o mesmo não seja uma existência autônoma em relação à sociedade, do mesmo modo que sua atividade não se encontra à revelia do processo global de produção e cooperação social. Esta apresentação, por seu turno, pretende situar esta atividade científica no contexto da dinâmica espacial e da cooperação geral em que participa a sociedade.

No que toca ao processo de construção do conhecimento científico, entende-se o mesmo como uma atividade cooperada específica; no entanto, torna-se fundamental situar analiticamente o movimento da cooperação científica e tomá-lo como um referencial que, por estar indissociavelmente ligado ao conjunto do intercâmbio social, demanda relacionar diferentes escalas da cooperação socioespacial. A partir de diversas escalas de cooperação, no horizonte do modo de produção e reprodução do espaço, pode-se abordar qualitativamente o conteúdo da cooperação e das formas de intercâmbio que conformam a atividade humana (no contexto da atividade espacial), desde as formas hegemônicas, que se podem periodizar sucessivamente, até as formas resistentes, que podem ser formas de intercâmbio remanescentes de modos de produção anteriores, cuja lógica subsiste no contexto de dominação do capitalismo, mas que, na perspectiva de se renovarem, reúnem potencial de subversão da hegemonia em curso.

Em se tratando dos dias atuais, é importante observar como se desenvolvem as formas de apropriação e intercâmbio de conhecimento, incluindo o papel de agentes e instituições privadas e públicas, num período histórico no qual as relações de intercâmbio e de propriedade burguesas alcançaram uma condição bastante desenvolvida, no âmbito da chamada globalização. Isso também torna desenvolvidas as contradições do capitalismo num nível superior, donde resultam crises na produção da vida humana, cujo aspecto essencial refere-se ao aumento das desigualdades no

acesso ao produto social e esgotamento dos recursos naturais que não são utilizados com base num planejamento que contemple a sua reprodução. Tais limitações desafiam a sociedade a reconstituir relações orientadas por outra lógica, a fim de que não estejam sujeitas às mesmas contradições das formas de relações capitalistas, sendo capazes de atender num patamar superior as expectativas quanto à qualidade de vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Destaca-se o compromisso assumido nesta pesquisa com a construção de um conhecimento que seja transformador, inovador, crítico e que, portanto, seja capaz de contribuir com a superação das limitações oriundas do modo de produção capitalista dominante em favor da hegemonia de formas emancipadas de cooperação social.

Neste sentido, é preciso distinguir espacialmente as ações e relações que resultam das contradições do modo de produção capitalista. Na evolução atual do processo de desenvolvimento capitalista, é possível identificar resultantes em variados sentidos. Há, por um lado, forças que atuam no sentido de conseguirem impor um alinhamento ainda maior da sociedade aos interesses do capital, apesar de que qualquer forma de integração ao mercado mundial está, necessariamente, numa condição subordinada à hegemonia dos interesses privados de um pequeno e cada vez menor grupo de agentes capitalistas que atuam em escalas transnacionais. Em particular, os grandes agentes financeiros apropriam-se com taxas crescentes dos maiores volumes da mais-valia socialmente produzida, controlando, hegemonicamente, as ações socioespaciais por meio de empréstimos e fluxos de investimentos. Numa outra perspectiva, as ações podem reforçar a resistência de relações de intercâmbio não-capitalistas e, mesmo, supor a superação da hegemonia dos interesses de reprodução das relações burguesas de produção, que são estritamente motivadas por interesses privados, egoístas.

No campo geral da produção do conhecimento, que pode ser considerado um território em disputa, é possível evidenciar as ações dos diferentes agentes por meio do acesso de que dispõem de uso do referido território. No que se refere ao horizonte mais imediato de realização desta pesquisa, cabe evidenciar que as universidades brasileiras também refletem o conteúdo dos conflitos gerais em torno da apropriação do conhecimento. Há de se ressaltar o fato de que o conhecimento científico alçou a

categoria de fundamento essencial da produção material, de modo que o território desta produção encontra-se particularmente visado.

É possível, por exemplo, identificar que as ações que prezam pela privatização das universidades públicas no Brasil expressam os interesses da territorialização capitalista, que se dá pelo aumento da hegemonia das formas burguesas de propriedade e intercâmbio. Argumenta-se que esta é uma forma de responder à crise de financiamento estatal (sintoma de uma crise mais ampla de financiamento, que se generaliza a cada movimento de concentração e centralização dos capitais); entretanto, os agentes do capital receitam uma dosagem ainda maior do intercâmbio capitalista, remédio cuja ação tem gerado os tais efeitos colaterais. Conta em favor da tendência de privatização a imensa dependência social em relação ao mercado capitalista, cujo pressuposto da propriedade privada impõe que tudo necessita ter um dono para que possa circular, sendo trocado como mercadoria. Por outro lado, aumenta a quantidade, absoluta e relativamente, dos setores sociais que, cada vez mais, podem pagar menos pelas mercadorias que lhes são oferecidas, mas que, entretanto, também reivindicam acesso à produção social do conhecimento, como também de outros produtos constituídos por obra da cooperação social.

Além disso, se percebe que alguns destes setores proletarizados passam a se organizar em torno das suas carências de vida, em particular, aquelas impostas pela acumulação e territorialização do capital concentrado. Este é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que tomamos como objeto² de pesquisa, e de muitos outros movimentos sociais, entre os quais Indígenas, Seringueiros, Remanescentes de Quilombos, Quebradeiras de Coco-Babaçu, Atingidos por Barragens, Pequenos Agricultores, Movimentos de Mulheres, Sem Teto..., para se ter uma idéia de alguns dos mais importantes movimentos sociais organizados com atuação no território brasileiro.

Esses movimentos sociais compartilham reivindicações em torno do acesso ao produto social que lhes vem sendo negado; portanto, organizam-se a partir de necessidades que não podem ser supridas nos marcos das relações burguesas, pois o

² Destaca-se que o termo objeto é, aqui, tomado como um objeto ativo do sistema de objetos e ações.

mercado não lhes permite outra forma de inserção social que não a troca de bens privados; como, então, recorrer ao mercado no momento em que um processo de falência estrutural coloca uma massa cada vez maior de indivíduos numa situação onde nem mesmo pela venda da força de trabalho lhes é possível acumular os recursos necessários para a sua reprodução?

Este é o drama dos trabalhadores rurais proletarizados que se põem em luta pela terra. E o mesmo se dá em relação à produção do conhecimento. Como cobrar pagamento pelos produtos científicos num contexto de perda do poder aquisitivo da maior parte das pessoas, onde a circulação de dinheiro se realiza em circuitos cada vez mais restritos? A persistir essa tendência de privatização do conhecimento, se estará reservando o mais importante meio de produção da atualidade a um setor cada vez mais reduzido da sociedade. Assim, estará se dando mais um passo na direção de uma dependência ainda maior da existência social em relação aos grandes agentes capitalistas, o que deverá acirrar ainda mais as contradições e o sofrimento que resultam da estrutura expropriatória do capital.

Cabe enfatizar que a intenção de estudar um Assentamento do MST significa, sobretudo, criar um canal de diálogo com este movimento social, reconhecendo o papel ativo de pesquisador e pesquisado neste processo de construção do conhecimento (CARDOSO, 1988). A curiosidade em torno de tal objeto de pesquisa justifica-se em função das formas de cooperação e intercâmbio realizadas pelos Sem Terra, no seu esforço de territorialização, pretendendo resistir à expropriação mercantil, o que poderá ter êxito na medida em que os mesmos sejam capazes de pôr em movimento formas de cooperação não dependentes e desenvolvidas em relação à cooperação capitalista.

O diálogo tem, nesta pesquisa, um fôlego e uma energia que se articulam com a biografia do pesquisador, em vista do pesquisado (OLIVEIRA, 1998). Pode-se dizer que ambos estão em busca de formas superiores de produção da vida, o que representa uma motivação real e existencial para o trabalho de pesquisa. Há de se ressaltar a pretensão do pesquisador de utilizar uma metodologia de pesquisa sintonizada com os objetivos gerais de transformação socioespacial geral que se pretende realizar, no sentido do aprimoramento das formas de cooperação e intercâmbio pertinentes à

pesquisa, no contexto da mais ampla cooperação em que participa a sociedade. Com isso, se requer apresentar uma referência dos procedimentos utilizados na atividade.

Primeiramente, destaca-se a forma solidária com que se buscou realizar os diversos momentos desta atividade de pesquisa. Neste aspecto, há de se salientar uma diferença essencial entre uma relação mercantil, onde os interesses estritamente individuais são os únicos a serem considerados, e uma relação solidária, na qual o intercâmbio está presente ainda que os interesses individuais não estejam colocados acima de tudo, inclusive da própria relação. A solidariedade de que se fala caracteriza o intercâmbio social quando se verifica que prevalece na relação o interesse comum dos seus participantes. Esta lógica, por sua vez, vai na contramão da influência privatista que se afirma com a territorialização do capital. E, por isso mesmo, se fortalece a partir das contradições que negam o capitalismo, sendo, inclusive, admitida como uma das tendências surgidas a partir do processo de proletarianização levado a cabo por este modo de produção dominante, pois o fato é que, excluídas do mercado, as pessoas tendem, entre outras coisas, a se ajudarem mais e a definirem, por vezes, objetivos altruístas e comunitários.

No caso desta pesquisa, o referido intercâmbio solidário foi essencial e por demais influenciou na sua construção. Os espaços de diálogo vividos historicamente, em sala de aula com professores e estudantes, com amigos e familiares, ou com os próprios participantes do Movimento Sem Terra e com os livros, foram os principais meios de acesso ao conhecimento. É, portanto, fundamental que sejam destinados não apenas agradecimentos, mas, sobretudo, homenagens aos que cooperaram solidariamente para a construção desta pesquisa e para a própria existência do pesquisador. Sendo assim, merecem mais que agradecimentos os pais do pesquisador, Assuéro e Neusa, que pela educação e convívio democráticos os mesmos continuam sendo a mais importante referência de aprendizado; os irmãos, Régis e Marisa, além da Monique e do Gabriel, que foram, fundamentalmente, carinhosos e abertos ao diálogo, para não dizer essenciais; os professores e demais mestres, com especial menção aos que muito atenciosamente se dispuseram a participar das bancas de qualificação: Prof^ª. Dr^ª. Leila C. Dias (UFSC) e Prof^ª. Dr^ª. Bernadete W. Aued (UFSC); e dissertação: Prof^ª. Dr^ª. Célia R. Vendramini (UFSC); Prof. Dr. César de David (UFSC) e Prof. Dr. Idaleto M.

Aued (UFSC); e à Prof^a. Dr^a. Walquíria K. Corrêa, orientadora desta pesquisa, a qual disponibilizou uma inestimável dedicação no intuito de aprimorá-la; os estudantes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, com os quais foi possível avançar na discussão teórica e na experiência de formas inovadoras de cooperação, especialmente, os companheiros da Revista Discente Expressões Geográficas; os servidores da Universidade, em particular, representados na pessoa da Sra. Marli Costa; os funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Santa Catarina (INCRA/SC), os quais agradeço em nome da Sra. Lea Conder, que se dispuseram a ceder informações relevantes sobre o Assentamento Sepé Tiaraju; os amigos, dentre os quais merecem destaque o João, a Liana, o Márcio e a Célia, pela ajuda crucial nos momentos mais difíceis desta empreitada; e demais familiares; os integrantes do MST e, singularmente, os assentados do Sepé Tiaraju; finalmente, todos os que lutam pelos interesses comuns do povo; embora não citados nominalmente, estão todos guardados com imenso carinho na lembrança do convívio solidário realizado entre nós.

Para além dos referidos colaboradores, há de se admitir que uma infinidade de outros indivíduos tenha contribuído com a consecução desta atividade de pesquisa, haja vista a cooperação geral em que está inserido o pesquisador, no âmbito da qual é construída a sua existência. Por isso, não resta dúvida quanto ao fato de que esta pesquisa tenha sido construída em cooperação, ainda que tenha ficado ao cargo de um único indivíduo redigir, de modo articulado, um sistema de idéias assimilado neste processo coletivamente vivido.

No entanto, é necessário retomar a discussão acerca do conteúdo qualitativo de tal cooperação, já que, ao contrário dos espaços de diálogo onde se realizou o intercâmbio das idéias e representações que resultaram no conteúdo deste texto, a maior parte do intercâmbio que garantiu a existência do pesquisador se deu na relação com as empresas capitalistas no mercado. Demandaram, portanto, valores de troca, na forma de dinheiro ou noutra forma de contrapartida imediata. No sentido dos que colaboraram financeiramente com a realização da pesquisa, devem ser contemplados com agradecimentos, especialmente, o CNPq, que, concedendo uma bolsa de estudos ao pesquisador, muito contribuiu para a possibilidade de sua existência em Santa Catarina; a UFSC, por toda a infra-estrutura e demais recursos disponibilizados para a

formação acadêmica; enfim, toda a sociedade que constrói e financia as instituições acima citadas.

Ainda sobre a construção metodológica, há um aspecto biográfico a ser ressaltado. Trata-se da influência exercida por um processo migratório recente na vida deste pesquisador que, ao sair da sua terra natal, o Ceará, passou a morar em Santa Catarina, quase exatamente no período que vai do processo de seleção do Mestrado em Geografia da UFSC, em novembro de 2002, aos dias atuais.

Milton Santos, em *A Natureza do Espaço* (2002), reconhece no migrante uma particularidade que se refere ao seu estado de alerta para com a vida, em função das formas culturais inéditas com as quais se depara e da necessidade que se lhe coloca de compreender tudo aquilo que lhe desperta a atenção e articular com o quadro geral da sua visão de mundo. E ao se reconhecer neste sujeito migrante, o referido pesquisador buscou conscientemente estar atento a tudo o que lhe permitisse sistematizar as novas informações sensitivas, incluindo aquelas que o processo migratório lhe colocou, que resultaram numa nova condição de vida doméstica, familiar e comunitária; num novo circuito de amizades, em diversos níveis; num novo ambiente profissional, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC; numa nova área do conhecimento, já que sua formação se deu no curso de Ciências Econômicas; numa nova paisagem, enfim, numa nova geografia vivida. Mais que isso, a condição de migrante deu ao pesquisador uma nova atitude, ao mesmo tempo aberta para descobrir aspectos culturais diferenciados e curiosa por aprender mais sobre tudo o que a nova realidade lhe apresentava.

Há de se ressaltar o fato de que é, ainda, recente a trajetória temporal do pesquisador em relação ao ofício que, por ora, se lhe é concedido, período no qual o processo de aprender a fazer uma pesquisa demandou questionamentos acerca do método de pesquisa e, mesmo, qual a relação deste com outros métodos; por exemplo, os métodos históricos de cooperação dos indivíduos. É claro que isso não se deu por acaso, mas resultou de intercâmbios específicos, ao lado de sujeitos históricos específicos, em experiências vividas cotidianamente que resultaram na construção da subjetividade deste autor, que o influenciaram a buscar uma reflexão permanente sobre

a metodologia da pesquisa e, dessa forma, tornaram a trajetória metodológica uma consequência e um reflexo de um aprendizado constante que, por sua vez, está sempre se transformando com o decorrer do processo histórico de produção do conhecimento.

Neste ponto, é preciso salientar que, embora seja de importância crucial a redação final deste trabalho de pesquisa, sua relevância não dá conta do papel que esta atividade teve, durante todo o processo de sua realização, ao impulsionar tantos intercâmbios e tanto aprendizado aos que, direta e indiretamente, com ela se relacionaram. Já o envolvimento desta pesquisa com o MST contemplou a ânsia do pesquisador por um diálogo buscado, conscientemente, como forma de aprimoramento da reflexão que se faz na sociedade sobre formas inovadoras de cooperação, em vista de uma requerida emancipação social.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo geral a compreensão dos elementos da cooperação praticada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em particular, pelos integrantes do Assentamento Sepé Tiaraju, que os tem levado a territorializar-se no contexto da mundialização capitalista. Há de se ressaltar a presente hegemonia do processo de territorialização mundializada do capital que influencia, sobremaneira, a dinâmica da questão territorial rural brasileira e, por sua vez, inibe a territorialização dos agentes menos dotados de capital por meio da sua expropriação.

A questão central da pesquisa surge, portanto, com o intuito de compreender uma situação geográfica na qual um conjunto de indivíduos proletarizados consegue se territorializar, ainda que se relacionando com os efeitos expropriatórios da mundialização do capital. É intrigante, neste sentido, observar que a norma majoritariamente exercida pela dominação capitalista pressupõe que se detenham grandes volumes de capital para que se atinja poder de territorialização, como demonstra o impulso recente dos grandes investimentos de capital no país, que se traduzem no agronegócio. Enquanto Daí, se questiona a realidade sobre os elementos responsáveis pela territorialização de um grupo de Sem Terra, em princípio, desprovido de qualquer volume significativo de capital, que, entretanto, galgou territorializar-se no contexto de hegemonia dos grandes capitais do planeta.

Veja-se, que, a definição do objeto a ser pesquisado e da questão central da pesquisa referem-se a um aspecto da realidade, embora as representações que foram sistematizadas sob a inspiração deste não sejam o próprio fenômeno real e, ainda que sejam reais, o são enquanto representações do mesmo. Com isso, pretende-se evidenciar que qualquer discurso contempla também um caráter subjetivo, que se constrói no âmbito da singularidade vivida pelo sujeito do discurso; por isso, se faz necessário entender como o discurso do pesquisador se relaciona com o contexto no qual o próprio se relaciona com o objeto, já que, metodologicamente, cada representação acerca de um objeto de pesquisa refere-se a um método de construção teórica do próprio objeto e da realidade em que o mesmo está inserido.

Verificando, por exemplo, a polêmica que dividiu o idealismo hegeliano e o materialismo histórico, proposto por Marx e Engels, se pode verificar o quanto podem variar certas concepções históricas, que, por sua vez, tendem a polarizar os pesquisadores quanto aos procedimentos necessários à construção do conhecimento.³

Este estudo, portanto, pretende contemplar, além de aspectos descritivos e analíticos do objeto de pesquisa em suas particularidades, também, o contexto socioespacial em que pesquisador e pesquisado interagem. Neste sentido, há de se ressaltar os principais condicionantes das ações destes agentes, a fim de subsidiar o próprio conhecimento destas ações. Além disso, ao compreender como se relacionam pesquisa e pesquisador no contexto desta relação no espaço, em meio às condições materiais presentes e às formas de consciência surgidas no contexto, se está situando sujeito e objeto de pesquisa numa mesma condição de existência, onde, para além da função exercida por cada um no âmbito da pesquisa, um como pesquisador e o outro como pesquisado, estes agentes se destacam enquanto membros de uma cooperação que produz o espaço e os próprios territórios; e tendo algo em comum, têm, também, acerca do que dialogar. A pesquisa, por esta via, assume seu intuito de ser motivação para um diálogo e para uma transformação dos diversos agentes envolvidos com o seu processo de construção.

Este texto, por sua vez, assume um duplo desafio, por demais necessário, que é produzir um sistema de idéias e conceitos capaz de representar a cooperação exercida pelos assentados do Sepé Tiaraju na sua territorialização e, além disso, teorizar sobre a cooperação exercida em meio à totalidade espacial, incluindo o intercâmbio dos assentados com outros agentes espaciais, tudo isso em meio à consideração dos elementos teórico-metodológicos que orientam a construção do objeto em suas relações socioespaciais.

³ Se para a vertente idealista a história é determinada pelo pensamento e o mesmo se mostra autônomo em relação à materialidade, neste caso, há de se perceber a necessidade de conhecer o acontecer histórico a partir das manifestações da consciência observadas no decorrer de cada época. Já o materialismo histórico enfatiza que se deve olhar a história a partir da *praxis* (materialidade na qual os seres humanos constroem sua existência), por advogar que as idéias são dependentes dessa história material. Ressalta-se que estas divergências teóricas trazem consigo importantes diferenças metodológicas, seja na definição do objeto de pesquisa ou mesmo no que diz respeito à intencionalidade da ciência (enquanto os primeiros pretendem criticar a consciência para assim transformar a realidade, os segundos afirmam ser necessário conhecer a realidade a fim de revolucioná-la, pois por este meio a própria consciência estaria sendo alterada).

Para tanto, se cumpriram objetivos específicos que foram supridos com a construção dos capítulos; com relação ao primeiro, afirma-se um objetivo que inclui a discussão dos parâmetros conceituais da pesquisa, particularmente, na área de produção do conhecimento geográfico. É interessante destacar que neste capítulo se discute a necessidade de contextualizar os objetos de estudo da Geografia; no caso, ocorre um questionamento da visão compartimentada da realidade, instituída com a especialização da ciência moderna. Observa-se a importância da contribuição de Milton Santos na construção teórico-metodológica da Geografia; sua reflexão afirma que se deve “*partir da totalidade concreta [...] a fim de examinar as relações efetivas entre o mundo e os lugares*” (SANTOS, 2002, p. 115).

É como realizar o trajeto universal → particular → vice-versa, a fim de analisar a relação dos eventos locais com os acontecimentos globais, incluindo suas tendências dominantes; especificamente, Santos analisa o espaço geográfico com base no fenômeno técnico que se desenvolve historicamente e que deve ser estudado no âmbito da cooperação que produz a história. Neste sentido, Santos aproxima a Geografia do materialismo histórico, na perspectiva de enriquecê-lo, por exemplo, com a discussão das formas, das funções, das estruturas e dos processos históricos, os quais Santos relaciona indissociavelmente, do mesmo modo que se relacionam sistemas de ações e objetos no contexto do espaço.

Em múltiplas escalas de construção da realidade, Santos observa centralmente o *uso do território* e os parâmetros para estudar o território usado, com ênfase no sistema técnico, expressão dos modos de produção social que, conforme a teoria da história que se pretende evidenciar, evoluem, se desenvolvem e podem ser subvertidos, conforme se efetive a capacidade humana de construir conscientemente e através das suas ações sua própria história. Neste sentido, serão consideradas as noções de verticalidades e horizontalidades, enquanto expressões das relações de intercâmbio, conforme elas se apresentam no território. Particularmente, essa discussão abre boa margem para identificar no uso do território as ações dos diferentes agentes e das formas de cooperação e intercâmbio sociais, desde as hegemônicas, representadas pelas verticalidades a transportar normas egoístas modificando a vida nos lugares com base na hierarquia da propriedade privada, até formas e estruturas de cooperação não-

hegemônicas, as horizontalidades, cujo caráter solidário aponta para relações emancipadas de intercâmbio e propriedade.

Há de se ressaltar, conforme ficará evidente, que, embora se tenha optado por reunir a discussão metodológica da pesquisa em um único capítulo, será possível encontrá-la, também, nas entrelinhas dos capítulos subseqüentes, conforme surja a necessidade de enfatizar algum aspecto específico da metodologia. Esta opção justifica-se em meio à compreensão de que métodos e teorias estão indissociavelmente relacionados no contexto da própria dinâmica socioespacial. Ambos serão, portanto, evidenciados, destacando-se que se determinam mutuamente na produção do espaço e que, sendo a produção de conhecimento dada pela compreensão dos processos e relações nas quais são percebidos os fenômenos, deve-se incluir uma análise das relações de tais fenômenos com o próprio processo de produção do conhecimento.

Cabe aqui enfatizar que a intenção geral da pesquisa de discutir a territorialização dos Assentados do Sepé Tiaraju e do próprio MST, relacionando-a com o contexto da questão agrária brasileira e do espaço total, onde predominam as ações comandadas pela mundialização capitalista, expressa a orientação metodológica inicial, que apresenta as noções de totalidade e singularidade, dos modos de produção do espaço e dos usos do território, bem como da concepção de história que se está constituindo.

O segundo capítulo, por seu turno, contemplará discutir como se territorializam as verticalidades que, no caso, são tomadas como territorialização do próprio modo de produção hegemônico; no intuito de compreender a questão relacionada com o uso territorial rural no Brasil, questionam-se os fundamentos da territorialização do capital, incluindo as ações de ideólogos burgueses para a referida territorialização, para, então, ter acesso às nuances empíricas da disputa territorial, expressa pelo conteúdo da questão agrária nacional.

Destaca-se, o processo de expropriação promovido pelo capital concentrado que neste momento avança com grande intensidade no espaço rural brasileiro beneficiando-se da cooperação ampliada de trabalhadores assalariados e dos custos inferiores que ela proporciona ao capital. No mais, se estará enfatizando - além do processo

dominante de territorialização do capital na atualidade, incluindo a ideologia produzida em seu favor -, também os sintomas das contradições deste sistema econômico, precisamente o desemprego e a maior exploração que os capitalistas barganham neste processo de intensa concorrência do mercado de trabalho. Mais propriamente relacionadas com o espaço rural brasileiro são as formas sociais contestatórias, organizadas, surgidas durante o processo de construção socioespacial rural, que, entretanto, referem-se a uma realidade muito mais ampla que inclui, por exemplo, o desemprego crescente também nos centros urbanos. Neste caso, observam-se também as propostas de desenvolvimento dos movimentos de trabalhadores rurais da atualidade, expressas na Carta da Terra⁴.

Já o terceiro capítulo, no qual é abordada a territorialização do Movimento Sem Terra, discute-se desde o surgimento deste Movimento relacionado com o contexto da modernização agrícola excludente, cujo fundamento da Revolução Verde buscou aprofundar a dependência dos agricultores ao mercado mundial de insumos e de distribuição de produtos agrícolas beneficiados. Ressalta-se, ainda, a influência de movimentos sociais não-hegemônicos no contexto histórico que originou o MST. Destacam-se os movimentos camponeses em favor da Reforma Agrária, passando por sua constituição presente e passada, no Brasil e no Mundo; a influência dos movimentos socialistas, inclusive, materializados em experiências históricas de cooperação agrícola e não-agrícola; os movimentos ecologistas, chegados ao Brasil, principalmente, por intermédio de Organizações Não-Governamentais (ONGs); e, também, o movimento progressista da Igreja Católica, cuja organização em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na própria Comissão Pastoral da Terra (CPT), se apresentam com grande importância na constituição do MST.⁵

No mesmo capítulo, observa-se ainda o subsistema técnico do MST, caracterizado, basicamente, pelas estruturas de cooperação do Movimento, incluindo análises das relações de intercâmbio estabelecidas pelos Sem Terra no âmbito das

⁴ Documento assinado em abril de 2003, que reúne pontos de consenso entre as propostas de políticas públicas defendidas pelos movimentos sociais reunidos no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.

⁵ Sobre as CEBs e o movimento progressista da Igreja Católica na América Latina, ver Betto (1981).

suas atividades de luta e reprodução social, particularmente, nos acampamentos, nas marchas e manifestações e nos assentamentos, onde se analisam as relações amplamente estabelecidas pelos integrantes do Movimento, especialmente, constituindo os mecanismos de cooperação que envolvem os próprios Sem Terra, mas também outros agentes com os quais se relacionam, como órgãos de governo, empresas privadas, além de diversos movimentos sociais. Enfatizam-se, por fim, as estratégias de territorialização do Movimento Sem Terra, contando com a análise do Documento Síntese do Seminário de Planejamento do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST/SC (Anexo 04), realizado entre os dias 17 e 20 de setembro de 2004. As ações propostas para cada brigada do MST/SC foram sumarizadas numa matriz que é apresentada no anexo 05.

Enquanto isso, no quarto capítulo, chega-se ao objeto mais imediato da pesquisa, começando por situar espacialmente os elos que refletem a localização do Assentamento Sepé Tiaraju, a partir do município de Campos Novos/SC. Pela abordagem das formas de cooperação e intercâmbio praticadas pelos Assentados do Sepé Tiaraju, cotejadas em meio às propostas organizativas do coletivo do Assentamento, conforme definidas pelo Estatuto e Regimento Interno da Associação dos Agricultores Rurais Sem Terra do Assentamento Sepé Tiaraju (Anexos 02 e 03) e pelos depoimentos obtidos junto aos Assentados, se requer considerar as múltiplas escalas nas quais se realiza a cooperação do coletivo assentado, que, inclusive, não se restringe às escalas restritas aos membros do próprio Assentamento, mas que também inclui outros indivíduos sociais e, por que não dizer, variados agentes não-humanos da natureza. Com este intuito, destacam-se as análises das instâncias coletivas de decisão e cooperação dos Assentados do Sepé Tiaraju, com ênfase na discussão das formas deliberativas do Assentamento, passando pela assembléia geral e núcleos de base dos Assentados; observam-se, ainda, as atividades dos quatro setores de trabalho do Assentamento Sepé Tiaraju e dos Conselhos Social e de Direção, bem como as relações de intercâmbio estabelecidas no âmbito da territorialização deste Assentamento, que respondem, inclusive, por uma maior ou menor dependência da reprodução dos assentados em relação ao processo expropriatório da territorialização do capital.

Com isso, haverá de se aprofundar, particularmente, a discussão da cooperação e do intercâmbio, particularmente, relacionada com a discussão teórica e histórica acerca da cooperação agrícola realizada sob inspiração dos movimentos socialistas, para que se possa analisar as circunstâncias da territorialização das formas de intercâmbio e cooperação empreendidas pelos assentados do Sepé Tiaraju em vista de uma possível autonomia da territorialização do Assentamento.

Já nas considerações finais, pretende-se contemplar o objetivo de produção do conhecimento relacionado com a questão central da pesquisa, a qual almeja evidenciar os elementos reunidos na cooperação dos assentados que respondem pelo fenômeno da sua territorialização, relacionando, contudo, as considerações teóricas referentes ao estudo de caso proposto com o próprio conteúdo metodológico expresso na pesquisa. Conforme se observa, as ações capitaneadas por formas de cooperação solidária representam a grande energia do Movimento Sem Terra e do próprio Assentamento Sepé Tiaraju, as quais concorrem com a territorialização capitalista que se lhes opõem em função do interesse egoísta que rege a lógica de reprodução do capital. Neste sentido, ganha força a discussão da emancipação das formas de cooperação solidária em relação ao sistema hegemônico do capital e entra em cena, definitivamente, a discussão do caráter emancipatório do movimento de territorialização dos Sem Terra.

1. ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA NO CAMPO DA GEOGRAFIA: DA NEUTRALIDADE CIENTÍFICA À PRODUÇÃO CONTEXTUALIZADA DO CONHECIMENTO

A proposta deste capítulo é realizar uma abordagem acerca da metodologia construída no âmbito desta pesquisa, particularmente, situada no campo da Geografia. Para tanto, evidencia-se a necessidade de que tal reflexão, extrapolando uma referência aos procedimentos técnicos imediatamente utilizados na pesquisa, seja capaz de elucidar a escolha do referido instrumental metodológico a partir da análise dos fundamentos teóricos do pesquisador, concebidos mediante os parâmetros conceituais utilizados na pesquisa, que serão mais bem explicitados no contexto socioespacial de sua construção, a fim de que sejam evidenciados os interesses sociais em jogo, bem como a intencionalidade histórica daí resultante.⁶

Neste sentido, destacam-se as análises de bases conceituais referentes ao entendimento da relação entre o local e o global ou, melhor dizendo, entre a singularidade do lugar e o contexto da totalidade espacial no qual se constrói sua dinâmica; também, o entendimento acerca da noção de território que, por sua vez, haverá de resultar na discussão sobre a idéia de territorialização; e da própria teorização sobre a história, com base na qual se pretende situar uma compreensão acerca dos processos de transformação socioespacial.

Nessa trajetória, busca-se, ainda, enfatizar o aspecto subjetivo envolvido na pesquisa científica, além da necessidade de explicitação da metodologia utilizada pelo pesquisador, tendo em vista os fatores condicionantes das subjetividades envolvidas no processo de produção do conhecimento. Além disso, destaca-se a construção metodológica realizada no campo da Geografia, particularmente, a influência de Milton Santos, que servirá como base fundamental desta pesquisa, ressaltando-se a intenção

⁶ Conforme argumenta Oliveira (1998, p. 21), “método envolve, sim, técnicas que devem estar sintonizadas com aquilo que se propõe; mas, além disso, diz respeito a fundamentos e processos, nos quais se apóia a reflexão”.

deste autor de constituir um referencial teórico capaz de servir, conforme sua coerência metodológica, aos objetivos de transformação do modo de produção do espaço.

1.1. COMPREENDER OS FUNDAMENTOS DO MÉTODO: REBUSCANDO CONCEITOS EM CONTEXTOS SOCIOESPACIAIS

A primeira observação relacionada ao tema proposto refere-se ao questionamento da pretensa neutralidade do método de construção do conhecimento, pretensão esta fundante do paradigma moderno de fazer ciência. A atualidade põe em pauta a discussão acerca da construção do conhecimento científico caracterizando um cenário de crise do paradigma da Ciência Moderna, predominante até meados do século XX, e de emergência de marcos teórico-metodológicos contraditórios àquela, principalmente decorrentes das necessidades específicas das ciências humanas.

Sobre esse debate, Triviños (1987, p. 36) considera que *“[...] este conhecimento [positivista] objetivo do dado, alheio a qualquer traço de subjetividade, eliminou qualquer perspectiva de colocar a busca científica ao serviço das necessidades humanas, para resolver problemas práticos”*.

Fundamentados nessa crítica à neutralidade do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo, considera-se que qualquer pesquisa, seja ela em que área for, envolve um modo de conhecer, bem como de representar, um determinado aspecto da realidade, modo que pode variar imensamente em função do entendimento teórico de cada pesquisador. No entanto, a definição da metodologia de pesquisa e dos fatores que levaram à opção por ela (e não por outras) nem sempre está devidamente explicitada nos textos acadêmicos.

Mas, o que afirma a necessidade de explicitá-los? Provavelmente, a intenção de situar a pesquisa no contexto socioespacial em que a mesma foi produzida; afinal de contas, está se considerando, aqui, que a subjetividade do observador também está refletida nos resultados da produção do conhecimento. É preciso reconhecer que a

observação é sempre carregada de teoria e que, portanto, um objeto de pesquisa é sempre construído sob a influência da formação teórica do pesquisador, que se refere às experiências (bibliográficas ou não) por ele vividas historicamente. Sobre isso, Santos (2002, p. 19) chega a dizer que “[...] *falar em objeto sem falar em método pode ser apenas o anúncio de um problema, sem, todavia, enunciá-lo*”.

Ao lançar mão de um método de pesquisa, se está implicitamente admitindo, entre outras coisas, um caráter específico do acontecer histórico, uma concepção acerca do objeto pesquisado, bem como uma determinada intencionalidade do pesquisador. Por sua vez, ocultar tal contexto de formação da posição do pesquisador pode ser um convite a uma percepção absolutizada do objeto de pesquisa, visto que, ao desprover o observador de sua história, corre-se o risco de conceber suas representações acerca da realidade como a própria verdade histórica. De outro modo, ao situá-lo teórico-metodologicamente, se pode enfatizar que sua consciência foi formada num determinado contexto socioespacial, que resultou numa apreensão teórica específica e que, portanto, os resultados da pesquisa refletem tais condicionamentos.

Nessa direção, Bourdieu (2000, p. 111) afirma que “[...] *não é possível dispensar [...] uma análise da relação entre a lógica da ciência e a lógica da prática*”. O referido autor defende a necessidade de “*submeter os instrumentos de uso mais comum nas ciências sociais a uma crítica epistemológica alicerçada na história social da sua gênese e da sua utilização*” (Op. cit., p. 107).

Esta mesma afirmação é tomada a fim de reconhecer a necessidade de apreender, também, os *objetos* de pesquisa das ciências humanas em sua historicidade. Implica reconhecer que os indivíduos (ou grupos sociais) estudados são também sujeitos “[...] *históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura [...] criadores de idéias e consciência que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social, são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela*” (FREITAS, 2002, p. 22). Além disso, não é o caso de “*conceber ‘os dados’ como formas objetivas com existência própria e independente dos atores*” (CARDOSO, 1988, p. 99). Os discursos com os quais nos deparamos na atividade de pesquisa são, também, dotados de subjetividade,

pois refletem as circunstâncias da existência socioespacial dos indivíduos (e/ou grupos) pesquisados e, porventura, entrevistados.⁷

Segue-se daí, conforme Cardoso (Op. cit., p. 103), que

[...] é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos. Do entrevistador e do entrevistado. [...] Este esforço não pode ser feito se não se coloca entre parênteses os grandes paradigmas interpretativos, assim como os parâmetros usados pelos entrevistados para explicar o mundo.

Afastar o risco da neutralidade científica, portanto, contribui para evidenciar os interesses envolvidos com a produção do conhecimento. Há de se admitir que a prerrogativa de explicar reconhecidamente o mundo reflete interesses sociais, ao mesmo tempo em que exerce influência na dinâmica espacial. Nas palavras de Bourdieu (Op. cit., p. 114): *“Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia”*.

A aclamada *neutralidade* pretende tornar inquestionáveis os enunciados ditos *científicos*, o que, por seu turno, implicaria manter intactos o entendimento do mundo e a rigidez das estruturas sociais de produção e poder. No entanto, “[...] a ciência pode eleger como objeto o próprio jogo em que se disputa o poder de reger as fronteiras sagradas, quer dizer, o poder quase divino sobre a visão do mundo [...]” (Op. cit., p. 123); por este procedimento se está, ao mesmo tempo, reconhecendo a influência do contexto socioespacial na formação da consciência humana e, também, admitindo que as representações da consciência influenciam o mundo material. Não sendo o caso de

⁷ Isto ajuda, inclusive, na interlocução com os leitores, que poderão dispor do entendimento do texto apresentado a partir das próprias raízes históricas que permitiram a produção dos tais frutos científicos. Além do mais, levando em conta que “[...] ler implica identificar os significados que o autor confere às questões estudadas”; portanto, é fundamental “[...] acompanhar atentamente as construções teórico-metodológicas dos textos, mergulhando em sua dinâmica interior” (OLIVEIRA, 1998, pp. 25-26).

exteriorizar consciência ou materialidade do transcurso da história, propõe-se analisar ambas, dialeticamente, no contexto de produção e reprodução permanente do espaço.

No percurso até aqui empreendido abordaram-se problemas referentes à busca de um conhecimento objetivo, absoluto e verdadeiro, tomado como fruto das observações de um pesquisador neutro, obscurecido em seus interesses sociais por uma pretensa neutralidade científica. Noutra direção, pretende-se fortalecer a compreensão de que os resultados da pesquisa, entendidos como representações acerca da realidade objetiva, estão necessariamente carregados de teoria.

Disso decorre que não é possível alçar um método de pesquisa científica ao status de *caminho da verdade*, como pretenderam os positivistas, visto que o mesmo decorre de um referencial teórico que está alicerçado no contexto socioespacial da pesquisa, como se enfatizou anteriormente. Neste sentido, é pertinente a argumentação de Chalmers (1993, p. 211) segundo a qual

[...] os filósofos não têm recursos que os habilitem a legislar a respeito dos critérios que precisam ser satisfeitos para que uma área do conhecimento seja considerada aceitável ou 'científica'. Cada área do conhecimento pode ser analisada por aquilo que é. Ou seja, podemos investigar quais são seus objetivos [...] e podemos investigar os meios usados para conseguir estes objetivos e o grau de sucesso conseguido.

A Geografia e, portanto, as pesquisas em seu campo, como em qualquer outro, não podem ser julgadas em termos absolutos, mas na consideração de seus métodos e objetivos. A análise aqui empreendida priorizará a construção teórico-metodológica de Milton Santos, particularmente, em função da coerência exercida por tal concepção em relação ao objetivo de uma pretendida emancipação social.

Partindo desta intenção, evidencia-se uma preocupação central do pesquisador com relação ao modo de produção espacialmente construído⁸. Não é à-toa que Santos

⁸ Santos (1999, p. 6) atribui os créditos deste aspecto da sua fundamentação teórico-metodológica a Marx ao afirmar que “[...] a noção de modo de produção é central porque, a cada etapa de evolução da sociedade, os homens participam de um processo unitário, que inclui formas materiais de produção, relações dos homens entre si e com as coisas (naturais e artificiais) e os seus próprios modos de ser, isto é, a maneira como os indivíduos expressam sua vida”.

atribui tamanha importância ao estudo das técnicas que, segundo observa-se, relacionam forças produtivas e relações sociais de produção. A ênfase no uso do território não deve, pois, perder de vista essa orientação do autor ao estudo do modo de produção da vida social que, por sua vez, pode ser retratado na escala territorial em seus aspectos contraditórios, que incluem dominação e resistência.

1.2. A CONSTRUÇÃO DOS CONTEXTOS COMO BASE METODOLÓGICA DA PESQUISA GEOGRÁFICA: A DINÂMICA DO LUGAR NO ÂMBITO DA TOTALIDADE ESPACIAL

Numa referência histórica à elaboração científica da Geografia se percebe uma preocupação relativamente acirrada com relação a “[...] *questões relativas à natureza do conhecimento geográfico, sobre seu objeto, seus métodos, os limites, o alcance e a importância deste conhecimento [...]*”. Enfatiza-se que as discussões daí decorrentes têm tido um “[...] *significado bastante positivo*” para esta área do conhecimento à medida que a mesma foi levada a manter uma postura “[...] *atenta [...] sobre sua relação com as outras disciplinas, atenta sobre as questões emergentes postas pelos novos contextos sociais que a atravessam e, finalmente, atenta ao seu papel, como campo de reflexão e ação na sociedade*” (GOMES, 1997, pp. 13-14).

Em meio a períodos que oscilaram em termos de tendências teórico-metodológicas dominantes, a Geografia recebeu a influência do movimento iluminista, entre os séculos XVIII e XIX, e, contagiada pelos grandes sistemas filosóficos da época, assumiu a perspectiva de se tornar uma “*ciência de síntese*”. A ela cabia estudar os fenômenos da Terra “*como um todo*”, na inter-relação dos seus aspectos naturais e sociais. Conforme Gomes (Op. cit., p. 17) aponta, “[...] *à Geografia caberia dominar todos os outros campos de conhecimento, como geologia, mineralogia, climatologia, geomorfologia, botânica ou biogeografia, além da economia, demografia, sociologia, sem, no entanto, se especializar em nenhum deles [...]*”.

Até chegar aos dias atuais, o conhecimento geográfico também sofreu a influência da tendência à especialização, característica da ciência moderna. Tornou-se negligente às relações que se estabelecem entre os fenômenos descritos, eximindo-se, assim, da responsabilidade de explicá-los. Com isso, *“a Geografia passa a se interessar pelo concreto e emerge também deste processo a aversão à teoria”* (GOMES, Op. cit., p. 21).

Ressalta-se que, no contexto socioespacial deste empreendimento, as descrições regionais não deixaram de ser importantes para subsidiar as ações, principalmente, de setores sociais capitalistas, interessados, simplesmente, na exploração e mercantilização dos *recursos* naturais, já que a localização e quantificação dos mesmos são cruciais para orientar a definição das estratégias de territorialização dos referidos agentes. Há de se considerar que esta especialização da ciência moderna se seguiu ao processo hegemônico de divisão social do trabalho, constituído com a ascensão do capitalismo, inicialmente, a partir do interior das fábricas, em manufaturas, e, mais intensamente, na grande indústria, donde se generalizou a especialização e a divisão do trabalho, influenciando fortemente os processos de produção do conhecimento. Supek (1980, p. 25) observa que *“o desenvolvimento da ciência [...] está ele mesmo ligado ao desenvolvimento da produção material”*. Por seu turno, Marx (1996, p. 475) argumenta que *“na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, portanto, do capital em força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais”*. Este autor ainda enfatiza, citando Adam Smith, que

[...] a inteligência da maior parte dos homens desenvolve-se necessariamente a partir e por meio de suas ocupações diárias. Um homem que despende toda a sua vida na execução de algumas operações simples (...) não tem nenhuma oportunidade de exercitar sua inteligência. (...) Ele torna-se geralmente tão estúpido e ignorante quanto é possível a uma criatura humana.

Felizmente, a atualidade demonstra que se pode verificar um profundo questionamento a esta visão compartimentada do mundo, em particular, no campo da

produção científica. Santos (2002, p. 115), por exemplo, nos aponta um percurso metodológico cujo objetivo seria

[...] partir da totalidade concreta como ela se apresenta neste período de globalização – uma totalidade empírica – para examinar as relações efetivas entre a totalidade–mundo e os lugares. Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob esse ângulo, o papel dos eventos e da divisão do trabalho como uma mediação indispensável.

Tal orientação metodológica, cuja influência se mostra marcante entre geógrafos brasileiros e mesmo internacionais, tem como evidente que *“o lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global”* (SILVEIRA, 1993, pp. 204-205, apud SANTOS, 2002, p. 125). Surge daí que, o local, o regional, ou mesmo, o nacional não existem isoladamente, mas como parte da totalidade espacial; devem, portanto, ser analisados no contexto dessa existência.

No caso específico desta pesquisa, pretende-se compreender um fenômeno de territorialização, em princípio, localizado numa parcela do município de Campos Novos, em Santa Catarina, e, para tanto, se está recorrendo ao entendimento da questão agrária *brasileira* que, por sua vez, carece ser compreendida no âmbito das transformações gerais do espaço, cujo principal fenômeno em curso remonta à constituição de um modo de produção dominante, em processo avançado de mundialização, e amparado por um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002), no qual são difundidas informações que comandam as ações definidoras da dinâmica dos lugares, particularmente, por uma hierarquia de interesses corporativos, de empresas capitalistas.

A construção do referido objeto de pesquisa, portanto, demanda realizar um percurso metodológico que implica contextualizar espacialmente os fenômenos e situações, em princípio localizados, porém definidos em função de ações praticadas local e extra-localmente. Há de se perceber que, por essa perspectiva, se apreende que

o chamado local, onde se supõe encontrar o objeto de pesquisa, embora constituído enquanto singularidade, não reúne características autônomas em relação à totalidade do sistema de objetos e ações que compõe o espaço.⁹

Santos (1985, p. 5), ainda, dá pistas de que

o espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. [Neste sentido,] a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. Quanto ao espaço, sua divisão em partes deve poder ser operada segundo uma variedade de critérios.

Nessa perspectiva, Silveira (1999, p. 22) aponta que “[...] a idéia de situação geográfica poderia, talvez, contribuir para uma proposta de método”, observando que a mesma “supõe uma localização material e relacional (sítio e situação), mas vai além porque nos conduz à pergunta pela coisa que inclui o momento da sua construção e seu movimento histórico”. A autora também argumenta que “[...] a situação permitir-nos-ia encontrar as mediações entre o mundo, seus eventos e a vida nos lugares” (Op. cit., p. 27). Entretanto, observa que “[...] a situação nasce, à luz de uma teoria, como um concreto pensado, capaz de incluir o chamado real num prévio sistema de idéias”, e daí conclui, parafraseando J. Beaujeu-Garnier (1971, p. 100), que “o geógrafo deve escolher os elementos que lhe parecerem fundamentais e, a partir deles, descobrir o complexo de relações” (Op. cit., p. 24).

Com base neste entendimento, Santos (2002, p. 171) é incisivo ao afirmar que “[...] o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios [...]” e propõe que se busque analisar o fenômeno técnico da produção do

⁹ Santos (2002) orienta sobre a constituição do espaço geográfico, que, em sua versão, é dada por “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”, indissociavelmente relacionados, além de simultânea e mutuamente determinados, no processo dinâmico de construção permanente da história.

espaço “[...] como ponto de partida para a explicação geográfica” (SANTOS, 1999, p. 9).

De acordo com isto, Silveira (2000, p. 213) explica que *“as técnicas não podem ser interpretadas apenas como materialidade, mas devem ser vistas, também, como formas de organização. [Além do mais,] permitem, também, delimitar períodos históricos, uma vez que é a periodização que dá valor às coisas e, assim, conduz a identificar o que é novo”*. Observa-se, portanto, que o sistema técnico, ao passo que expressa o desenvolvimento das forças produtivas sociais em um dado período histórico, o faz considerando os modos de produção, que se constituem como resultantes da interação de relações sociais de produção que se materializam como forças produtivas, especificamente constituídas no referido espaço-tempo. A análise do sistema técnico, portanto, permite que seja abordada a análise da cooperação socioespacial, do intercâmbio e da ação relacional; portanto, é também político o sistema técnico e, como tal, pressupõe-se que haja intenção nas ações que o constituem, ainda que sobre ele também pese a força da tradição e da história que deságua no tempo presente.¹⁰

Além disso, a análise do fenômeno técnico permite que se reconheça o objeto de pesquisa em meio a fenômenos empíricos, explicitados como situações geográficas, entre as quais é possível identificar desde movimentos de ações orientados por lógicas hegemônicas, universalmente, como é o caso das ações motivadas pela lógica do modo de produção capitalista na atualidade¹¹, até ações motivadas por lógicas distintas que dizem respeito a outros modos de produção e intercâmbio social, modos não necessariamente arcaicos, que, embora submissos à forma burguesa de produção, podem conter, na atualidade, potencial emancipatório, a fim de se tornarem autônomos por meio da superação da hegemonia do capital no percurso do desenvolvimento histórico.

¹⁰Ribeiro (2003, p. 38) considera que *“na concepção de territorialidade que orienta a (re)valorização da categoria território, no pensamento de Milton Santos, afirma-se a relevância da ação política, abrigando [...] a figura do Centauro de Maquiavel ou, como propõe Gramsci, a vontade coletiva”*.

¹¹Santos (1999, p. 7) acrescenta que o *“[...] modo de produção global é um dado explicativo maior da realidade geográfica atual”*.

1.3. POR UMA TEORIA DA HISTÓRIA: ENTRE TERRITORIALIZAÇÕES E NOVAS TERRITORIALIZAÇÕES

A elaboração teórico-metodológica aqui reunida dá conta de uma teorização acerca da história e, nesses termos, se refere a um determinado entendimento sobre a Geografia, que é compreendida enquanto um campo de produção do conhecimento cujo objeto de pesquisa é necessariamente um processo histórico e deve ser analisado nesta dimensão fundamental do real. O materialismo histórico, conforme proposto por Marx e Engels (1996), seria, por sua vez, a base teórica desse estudo da história. De acordo com os referidos autores,

esta concepção de história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada (ou seja, a sociedade civil em suas diferentes fases) como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. –, assim como em seguir seu processo de nascimento a partir desses produtos; o que permite então, naturalmente, expor a coisa em sua totalidade (e também, por isso mesmo, examinar a ação recíproca entre estes diferentes aspectos).

Ressalte-se que esta teoria surge num contexto de dominação da filosofia hegeliana e neo-hegeliana no campo da produção científica alemã do século XIX e expressa, justamente, uma crítica a tal hegemonia, inclusive porque, conforme argumentam Marx e Engels (Op. cit., p. 26), *“a nenhum desses filósofos ocorreu perguntar qual era a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a conexão entre a sua crítica e o seu próprio meio material”*.

Daí porque Marx e Engels (Op. cit., p. 57) exclamaram, à época, que

toda concepção histórica, até o momento, ou tem omitido completamente esta base real da história ou a tem considerado como algo secundário, sem qualquer conexão com o curso da história. [...] Com isto, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história. Conseqüentemente, tal concepção apenas vê na história as ações políticas dos príncipes e do Estado, as lutas religiosas e as lutas teóricas em geral, e vê-se obrigada, especialmente, a compartilhar, em cada época histórica, a *ilusão dessa época*. Por exemplo, se uma época imagina ser determinada por motivos puramente ‘políticos’ ou ‘religiosos’, embora a ‘política’ e a ‘religião’ sejam apenas formas de seus motivos reais, então o historiador da época considera aceita essa opinião.

No caso da Geografia, a dinâmica da história está sintetizada no permanente dinamismo do espaço, onde estão presentes uma materialidade formada pela natureza, em diferentes estágios de artificialismo, e uma variedade enorme de construtos teóricos que poderia mesmo remeter-nos à rerepresentação de um “mundo das idéias” que não existe autonomamente¹², mas é participante da dinâmica espacial, onde os seres humanos e a natureza, como um todo, produzem sua existência.

Tendo em vista a opinião de Santos (1999, p. 7) de que “[...] *modos de produção e espaço geográfico evoluem juntos, movidos por uma lógica unitária*” e, sendo

a história [...] uma totalidade em movimento, [segue-se daí que] cumpre apreender-lhe a totalidade no seio de uma estrutura teórica dinâmica, tal qual na realidade. [...] Acrescente-se que] as categorias de estrutura, função e forma nos proporcionam, talvez o melhor modelo. [E, além disso,] o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado ao presente (SANTOS, 1985, p. 53).

¹² Isso parece ser essencial na crítica de Marx e Engels aos jovens hegelianos, que “*criticavam tudo [...] proclamando tudo como algo teológico*” (Op. cit., p. 25), mas nem sequer alicerçavam suas críticas num exame empírico da produção socioespacial, constituída como *práxis* no processo histórico, a fim de compreender a relação dialética na qual se produzem as representações, no convívio da materialidade ativa, conformando o espaço. Segundo Marx e Engels, (Op. cit., p. 25), “*desde que os jovens hegelianos consideravam as representações, os pensamentos, os conceitos – em uma palavra, os produtos da consciência por eles tornada autônoma – como os verdadeiros grilhões dos homens (exatamente da mesma maneira que os velhos hegelianos neles viam os autênticos laços da sociedade humana), é evidente que os jovens hegelianos têm que lutar apenas contra essas ilusões da consciência*”.

Cumpre, provavelmente, enriquecer o materialismo histórico com tais “conceitos”, tendo em vista que se mostram “*necessários para explicar como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudança*” (SANTOS, Op. cit., p. 53).

Pelo que se apreende de tais categorias analíticas, ressalte-se que uma *forma* se constitui conforme sua significação e a conseqüente valoração que um determinado contexto socioespacial lhe confere, estando ainda relacionada com uma *função* que se renova constantemente, conforme evoluem os *processos de estruturação* e permanente reestruturação socioespaciais.¹³

[...] segue-se que o valor da forma deve mudar na proporção em que muda a estrutura [e, indo mais além, se apreende que,] se a forma é primariamente um resultado, ela é também um fator social. Uma vez criada e usada na execução da função que lhe foi designada, a forma freqüentemente permanece aguardando o próximo movimento dinâmico da sociedade, quando terá toda a probabilidade de ser chamada a cumprir uma nova função. A cada mudança, fruto de novas determinações de parte da sociedade, não se pode voltar atrás pela destruição imediata e completa das formas da determinação precedente. Tal destruição não só é por vezes indesejável e dispendiosa, como ainda é de fato impossível. As rugosidades – formas remanescentes dos períodos anteriores – devem ser levadas em conta quando a sociedade procura impor novas funções (SANTOS, M., Op. cit., p. 55).

Com isso, se manifesta uma compreensão teórico-metodológica que atribui às referidas formas geográficas um conteúdo e mesmo um sentido que estão sendo disputados, a cada momento, por agentes espaciais diversos que, em conjunto, respondem pela dinâmica estrutural do espaço, incluindo as funcionalizações e refuncionalizações pertinentes às novas e velhas formas geográficas.

As formas, ou objetos geográficos, seriam, por assim dizer, dotadas de um conteúdo ativo, porque respondem pelas ações com as quais estão indissociavelmente

¹³ Santos (1985, p. 58) acrescenta que “*separada da função, a estrutura conduz ou a um estruturalismo a-histórico e formal, ou a um funcionalismo relacionado tão-somente com o caráter conservador de todas as instituições, mas não com o problema da transformação (ver Lucien Goldmann, 1966, p. 11)*”.

relacionadas na produção do espaço e é, desse modo, que exercem sua atitude em meio à dita produção espacial. De acordo com Santos (Op. cit., p. 2), *“como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo; [por sua vez,] tomada forma-conteúdo pela presença da ação, a forma torna-se capaz de influenciar de volta o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, de pleno direito da dialética social”* (SANTOS, 2002, p. 125). Disso resulta, conforme Marx (1986, p. 56) que *“[...] as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias”*.

1.4. UMA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA: EM BENEFÍCIO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Com base na obra miltoniana, galgou-se explicitar uma metodologia de produção da pesquisa geográfica alicerçada no materialismo histórico. Seja no âmbito da discussão metodológica, seja no da teórica em geral, ratificou-se que a análise da história na qual os homens constroem materialmente sua existência é o único meio seguro de produção do conhecimento. Além disso, buscou-se evidenciar que a construção teórica não pode ter outro fim que não a solução dos problemas enfrentados pela humanidade; a teorização, portanto, não deve se furtar ao seu objetivo ontológico de promover mudanças socioespaciais. Neste sentido, há de se combater o entendimento de que as teorias são produzidas sem que se tenha intenção de promover alguma transformação social, em benefício de algum setor da sociedade, sob pena de se produzir um conhecimento obscurecido em seus objetivos políticos e econômicos específicos.

Na trajetória empreendida por Milton Santos, a Geografia ganhou com a construção de um referencial teórico-metodológico intencionalmente destinado a contribuir para a transformação e emancipação da vida humana em sociedade. De acordo com Ribeiro (2003, p. 31), *“na obra de Milton Santos, a ação, na plenitude de sua afirmação como práxis, inscreve-se na ontologia do espaço. A ação é portadora do*

tempo na própria espacialidade das técnicas, na medida em que manifesta, no mesmo movimento prático e político, as condições historicamente herdadas e o projeto de sua transformação”.

As análises miltonianas evidenciaram a existência de um meio técnico-científico-informacional, *“base material da globalização”* (SANTOS, 2002, p. 192), cuja ocorrência define, em nossa época, *“a possibilidade, largamente exercida, de uma extrema dispersão dos diversos momentos da produção, enquanto o controle se torna ainda mais concentrado [...]”* (Op. cit., p. 195). Há de se destacar que a referida materialidade, mundialmente articulada, é entendida como estando organizada em redes que atuam em função dos interesses mercantis do grande capital, pois, como afirma Santos (1994, p. 18), *“quando se fala em Mundo, está se falando, sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas”.*

A sociedade, por seu turno, está apta a desenvolver, como de fato desenvolve, a cada momento, formas inovadoras de atividade na utilização do território, capazes de traduzir formas desenvolvidas e emancipadas de cooperação socioespacial. A territorialização destas formas está, por sua vez, apta a construir novas estruturas de produção da vida, por vezes autônomas em relação às formas dominantes de cooperação, assim como acontece nos casos em que a sociedade civil se organiza, horizontalmente, em torno de objetivos solidários, no seio das disputas territoriais que, certamente, a deparam com os interesses egoístas envolvidos na permanente tentativa de territorialização capitalista.

Para Santos (Op. cit., p. 19), *“o lugar [...] é a sede dessa resistência da sociedade civil”*; entretanto, enfatiza que, quando fala em lugar, *“não importa sua dimensão”*. E, embora admita que *“[...] a tendência atual é que os lugares se unam verticalmente”*, conclui dizendo que *“[...] nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade do conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território)”*.

Abordando o uso do território é possível *“[...] saber o significado da divisão do trabalho e seus efeitos na construção do mundo novo e dos lugares”*. É possível

elucidar conflitos em torno da territorialização de diferentes formas e estruturas produtivas da sociedade; em particular, tendo como recurso de análise os sistemas técnicos, expressão dos modos de produção do espaço, cuja estrutura permite vislumbrar os projetos da sociedade enquanto tais, contando com a análise de diversas escalas, nos lugares onde as iniciativas sociais estejam estruturadas.

É importante salientar que a análise do *território usado*, conforme propõe Santos, “*sinônimo de espaço geográfico*” (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 20; SOUZA, 2003, p. 17), é capaz de evidenciar essa dimensão empírica e transescalar de constituição dos lugares, visto que remete a um modo dominante de produção do espaço que não deixa de condicionar o uso dos territórios, mas permite reconhecer que existem singularidades na constituição do referido uso, motivadas por aspectos que dizem respeito, também, a modos não-hegemônicos de utilização do território. Santos (2002, p. 124) acrescenta que

a totalidade como latência é dada pelas suas possibilidades reais, mas histórica e geograficamente irrealizadas. Disponíveis até então, elas se tornam realizadas (historicizadas, geografizadas) através da ação. É a ação que une o Universal ao Particular. Levando o Universal ao Particular, cria uma particularidade.

O território seria, neste sentido, o cenário de tais ações. Num aspecto, ele “*é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades [...]*” (SANTOS, 1994, p. 19); porém, há de se reconhecer que não são apenas as estruturas hegemônicas que se territorializam: “*[...] há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante, e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los*” (SANTOS, Op. cit., p. 18).

É bom que se diga que, ao se tratar o referido conflito entre um espaço global e um local, está se ressaltando o encontro das ditas verticalidades com as ações

horizontalmente constituídas no território. Com isso, não se pretende evidenciar uma compartimentalização no decurso da realidade, mas reconhecer que os agentes espaciais se diferenciam, por um lado, em função de atuarem em escalas diferenciadas e, por outro, pelo modo como se relacionam e intercambiam com os outros agentes, além das formas pelas quais normatizam o espaço.

As *verticalidades*, decorrentes de um “acontecer hierárquico” (SANTOS, 2002, p. 168), são definidas por ações, cuja decisão se realiza, muitas vezes, em lugares distantes de onde atuam as normatizações por elas comandadas. Ao mesmo tempo, são oriundas de grandes agentes capitalistas que, por controlarem hegemonicamente o meio técnico-científico-informacional, definem hierarquicamente ações que se difundem, por meio de redes, em diversos lugares do planeta. Por outro lado, as *horizontalidades*, frutos do “acontecer homólogo e complementar” (SANTOS, Op. cit., p. 168), são “domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial” (SANTOS, 1994, p. 16), onde se podem redefinir os rumos da história em função dos interesses comuns e solidários da sociedade em oposição à lógica privada do mercado.¹⁴

O território é, portanto, o espaço onde se encontram verticalidades e horizontalidades; é, como diria Santos (Op. cit., p. 19), “a arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza”. Seria, conforme o entendimento que orienta esta pesquisa, o lugar onde se encontram o modo de produção dominante e as iniciativas socioproductivas não-hegemônicas, que exercem influência na trajetória evolutiva do modo de produção dominante, podendo mesmo almejar, enquanto projeto político, uma condição de hegemonia do espaço. Ribeiro (Op. cit., p. 32) explica que “a noção de projeto introduz a passagem presente → futuro, expressando a potência da práxis. Articula técnica e ação e caracteriza a ação de natureza propriamente política [...]”.

Finalmente, pode-se considerar que, em termos da sua intencionalidade, espacialmente construída, relacionada com a transformação social, Milton Santos

¹⁴ Conforme enfatiza Ribeiro (Op. cit., p. 34), “em Milton Santos [...], as correntes fenomênicas que organizam a dinâmica socioterritorial possuem uma dimensão horizontal e outra vertical, acionáveis na análise de contextos e eventos. O conhecimento dessas dimensões é indispensável ao desvendamento das estratégias dominantes e também para a emergência do local/ lugar como contexto privilegiado da resistência sociocultural”.

constrói um arcabouço teórico-metodológico destinado a conhecer o uso do território e as oposições que se afiguram em termos dos modos de produção do espaço, como fundamento para a transformação social. Sem perder de vista que eles compõem uma universalidade, que produz suas normas de funcionamento nas mais variadas escalas, Santos enfatiza que os diversos lugares podem ser mais ou menos obedientes às normatizações oriundas de agentes localizados em escalas mundiais, que são, sobretudo, bancos e empresas capitalistas mundializadas, que controlam, hierarquicamente, o modo de produção atualmente hegemônico, bem como podem despertar, em maior ou menor proporção, uma capacidade de resistir à tendência de unificação vertical imposta pelo grande capital pela afirmação de normas horizontais, capazes de alcançar escalas mundiais, fundamentadas em interesses socialmente solidários, o que seria o equivalente a falar da constituição de um novo modo de produção socialmente hegemônico e emancipado.

Esta pesquisa, em suma, pretende se constituir como conhecimento a partir de uma sistematização que reúne a elucidação de formas estruturais hegemônicas e não-hegemônicas de intercâmbio e de modos de produção sociais, manifestos num sistema técnico de relações que podem ter extensões socioespaciais mais ou menos amplas e, por este motivo, demandam escalas variadas de análise, indissociavelmente relacionadas, a fim de representar uma realidade onde o local não deixa de ser uma porção do espaço global, sendo que a escala de análise se diferencia, para fins de percepção das dinâmicas gerais do espaço em termos do modo de produção universalmente dominante e, também, das dinâmicas motivadas por formas de intercâmbio e produção não-hegemônicas, que são ainda considerados na especificidade dos lugares¹⁵.

Procedendo a uma rápida síntese dos aspectos metodológicos enfatizados neste capítulo, relacionando-os, sumariamente, ao objeto empírico essencial da pesquisa, depreende-se que a investigação pretendida resulta numa tentativa de compreender uma situação geográfica definida pela territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju, no contexto dinâmico da totalidade espacial, onde o capitalismo exerce sua hegemonia

¹⁵ SANTOS (Op. cit., p. 51) argumenta que, *“como a totalidade é um conceito abrangente, importa fragmentá-lo em suas partes constituintes para um exame mais restrito e concreto”*.

e se avolumam as contradições gerais deste sistema econômico, tornando ainda mais disputado o acesso ao uso do território; e, segundo a lógica dominante de acesso ao uso do território, seria provável que os camponeses proletários, sem capital, continuassem Sem Terra, o que desperta para a questão central desta pesquisa, que visa compreender que elementos têm levado o grupo do Sepé Tiaraju a territorializar-se sob condições tão amplamente desprivilegiadas, pelo menos do ponto de vista do sistema econômico dominante. Para tanto, se recorre à compreensão dos fenômenos técnicos e das formas de intercâmbio socioespaciais organizadas pelos assentados que, na atualidade do seu desenvolvimento, atuam em realidades escalares mais ou menos amplas. No mais, acrescenta-se que tais objetivos estarão sendo perseguidos por meio de elucidações referentes ao uso do território, com escalas inter-relacionadas, desde o âmbito interno do Assentamento, passando pela escala do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no contexto da totalidade espacial, enfatizando-se as *verticalidades* enquanto expressões do movimento de territorialização do modo de produção capitalista, e as horizontalidades, surgidas em meio à sociedade civil, em torno de interesses comuns que remontam à constituição de uma cooperação solidariamente instituída.

Cabe fazer referência às técnicas de investigação especificamente utilizadas no âmbito desta pesquisa. Conforme se reconheceu anteriormente, o diálogo com a bibliografia é essencial nesta pesquisa; particularmente, a caracterização da dinâmica da territorialização capitalista na atualidade conta com o aporte de informações secundárias, incluindo, ainda, leituras cotidianas da realidade, realizadas coletivamente no diálogo com a Academia e com os movimentos sociais. A territorialização do Movimento Sem Terra é apreendida a partir de referências bibliográficas, incluindo documentos publicados pelo Movimento e também entrevistas semi-estruturadas, dentre as quais uma que envolveu a participação de um membro da Direção Nacional do MST. A territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju, em particular, conta com o aporte de informações conseguidas junto a documentos internos do referido assentamento (Estatuto e Regimento Interno), uma pesquisa de Mestrado sobre o mesmo, além de 10 entrevistas, das quais: 4 foram realizadas com famílias, buscando identificar principalmente a origem social das mesmas e as mudanças nas formas de cooperação por elas vividas durante o processo de territorialização do Sepé Tiaraju; 4

envolveram os setores de trabalho nos quais estão organizados os assentados, onde se buscou evidenciar o modo atual de organização do trabalho entre os assentados e 2 que reuniram representantes dos Conselhos Social e de Direção do Assentamento, que contemplaram elucidar de forma geral as formas de cooperação realizadas pelos assentados, tudo isso, ressaltando-se as relações estabelecidas dentro e fora do assentamento.

2. ASPECTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL: A MODERNIZAÇÃO EXCLUDENTE, SEUS IDEÓLOGOS E AS CONSEQÜÊNCIAS DA SUA INCIDÊNCIA SOBRE O ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

Este capítulo reúne esforços no sentido de compreender a dinâmica de territorialização do capitalismo, particularmente, dos grandes agentes responsáveis pela hegemonia capitalista do espaço, incluindo as ações dos seus principais ideólogos e tendo em vista as contradições surgidas em meio à evolução deste processo. Neste sentido, enfatiza-se o fenômeno da ampliação das escalas da cooperação social, com base na ascensão da propriedade privada e das trocas burguesas. Destaca-se a busca do capital por estender incessantemente sua territorialização, a constituição da sua hegemonia mediante o desenvolvimento das forças produtivas, não se esquecendo de que as contradições inerentes ao caráter privado e hierarquizador do capital se ampliam com a generalização das relações sociais capitalistas; daí se percebe o surgimento dos movimentos sociais, em princípio de resistência, tentando conquistar espaços referentes ao uso dos meios territoriais de produção da vida.

Com a presente análise, pretende-se estabelecer uma contextualização necessária ao entendimento do objeto primordial desta pesquisa, qual seja, a situação geográfica que envolve o Assentamento Sepé Tiaraju – Campos Novos/SC – em sua dinâmica de territorialização, no âmbito de uma totalidade espacial dinâmica que se desenvolve presentemente, envolvendo forças por vezes antagônicas, na perspectiva do uso do território. Particularmente, no caso do espaço rural brasileiro, os interesses hegemônicos do capital opõem-se à ascensão de importantes movimentos sociais, entre os quais encontra-se o Movimento Sem Terra, cujo sucesso da territorialização está condicionado, sobremaneira, à própria capacidade de desenvolvimento organizacional e cooperacional, com o fim de garantir a concretização de estratégias reprodutivas mais autônomas em relação ao mercado das trocas desiguais e expropriatórias do capital.

2.1. O MODO BURGUÊS DE TERRITORIALIZAÇÃO: DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÕES

O processo de territorialização do capital reflete a evolução do movimento de acumulação capitalista, realizada em meio à tensão que retrata o uso do território pelos diversos modos e interesses em cena. Há de se evidenciar a compreensão dos fatores que permeiam o conteúdo da acumulação capitalista, bem como os fatores limitantes gerados com a sua evolução, entre as contradições geradas em seu seio; tudo isso em função da importância deste processo socioespacial de constituição e hegemonização do sistema econômico capitalista que, neste momento, repercute fortemente em meio a ações de submissão e tentativas de insurgência que vêm acumulando experiências históricas e ensinamentos, na tentativa de conquistar cada vez mais a libertação pessoal em meio ao ser social.

No que trata do capitalismo, como sistema econômico produtor de mercadorias, admite-se que um pressuposto básico de seu funcionamento seja a existência em larga medida de agentes socioespaciais proprietários privados de bens, a partir dos quais são difundidas as trocas privadas, que, por sua vez, resultam na territorialização do mercado e do próprio capitalismo. Deve-se ressaltar que a existência da propriedade privada e das trocas mercantis, por si sós, não caracterizam a existência do capitalismo enquanto modo de produção hegemonicamente constituído, embora a origem delas seja um pressuposto histórico para a constituição desse sistema econômico.¹⁶

O que ocorre, especialmente, no período que coincide com o fim da Idade Média é que o desenvolvimento comercial dá condições à burguesia nascente, por meio de uma acumulação primitiva, de constituir um exército de trabalhadores, assalariados, em volume condizente com os meios de produção necessários para pôr em movimento uma nova forma de cooperação, capaz de revolucionar as forças produtivas; e, com

¹⁶ Sobre o surgimento da propriedade privada, ver: Engels (1984), bem como Rousseau (1976).

base nesta nova relação social de produção, a burguesia passa a controlar o processo produtivo sob o capitalismo nascente.

Conforme Marx (1996, p. 439),

a produção capitalista começa [...] de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde o processo de trabalho, portanto, amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativamente maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista. [...] a manufatura, por exemplo, mal se distingue, nos seus começos, da indústria artesanal das corporações, a não ser pelo maior número de trabalhadores ocupados simultaneamente pelo mesmo capital. [...] De início, a diferença é, portanto, meramente quantitativa.

As relações sociais de produção, por sua vez, foram modificadas essencialmente à medida que o comércio passou a mediar os processos de trabalho e, assim, por intermédio do assalariamento, a extensão da cooperação humana pôde ser ampliada substancialmente.

O próprio Marx (Op. cit., p. 441) acrescenta que

mesmo não se alterando o modo de trabalho, o emprego simultâneo de um número relativamente grande de trabalhadores efetua uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho. [...] Com isso diminui um componente do valor do capital constante, diminuindo também, portanto, na proporção de sua grandeza, o valor total da mercadoria. O efeito é o mesmo que se os meios de produção da mercadoria fossem produzidos mais baratos. Essa economia no emprego dos meios de produção decorre apenas de seu consumo coletivo no processo de trabalho de muitos. E eles adquirem esse caráter de condições do trabalho social ou condições sociais do trabalho em contraste com os meios de produção dispersos e relativamente custosos de trabalhadores autônomos isolados ou pequenos patrões, mesmo quando os muitos apenas trabalham no mesmo local, sem colaborar entre si.

O modo de produção burguês, portanto, afirmou sua hegemonia à medida que instituiu uma nova forma de intercâmbio social no âmbito dos processos de trabalho e, por esta via, ampliou o espectro da cooperação humana de modo a não haver precedentes históricos, em termos da extensão nela alcançada, de tal cooperação.¹⁷ Com a ascensão do comércio à condição de mediador do processo de trabalho que, se mostra na história com o advento da manufatura, a burguesia passou a ter, sob sua propriedade, as próprias forças produtivas sociais, neste caso revolucionadas, e, por esta via, pôde se apropriar de um volume muito maior de mercadorias com um custo relativo bastante inferior.

Disso decorre que a produção de mercadorias foi revolucionada, o que permitiu a redução do custo de produção das mercadorias produzidas por uma cooperação social ampliada que se afirmou, provavelmente, como o principal mecanismo de territorialização das relações de mercado por intermédio do domínio capitalista. Além do barateamento das mercadorias, a nova divisão social do trabalho, em muitas vezes ampliada, permitiu que fossem criadas novas modalidades de produtos, inclusive meios de produção tecnicamente avançados, impulsionando, dessa maneira, mudanças nos padrões culturais de consumo através da criação de novas necessidades sociais.

É importante salientar que a ampliação da cooperação social sob o domínio da burguesia e o crescimento ulterior da demanda por mercadorias vieram, por sua vez, estimular o próprio surgimento da maquinaria no âmbito da grande indústria, ratificando a revolução que se operava nas forças produtivas. A partir daí, o fenômeno da substituição do trabalho humano, diretamente executado nas fábricas, por máquinas (trabalho realizado anteriormente), ampliou ainda mais o nível de produtividade do trabalho sob o comando do capital, permitindo uma territorialização ainda mais intensa do modo de produção burguês.

Conforme se territorializou, o capital foi substituindo formas produtivas anteriormente existentes, revolucionando os sistemas técnicos por meio da ampliação espacial da cooperação social e submetendo a produção da existência humana à sua

¹⁷ Conforme Marx (Op. cit., p. 442), *“a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação”*.

dependência e, neste sentido, foi impondo aos seres humanos e à própria natureza as consequências de tal dependência.

Uma das primeiras evidências da territorialização mercantil capitalista é, portanto, o abandono, em maior ou menor grau, da produção comunitária voltada para o autoconsumo. Isto porque o aumento do consumo de mercadorias pelos membros da comunidade traz consigo a necessidade de ampliação da produção para o mercado que se dá geralmente em detrimento da produção de autoconsumo.

Não se pode negar que há um fundamento econômico na territorialização do capital que repercute como desenvolvimento das forças produtivas. Além do mais, o capitalismo é um modo de produção que, por sua própria lógica e funcionamento, exige um permanente êxito na sua tentativa de territorialização. Neste sentido, se admite, conforme Marx (Apud TAUILE; FARIA, 1999, p. 161), que “[...] *a tendência à criação do mercado mundial está diretamente inscrita no próprio conceito de capital, [onde] cada limite aparece como uma barreira a ser superada*”.

A explicação de Luxemburg (1976) reconhece que o capitalismo, no seu processo de acumulação, precisa estar, irremediável e permanentemente, recorrendo à conquista de novos mercados, externos ao espaço constituído pelas relações entre capitalistas e assalariados, a fim de realizar a transformação dos valores produzidos (Capital Constante [C] + Capital Variável [V] + Mais-Valia [M]) em dinheiro e a sua acumulação sob a forma de capital.

Sumariamente, o argumento de Luxemburg recorre à seguinte representação: conforme se supõe, a produção capitalista surge, histórica e ontologicamente, a partir do momento em que um capitalista reúne valores de troca suficientes para trocá-los por força de trabalho e pelos demais meios de produção, em proporções adequadas para pôr em movimento uma produção que deve, por sua lógica fundamental, gerar produtos num valor total mais elevado que os valores inicialmente gastos pelo capitalista. Pode-se afirmar que o capitalista adquire mercadorias num valor total equivalente a V (Capital Variável = Força de Trabalho) + C (Capital Constante = demais meios de produção) e pretende realizar valores da ordem de C + V + M (Mais-Valia = acréscimo de valor

produzido pelos trabalhadores assalariados no decurso da produção), ou seja, os capitalistas pretendem vender produtos num valor superior ao valor que compraram. Compraram $C + V$ e querem vender $C + V + M$, pois do contrário não haverá acumulação de capital. Realizar a mais-valia (M) produzida é uma condição para a acumulação capitalista; mas, será possível realizá-la? Como os capitalistas podem querer vender um volume de valores equivalentes a $C + V + M$ se sua produção só criou poder de compra na magnitude de $C + V$?

E é Luxemburg (Op. cit., p. 426) quem pergunta: *“[...] de onde, pois, podem sair os compradores, os consumidores, para essa porção social de mercadorias, sem cuja venda não seria possível a acumulação?* E a própria autora (Op. cit., p. 427) responde:

para que possa haver acumulação tem que existir, obrigatoriamente, fregueses distintos para a porção de mercadorias que reúnem o lucro destinado à acumulação, fregueses que tenham, de fonte própria, poder aquisitivo, não precisando ir buscá-lo com os capitalistas, como acontece com os trabalhadores ou com os que colaboram para a formação do capital: funcionários públicos, militares, clero e profissionais liberais. Trata-se, pois, de fregueses que obtêm seus meios aquisitivos através de troca de mercadorias e, portanto, de uma produção de mercadorias, que se desenvolve à margem da produção capitalista.

Disso decorrem pelo menos duas conseqüências básicas. Primeiramente, se está admitindo que existe a possibilidade de que os capitalistas não consigam, de fato, vender tudo o que produziram, fenômeno até bastante comum, principalmente em situações de crises gerais, nas quais grande parte das mercadorias produzidas não encontra compradores, caracterizando uma situação de descompasso entre o que foi produzido e o que foi efetivamente vendido e acumulado pelo capital. Nesses momentos, é comum haver muitas falências entre os capitalistas e desemprego em massa.

Marx (1988, p. 44) explica que

o mercado se estende mais devagar que a produção, ou seja, no ciclo que o capital percorre durante sua reprodução (um ciclo onde não apenas se reproduz, porém numa escala maior, não descrevendo um círculo e sim uma espiral) apresenta-se um momento onde o mercado é muito restrito para a produção. Isto acontece no final do ciclo. O que isto significa? Quer dizer que o mercado se acha abarrotado de mercadorias. O fenômeno da superprodução é evidente.

E o próprio Marx (Op. cit., p. 56) acrescenta que

a superprodução tem, em especial, como condição, a lei geral de produção do capital, que consiste em produzir na medida das forças produtivas, isto é, conforme for possível explorar a maior quantidade possível de trabalho com uma certa quantia de capital sem considerar a limitação do mercado e nem as necessidades solventes, suscetíveis de pagamento [...].

Por outro lado, a possibilidade de realização destes valores ($C + V + M$) encontra-se mediada pela possibilidade dos capitalistas encontrarem novos mercados, externos àqueles originalmente constituídos. Dessa forma, a acumulação capitalista estará restrita à capacidade de expansão e conseqüente territorialização do capital. Noutra palavras, não havendo acréscimo no movimento de territorialização do capital, não haverá, pois, acumulação capitalista.

Luxemburg (Op. cit., p. 428-9) ilustra esta argumentação ao afirmar que

em todos os países capitalistas, mesmo aqueles de indústria mais desenvolvida, acham-se, junto às empresas capitalistas agrícolas e industriais, numerosas manifestações de tipo artesanal e camponesa, baseadas no regime da simples produção de mercadorias. [...] Todas essas formas de sociedade e de produção não apenas coexistem ou coexistiram com o capitalismo, em convivência pacífica no espaço, mas, também, desde o início da era capitalista estabeleceram-se entre elas e o capitalismo europeu um intenso processo de troca com características próprias. A produção capitalista, como autêntica produção de massa que é, não possui outro remédio senão buscar clientela nos setores camponeses e artesanais dos velhos países, nos consumidores do resto do mundo, porque também não pode desenvolver-se tecnicamente sem contar com os produtos (meios de produção e de subsistência) de todos esses setores e países. Assim se explica que desde os primeiros

momentos se desenvolvesse, entre a produção capitalista e o meio não-capitalista que a envolvia, um processo de intercâmbio no qual o capital, ao mesmo tempo que encontrava a possibilidade de realizar em dinheiro constante sua mais-valia, para os fins de sua capitalização intensiva, acumulava as mercadorias necessárias para desenvolver sua própria produção. Finalmente, abria-se caminho para a conquista de novas forças de trabalho proletarizadas, mediante a decomposição de todas aquelas formas de produção não-capitalistas.

Ressalte-se que este processo de acumulação capitalista nem sempre ocorreu de forma pacífica. A realidade demonstra que em sua trajetória de territorialização o capital não poucas vezes recorreu à pilhagem, ao roubo e, certamente, à pressão política e ideológica em benefício dos seus interesses egoístas. Luxemburg (Op. cit., p. 429-30) enfatiza que

[...] o intercâmbio do capital com os meios não-capitalistas depara com todas as dificuldades próprias da economia natural, com o regime social tranqüilo e seguro, e as necessidades restritas de uma economia camponesa patriarcal e de uma sociedade artesanal. Para resolver essas dificuldades, o capital recorre a 'remédios heróicos', lança mão da arma do poder político. [...] Mas quanto maior o número de países que se lançam a essa desapropriação de zonas de acumulação e quanto mais diminuem as zonas não-capitalistas suscetíveis de serem conquistadas pelos movimentos de expansão do capital, tanto mais aguda e violenta se processa a concorrência entre os capitais, transformando essa cruzada de expansão, pelo cenário mundial, em toda uma cadeia de catástrofes econômicas e políticas, crises mundiais, guerras e revoluções.

Outro aspecto a merecer atenção refere-se aos mecanismos de expropriação e concentração de riquezas a que recorre o capital no percurso de sua territorialização. Ao forçar a constituição e o aprofundamento da dependência da sociedade em torno de si mesmo, os capitais, particularmente os maiores, podem lançar mão do seu poder de barganha mercantil a fim de se apropriar da mais-valia socialmente produzida. No caso da possibilidade de dispor de trabalhadores assalariados, o capital atuou no sentido de inviabilizar outros modos de produção, centralizando os recursos produtivos do território, ao mesmo tempo em que forçou a liberação e submissão da mão-de-obra dos setores tradicionais efetivamente inviabilizados, tornados completamente desprovidos

dos meios de produção, dependentes do capital, e, por isso mesmo, sujeitos a uma remuneração mercantil bem aquém em termos dos valores que os mesmos de fato produzem e que, na maior parte das vezes, mal permite sua própria reprodução. Também na relação entre pequenos e grandes capitais o que se observa é a existência de uma enorme desigualdade em termos do acesso aos valores socialmente produzidos. Não há dúvidas com relação ao fato de que prevalecem, no âmbito dos que recorrem ao mercado a fim de realizar sua produção, taxas de apropriação inteiramente desiguais, variando conforme o poder de monopólio exercido por cada capital individual. Dessa forma, os maiores capitais e, em particular, aqueles que detêm um maior grau de monopolização do mercado conseguem manter uma maior dependência da sociedade em relação a si e, por tal condição, auferem ganhos relativos maiores se comparados aos pequenos produtores mercantis.

Moreira (1998, p. 174) argumenta que

a pressuposição de igualdade [na relação mercantil] está associada a um quadro teórico-ideológico, próprio do liberalismo e neoliberalismo, que pressupõe a ausência de privilégios e de leis restritivas ou protetoras, bem como de monopólios/monopsônios, de oligopólios/oligopsônios e outras formas de pactos comerciais e industriais. Estas pressuposições, obviamente simplificadoras, vão funcionar também como mistificadoras e legitimadoras da ordem competitiva capitalista.

Dito isso, é possível presumir que o movimento de territorialização do capital reúne um impulso intrínseco para a expansão que se efetiva de modo cada vez mais concentrado, na medida em que o mercado mundial e a própria sociedade se mostram sob a dependência da produção de poucas empresas monopolistas, fenômeno típico do desenvolvimento capitalista que se aprofunda com a mundialização do capital na atualidade. Por outro lado, a concentração de riquezas não procede sem que haja consequências sociais dramáticas porque este processo se efetiva pela expropriação dos setores mercantis menos privilegiados, até o momento de sua completa proletarianização e, para além disso, pela exclusão dos trabalhadores assalariados da sua

condição de operários, como consequência do avanço tecnológico que os torna inaptos a garantirem sua sobrevivência por intermédio do capital¹⁸.

Conforme se desenvolve, o capitalismo vai acirrando suas contradições, ainda que, por vezes, seja levado a realizar concessões àqueles que conseguem reunir força política para exigir *um lugar ao sol*, em meio à monopolização do mercado mundial e ao avanço tecnológico. Marx e Engels (1996, p. 107), portanto, defendem a possibilidade de mudanças socioespaciais capazes de subverter o próprio modo de produção dominante, pois, conforme argumentam,

no desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não são mais forças produtivas, mas forças destrutivas (maquinaria e dinheiro); e, ligada a isto, surge uma classe que tem de suportar todos os encargos da sociedade sem usufruir de suas vantagens; que expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes – uma classe que engloba a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, que pode se formar naturalmente, também entre as outras classes, graças à percepção da situação dessa classe.

Disso resulta que a territorialização capitalista se dá em meio a processos distintos e relacionados de dominação e resistência, pela afirmação e contradição de sua lógica. Há de se ressaltar que, no decurso de tal empreendimento, são as relações sociais sobre as quais se funda este modo de produção (relações fundamentadas na propriedade privada dos recursos produtivos, incluindo a terra e a própria força de trabalho, a qual, sob o jugo do capital, torna-se objeto de compra e venda) que, efetivamente, entram em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas e terminam por entravá-lo.

Com relação ao modo de produção capitalista, Marx e Engels (1982, p. 99) acrescentam que

¹⁸ Sobre as consequências sociais do avanço tecnológico, ver: Marx (1980).

as forças produtivas disponíveis já não mais favorecem as condições da propriedade burguesa; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas condições que as entravam [...]. A sociedade burguesa é muito estreita para conter as suas próprias riquezas. E como a burguesia vence essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade das forças produtivas¹⁹; do outro, pela conquista de novos mercados e pela intensa exploração dos antigos. Portanto, prepara crises mais extensas e mais destrutivas, diminuindo os meios de evitá-las.

Neste sentido, as mesmas relações sociais de produção que outrora permitiram a ascensão do capitalismo, tendo significado uma virtuosidade desse sistema, passam a corroer-lhe os fundamentos, já que se tornam freios ao desenvolvimento das forças produtivas; este, um fenômeno indispensável ao desdobramento da territorialização capitalista.

Com isso, é possível então analisar a influência da referida territorialização sobre a condição de vida camponesa, cujos aspectos fundamentais deverão contribuir para a reflexão acerca da situação atual que conforma o surgimento e territorialização do Movimento Sem Terra no Brasil.

2.2. O CAMPONÊS E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL

As formas de produção camponesas foram reiteradas vezes estudadas tendo em vista o contexto de territorialização e hegemonização do capitalismo. Kautsky (1986) analisa a territorialização do capital no espaço rural europeu tendo como base a ampliação das relações de mercado e o conseqüente aumento da dependência da família camponesa em relação à produção capitalista. Tal compreensão enfatiza que

no seio da família camponesa era possível tão-somente uma divisão mui restrita do trabalho, compreendendo apenas a participação do marido e

¹⁹ Meszáros (1997, p. 151) dá conta, na atualidade, de uma “*taxa decrescente de utilização*” dos produtos que seria, “*na verdade, uma forma tipicamente capitalista de dissipar as riquezas produzidas*”.

da mulher. Não é, pois, de admirar que cedo a indústria urbana superasse a profissão agrícola e fabricasse ferramentas agrícolas de qualidade que esta não tinha condições de produzir. O desenvolvimento da indústria e do comércio, no entanto, gerou a demanda de novos produtos na cidade, demanda que a indústria agrícola era incapaz de satisfazer; esses produtos, a exemplo das ferramentas novas e mais perfeitas, também começaram a invadir o campo em ritmo crescente, na medida em que crescia o intercâmbio entre a cidade e o campo. [...] a superioridade da indústria urbana tornou-se tão grande que acabou por transformar os produtos da indústria agrícola em artigos de luxo, artigos que o econômico camponês não podia dar-se ao luxo de utilizar e cuja produção acabou por abandonar. Dessa maneira, o desenvolvimento da tecelagem e algodão, que fabricava chita barata, acabou por reduzir, no geral, o plantio de cânhamo ao necessário para o uso particular do camponês, quando não chegou a acabar com ele por completo (KAUTSKY, 1986, p. 18).

A exposição de Kautsky é ilustrativa do período histórico marcado pela transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, que culminou com o surgimento da manufatura no século XVII. Por sua vez, alguns elementos desta análise têm atualidade quando se trata a territorialização do capitalismo sobre o espaço rural de muitos países, como é o caso do Brasil, situados perifericamente em relação ao desenvolvimento original do capital.

Inicialmente, cabe considerar que Kautsky identificou a “*superioridade da indústria urbana*” em relação à “*profissão agrícola*”, incapaz de fabricar ferramentas com a mesma qualidade da indústria urbana capitalista, em função da “*divisão mui restrita do trabalho*” praticada “*no seio da família camponesa*”. Nessa base, o autor argumenta que a produção industrial burguesa supera a produção familiar camponesa, e a família do campo é levada à submissão pela nova dependência em relação ao consumo de mercadorias para o qual se demanda dinheiro e, de fato, toda uma revolução no modo de produção tradicional camponês.

Conforme Kautsky (Op. cit., p. 19) ressalta, acerca do processo histórico de constituição do “*simples agricultor*”, dependente do mercado,

a única maneira de o camponês obter dinheiro foi, então, converter seus produtos em dinheiro, levando-os ao mercado e lá passando a vendê-los. É claro que os produtos de sua indústria atrasada não eram os mais procurados, mas eram os que a indústria não produzia. Foi assim que o

camponês se transformou naquilo que hoje por camponês se entende [...]: *um simples agricultor*. [...] O camponês passa agora a depender do mercado que a ele se revela mais caprichoso e imprevisível que o tempo. Contra as perfídias deste havia recursos com que precaver-se até certo ponto. Com os canais de drenagem ele poderia diminuir os efeitos de um verão excessivamente úmido. Implantando um sistema de irrigação, ser-lhe-ia possível agir contra os efeitos da seca. Fazendo fogo e fumaça, poderia defender seus vinhedos contra as geadas da primavera etc. Mas ele não tinha meios de evitar a baixa dos preços, nem de tornar vendável o trigo encalhado.

É importante salientar que, diante da territorialização capitalista na atualidade e com a hegemonia desse modo de produção, muitas mudanças continuam a ocorrer na situação vivida pelos camponeses. É certo que algumas famílias, especialmente aquelas localizadas em países ricos, que aderindo à modernização capitalista em melhores condições, muitas vezes subsidiadas pelo poder econômico e político dos Estados mais poderosos, conseguem se manter no campo, produzindo e acumulando capital, com relativamente amplo acesso ao mercado, com um sistema técnico de produção fundamentado em insumos químicos e maquinários, na trilha da Revolução Verde e, mais recentemente, da nova geração de biotecnologias.

Pelo que se pode verificar, houve de fato uma ascendente integração dos camponeses ao mercado, em diferentes fases da constituição do mercado mundial; com isso, a família camponesa reorganizou suas relações de cooperação e intercâmbio, numa tendência histórica de substituição e transfiguração do intercâmbio limitado, de diversas formas de produção camponesas, inclusive comunitárias, anteriores ao capitalismo, pelo intercâmbio mediado pelo mercado mundial em formação e cada vez mais dominado pelo poder econômico e político de grandes empresas capitalistas.

A repercussão deste processo foi destruidora para diversas formas camponesas tradicionais de produção. Seja porque, como no caso das novas gerações de agricultores americanos, os camponeses se tornaram cada vez menos familiares no exercício da produção e mais dependentes da ação de um indivíduo, proprietário privado de capital, e da cooperação que o mesmo é capaz de comandar por intermédio do mercado para produzir, ou porque em vista da ameaça e, sobretudo, da efetiva expropriação realizada no âmbito da constituição territorial do mercado mundial, muitos

se proletarizaram, tornaram-se por vezes assalariados e em algumas situações foram impulsionados à constituição de formas associativas de produção; em todos os casos o que se percebe é uma profunda modificação das formas de produção do espaço rural em relação às formas pré-capitalistas de produção camponesa.

Portanto, para se falar em camponês atualmente, é preciso levar em conta desde as mudanças envolvendo a produção de bens não tradicionais pelos trabalhadores do campo, como produtos não-agrícolas (SILVA, 1999), por exemplo, até as mais variadas modificações no sistema técnico presente no espaço rural, como é o caso dos sistemas agroecológicos de produção ou dos agroecossistemas biotecnologizados, fundamentados em recursos desenvolvidos com base na engenharia genética. Neste aspecto, envolve pensar em toda a reorganização territorial rural, tanto no sentido da redefinição das relações de dependência da antiga família camponesa no contexto da territorialização capitalista, como em função das transformações das relações de propriedade e das formas de uso do território surgidas em meio ao referido processo de territorialização, e, sobretudo, como se territorializam as iniciativas contra-hegemônicas a partir do desenvolvimento das contradições da territorialização do modo de produção dominante.

No contexto da experiência europeia do final do século XIX, período no qual já se pode falar de um capitalismo maduro em seu desenvolvimento (e contradições), Engels (1981, p. 62-3) afirma que

[o] pequeno camponês é [...] como o pequeno artesão, um operário que se distingue do proletário moderno pelo fato de ter ainda a posse de seus meios de trabalho; é, conseqüentemente, um vestígio de um modo de produção de tempos pretéritos. [...] Os impostos, as más colheitas, as partilhas devidas à transmissão de heranças, as questões judiciais atiram um número crescente de camponeses nos braços dos usurários, com o acúmulo das dívidas se generalizando cada vez mais e cada camponês individual se afundando mais nelas. Numa palavra, nosso pequeno camponês, como tudo que seja resquício de um modo de produção caduco, está condenado irremediavelmente a perecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário.

É importante reconhecer que a territorialização capitalista no campo brasileiro

também convive com movimentos territoriais de resistência e contestação social, reforçados com as contradições inerentes à territorialização cada vez mais concentrada do capital. Neste sentido, os antigos camponeses, atuais proletários, ou quase completamente expropriados dos meios de vida existentes no território, procuram alcançar novas formas de cooperação e intercâmbio que os habilitem a continuar existindo e utilizando-se do território para tanto.

É preciso ressaltar que não parece ser de grande valia a definição de modelos rígidos de entendimento da produção camponesa e de sua dinâmica socioespacial, até porque é muito provável que tenha havido muito mais diversidade na evolução das formas de cooperação da família camponesa do que supõem os modelos construídos, por exemplo, por Chayanov (1981), tentando explicar a lógica de funcionamento de uma suposta família camponesa, universal em seus princípios, além de, aparentemente, imune à influência capitalista.

Mas, sobretudo porque mudaram, historicamente, as relações de dependência da tradicional produção camponesa, é que não se pode generalizar e a-historicizar situações de vida do camponês, onde este simplesmente escolhe: entre a satisfação das necessidades familiares e a penosidade do trabalho. Pois, tanto muda, com o passar do tempo, a família, como as necessidades desta família em transformação, como a própria penosidade do trabalho, para não citar as mudanças evidenciadas nas relações de poder e propriedade a cada momento. O velho dilema neoclássico, criador de um ser humano racional, maximizador, sempre diante de escolhas de curto prazo, tendo por base prazer e sacrifício, trabalho e lazer, ou, o que é o mesmo, *“penosidade do trabalho e satisfação das necessidades familiares”*, no qual se baseia Chayanov (Op. cit., p. 139), é incapaz de evidenciar o movimento da história, inclusive da correlação de forças em torno do uso do território, das relações de propriedade, apropriação e, como consequência, de todas as mudanças na constituição da própria produção camponesa no contexto do desenvolvimento da territorialização capitalista.

O que se vê no presente, além de uma grande hegemonia do capitalismo e das diferentes formas de integração mercantil, são as consequências históricas dessa hegemonia, advindas do acirramento das contradições deste sistema de produção do

espaço, produtor de contradições históricas, cujas conseqüências se articulam com as crises econômicas generalizadas e com os impasses políticos, em função da própria incapacidade do modo de produção dominante assumir uma função histórica de maior liderança política.

O antigo camponês, nesse contexto de hegemonia territorial capitalista, se transfigura, seja na figura das formas de produção cooperadas do capital, mediante o mercado de trocas privadas, provavelmente na condição de operário, ou mesmo se faz manifestar contraditoriamente como forma alternativa de intercâmbio e de propriedade.

Tendo, ainda, como reflexo do desenvolvimento capitalista a impossibilidade de reprodução social por meio do assalariamento, dada pelo desemprego estrutural engendrado pelo modo de produção dominante em curso atualmente, pode-se verificar a ascensão de novas contradições deste sistema econômico, entre as quais destaca-se a possibilidade largamente observada de que os produtores rurais continuem sendo gradualmente expropriados e alijados da propriedade dos meios de produção sem que se tenha, realmente, oferta suficiente de emprego assalariado no campo, ou mesmo nos centros urbanos, onde os setores sociais mais conservadores tendem a buscar impedimentos, inclusive por intermédio da violência, à migração de enxurradas de proletários que, neste momento, vagueiam pelo mundo na busca de, por algum meio, existir como ser social vivo.

E é por isso que a história contempla o tempo no qual a própria sociedade deve burlar as normas de propriedade tradicionais, quando já não se consegue vislumbrar alguma alternativa de desenvolvimento social que não a emancipação das formas de intercâmbio e de propriedade saturadas no presente de suas contradições.

Com base nesta exposição pretende-se, a partir de então, situar a produção de uma ideologia capitalista no contexto da territorialização do grande capital e em comunhão com seus interesses.

2.3. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A CONSTITUIÇÃO IDEOLÓGICA EM SEU FAVOR

A construção da hegemonia burguesa e, particularmente a ascensão da burguesia mundial também contou, fundamentalmente, com motivações de ordem político-ideológica que precisam ser compreendidas no contexto e nas inter-relações do processo histórico.

De acordo com a definição de Marx e Engels (1996, p. 72),

as idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes [...]. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época.

O capital sempre buscou facilidades para se expandir e territorializar-se; por isso mesmo, veio romper com as barreiras institucionais, político-ideológicas e culturais em geral, conforme estas lhe obstaculizaram a liberdade de movimento. É bem verdade que, por vezes, se viu setores burgueses lutando por uma maior intervenção do Estado no âmbito mercantil, com o fim de obterem proteção para seus negócios, porém dificilmente se verá um grande capitalista, particularmente, na atualidade, defender o controle dos diversos Estados Nacionais sobre as trocas do mercado mundial.

De fato, o que se tem percebido no âmbito da construção ideológica motivada pelos maiores capitais do planeta é uma tendência à valorização de determinadas teorias, particularmente econômicas, apregoando as vantagens do livre mercado. Talvez por ter falhado neste quesito, Thomas Hobbes não deva ser considerado o primeiro grande ideólogo burguês. Ele, provavelmente, expressou melhor do que qualquer outro o fundamento filosófico do homem burguês quando se referiu ao homem como sendo *“o lobo do homem”*.

De acordo com Hunt (1982, p. 144),

o *Leviathan*, de Thomas Hobbes, publicado em 1651, expôs, de maneira bastante objetiva, uma opinião muito difundida: todos os motivos humanos advinham de um desejo egoísta do que quer que promovesse o 'movimento vital' do organismo individual (pessoa). Acreditava ele que todos os motivos humanos, até mesmo a compaixão, eram apenas disfarces do auto-interesse egoísta [...].

Com esse discurso, foi possível legitimar as ações humanas do capitalismo nascente que, cada vez mais intensamente, eram incentivadas por objetivos egoístas que, simplesmente, diziam respeito aos interesses individuais de cada proprietário privado. Com base nisso, se pôde justificar até mesmo a usura praticada pela burguesia e incentivar a acumulação primitiva do capital. Hobbes, no entanto, não esteve plenamente à altura dos interesses da pioneira burguesia da época, em função das amarras que o prendiam ao período absolutista do antigo regime, quando os reis governavam com mão de ferro e se colocavam, em certos aspectos, como entraves à ascensão política da burguesia. Segundo sua defesa, somente um governo com poderes absolutos (um *Leviathan*, no caso) poderia impor limites à guerra de todos contra todos e, dessa forma, se poderia evitar uma involução do homem na trajetória do “estado da natureza” (HUNT, Op. cit., p. 144).

Conforme a explicação de Hunt (Op. cit., p. 144),

Hobbes escreveu numa época em que as características do capitalismo ainda estavam misturadas com as da ordem social medieval. Embora advogasse a submissão a um monarca absoluto como meio de escapar ao conflito brutal entre as pessoas, autores posteriores que aceitavam a visão da natureza humana advogaram que a 'mão invisível' do mercado era o meio de solucionar os conflitos surgidos com a combatividade e a competitividade natural dos homens.

Neste sentido, é Adam Smith quem se destaca na qualidade de autor clássico e como referência de boa filosofia e de boa teoria econômica, amplamente aplicadas aos interesses da burguesia que, naquele momento, se constituía em sua jornada expansionista.

Hunt (Op. cit., p. 81) aponta que

a influência de Smith nas doutrinas econômicas socialmente conservadoras destes dois últimos séculos está principalmente em sua crença de que, numa economia de mercado concorrencial, *laissez-faire* e capitalista, o mercado livre dirigia todos os atos egoístas, gananciosos e voltados para o lucro para um 'sistema óbvio e simples', socialmente benéfico e harmonioso, 'de liberdade natural'.

Numa rápida síntese dos argumentos apresentados por Hunt, nota-se que este autor se baseia, particularmente, em dois aspectos das idéias de Smith. Por um lado, argumentou que a teoria do valor proposta por Adam Smith defendia a primazia do trabalho na constituição do valor das mercadorias; dessa forma, Smith abria margem para que se considerasse a possibilidade da expropriação dos trabalhadores pelos capitalistas, já que os últimos teriam que, necessariamente, se apropriar de valores produzidos pelos trabalhadores assalariados, a fim de fazer valer o interesse capitalista. Por outro lado, sua defesa da "livre concorrência" orienta para a existência de uma pouco evidente "mão invisível" do mercado, que, por sua natureza mágica, transformaria o conflito social, reconhecido na produção capitalista de mercadorias, num percurso harmônico de desenvolvimento das forças produtivas, concomitante à elevação geral do bem-estar social.

Também David Ricardo foi, ao lado de Smith, um profundo defensor do *livre mercado*, conforme exemplifica a sua clássica "Teoria das Vantagens Comparativas", referente ao comércio exterior.

Conforme Hunt, (Op. cit., p. 137),

Ricardo foi o primeiro economista a argumentar coerentemente que o livre comércio internacional poderia beneficiar dois países, mesmo que um deles produzisse todas as mercadorias comerciadas mais eficientemente do que outro. [...] Dois países poderiam beneficiar-se com o comércio, se cada um tivesse uma *vantagem relativa* na produção. Vantagem relativa significava, simplesmente, que a razão entre o trabalho incorporado às duas mercadorias diferia entre os dois países,

de modo que cada um deles poderia ter, pelo menos, uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado seria menor do que a do outro país.

O decurso do movimento de constituição desse corpo teórico em favor dos interesses capitalistas dominantes contou, como sugestão aos clássicos estudos da Economia Política, com uma base filosófica fundamental, construída em torno da triunfal ascensão do *utilitarismo*, cujo princípio fundamental pode ser sintetizado nas palavras de Hunt (Op. cit., p.147-8), parafraseando um de seus principais fundadores, Jeremy Bentham, como tendo definido uma natureza humana motivada, “*em todas as épocas e lugares*”, por “*um único princípio: o desejo de maximizar a utilidade*”, definindo os seres humanos “*também como fundamentalmente individualistas*”.

Neste ponto, cabe enfatizar uma característica metodológica essencial dos estudos dos ideólogos burgueses, os quais não foram capazes de distinguir entre as características de um indivíduo constituído no período de hegemonia do modo capitalista de produção, grosso modo, um sujeito egoísta, medíocre e unicamente maximizador de seus prazeres individuais, e os seres humanos viventes sob a influência de outros modos de produção, em outras épocas, e mesmo viventes sob a inspiração das contradições do modo de vida burguês.

Para os ideólogos da burguesia, o modo de ser do homem foi e continuará sendo, eternamente, utilitarista, da mesma forma que, com o capitalismo, a humanidade chegou ao clímax do seu desenvolvimento socioeconômico, donde não se pode vislumbrar mais nenhum desenvolvimento que não o próprio aprofundamento da evolução capitalista. Estes autores, portanto, foram revolucionários somente enquanto o capitalismo atuou na dissolução do modo feudal de produção, mas foram profundamente conservadores quando, ao defender e naturalizar as relações burguesas de produção, enfatizando um pretenso conteúdo supra-histórico desta forma de intercâmbio e cooperação, atuaram de modo a entravar o desenvolvimento das forças produtivas sociais, na mesma medida em que as próprias relações burguesas, fundadas sobre a propriedade privada capitalista, entravaram o referido desenvolvimento.

Por um lado, estes autores não levaram em conta, assim como defendem Marx e Engels (1996, p. 27), que *“o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. [...] que, portanto,] o que eles são coincide [...] com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem”*. E, conforme adotaram uma postura mistificadora e absolutizadora do comportamento humano foram, por outro lado, incapazes de reconhecer a evolução histórica numa dimensão mais profunda. Os ideólogos burgueses evitaram reconhecer o conflito social no seio do modo de produção capitalista e, por esta via, obscureceram o fundamento essencial da transformação sócio-histórica e da sucessão permanente e gradual dos modos de produção experimentados no percurso desta evolução. Estes pensadores, em geral, foram capazes de admitir a ação de um processo evolutivo até que se constituiu o capitalismo, mas, sem perceberem o conflito inerente a este modo de produção, foram ineptos para admitir qualquer desenvolvimento social posterior que não a própria evolução ininterrupta e supostamente harmoniosa do capitalismo.

Com a ascensão da *“filosofia social utilitarista”* (HUNT, Op. cit., p. 147) foram, então, os economistas neoclássicos que passaram a dispor de uma importante base filosófica para suas teorias, e parece ser verdade que estes autores foram os mais proeminentes ideólogos da burguesia dominante em todos os tempos. Diferentemente dos autores clássicos da Economia Política, os neoclássicos rejeitaram qualquer noção que reconhecesse algum conflito social entre capitalistas e trabalhadores, em particular a teoria do valor trabalho que os neoclássicos substituíram pela teoria da utilidade, fundamentada no utilitarismo, e a própria definição da ciência econômica, que passou a ser chamada pelo termo *“simples e conveniente de Economia”*, pois, conforme argumentou Jevons (1996, p. 21), *“[...] seria bom desfazer-se, o mais rapidamente possível, do obsoleto nome composto e problemático de nossa ciência”*.

Por sua vez, a teoria da utilidade tentou expressar uma benéfica e justa harmonia entre capitalistas e trabalhadores assalariados. Segundo ela, tanto o trabalho de uns como o capital de outros seriam nada mais que bens de produção, úteis à realização do processo produtivo. Segundo a argumentação dos economistas neoclássicos, tanto os trabalhadores quanto os capitalistas contribuem de fato com a

produção das mercadorias e, como tal, recebem salários e lucros, conforme a contribuição dada à produção. Assim, não existe exploração, já que tanto os capitalistas como os trabalhadores parecem ser remunerados pelo que de fato produzem, em função da utilidade que cada um atribui ao processo. Neste caso, pensou-se que “[...] *não havia qualquer diferença qualitativa, na criação de utilidade, entre o esforço feito no trabalho humano e a propriedade de capital, terra e outras propriedades*”. Pois, conforme se argumentou, “[...] *a frugalidade era a fonte da propriedade do capital, que exigia tanto sacrifício quanto o trabalho*” (HUNT, Op. cit., p. 153).

Com relação ao nome atribuído à ciência econômica, é claro que o termo *Economia Política* expressava muito mais do que a definição introduzida pelos neoclássicos pretendia reconhecer. Quando Marx e Engels enfatizaram em seus textos o termo “*economia política*” e buscaram criticá-la, eles procuraram destacar o conteúdo de uma práxis humana que não podia senão significar uma história cuja representação articula, indissociavelmente, economia e política, justamente por reconhecerem a existência de conflitos sociais no seio da evolução histórica, as quais, por sua vez, dotam o objeto de estudo destes autores de movimento e constante transformação. Sujeitar a economia política à crítica é, por sua vez, descortinar os fundamentos da práxis humana no presente vivido, evidenciando o conteúdo de suas contradições sociais, com o fim de transformá-la. Não foi à toa que Marx e Engels assim evidenciaram sua frustração com a filosofia, na Alemanha, ao enfatizarem que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”. E é, exatamente, este aspecto da transformação social que demarca uma diferença metodológica essencial entre Marx e Engels e os ideólogos burgueses, desde Adam Smith, passando pelos filósofos utilitaristas até os economistas neoclássicos. Estes intelectuais burgueses evitaram perceber os conflitos pertinentes ao modo de produção capitalista ou, quando o fizeram, como no caso de Smith e Ricardo, optaram por não reconhecer suas conseqüências, às quais Marx e Engels atribuíram o próprio dinamismo da história. Absolvido de suas contradições pelos seus ideólogos, o capitalismo pareceu ser o paraíso finalmente alcançado pelos seres humanos para o bem do progresso universal da humanidade.

A ascensão dos autores neoclássicos deu novos contornos à ciência econômica, que passou a ser vista *“como um cálculo do prazer e do sofrimento”* e, também, *“por lidar permanentemente com quantidades”*, tornou-se reconhecida, geralmente²⁰, como *“uma ciência matemática no conteúdo, se não na linguagem”* (JEVONS, Op. cit. p. 16). Já a famosa “Lei de Say” excluía por completo a possibilidade de crises da produção capitalista, embora os ideólogos burgueses já convivessem com a superprodução de mercadorias à época desta formulação.

Conforme a explicação de Hunt (Op. cit., p. 155),

[...] Say defendeu a idéia de que nunca poderia haver superprodução geral ou depressão que acarretasse desemprego involuntário. Argumentava que uma economia de mercado era uma economia onde produtores especializados trocavam seus produtos. A moeda não tinha qualquer importância intrínseca, a não ser como meio de facilitar a troca. Say argumentava que ninguém produziria se não quisesse trocar o que produzisse pela produção de outra pessoa. Portanto, *uma oferta cria uma procura da mesma magnitude*”.

A hegemonia dos ideólogos burgueses, entretanto, foi fortemente abalada sempre que os movimentos dos excluídos ousaram organizar-se na busca por seus interesses. O início do século XX nos dá exemplos da influencia ideológica dos grupos sociais dominados, quando estes se organizam e definem objetivos solidários. Este período é lembrado como sendo de ascensão organizativa do proletariado, fato este materializado por várias revoluções sociais na perspectiva do Socialismo e mesmo por conquistas políticas dos trabalhadores das cidades e do campo, seja através da ascensão do sindicalismo, dos partidos e organizações de esquerda, ou das lutas camponesas em favor de reformas agrárias no mundo, como ilustram a Revolução

²⁰ Neste ponto, parece ter havido alguma divergência entre os economistas neoclássicos, pelo menos entre os primeiros, pelo que se vê da argumentação de um autor (claramente neoclássico) como Marshall (1982, p. 7). Segundo ele, *“o principal uso da matemática pura em questões econômicas parece ser o de ajudar uma pessoa a anotar rapidamente, de uma forma sucinta e exata, alguns de seus pensamentos, para seu próprio uso, bem como assegurar-se de que tem suficientes premissas, e somente o bastante, para as suas conclusões (isto é, que suas equações não sejam em número maior ou menor do que suas incógnitas). [...] assim parece ser de proveito duvidoso o tempo que alguém gastar na leitura de extensas representações matemáticas de doutrinas econômicas se esses cálculos não forem feitos pela própria pessoa que os lê”*.

Mexicana e, mesmo, as lutas pela terra no Brasil, como no caso do movimento do Contestado, ambos ocorridos no primeiro quarto do século XX.

Com isso, se verificou um movimento contra-hegemônico também no campo das idéias, seja pela evidência de toda uma corrente de pensadores inspirados pelos movimentos socialistas, em boa parte fundamentados na obra de Marx e de Engels, como é o caso de Lênin, Hilferding, Rosa Luxemburg, Kautsky, Trotsky, Gramsci e tantos outros; também, a ascensão do pensamento keynesiano atuou como movimento regulatório das ações do capital, tendo exercido grande influência nas políticas do Estado burguês; principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, embora a grande crise de 1929 já houvesse constituído as condições estruturais para a ascensão do keynesianismo, que veio incidir com maior controle político-estatal sobre a atividade econômica capitalista, por meio de uma maior presença de intervenções estatais na economia, inclusive regulando preços no mercado e, a ele se seguindo, a grande oferta de crédito advinda com a liberação das moedas dos seus lastros metálicos²¹.

De acordo com a argumentação de Ferreira (2000, p. 38-9),

a crise de 29 foi um sinal de que o nível de consumo social daquele período era insuficiente para absorver a produção de mercadorias até ali alcançada e para possibilitar um crescimento subsequente. Naquele momento se teve notícia de um brutal movimento deflacionário que foi, na verdade, o elemento através do qual se manifestou a necessária destruição de valor excedente irrealizável no mercado. Somente a partir da destruição da produção de valor excedente é que foi possível retomar o fôlego para um novo ciclo de acumulação. Várias medidas foram adotadas na tentativa de contornar a crise. Era necessário, a partir de então, um nível de consumo total superior, que se adequasse à produção em massa do fordismo nascente. [...] por outro lado, a situação exigia uma outra postura do Estado, cuja expressão principal da mudança adveio com a implantação do *New Deal* americano. Dali surgiram políticas keynesianas que, permitiriam ao Estado financiar a atividade econômica, ainda que por meio do maior endividamento, além de regulamentar os contratos de trabalho – incluindo a criação do seguro desemprego, de férias remuneradas... –, e, também, da utilização de outros mecanismos de sustentação da demanda. Neste sentido, “o *fordismo aliou-se firmemente ao keynesianismo*” (HARVEY, 1992, p. 125). Na verdade, as políticas keynesianas significavam a tentativa de manter estável o consumo social através de gastos estatais ou

²¹ A crise de 1929 atingiu fortemente a economia brasileira, que foi levada a queimar aproximadamente 1/3 da produção nacional de café como forma de elevar o preço do nosso principal produto de exportação (FURTADO, C., 1980).

indiretamente, por meio da ampliação do crédito ou de medidas que estimulassem o consumo social.

Dessa maneira, a burguesia imaginou poder conter não apenas as crises capitalistas de superprodução, mas também, e sobretudo, o ímpeto do proletariado em luta. De fato, a ascensão dos Estados de Bem-Estar Social (*Welfare States*) representou uma concessão da burguesia aos movimentos sociais que, por outro lado, foram arrefecidos, tendo em vista a relativa satisfação dos interesses dos setores sociais proletários, que, em certa medida, foram incluídos no acesso aos serviços básicos da sociedade, através da maior incidência de gastos estatais para com infraestrutura social (saúde, educação, moradia...). Noutro aspecto, a grande burguesia internacional teve de se contentar ao ver crescerem importantes barreiras protecionistas a partir da ação de Estados nacionalistas.

Tais barreiras se tornaram o alvo principal das ações da grande burguesia mundial durante o período recente, quando, paralelamente à retomada da hegemonia ideológica dos economistas neoclássicos, foram redefinidas as bases do comércio exterior e das funções dos Estados capitalistas em todo o mundo.

Seus ideólogos prediletos estavam a postos para defenderem a mais plena liberdade de movimento para o capital, cuja territorialização já não podia ser contida pela força política dos setores burgueses interessados em manter seus domínios em mercados com extensão nacional. A reorganização dos ditos Estados Nacionais, na perspectiva dos interesses da grande burguesia mundial, assumiu o receituário definido pelos economistas neoclássicos, que motivou a eliminação de gastos estatais com serviços públicos, além de desregulamentar o comércio e os fluxos de capital.

Há de se destacar que a retomada ideológica neoclássica se deu juntamente com a crise capitalista dos anos 70, que expressou a falência das políticas keynesianas em tornar o capitalismo imune às crises. Conforme o argumento neoclássico, “[...] a enganosa política monetária e creditícia adotada durante quase todo o período posterior à Segunda Guerra Mundial levou os sistemas econômicos de todos os países industriais do Ocidente a uma situação instável [...]” (HAYEK, 1985, p. 25). O

keynesianismo, portanto, tornou-se o principal vilão da crise de 1970, particularmente por ter induzido o Estado a gastar além do que era capaz de arrecadar e, também, por ter se rendido às reivindicações salariais dos sindicatos. Em ambos os casos, houve, segundo os economistas neoclássicos, uma oferta de moeda descontrolada, geradora de processos inflacionários que conformaram a referida instabilidade econômica da década de 70 e, com ela, a obstaculização do crescimento econômico capitalista.

Para estes autores (monetaristas, como ficaram conhecidos), sempre apoiados na “Lei de Say”, para a qual não há, teoricamente, contradições no modo capitalista de produção que levem ao desemprego involuntário e à superprodução, o mercado sempre encontra seu equilíbrio desde que haja plena liberdade mercantil para tanto. Dessa forma, a causa do desemprego estaria na ação dos sindicatos forçando aumentos de preços salariais tornados “irreais” em relação aos preços livremente definidos pelo mercado. A inflação, por sua vez, seria o principal sintoma de tais distorções do sistema de preços. Como afirma Friedman (1980, p. 276), *“a inflação é um fenômeno monetário que tem origem no crescimento mais rápido do volume de moeda do que da produção (embora, claro, possam ser muitas as razões do aumento do volume de moeda)”*, lembrando que a ação do Governo poderia evitá-la, desde que ele, *simplesmente*, garantisse *“um mercado livre e uma quantidade estável de dinheiro”* (HAYEK, Op. cit., p. 34).

A reação do grande capital transnacional à crise dos anos 70, principalmente após os Governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, veio não só trazer à tona, bem como reforçar o argumento neoclássico em favor do “livre” mercado, que se materializou na forma de políticas conhecidas como neoliberais, adotadas pelos Estados burgueses na quase totalidade do planeta. A dominação da burguesia transnacional foi fortalecida com a ajuda político-ideológica dos seus ideólogos mais destacados, assim como a condição de hegemonia assumida pelos autores neoliberais, em particular nos cursos de Economia em praticamente todo o mundo, foi profundamente reforçada pelo status político e econômico da grande burguesia mundial. Esta, por sua vez, não poderia deixar de reconhecer este fato e mesmo de premiar seus melhores defensores; dessa forma, a burguesia criou, inclusive, um Prêmio Nobel de Economia, instituído em 1968 pelo Banco Central da

Suécia, a fim de agraciar seus ideólogos. Não por acaso, o elenco de agraciados com o Nobel de economia expressa, claramente, as inclinações teóricas e culturais da grande burguesia do planeta. Como informa um dos grandes ideólogos neoliberais, contemplado com o Nobel de Economia em 1976,

até agora, 22 pessoas receberam o Prêmio Nobel de economia. Nenhuma delas era mulher – assim, a julgar somente pelo passado, a coisa mais importante a fazer, se a pessoa quer ser um laureado Nobel, é ser homem. [...] Um segundo requisito é ser cidadão dos Estados Unidos. Doze dos 22 recebedores do Prêmio Nobel foram dos Estados Unidos, quatro do Reino Unido, dois da Suécia e um de cada um de outros quatro países. [...] Uma terceira generalização é [...] o resultado estatístico mais interessante. Dos doze norte-americanos que ganharam o Prêmio Nobel de economia, nove ou estudaram ou lecionaram na Universidade de Chicago. E, [...] em acréscimo a estes nove, [...] outro, Friedrich Hayek, também lecionou na Universidade de Chicago durante dez anos (FRIEDMAN, 1988, p. 79-80).

O que se pode concluir é que a burguesia, particularmente a grande, sabe exatamente o que quer e, também, onde encontrar pessoas prontas a defender seus interesses mais caros. As Escolas de Chicago e Austríaca são os principais redutos dos economistas neoclássicos no mundo, onde se pode, a toda hora, reconhecer defensores inarredáveis do “livre” mercado, que, diga-se de passagem, não é o mesmo que liberdade política ou liberdade de ter acesso ao produto social, mas, sobretudo nos dias atuais, representa a condição exigida pelos maiores capitais do planeta em favor de sua livre territorialização.

2.4 MUNDIALIZAÇÃO CAPITALISTA E REDEFINIÇÕES NO USO DO TERRITÓRIO: O ESPAÇO RURAL BRASILEIRO A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XX

O uso do território brasileiro na atualidade vem se realizando sob a hegemonia da cooperação capitalista que se estrutura por meio da constituição do mercado mundial. O fenômeno mais evidente em termos desse processo hegemônico atuando

no campo brasileiro chama-se *agrobusiness*; com esta expressão, pretende-se referenciar um movimento de investimentos capitalistas no espaço agrário brasileiro, que se intensificou durante a década de 90 do século XX e permanece com ímpeto nos dias atuais. A ascensão recente do agrobusiness abrange uma incidência ainda maior de empresas capitalistas atuando em território nacional e, particularmente, no campo, em relação ao qual se estrutura a maior parte das ações do grande capital com expectativas em relação ao Brasil.

Como se pode verificar na história econômica brasileira, este país sempre esteve vinculado ao mercado mundial, principalmente através do que foi produzido no campo. Entre o ciclo colonial da cana de açúcar e os outros ciclos de maior importância na história econômica nacional, como algodão, borracha, cacau e café, pouca coisa se modificou em termos da posição exercida pela economia nacional no ambiente do mercado mundial e da divisão territorial do trabalho, cujo processo se estrutura na totalidade espacial. E, hoje, a burguesia no Brasil canta vitória em função do complexo da soja, que bate recordes de produtividade e de agressão à biodiversidade.

Com os novos fluxos de investimentos e de mercadorias recentemente incorporados ao mercado mundial são motivadas ações no espaço rural brasileiro que redefinem o uso do território, assim como a importância política e econômica dos agentes envolvidos no processo de disputa territorial.

Ressalte-se que a mundialização modernizadora capitalista observada a partir da década de 1980 teve como fundamento o aumento da influência dos grandes capitais transnacionais sobre o espaço global. No caso do Brasil, foram definidas políticas públicas, através de reformas constitucionais, principalmente após a ascensão do Governo Collor, em 1989, a fim de favorecer a circulação dos grandes capitais no território brasileiro. Com isso, aumentou o poder das instituições controladoras dos capitais transnacionais sobre o uso do território rural nacional.

Há de se destacar que os fluxos financeiros transnacionais assumem importância crucial na atual dinamização do espaço rural no Brasil, e são, por sua vez, as instituições financeiras as que exercem maior comando sobre o uso deste território.

Santos (2002, p. 210) reforça que, na atualidade, *“o sistema financeiro se torna o verdadeiro regulador da economia internacional (Badie & Smouts, 1992, p. 137) [...]”*.

Começando pelas instituições multilaterais criadas no pós-guerra, a fim de gerir o sistema financeiro mundial, entre as quais evidencia-se o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e passando pelos bancos privados e fundos de investimentos, o que se percebe é um sistema mundializado de relações de trocas financeiras, créditos e obrigações que configuram uma imensa massa de agentes interdependentes, atuando hierarquicamente em função do grau de monopólio que cada agente dispõe sobre as mercadorias mais valorizadas do sistema mundial de trocas mercantis:

[...] o crescimento do setor é espetacular. Um bilhão de dólares é o movimento diário de um mercado financeiro que tem agora uma localização multicontinental. Eram 250 milhões em 1985 (Ph. Defarges, 1993, p. 43). Paralelamente, a atividade financeira ganhou autonomia, justificando-se a si mesma e ganhando um volume muitas vezes maior que o comércio de mercadorias. Cada vez que se troca 1 dólar de mercadoria, trocam-se 40 dólares no mercado financeiro. [...] Nota-se, ao mesmo tempo, uma tendência à concentração (SANTOS, Op. cit., p. 208).

A engrenagem do sistema financeiro, por sua vez, é indissociável do funcionamento produtivo do capital, tendo em vista que praticamente todo o universo produtor de mercadorias tem por base financiamentos oriundos do sistema financeiro; e sob a justificativa de serem ofertantes de um simples serviço, os bancos e instituições financeiras se tornaram responsáveis pelos maiores índices de apropriação de mais-valia produzida socialmente. Conforme Santos (Op. cit., p. 133) enfatiza,

[...] os bancos, tornados globais, incorporam e unificam a mais-valia, a partir de suas mais diversas manifestações, e independentemente do seu nível. Todos os tipos de lucros são processados pelo sistema financeiro [...]. Pela sua ação, os bancos são, hoje, um importante fator geográfico, graças à sua intervenção sobre a divisão do trabalho.

Além do mais, quanto mais concentrado fica o dinheiro, mais difícil se torna o acesso a ele, e maior valor relativo encontram essas mercadorias na troca por outras mercadorias. Esse preço de monopólio, em se tratando da mercadoria universal (meio de troca universalmente aceito e, portanto, mais demandado em todo o mundo sob o capitalismo), coloca as instituições financeiras transnacionais em condições de acumulação privilegiadas frente aos demais agentes privados da economia e, também, aos orçamentos públicos dos Estados, que estabelecem a transferência de recursos em função do que conseguem arrecadar e de quanto conseguem cortar em gastos.²² Aliás, não é novidade que os compromissos com a dívida pública estão em primeiro lugar na pauta de ações dos governos hegemonicamente burgueses, entre os quais o Governo Lula da Silva, no Brasil.

A política governamental burguesa, sob a mundialização capitalista, se realiza em função de deixar o capital circular sem impedimentos institucionais, tenha ele a origem imediata que for.

Em um debate público, o patrão de um dos maiores grupos europeus explicou sumariamente que a 'globalização'²³ representava 'a liberdade para seu grupo implantar-se onde ele quisesse, o tempo que quisesse, para produzir o que quisesse, abastecendo e vendendo onde quisesse, e tendo como suporte o mínimo de obrigações possíveis em matéria de direito do trabalho e de contratos sociais' (CHESNAIS, 1997, p. 24).

Na realidade, a política pública dos Estados burgueses, em geral, busca a todo custo atrair capitais transnacionais oferecendo-lhes condições vantajosas de atuação no território nacional. O fenômeno de uma *"guerra dos lugares"* (SANTOS, 2004) expressa esse momento, no qual os agentes territoriais se reúnem por grupos de

²² Trata-se de *"20 a 25% dos gastos orçamentários dos países da OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento econômico, que reúne os principais países capitalistas do mundo]"* (CHESNAIS, 1997, p. 33), que, depois de extraídos da sociedade sob a forma de impostos, são apropriados pelos investidores financeiros.

²³ O termo "globalização" foi difundido a partir das escolas americanas de administração de empresas e tem um sentido ideológico, para não dizer estratégico, para os grandes grupos econômicos, à medida que define o ambiente "global" como o novo campo para onde essas empresas devem reorientar suas atividades. (CHESNAIS, 1996, p. 23).

interesses corporativos, a fim de atrair capitais, principalmente financiamentos. Neste rol estão desde os capitais privados até os representantes do poder público, pressionando e normatizando o espaço em benefício corporativo. E é preciso ressaltar que o movimento de mundialização do capital não se dá apenas em função de interesses ditos estrangeiros, em oposição a um dito interesse “nacional”, já que conta com o apoio político de uma elite originariamente “nacional” que, sintonizada com os interesses de expansão do mercado mundial, pressiona por medidas visando à liberalização comercial e financeira do território nacional, típicas do processo de mundialização capitalista. E quanto mais dependente do mercado mundial vai ficando a sociedade brasileira, maior é a força em favor da mundialização capitalista porque maior é busca do povo brasileiro e das empresas instaladas nacionalmente por produtos e recursos do mercado mundial. Aliás, são também os consumidores nacionais de mercadorias que estão apoiando a dita liberalização. São, por exemplo, os agricultores que comemoram poder comprar insumos e bens de consumo mais baratos, quando os produtos importados são vendidos internamente por um menor preço, já que as chamadas políticas neoliberais diminuíram-lhes a carga de tarifas alfandegárias.

O argumento dos governos em favor da referida *globalização*, portanto, também é válido, se tomado do ponto de vista dos interesses *mais imediatos* dos consumidores mercantis brasileiros. Se os agricultores estão comprando sementes de soja transgênica importada é porque está compensando financeiramente produzir tal produto e, segundo o interesse do agricultor que compra sementes, ou máquinas, ou tem acesso a crédito a partir do mercado mundial, há de se baixar, ainda mais, as tarifas alfandegárias. Quem seriam, neste caso, os principais motivadores da mundialização modernizadora capitalista? Além dos compradores nacionais, também os capitais originalmente com sede no Brasil (segmento este, remanescente da *elite nacional* que está, também, à frente do agrobusiness), com vistas à exportação de seus produtos e interessados em conquistar novos mercados está sintonizado com os interesses da elite burguesa mundial e em favor da mais ampla liberdade de trânsito para o capital transnacional.

A divisão territorial do trabalho torna-se, por este aspecto, hegemonicamente definida em função da atratividade que cada lugar do mundo oferece ao capital, sendo

que alguns lugares são importantes porque consomem muito, enquanto outros reúnem maior importância por se deixarem consumir ao extremo. E assim vão se redefinindo as desigualdades regionais no planeta, por meio de decisões de investimento privadas. E, como mudou a estrutura produtiva do mundo, o espaço rural brasileiro também sofreu consequências no processo.

Santos (Op. cit., p. 238) acrescenta que, *“antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e carregados de artifício. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural”*. Na medida em que se disseminou ainda mais pelo mundo a produção e circulação de mercadorias, puderam ser ainda mais concentrados os meios de produção da existência humana sob o capitalismo. Começando pelo dinheiro, passando pela infra-estrutura produtiva e indo até a propriedade da terra, o que se percebe é uma grande pressão em favor da concentração e centralização dos capitais, tornados monopólios transnacionais.

No campo brasileiro, a expansão modernizadora do capital encontra uma fronteira de recursos que se está abrindo, desde que não haja maiores resistências, e se destinando à satisfação de interesses corporativos com a mediação estatal; por seu turno, o aumento desta influência burguesa transnacional sobre o território rural nacional se dá em detrimento das populações camponesas, que já se mostraram mais autônomas no acesso ao uso do território, ainda que sob a influência de antigas elites locais e nacionais.

Neste momento, é, precisamente, em função dos interesses da acumulação transnacional que se organiza o espaço e se usa o território no Brasil, como também no mundo. O território rural brasileiro se mostra dominado por tais interesses e, particularmente, no Brasil o desenvolvimento do mercado se deu de modo profundamente dependente, o que torna as relações de troca deste país mais desvantajosas. Assim, se pode reiterar que o território rural brasileiro interessa aos capitais transnacionais mais pela possibilidade destes se apropriarem, pela dominação, de recursos e meios de produção, do que por um eventual poder de consumo aqui realizado, pois este se realiza mais intensamente em outros lugares, considerados

centrais do ponto de vista da circulação dos meios de troca mercantis. Por mais que, recentemente, se tenha aumentado o consumo de mercadorias pela população brasileira (SANTOS, 2004), isto se fez de modo a aprofundar a dependência da população em relação ao mercado mundial, e, neste sentido, as relações de troca tendem a se tornar ainda mais desvantajosas.

A questão também se refere ao fato de que o desenvolvimento socioespacial não se coloca, simplesmente, em termos do consumo de mercadorias, pois, enquanto este aumenta de forma cada vez mais dependente do crédito privado, amplia-se o movimento de concentração dos meios de produção pelo capital e, com ele, as condições essenciais de realização da expropriação mercantil, cujo pressuposto não é outro senão o maior grau de monopólio atingido pelo capital a cada momento do seu desenvolvimento. É, portanto, inteiramente aceitável o argumento de que as relações com o mercado mundial, a cada fase de expansão do capitalismo, são cada vez mais desiguais economicamente, ainda que a elite “nacional” ainda tenha nessa expansão sua esperança de vida.

Em acordo com as proposições de políticas neoliberais, o Governo brasileiro vem atendendo aos interesses do mercado mundial tendo se mantido, no período do governo atual (Lula), na condição dominante de agente territorial movido pelos interesses de expansão do capital transnacional.

Entre algumas das medidas adotadas pelos governos brasileiros, principalmente a partir da década de 1990, destacam-se a abertura comercial, a política de estabilização monetária e as reformas da Constituição de 1988 (basicamente, a reforma fiscal, a previdenciária e a trabalhista). Tais mudanças tiveram impactos importantes em termos das políticas agrícolas e agrárias levadas a cabo pelo Governo Federal.

Em termos do ajuste fiscal, houve uma grande diminuição dos gastos públicos com infra-estrutura social no campo. O corte de verbas também atingiu fortemente os institutos de pesquisa e assistência técnica do governo, além de inviabilizar os mecanismos de proteção mercantil da agricultura brasileira, principalmente o Crédito Subsidiado e a Política de Garantia de Preços Mínimos, que marcaram as décadas de 70 e 80 do último século (GASQUES [et alii], 2004).

A reforma da previdência, por sua vez, alterou *“drasticamente os benefícios dos trabalhadores rurais quando saíram do sistema FUNRURAL”* (SOARES; SAUER, 1998, p. 57). Esta reforma se deu em função de cobrir o déficit financeiro dos órgãos estatais de seguridade social e incidiu, principalmente, sobre os trabalhadores na forma de uma nova legislação que impunha aos aposentados a cobrança de contribuição previdenciária, enquanto que, no passado, os trabalhadores deixavam de pagar a previdência tão logo se aposentavam. Há de se ressaltar que no caso da previdência rural houve também ampliação de direitos, principalmente no caso das mulheres, que se têm organizado com muita insistência, tendo garantido, recentemente, sua inclusão na condição de trabalhadoras rurais (PAULILO, 2003) e, dessa forma, obtiveram acesso aos ganhos previdenciários.

Com a reforma trabalhista, grande parte da legislação foi alterada, eliminando direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. O resultado foi uma redução relativa, ainda maior, do preço pago pela força de trabalho no país. A reforma referida também legalizou o processo de flexibilização das relações trabalhistas no Brasil, num cenário em que o Governo Federal faz campanha contra o trabalho escravo e defende uma suposta liberdade de negociação salarial envolvendo trabalhadores assalariados e empresas monopolistas transnacionais; liberdade de negociação que foi ainda mais negada aos primeiros com a revolução tecnológica recente que permitiu às grandes empresas colocarem em concorrência os trabalhadores de diversos lugares do mundo que, hoje, disputam os reduzidos postos de trabalho assalariado; tudo isso como consequência do avanço tecnológico sob o modo de produção burguês, no qual os benefícios do desenvolvimento humano são apropriados privadamente e, pior, usados em favor da submissão de uma massa crescente de proletários.

A política de estabilização monetária, tendo em vista reduzir o risco dos investimentos do capital transnacional, diminuiu a inflação, mas acabou, mesmo, foi com os mecanismos de correção salarial que procuravam remarcar os preços dos salários conforme os aumentos dos níveis gerais de preços. A inflação que acabou foi a dos salários e, também, dos preços cobrados por agentes de mercado sem desprovidos de poder para repassar aumentos de preço ditados pelos setores mais monopolizados do mercado, pois, estes últimos continuam ditando graduais aumentos de preços, como

é o caso dos produtores de combustíveis, de remédios, de energia elétrica, de telefonia, entre outros.

Para completar o quadro das políticas referidas, não se pode esquecer que as tarifas cobradas para o trânsito de mercadorias (incluindo as finanças) no país foram reduzidas drasticamente. Para se ter uma idéia, no ano de 1991 *“foi apresentado um cronograma de redução da tarifa média, para grupos de produtos agrícolas, insumos e equipamentos, que deveria cair de 32,2% para 14,2% ao longo de três anos”* (GASQUES [et alii], 2004, p. 16).

No campo brasileiro, como também no contexto mundial, aumentou, por intermédio das políticas de cunho neoliberal, a “liberdade” de mercado em função dos atuais interesses das elites mundiais burguesas, ainda mais com a ajuda da maior parcela dos Estados nacionais, que já não pretendem, pelo menos na mesma intensidade de outrora, garantir direitos conseguidos pelos trabalhadores em lutas passadas²⁴. Houve, com isso, uma reorganização do espaço rural brasileiro, o que, por sua vez, contribuiu para redefinir os parâmetros e os agentes que mais influenciam a dinâmica do uso do território neste espaço rural.

Numa perspectiva, foram os capitais transnacionalizados, e especialmente as instituições financeiras (bancos, fundos de pensão e investimentos, entre outras), que aumentaram seu poder em relação ao uso do território brasileiro. Enquanto esgotou-se o volume de investimentos público-estatais no país, tal qual o crédito subsidiado pelo Governo Federal para a agricultura, aumentou a recorrência dos agricultores aos empréstimos privados, num cenário macroeconômico de altas taxas de juros. Com isso, os bancos, que já eram *“[...] donos das maiores propriedades [de terras] em cada estado”* do país (SILVA, 1994, p. 139), passaram a controlar ainda mais o acesso ao uso do território rural brasileiro, ampliando, sobretudo, suas margens de apropriação de mais-valia social.

²⁴ Essas lutas resultaram na constituição dos Estados estruturados sob a influência do Welfare State, surgido nos Estados Unidos do primeiro pós-guerra, também reforçado com o keynesianismo, e dos Estados que ousaram se constituir em organismos políticos de construção do Socialismo; embora com tantos conflitos e limites, tais experiências permitiram acumular reflexões críticas sobre o tema da emancipação social, aproveitando o melhor do aprendizado revolucionário. Ver Aued (1995), Kurz (1993), Meszáros (2002).

Neste cenário, os produtores rurais passaram a redefinir suas estratégias de reprodução, em vista das novas condições impostas pelos agentes do “livre” mercado mundial²⁵, que resultaram em preços relativos mais baixos para os produtos agrícolas e crédito mais caro.

Entre as formas de produção do campo brasileiro em grande parte superadas em função da afirmação da hegemonia capitalista incluem-se desde estruturas de produção comunitárias, oriundas de modos de produção pré-civilizatórios, até sistemas oligárquicos pós-civilizatórios dominados por elites locais. Neste momento, se percebe o enfraquecimento de tais elites locais que, em grande parte, optam pela tentativa de galgar a modernização dos seus aparatos produtivos do espaço rural, a fim de servir ao capital transnacional, apropriando-se de um domínio relativamente menor do território, embora mantendo certa influência, ainda que apoiada numa forte dependência em relação à grande burguesia transnacional e, sobretudo, financeira. Outra parte da antiga elite local e nacional e, mesmo, das comunidades e famílias camponesas não tem conseguindo acompanhar as exigências do mercado quanto à modernização produtiva e passa por um processo de exclusão mercantil que resulta, para os excluídos, em perda relativamente abrupta de poder sobre o uso do território.

Os chamados agricultores familiares, destaque-se, estão entre os agentes penalizados com a territorialização do grande capital, visto que sua escala de produção é pequena, os recursos financeiros que detém são escassos e os mesmos não têm poder de barganha mercantil; por isso, enfrentam dificuldades para competir no mercado e se apropriar de excedentes da produção social. Nesse contexto, vêm buscando definir estratégias e ações que garantam a *sustentabilidade* de sua reprodução²⁶. No rol dessas iniciativas, parte dos produtores familiares opta por desenvolver atividades cada vez mais especializadas, exploradas com base em tecnologias modernas, pelo menos enquanto tem acesso às mesmas. Muitos pequenos produtores também se voltam ao atendimento de nichos de mercado; o fato é que na

²⁵ Chesnais (1996) conclui que a mundialização capitalista vem acirrando as tendências, inicialmente verificadas por Marx (1983), de concentração e centralização dos capitais, criando uma situação de mercado ainda mais monopolista.

²⁶ O termo sustentabilidade tornou-se notório em todo o planeta, inicialmente atribuído ao aspecto ambiental do desenvolvimento, com o intuito de preservação dos recursos, tendo sido usado, também, no sentido de uma sustentabilidade dos investimentos econômicos e ganhos sociais.

luta pela sobrevivência e reprodução, o segmento vem buscando, em larga medida, inserir-se na modernização capitalista, ampliando em grau crescente os vínculos e a integração com o mercado²⁷ o que, grosso modo, mostra-se uma opção frustrada tendo em vista que, não foram poucos os que sucumbiram ao endividamento, à concorrência e que, junto aos trabalhadores desempregados pelo processo de mecanização recente, foram excluídos do acesso aos meios de produção que ainda lhes restavam. Alijados, também, da terra, pelo capital mundializado, e sem perspectivas de acesso ao emprego nos centros urbanos, este segmento social excluído vem alimentando a criação de movimentos sociais de resistência, canalizados para uma gama diversa de objetivos que resultam no reforço a diferentes formas de intercâmbio social.

O relatório sobre “Conflitos Sociais Agrários” (SANTOS, [et alii], 1998), oriundo do Projeto de Cooperação Técnica (INCRA/ FAO), explica que

[...] a atração das regiões metropolitanas para as populações migrantes, do espaço rural ou das pequenas e médias cidades, tende a diminuir, sugerindo uma maior pressão sobre a terra das populações que não mais identificam fatores de atração para o êxodo rural; aumento, portanto, da disposição para participar de lutas sociais pela terra ou de se envolver em conflitos pela posse e propriedade da terra.

Ainda com relação aos efeitos desse processo de mundialização concentrada do capital sobre os pequenos e médios produtores rurais brasileiros, o que se tornou evidente, além de um radical movimento de proletarianização por eles enfrentado, foi uma busca por novas formas técnicas e organizativas da produção por eles realizada. Conforme citado anteriormente, a iminência de uma completa proletarianização, capaz de comprometer a própria existência física dos agricultores, parece ter desencadeado formas mais diversificadas de reprodução social que vão desde a chamada *pluriatividade*, onde os trabalhadores rurais passam a agregar “novas” atividades à dinâmica da família rural, incluindo formas de assalariamento e nichos de mercado em

²⁷ Silva [et alii] (1997) destaca as tendências recentes de mercantilização do espaço agrário brasileiro.

atividades não-agrícolas até estratégias reprodutivas fundamentadas por críticas mais incisivas ao modelo de desenvolvimento rural preconizado pela nova elite mundial.

Em meio a estas estratégias podem ser encontrados modelos de desenvolvimento mais inovadores em termos de formas de cooperação e intercâmbio que vão do desenvolvimento de novas formas cooperativas e associativas de produção do campo, incluindo o cultivo de ecossistemas mais diversificados, com vistas ao mercado e também ao autoconsumo, até formas técnicas que nos dão conta de uma cooperação cuja teleologia extrapola a sociedade humana a fim de incluir, por meio de conhecimentos ecológicos, o intercâmbio harmonioso com outros sistemas naturais.

Não resta dúvida que, ao impulsionar a exclusão das formas camponesas tradicionais do acesso ao uso do território, negando-lhes a propriedade dos meios de sua reprodução, a modernização capitalista, na atualidade, permanece como sendo a causa primordial do êxodo rural e dos problemas sociais relacionados ao crescimento demográfico descontrolado das cidades; que, em vista da falta de perspectivas de emprego assalariado, impulsiona o desemprego e o subemprego e, também, com frequência, estimula a adoção de outras formas de intercâmbio social, como o crime organizado, a prostituição, o tráfico de entorpecentes, a mendicância, além de outras modalidades de reprodução da vida moral e fisicamente degradantes.

O mais interessante, entretanto, é que a resistência à exclusão do mercado também pode e, de fato, atua como força motriz de uma superação das próprias formas de intercâmbio burguesas, e, em certos casos, a iniciativa de emancipação é consciente e politicamente organizada por parte dos setores sociais marginalizados. A reintegração social, econômica e cultural, nesses casos, apresenta-se, sobretudo, sob a forma de movimentos sociais e, mesmo, de *“redes de movimentos sociais”* (SHERER-WARREN, 1996) organizadas em função de identidades que são constituídas, basicamente, por sua condição de classe social oprimida e excluída do acesso aos meios de produção e uso do território, conforme se verifica na realidade atual do campo brasileiro.

Navarro (2002, p. 273) enfatiza que

a redução das formas de ocupação [emprego] rural tem estimulado, por certo, a adesão ao MST, pois se constitui uma 'população sobrando', que parece não poder recorrer mais nem às cidades (onde as chances de emprego também se reduziram) e nem às regiões de fronteira livre, no Norte, em vista da apropriação privada dessas terras [...].

Além do Movimento Sem Terra, que parece ter obtido maior visibilidade, atualmente são referências organizativas no campo brasileiro também outros tantos movimentos sociais, como organizações de Indígenas, de Quebradeiras de Coco Babaçu, de Remanescentes de Quilombos, de Atingidos por Barragens²⁸, de Mulheres Agricultoras, de Seringueiros²⁹ etc., além dos pequenos agricultores que se organizam no Movimento de Pequenos Agricultores - MPA.

A mundialização do capital, portanto, ao mesmo tempo em que redefine a questão territorial brasileira pela afirmação de sua lógica mercantil, também o faz em função da sua autonegação, pelo movimento de exclusão do mercado que o seu desenvolvimento contraditório desencadeia.

A resultante da luta pelo acesso ao uso do território por setores proletarizados encontra-se, sobretudo, embora não apenas, materializada no crescente número de assentamentos de reforma agrária distribuídos pelo país. De acordo com Bergamasco e Norder (2003, p. 54), existem “[...] mais de 400 mil famílias incluídas em cerca de três mil assentamentos espalhados pelo Brasil [...]”. Leite [et alii] (2004, p. 56), no entanto, utilizando-se de informações do Dataluta, fala de “4373 projetos de assentamento existentes no Brasil no final de 1999, [dos quais] 2,5% foram criados antes de 1984, 14% entre 1985 e 1989, 11% de 1990 a 1994 e 73% entre 1995 e 1999”. Porém, o mesmo autor (Op. cit., p. 56) pondera que

²⁸ Sobre a organização dos Atingidos por Barragens, ver: Araújo (1994); Bergamasco e Norder (2003).

²⁹ Sobre os movimentos de Seringueiros em torno da criação e do controle de uso das reservas extrativistas, ver: Franco (1994).

[...] a criação de assentamentos é, muitas vezes, contrabalanceada pelo desaparecimento de pequenas propriedades, provocado pelo endividamento, pela depreciação dos produtos agrícolas ou simplesmente pelo avanço da especulação fundiária e da grande agricultura capitalista, que continuam a ocorrer ³⁰.

A nova condição de assentado, por sua vez, reincorpora um montante significativo de agentes sociais, protagonistas da luta pela reforma agrária, a uma situação que se assemelha à condição de pequenos produtores rurais, donde decorre uma série de motivações políticas, econômicas e organizativas, a fim de evitarem um novo processo de exclusão. Os assentados, portanto, não escapam à pressão dos grandes capitais que querem se territorializar e, por isso mesmo, são alvos de cobiça em função dos recursos que conquistaram, e, neste caso, há claramente um conflito pela ampliação do uso que se faz do território. Não se imagine, com isso, que a situação de conflito se restrinja ao momento das ocupações, mas nos próprios assentamentos se sabe que nem mesmo a permanência numa terra já conquistada está garantida e, de fato, é preciso avançar cada vez mais no processo organizativo, pois sem desenvolver constantemente sua organização poderão, num maior ou menor intervalo de tempo, retornar à condição de proletários, expropriados e, literalmente, sem terra.

A luta dos Sem Terra, a partir do momento em que têm acesso ao assentamento, refere-se, sobretudo, à sua permanência na terra, como base para a ampliação do seu acesso ao uso do território; tendo em vista que, com a conquista do assentamento, não se desfazem os laços com o Movimento Sem Terra, pelo menos se pode dizer que é comum verificar que os assentados continuam contribuindo com o Movimento, e não há nada de contestável em contribuir com o que se acredita, principalmente se for uma opção voluntária, pois não se pode, por outro lado, negar que integrar o Movimento

³⁰ Parente (2002, p. 1) destaca que “dados do IBGE e do INCRA apontam nosso país como possuidor de uma das maiores concentrações de terra do mundo. Em 1985, dos 4,4 milhões de imóveis rurais cadastrados pelo INCRA, 2% detinham 58% dos 595 milhões de hectares reservados à produção agropecuária, enquanto 55% desses imóveis incorporavam, somente, 4% do total dessa área aproveitável. O Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96 sinaliza para um aumento significativo dessa concentração, em razão do desaparecimento de quase um milhão de estabelecimentos rurais, entre 85 e 1995, sendo 683 mil com menos de 10 hectares e 250 mil, aproximadamente, com área entre 10 e 100 hectares”.

Sem Terra não resulta em certas vantagens do ponto de vista do acesso ao uso do território, como se poderá evidenciar no decurso desta exposição

Na situação de precisar manter o acesso ao uso do território que conquistaram, encontram-se, pois, próximos aos demais pequenos produtores rurais, com os quais vêm assumindo reivindicações comuns e construindo espaços de organização política e econômica, tentando assegurar-se de seus objetivos estratégicos. Pela tradição político-organizativa que os levou ao êxito quanto ao acesso à propriedade e uso da terra e, sobretudo, pela iminente proletarização que experimentam cotidianamente, os Sem Terra têm se constituído, ao lado de uma grande parcela de pequenos e médios produtores rurais, num setor que, entre os agentes com atuação no campo brasileiro, mais tem avançado em termos políticos, tendo resultado, inclusive, em conquistas relacionadas com as políticas públicas.

Deve-se enfatizar que a agenda de políticas públicas do país já não é mais apenas definida em função dos interesses dos latifundiários. Instituiu-se uma política diferenciada para o espaço rural brasileiro. Conforme destaca Martins (2002, p. 216),

pela primeira vez na história brasileira, [viabilizou-se] a eleição da agricultura familiar como sujeito da política fundiária, econômica e social, o que veio a se materializar na criação de um ministério específico, que é hoje o MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário].

Guanziroli (2000, p. 286) também observa, no Brasil, *“uma tendência ao realinhamento da política agrícola ao público da agricultura familiar”* e destaca que

embora os benefícios aos grandes ‘fazendeiros’ não tenham sido totalmente abandonados, cabe destacar que o governo, através do Ministério da Agricultura (Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR), inaugurou em 1996 um programa inteiramente dedicado ao fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar]).

Entretanto, segundo este autor (Op. cit., p. 285), *“ainda é muito baixo o montante de recursos destinados a este setor. O Pronaf, por exemplo, conseguiu atender 400.000 produtores familiares em 1997 sobre os cerca de 4,3 milhões de agricultores familiares que existem no país”*.

Por sua vez, o Pronaf passou a orientar um processo de modernização da pequena produção rural que, em essência, visa integrar os produtores aos mercados controlados por agroindústrias capitalistas e suas redes de comercialização; aliás, é provável que o dinheiro do Pronaf circule passando pela mão dos pequenos produtores rurais e termine voltando para o lugar de onde saiu, ainda que o Programa tenha sido reconhecido por introduzir um enfoque territorial na política agrícola, ao associar o financiamento de infra-estruturas coletivas às deliberações dos conselhos municipais de desenvolvimento rural e à elaboração de planos municipais.

O que salta aos olhos, ainda, é a profunda hierarquização do volume de recursos definido para cada ramo de atividade econômica que privilegia a produção de alguns produtos, principalmente aqueles voltados ao mercado internacional, em torno dos quais se organizam as cadeias produtivas territoriais, como é o caso da soja e do fumo³¹. Disso conclui-se que as políticas públicas, mesmo aquelas destinadas ao atendimento dos pequenos e médios produtores rurais, estão em disputa quanto ao tipo de modernização pretendida, visto que não há consenso em relação ao modelo de desenvolvimento destinado ao campo brasileiro nem mesmo entre os representantes do próprio governo que criou o Pronaf (VEIGA, 2002, p. 137).

Afora todas as desavenças internas, têm prevalecido entre os governos brasileiros políticas agrícolas e agrárias alinhadas com as orientações e projetos do Banco Mundial (BIRD). Além do Pronaf, de que já se tratou, o Banco da Terra, ou melhor, a *“reforma agrária de mercado’ do Banco Mundial no Brasil”* (SAUER, 2003, p. 73), implantado a partir de 1997, expressa a participação dos agentes financeiros transnacionais na dinâmica territorial brasileira. Ressalte-se que, na mundialização

³¹ Conforme Silva (2003, p. 116), *“no ano de 1997, do total de recursos, 552 milhões, destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [...], 180 milhões foram utilizados para custear lavouras de fumo, ou seja, 32%. No sul do país, essa percentagem acentua-se: Santa Catarina destinou 55% do custeio do PRONAF ao fumo, e o Rio Grande do Sul, 46%”*.

capitalista contemporânea, o crédito é um dos mais importantes mecanismos de controle do uso do território.

O Banco da Terra, ou Cédula da Terra, como ficou conhecido este projeto no Brasil, é, num sentido, uma alternativa para os latifundiários poderem vender os títulos de suas propriedades preservando relativamente seu capital; isto por funcionar como abertura de crédito para que trabalhadores rurais sem terra e minifundistas possam comprar seus lotes diretamente dos fazendeiros (SOARES; SAUER, 1998) que têm, entre outros objetivos, elevar a demanda do mercado de terras e, com isso, o próprio preço pago pelas propriedades rurais, o que não deixa de ser uma saída negociada para os *ruralistas*³². Noutro aspecto, é um meio de tentar arrefecer o ímpeto dos movimentos sociais do campo no Brasil, substituindo as desapropriações por trocas mercantis (crédito fundiário), através de uma medida que, em princípio, visa ao “alívio à pobreza”, mas que torna seus beneficiários devedores do sistema financeiro. Não por acaso, a reforma agrária de mercado do Banco Mundial já vinha sendo implantada em países como a África do Sul, Indonésia e Filipinas, cenários de fortes lutas camponesas (SOARES; SAUER, Op. cit.).

Neste sentido, as políticas públicas no Brasil, embora tendo atribuído uma certa atenção aos segmentos sociais do campo menos dotados de capital, o fazem dentro de uma perspectiva que preza pela integração mercantil desses setores, com toda a perda de autonomia e com a proletarianização que isso possa trazer às comunidades locais, e, por outro lado, realizam ações de *reforma agrária* por intermédio do mercado de terras e implantam políticas compensatórias para os excluídos do campo (PARENTE, 2002, p. 3) (garantia de uma renda mínima para as famílias que de fato conseguem ter acesso ao benefício pelo tempo que os credores do Governo Brasileiro permitirem, para não falar dos desvios de recursos públicos que têm havido envolvendo estes programas). Assim, o Governo admite, implicitamente, que existem setores para os quais já não há possibilidades de integração mercantil, apoiado pela idéia de fragmentação, donde surge uma categoria de agricultores excluídos, cuja “[...] situação e [...] desespero não

³² Conforme Vilela (1997, p. 7), “o reembolso por parte dos sem-terra será tão difícil quanto tem sido o reembolso dos empréstimos convencionais (subsidiados). Por outro lado, passa a ser um bom negócio para os grandes proprietários e grileiros vender suas terras a um suposto preço de mercado, em um momento de baixa do preço da terra”.

geram mais remorsos” (FAVERO, 1998, p. 53), já que são simples *dados* de uma realidade em frente à qual parece não haver outra alternativa senão a de se integrar.

Os movimentos sociais, por seu turno, vêm se organizando no sentido de impulsionar certos consensos, ainda que mínimos, em torno de uma linha estratégica de atividades, a fim de pressionar os governos quanto à realização de seus interesses.

Conforme a “Carta da Terra”, documento assinado, em abril de 2003, pelas entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, que incluem o MST, o MPA, a Comissão Pastoral da Terra – CPT e a CONTAG, entre outros movimentos sociais, as reivindicações deste setor incluem a desapropriação dos latifúndios; o combate à violência e à impunidade no campo; a demarcação das terras indígenas e de quilombolas; a criação de reservas extrativistas; o estímulo à agricultura familiar com créditos acessíveis, seguro agrícola, assistência técnica, preços justos e garantia de comercialização; a implantação de agroindústrias cooperativas e associativas; a produção de sementes pelos agricultores, inclusive com incentivos às iniciativas populares de resgate das sementes crioulas, como forma de garantir as sementes como patrimônio da humanidade e a proibição da produção e comercialização de sementes transgênicas, indutoras de monopólio que destrói a soberania dos agricultores e são nocivas ao meio ambiente e à saúde humana; o fomento de técnicas agrícolas não agressivas ao meio ambiente e a preservação e democratização do acesso à fontes e mananciais de águas, como bens públicos e patrimônio da sociedade; a melhoria do sistema previdenciário, público e universal, com acesso e permanência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Regime Geral da Previdência Social; a implementação das diretrizes do Conselho Nacional de Educação nas escolas do campo, a erradicação do analfabetismo e a garantia do direito de todos à educação de qualidade em todos os níveis; a garantia de igualdade de oportunidades e direitos para mulheres e jovens que corrijam discriminações decorrentes de práticas e sistemas sociais injustos; e a elaboração de políticas específicas para cada região do país, sobretudo para as que sofrem com condições climáticas adversas, em especial para a convivência com o semi-árido brasileiro. Estas entidades e movimentos sociais também se posicionam contrários à criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que, segundo afirmam, “[...] vem sendo imposta e representa o domínio das

*empresas estadunidenses sobre o continente e reivindicam a realização de um plebiscito que abra o diálogo e a participação da população”. Por sua vez, “[...] lutam para o fortalecimento da solidariedade e da cooperação entre os povos latino-americanos”*³³.

A referencia à “Carta da Terra” é bastante ilustrativa em relação ao fato de que os movimentos sociais que se têm organizado em torno da luta por uma reforma agrária no campo brasileiro não têm resumido suas reivindicações, simplesmente, à apropriação da terra, embora se inclua a posse e/ou uso da terra. A questão fundamental para esses movimentos está, sobretudo, ligada à apropriação dos recursos disponíveis territorialmente, incluindo recursos naturais e tecnológicos. A luta pela apropriação dos recursos hídricos, das sementes e da própria educação, portanto, é característica de uma disputa que se refere ao uso do território e dos meios que permitem produzir este uso. As reivindicações, por sua vez, não se referem à possibilidade de utilização do território sob condições arcaicas e subdesenvolvidas, mas avançam no sentido de reivindicar a constituição de tecnologias agrícolas capazes de reproduzir os recursos naturais em harmonia com a produção humana do território, recorrendo a tecnologias de ponta como no caso da agroecologia.

No percurso de sua territorialização os movimentos sociais estão em disputa com os setores sociais ligados ao desenvolvimento das relações de mercado e da apropriação privada de cunho capitalista, cuja expressão mais desenvolvida se apresenta na forma da expansão burguesa da atualidade que articula a produção para um mercado desimpedido por fronteiras políticas nacionais que se reproduz de modo cada vez mais concentrado, principalmente na sua forma financeira.

Pela lógica do mercado, a produção e o uso dos territórios, incluindo o território rural brasileiro, se torna cada vez mais vinculada aos interesses dessa elite transnacional burguesa, *“predominantemente financeira”* (CHESNAIS, F., 1997). Por seu turno, quanto mais se desenvolve este processo de expansão do capital

³³ As informações sobre a “Carta da Terra” foram compiladas e sintetizadas a partir das Cartilhas “Debate sobre a natureza da reforma agrária brasileira”, publicadas pelo Setor de Formação do MST e “O Agronegócio X Agricultura Familiar e Reforma Agrária”, publicada pela CONCRAB (Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) em parceria com a Action Aid/Rio de Janeiro, ambas em 2004.

monopolista, tendo por base o poder político das instituições burguesas, que inclui uma forte ofensiva ideológica, e a base técnica científica e informacional criada em seu favor³⁴, maior vai se tornando o poder destes “mega-agentes” capitalistas sobre o uso dos territórios. Isto deriva numa maior dominação dos recursos sociais e naturais disponíveis localmente em benefício dos capitais privados, sendo que, para tanto, se exige a expropriação dos agentes que tradicionalmente estiveram responsáveis pela gerência de tais recursos.

Atualmente, portanto, os embates em torno da possibilidade de territorialização no campo brasileiro confrontam, particularmente, os setores que no período recente mais se desenvolveram em termos técnicos e organizacionais, com ênfase para as empresas capitalistas transnacionais e os movimentos sociais de pequenos e médios produtores rurais que embora tenham se constituído sob a bandeira não muito precisa da *agricultura familiar*, são, efetivamente, proletários e camadas médias semi-proletárias com interesses precisamente articulados em função do movimento de expropriação capitalista. Há de se ressaltar que os movimentos sociais a que nos referimos ainda não estão aptos a reverter a hegemonia da territorialização capitalista no campo brasileiro, embora tenham avançado bastante em termos político-organizativos. Por sua vez, ainda estão por constituir uma crítica mais contundente e independente da produção capitalista cujo domínio se exerce por meio da submissão desses setores ao mercado.

No entanto, já é possível identificar iniciativas relativamente autônomas, conforme se destacou há pouco, visando à constituição de novas formas de cooperação e intercâmbio. Tais formas, por sua vez, são responsáveis pelo que se pode identificar como uma construção política independente por parte dos movimentos sociais, já que não se deve esperar que a força política desses setores surja da magnitude de capital por eles concentrada como também de seu poder mercantil. Sabe-se, no entanto, que a pressão política dos grandes empreendimentos capitalistas resulta exatamente do montante de capital que concentram e da dependência sofrida

³⁴ Santos (2002, p. 238) reforça que “*essa união entre técnica e ciência vai dar-se sobre a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global*”.

pelos demais agentes socioespaciais em relação à sua posição de ofertante mercantil monopolista.

Em resumo, o que se pretende destacar é que o sucesso das estratégias de territorialização dos movimentos sociais e da chamada *agricultura familiar* decorre, sobremaneira, da capacidade desses agentes desenvolverem uma cooperação não dependente do intercâmbio mercantil burguês já que, no âmbito do mercado, são os grandes capitais transnacionais que mais se beneficiam e estão aptos a acumular riquezas numa magnitude maior que os pequenos e médios produtores. Por outro lado, o desenvolvimento de formas de intercâmbio solidário, como aquelas desenvolvidas no interior das cooperativas autogestionárias e, mesmo, a cooperação ecológica empreendida por alguns setores dos movimentos sociais a que nos referimos podem servir para fortalecer os ditos *agricultores familiares*, ainda que sua maior limitação esteja, efetivamente, relacionada com o limitado intercâmbio da sua pequena produção relativamente isolada, muito embora se destaque que a própria constituição de um movimento social envolvendo pequenos e médios produtores rurais já seja suficiente para revelar a imprecisão do termo agricultura familiar, pois o que, normalmente, ocorre é que os tais agricultores familiares cada vez mais integram assentamentos, associações, cooperativas e movimentos sociais em geral, o que induz a admitir que uma parcela crescente desta produção está realmente tomando corpo em meio a processos que envolvem escalas mais amplas de organização; sendo assim, o volume do que é estritamente produzido no âmbito de organizações familiares vem diminuindo relativamente, sem falar no processo de assalariamento que também reduz, sobremaneira, a importância da produção realizada sob estruturas familiares restritas. O que, noutra perspectiva, ocorre é que os movimentos de pequenos e médios produtores rurais, através do desenvolvimento das suas relações de produção, pela ampliação escalar de alguns aspectos da sua atividade cooperada, galgaram desenvolver as forças produtivas sob seu controle e, neste sentido, conquistaram poder frente ao uso do território.

Por fim, deve-se ressaltar um aspecto metodológico decorrente deste entendimento, referente à territorialização, no caso do MST e, especificamente, do Assentamento Sepé Tiaraju, que será empreendido no decorrer dos próximos capítulos,

tendo em vista a ênfase que será atribuída a uma elucidação permanente das formas de cooperação e intercâmbio praticadas pelos agentes socioespaciais, ressaltando a autonomia e dependência de tais formas em relação ao mercado de trocas privadas, aqui entendido como âmbito privilegiado da hegemonia mundial burguesa.

3. A TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA: DEPENDÊNCIA BURGUESA E A AUTONOMIA CONSTRUÍDA

Neste capítulo pretende-se abordar aspectos referentes ao processo de territorialização do Movimento Sem Terra no contexto dinâmico da questão agrária brasileira. Para tanto, serão evidenciados os limites e obstáculos à territorialização do Movimento, bem como as ações que permitiram a superação dos referidos obstáculos, mas também o que lhe foi impossível superar até o momento. A trajetória desta explanação abordará, em princípio, os parâmetros empíricos que resultaram na eclosão do Movimento Sem Terra, tendo em vista situar o surgimento do Movimento no contexto das forças e ações sociais que operaram para a sua aparição. Em seguida, daremos ênfase aos eventos mais importantes do processo de territorialização do MST, bem como às situações que os motivaram e como o Movimento participou para a construção de outros contextos. Os limites e superações do Movimento Sem Terra serão, portanto, enfatizados, no contexto de *disputas e alianças* em função do uso do território, que são protagonistas da territorialização do MST, e vêm sendo redefinidas, tendo em vista a atividade exercida pelo Movimento.

3.1. DISPUTAS E ALIANÇAS NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO MST

O final da década de 1970, no Brasil, foi particularmente fecundo no que diz respeito à eclosão de movimentos sociais organizados; foram partidos políticos, buscando se estabelecer legalmente no cenário político nacional, marcado por mais de uma década de Ditadura Militar, e abrir novas brechas na relação de poder junto ao Estado, centrais sindicais, tentando se reorganizar de modo mais independente dos governos burgueses, no entanto num contexto de aumento do desemprego e enfraquecimento político dos setores assalariados em geral, entre outros movimentos sociais, em princípio inovadores, que ampliaram o espectro das reivindicações em

cena, bem como as formas de organização, participando da riqueza e complexidade daquela situação geográfica.

Também merece destaque a atuação da Igreja Católica, influenciada pelo movimento eclesialístico que ficou conhecido como Teologia da Libertação, em meio ao qual a Igreja aproximou-se dos setores excluídos da sociedade, estimulando sua luta e organização³⁵. Como explica Fernandes (1998, p. 29-31),

na primeira metade da década de 70, nesses anos do auge do regime militar, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram o lugar social onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. [...] Nessas comunidades, começa a ganhar importância a reflexão sobre a realidade imediata, como exercício da liberdade pessoal. [...] Com relação à realidade do campo brasileiro, uma das ações da igreja foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975. [...] Assim a Igreja incorpora em seus rituais e trabalhos na comunidade: a cultura, o interesse, a vontade e o conhecimento para refletir a história e evidentemente a realidade econômica desse povo.

A motivação para pensar e transformar a vida social no Brasil foi ainda mais incisiva na medida em que, na década de 1970, emergem com força os sinais de crise e estagnação do desenvolvimento capitalista internacional. A estratégia que havia permeado o referido desenvolvimento, até então, esteve fundamentada em elevados dispêndios orçamentários do Estado, forte endividamento e relativo protecionismo nacional. Sua adoção se verifica desde os anos 30 do século XX e, mais intensamente, no período pós-Segunda Guerra Mundial, no qual se pode perceber um elevado índice de emprego da força de trabalho assalariada.

Com a ascensão da crise mundial, durante a segunda metade da década de 70, houve um substancial ajustamento dos gastos estatais com investimento e custeio de serviços básicos da população que se somou, em termos da redução das condições

³⁵ De acordo com Fernandes (1998, p. 30), “esta nova postura sociopolítica avança ainda mais a partir dos documentos de diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), publicados após o Concílio Vaticano II (1965), a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín, Colômbia (1968), e a III Conferência de Puebla, México (1979). Nesse movimento de renovação da Igreja pela Teologia da Libertação, as comunidades eclesiais de base começavam a criar novos espaços”.

sociais de vida, ao desemprego estrutural gerado pela revolução tecnológica inerente à modernização capitalista.

No campo brasileiro, a onda modernizadora do capitalismo se propagou em maior escala a partir de 1964, quando a hegemonia política nacional militarista aderiu à proposta dos grandes capitais internacionais de modernização da agricultura, que se materializou na adoção do modelo tecnológico oriundo da Revolução Verde.

Nas palavras de Soares e Sauer (1998, p. 67),

o pacote tecnológico foi amplamente difundido, inclusive com destacado apoio de instituições financeiras multilaterais. Sua premissa teórica é a artificialização da agricultura através da massiva utilização de insumos externos, notadamente os agroquímicos (adubos sintéticos e agrotóxicos). Baseou-se fundamentalmente na monocultura, mecanização e utilização dos agroquímicos. [...] Os instrumentos para a implantação deste pacote foram o crédito rural subsidiado (condicionado à adoção destas tecnologias), extensão rural e assistência técnica, formação de profissionais em ciências agrárias e pesquisa agrícola.

É importante salientar que a territorialização do referido processo de modernização resultou em modificações profundas nas formas camponesas de cooperação e intercâmbio, tendo significado, sumariamente, um processo de ampliação das relações capitalistas no campo brasileiro. A principal consequência foi o aumento da dependência do agricultor em relação ao mercado mundial das empresas capitalistas.

Silva (1994, p. 137-8) acrescenta, com relação à grande propriedade agrícola, que

[...] a agricultura brasileira evoluiu basicamente daquilo que poderíamos chamar de vários complexos rurais, grandes fazendas, grandes propriedades que tinham nível de consumo interno e produção de subsistência interna na propriedade, para aquilo que hoje se chama complexos agroindustriais. [...] Antes a agricultura produzia os seus próprios adubos. Hoje, esses adubos são adquiridos de fora; antes, a agricultura criava os seus próprios animais de tração, hoje esses animais

de tração foram substituídos pelos tratores [E por que não falar dos homens, que antes eram produzidos na própria fazenda e, hoje, também foram dispensados dos processos de trabalho e apropriação?].

No que toca os pequenos produtores, Silva (1999, p. 138) enfatiza que eles foram conduzidos

[...] a um crescente diferencial de produtividade em relação às unidades que puderam se modernizar intensamente. [...] Argumenta-se que] o fator limitante da modernização no setor camponês parece residir, fundamentalmente, na incompatibilidade entre escala mínima de produção requerida pelo novo padrão tecnológico e a insuficiência dos recursos produtivos e financeiros por parte daquele setor”.

E o mesmo autor (1994, p. 139) conclui que “[...] esse processo foi profundamente excludente de modo também que a modernização foi um processo brutal de concentração da produção, de concentração da renda e de geração, de outro lado, da sua face de miséria”.

De maneira geral, o modelo produtivo “convencional” da Revolução Verde provocou uma profunda degradação ambiental, chegando a ameaçar o estoque de recursos naturais imprescindíveis à reprodução humana.

Conforme Khatounian (2001, p. 23),

a agricultura se tornara a principal fonte difusa de poluição no planeta, afetando desde a camada de ozônio até os pingüins na Antártida, passando pelo próprio homem. [...] Nas conferências da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorridas em 1972, 1982 e 1992, materializaram-se as evidências de que os danos causados pela agricultura convencional eram de tal magnitude que urgia mudar de paradigma.

Além disso, a realidade demonstrou que a referida produção agrícola, tornada convencional, apresentou custos financeiros crescentes, a médio e longo prazo, tendo em vista os efeitos decorrentes da dilapidação dos recursos naturais por ela provocados, entre eles os danos sociais.

Conforme Navarro e Almeida (1998, p. 10), *“a força social que, neste caso, impulsionou o debate crítico sobre tais impactos no ‘mundo rural’ foi, genericamente, o movimento ambientalista, um campo de ação de fascinantes matizes e ramificações, em todo o mundo”*. No Brasil, a contestação dos movimentos sociais ao modelo tecnológico da Revolução Verde fortaleceu a crítica ambientalista, que se somou a uma perspectiva política e cultural, dando linhas gerais ao que pode ser chamado genericamente de Agroecologia, fenômeno integrante de uma ascensão recente da agricultura ecológica cuja ênfase se materializou principalmente América Latina. Ressalte-se que, foram algumas ONGs, além de uma geração de profissionais das ciências agrárias, juntamente com os emergentes movimentos sociais rurais da década de 1970, que primeiro motivaram a crítica ecológica à agricultura convencional (ALMEIDA, 1999), por meio da constituição de

[...] tecnologias alternativas [...] que seriam] frutos da fusão entre o conhecimento tradicional que os agricultores já têm de suas lavouras e do conhecimento científico dos agrônomos baseados nessa ótica de agricultura para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade, e não apenas para lucro de meia dúzia de empresas multinacionais.

Passada a euforia do “milagre econômico” e da modernização agrícola financiada pelos recursos aparentemente fáceis do mercado de *petrodólares*, o que se viu foi uma crise de amplas proporções, alicerçada em contradições socioeconômicas e ambientais profundas, cujos sintomas de *exclusão*, *empobrecimento* e *queda da qualidade ambiental*³⁶ da população brasileira, expropriada pelo capital, apressaram a

³⁶ Conforme a afirmação de Souza (2000, p. 117), *“os problemas ambientais são todos aqueles que afetam negativamente a qualidade de vida dos indivíduos no contexto de sua interação com o espaço, seja o espaço natural (estrato natural originário, fatores geológicos), seja, diretamente, o espaço social”*.

reorganização dos movimentos sociais no Brasil e a própria queda política da ditadura militar, que se apropriava do poder estatal brasileiro desde 1964.

No campo, a resistência ao processo de expropriação e concentração dos meios de produção motivados pela modernização capitalista se deu, particularmente, pela reascensão dos movimentos de luta pela terra. As ocupações de propriedades rurais difundidas a partir da segunda metade da década de 70 resultaram, ainda, de um vasto histórico de lutas sociais em favor da reforma agrária em todo o mundo.

Pelo que se tem notícia, os movimentos de luta pela terra no Brasil remontam aos movimentos negros e indígenas, a partir dos quais se organizaram inumeráveis Quilombos e Missões, entre outras comunidades, no interior do território que veio a se chamar Brasil, na tentativa de escapar da opressão que lhes foi imposta com o processo civilizatório que chegou à América em 1500, através da colonização européia. No período mais recente, foram movimentos como Canudos, Caldeirão, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso, além das Ligas Camponesas, que demarcaram, nas diversas regiões do país, a luta e a insubordinação dos trabalhadores do campo em relação aos interesses do capital.

Há de se destacar, também, o intenso processo organizativo de sindicalização dos trabalhadores rurais em meados do século XX, praticamente em todo o território nacional, com ênfase para a criação pelos trabalhadores de inúmeras organizações, de federações de trabalhadores rurais nos Estados e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que se somaram à luta pela reforma agrária no país (LEANDRO, 1988).

Favero (1998, p. 48) explica que

em 1939, de acordo com ato governamental, os agricultores familiares e os assalariados rurais ganharam a faculdade de se fazerem representar através da CONTAG. No entanto, até 1961, esses agricultores criaram vários tipos de organizações, especializadas ou gerais, locais, regionais ou nacionais, tais como as Uniões, os Sindicatos e as Ligas camponesas. [...] Em 1961, foi criada a CONTAG, através da junção de forças políticas divergentes representadas sobretudo pela Igreja Católica e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com o golpe militar de 1964,

todas as organizações foram colocadas na ilegalidade, exceto a CONTAG, que passou a ser imposta para o conjunto dos agricultores familiares e assalariados rurais.

Nessa perspectiva, a Ditadura Militar é definida como um ato político visando à desarticulação dos setores proletarizados em luta no Brasil. Sua opção pela modernização capitalista demonstra o conteúdo de uma estratégia de desenvolvimento capitaneada pelas elites nacionais e estrangeiras, cujos fundamentos estiveram pautados na necessidade de territorializar, ainda mais, a influencia capitalista no Brasil, especialmente no espaço rural, evitando qualquer questionamento das relações burguesas de propriedade.

Já no seu surgimento o MST questiona a propriedade fundiária estabelecida pela territorialização do movimento civilizatório capitalista, atuando *“no processo de resistência contra a expropriação concentradora que caracteriza até hoje o desenvolvimento agrário brasileiro”* (VENDRAMINI, 2004, p. 217). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é, neste sentido, um fruto da evolução contraditória da acumulação e territorialização capitalista e pode-se reconhecer que sua origem *“[...] parte do movimento de ondas largas ‘civilizadoras’, que institui a colonização no Brasil”* (AUED; FIOD, 2004, p. 174). No entanto, as especificidades também definem o surgimento desse *“sujeito social coletivo”* (VENDRAMINI, Op. cit., p. 217); e se é verdade que o movimento hegemônico da civilização define as bases para a eclosão do Movimento Sem Terra, bem como alimenta sua territorialização, por outro lado, o contexto histórico de resistência popular e de afirmação de um projeto político, econômico e cultural contra-hegemônico também atua para moldar os parâmetros que levaram à organização do MST em sua singularidade.

A Igreja progressista, os partidos políticos de esquerda, o movimento ecológico-ambientalista e o histórico de lutas e contestações fundadas pelos trabalhadores foram, também, influentes no processo de constituição da territorialização do Movimento Sem Terra. É claro que todos esses eventos e movimentos tiveram, de uma forma ou de outra, a influência do processo civilizatório; entretanto, não são resultantes automáticas deste. O fato de terem se tornado partidos políticos ou

movimentos sociais de libertação resulta de características próprias destes sujeitos sociais coletivos que não necessariamente se referem à influência civilizatória. Podem, inclusive, ser resquícios de estruturas sociais de períodos anteriores, que permaneceram contribuindo para moldar a dinâmica espacial, embora tenham estado submetidos à estrutura capitalista; e neste momento histórico, por motivos que não cabem nesta pesquisa, encontraram espaço para aflorar, a exemplo dos resquícios bárbaros que Engels (1984, p. 176) veio a dizer que, “*rejuvenesceram a Europa*” por volta do quinto século depois de Cristo.

No caso dos camponeses, as marcas da barbárie estão, normalmente, presentes; em particular, no Brasil, o campo foi sempre refúgio de povos caracterizados como bárbaros e selvagens – conforme a definição de L. H. Morgan, adotada por Engels (1984). Fugidos da influência direta e imediata do processo civilizatório sobre o território que se tornou “brasileiro”, esses povos – principalmente negros e índios – foram, seguidamente, fundando comunidades no interior do continente (ALFONSIN, 1989, p. 18) ³⁷ baseadas em formas de cooperação e intercâmbio consideradas arcaicas, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, por não terem conseguido a extensão da cooperação assumida pelo capital, mas, por outro lado, desenvolvidas, por possuírem as melhores qualidades de que dispõem bárbaros e selvagens.

Conforme a assertiva de Engels (Op. cit., p. 176), considerando os bárbaros germanos que até o século V da era cristã realizaram a ocupação de 2/3 dos territórios do decadente Império Romano,

sua capacidade e valentia pessoais, seu amor à liberdade e seu instinto democrático, que via nos assuntos públicos um assunto de cada um, em uma palavra, todas as qualidades que os romanos haviam perdido, as únicas com as quais seria possível formar, da lama do mundo romano, novos Estados e novas nacionalidades, eram apenas os traços característicos dos bárbaros da fase superior da barbárie, os frutos da sua constituição gentílica.

³⁷ Alfonsin (Op. cit., p. 20) enfatiza que “os índios nascidos na América, e os filhos dos escravos importados da África, mesmo sob a terrível opressão que os esmagou durante séculos, deram alguns exemplos de coragem libertadora, cuja imitação, hoje, talvez reconstitua o fio do tecido nacional, vítima contínua de rompimento provocado pelos interesses econômicos alienígenas”.

Naquele momento, as invasões bárbaras rejuvenesceram a Europa, em função de aspectos referentes à própria constituição bárbara que foram, também, sendo negados e combatidos, mas há de se admitir que as formas bárbaras também exerceram influência no embate com as relações que fundaram a propriedade privada, o Estado e a própria família patriarcal no processo civilizatório. Da mesma forma, os movimentos sociais, em muitos casos, se mantiveram vivos e “jovens” em função de aspectos não cultivados, em princípio, pela civilização. “*Sua capacidade e valentia pessoais, seu amor à liberdade e seu instinto democrático*”, para além de características de um estado bárbaro ou selvagem, perdido no tempo, são atributos dos movimentos sociais de inspiração emancipatória, cujas ações guardam a memória das formas comunais de organização popular e a teleologia da superação das formas hegemônicas presentes.

Além disso, destaca-se a forte influência da teorização oriunda do movimento socialista internacional sobre a situação geográfica na qual se materializou o MST, desde a elaboração teórica de Robert Owen, acerca das cooperativas de trabalhadores, passando por Marx, Engels, Rosa Luxemburg, Lênin, Mao Tsé-Tung e Kautsky, entre outros pensadores da problemática dos trabalhadores e da cooperação social (MST/CONCRAB, 2000). São, sobretudo, ilustrativas para o MST as experiências históricas de cooperação praticadas pelos trabalhadores, sejam elas na Rússia (Kolkhoz, Sovkhoz), em Israel (Kibutz), na China (Comuna Popular Rural) ou, principalmente, em Cuba (Cooperativas de Produção Agropecuária) (MST/CONCRAB, 2001).

Também deve ser considerada a influência do cristianismo, particularmente, as experiências comunitárias da Igreja Católica, cujo histórico remonta as Missões Jesuíticas e culminando com as experiências recentes das Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra, levadas a cabo por religiosos, em favor da organização dos “pobres” e excluídos, na perspectiva de um desenvolvimento comunitário.

Nota-se, ainda, a influente constituição do movimento ambientalista na América Latina, o qual

[...] se denominaria de Agroecologia, procurando atender simultaneamente às necessidades de preservação ambiental e de promoção socioeconômica dos pequenos agricultores. [...] Destaca-se nesse movimento o chileno Miguel Altieri, [...] que popularizou a disciplina da Agroecologia. O trabalho de Altieri ligou as pontas da valorização da produção familiar camponesa com o movimento ambientalista na América Latina. [...] essa escola encontrou meio fértil no seio de organizações não governamentais ligadas ao movimento de comunidades rurais de pequenos agricultores (KHATOUNIAN, 2001, p. 28).

Tudo isso contribuiu para personalizar o MST, para torná-lo único, ainda que se tenha por certa a influência de um processo civilizatório capitalista hegemônico e universalizante, que há séculos atua na constituição da dinâmica territorial brasileira. Entretanto, não sendo a territorialização do capital um aspecto absoluto na definição do uso do território, há de se admitir que outras forças, particularmente resistentes, atuem no processo, ainda mais quando se tem em mente a constituição de um movimento social de origem proletária. O MST, portanto, está sendo compreendido no contexto de processos históricos hegemônicos e contra-hegemônicos, em meio a disputas e alianças capazes de delinear diferentes formas de cooperação e intercâmbio sociais, constituídas a partir de origens espaço-temporais muitas vezes distantes, cuja repercussão socioespacial ocorre de modo desigual, refletindo ambientes hierárquicos, dominações e resistências que, no entanto, podem acolher variações conforme evoluam temporalmente suas estruturas.

Uma situação geográfica bastante específica, portanto, permitiu e impulsionou a eclosão do Movimento Sem Terra, um corpo social cuja complexidade resulta, justamente, dos diferentes processos e movimentos históricos que influenciam a atividade cooperada do MST.

Com base nesta exposição será possível avançar no sentido do entendimento das ações, incluindo o discurso, do Movimento Sem Terra, a fim de delinear o

sistema técnico constituído pela atividade cooperada, bem como as estratégias de territorialização. Para tanto, partiremos de ações geralmente desenvolvidas pelo MST, como é o caso dos *acampamentos*, das *marchas* e *manifestações* e dos *assentamentos*, enfatizando o sistema de relações empreendidas pelo Movimento no seu próprio âmbito e no intercâmbio com outros agentes sociais.

As referências empíricas dispostas para identificar as ações do Movimento são gerais e foram reunidas a partir de discursos do próprio MST, disponíveis em documentos publicados pelo Movimento e na entrevista realizada no âmbito desta pesquisa com um membro da Direção Nacional do MST; pesquisas de terceiros, reunidas em meio à revisão bibliográfica do presente trabalho; e observações efetuadas em assentamentos, acampamentos e manifestações promovidas pelo MST, nos Estados de Santa Catarina e, em menor proporção, do Ceará.

3.2. AS OCUPAÇÕES DE TERRA E OS ACAMPAMENTOS DO MST: ESPAÇOS CONSTITUÍDOS PELA REBELDIA PROLETÁRIA

O que significa burlar uma norma de propriedade? O que significa roubar? Para um cristão, com certeza, não é nada bom ser chamado de ladrão. Mas, qual seria a diferença entre um ladrão e um revolucionário que expropria as terras de um senhor que só explora o povo? Provavelmente, o revolucionário está amparado nos interesses de uma classe que o legitima, e sua ação expropriatória é vista, pelos olhos de sua classe, como uma revolução, ainda que para o antigo senhor ele tenha sido roubado. Nada mais histórico, portanto, que a polêmica que questiona se o MST invade ou ocupa terras. É claro que, do ponto de vista da burguesia expropriada, o MST as invade, mas quem expropria julga-se com legitimidade para fazê-lo.

Hoje em dia, é até fácil fazer esse tipo de discussão, pois mesmo a Constituição Federal aprovada em 1988 reconhece que a terra precisa ter uma função social; desde então, a discussão passou a centrar-se no caráter produtivo ou improdutivo da terra, pois os grandes proprietários fundiários conseguiram, no embate com os movimentos

sociais, garantir a segurança relativa dos grandes capitais fundiários produtivos, já que as ocupações de fato vinham ocorrendo, ainda que contra a lei, e a burguesia julgou por bem resguardar, pelo menos, os capitais produtivos.

O que se quer argumentar é que esta segurança da lei é muito tênue, pois até 1988 no Brasil, mesmo os capitais fundiários improdutivos estavam dentro da lei. Fora da lei eram os sem terra que “invadiam” latifúndios improdutivos protegidos legalmente. Mas o que significa ir contra a lei, o Estado, a opinião “pública”? Estes símbolos e instituições exercem um forte poder na vida da sociedade. São estes, em princípio, nossos acordos sociais, e a sociedade parece ter claro que é preciso que estes sejam respeitados para que cada um não faça sua própria lei, e tudo vire uma grande confusão.

Burlar uma relação de propriedade é desautorizar uma norma social institucionalizada na forma de lei, e lei é algo muito importante para o povo que convive, simbólica e materialmente, com as consequências de leis que, em muitos momentos, foram utilizadas para privar os setores trabalhadores da população do usufruto comum do produto social. No caso dos trabalhadores rurais que, na década de 1970, retomaram o movimento de reforma agrária no Brasil, não deve ter sido diferente. Não parece ter sido nada fácil burlar uma lei de propriedade e, mais ainda, legitimar esta ação socialmente. Neste caso, a normatização mostrou seu lado humano, ao mesmo tempo imperfeito e dinâmico, conservador e revolucionário. Os movimentos sociais no Brasil já ocupavam terras há anos, até que a legislação foi modificada a fim de tornar legais as ações de questionamento do grande capital fundiário improdutivo, tudo isso por força dos próprios sujeitos sociais. O limiar entre o ladrão e o revolucionário, portanto, não se pode resumir nem mesmo a um critério de legalidade, mas, sobretudo, a uma interpretação de classe, admitindo que o poder de interpretar legitimamente as ações da sociedade é, ao mesmo tempo, o poder de definir um uso para o território, que inclui sua dimensão social e natural, ideológica e material.

É uma questão de opinião de classe, portanto, se *os sem terra são ladrões ou revolucionários* ao subverterem o uso de determinada extensão de terra aos seus antigos proprietários. O fato é que eles encontraram justificativas econômicas, culturais

e ideológicas para fazê-lo e, posteriormente, conquistaram legitimidade social para tanto, pois, de outra forma, eles seriam considerados ladrões.

O reconhecimento e a aprovação social são, de fato, muito importantes para as ações de um movimento social, mas esta aprovação se conquista na luta cotidiana pelo uso do território, ainda que, para afirmar novas formas de uso e propriedade, se tenha de burlar as leis, torná-las velhas, ultrapassadas pela dinâmica espacial, pela luta das classes que se apropriam do território, por intermédio do controle do seu uso.

No caso das ocupações de terras e dos acampamentos, os sem terra justificam o caráter de suas ações para si e para a sociedade fundamentando-se na condição de sua classe, que eles pretendem que seja reconhecida como o interesse de todos. Marx e Engels (1996, p. 74) afirmam que *“a classe revolucionária surge, desde o início, não como classe, mas como representante de toda a sociedade, porque já se defronta com uma classe; aparece como a massa inteira da sociedade frente à única classe dominante”*.

E qual é a condição de classe do Movimento Sem Terra? Não é raro ouvir que a reforma agrária é uma luta de todos. Ela de fato será de todos se for assim constituída, como interesse de todos, pelo menos de todos os expropriados pelo capital, de todos os proletários. A situação social do proletário, desprovido da propriedade e, cada vez mais, alijado da possibilidade de qualquer utilização dos meios de produção, conforme atestam o desemprego estrutural e a impossibilidade do assalariamento, parece ser a condição de maior consenso social no momento; afinal de contas, a grande maioria da humanidade encontra-se integralmente desprovida da propriedade dos meios de produção e cada vez mais excluída do uso do produto social, seja pela diminuição do poder aquisitivo que afeta a maior parte das famílias, ou pela perda de conquistas sociais, como demonstra o sucateamento dos serviços públicos anteriormente conquistados junto ao Estado burguês representativo. A expectativa de expropriação pelo grande capital e a provável proletarização podem, mesmo, colocar os setores de médios e pequenos proprietários na luta em comunhão com os interesses do proletariado.

Provavelmente, por isso é que a base social que constitui o MST inclui não apenas indivíduos sem terra e sem emprego, no sentido literal da palavra, mas também pequenos proprietários, assalariados rurais querendo se livrar do assalariamento, ou trabalhadores que pagam frações do que produzem (*meia* e outras formas de exploração dominadas pela propriedade privada capitalista). O interesse dos que não detêm os meios de produção, e há de se ressaltar que boa parte desses não detém nem mesmo a oportunidade do assalariamento, é, portanto, o interesse social mais legítimo da sociedade atual, justamente porque delinea um campo em comum de luta assumida em oposição às consequências do desenvolvimento capitalista, como forma de a grande maioria da sociedade manter a própria existência.

Aliás, é este argumento que parece justificar melhor as ocupações porque, de fato, se trata de pessoas que já não encontram alternativa para existir que não a insubordinação das relações de propriedade. Pautados nesta necessidade inalienável, os sem terra praticam um ato de grandeza ao resistirem à morte e à desagregação social por meio de ações coletivas, capazes de obter amplo reconhecimento e aprovação de setores importantes da sociedade.

Bem como afirma Fernandes (1998, p. 25), *“na realização da ocupação, os sem-terra sem, ainda, conquistarem a terra, conquistam o fato: a possibilidade da negociação. Recentemente, o governo vem tentando impedir essa forma e condição de luta, com a medida provisória 1.577/97. Essa medida provisória impõe a não desapropriação das terras ocupadas”*.

As ocupações de terra, por sua vez, estarão plenamente justificadas na medida em que, de fato, representem os interesses comuns do povo. É interessante observar que o MST parte do entendimento de que *“a luta pela reforma agrária hoje é uma luta dos trabalhadores como parte da luta mais geral pela transformação da sociedade”* (MST, 1989, p. 12). No mais, o Movimento chega a admitir que *“[...] a realização de uma ampla reforma agrária está vinculada à mudança do atual sistema econômico e terá, necessariamente, um caráter socialista”* (MST, Op. cit., p. 9). Enfatiza-se a opinião de que

a luta pela terra é o motor principal da luta pela reforma agrária. No entanto, esta luta ainda permanece com um caráter corporativista. Nesta nova conjuntura de desenvolvimento do capitalismo e das lutas dos trabalhadores impõe-se a necessidade de transformar a luta pela terra em lutas massivas e permanentes com caráter classista. [...] Desta forma, a luta pela terra se transforma numa luta pela reforma agrária. As ocupações e outras formas massivas de luta pela terra vão educando as massas para a necessidade da tomada do poder e da implantação de um novo sistema econômico: o socialismo! (MST, Op. cit., p. 10).

As ocupações de terra e os acampamentos, bem como outras formas massivas de luta pela terra, seriam, nesta perspectiva, espaços de educação para a tomada do poder. Mas é preciso deixar claro onde está o poder a ser tomado; está, por acaso, no âmbito das relações sociais em geral, incluindo as relações de propriedade, os símbolos, ou restringe-se ao espaço constituído por relações que envolvem direta e unicamente o poder de Estado burguês, representativo, hierárquico? E o que significa tomar o poder? Pelo que foi exposto anteriormente, é provável que o MST esteja considerando como *tomada de poder* o processo que reivindica o uso comum (socialista) do território. Neste caso, o espaço de luta pela terra seria um espaço de tomada de poder; entretanto, assumir o poder sobre o uso da terra não significa o mesmo que tomar o poder de uso do território. Pelo que se reconhece, a terra não é sinônimo de território, ela é apenas uma fração do mesmo. A territorialização, portanto, é um ato de tomada de poder sobre o uso do território, e não simplesmente uma tomada de poder sobre o uso da terra, ou a “*conquista da terra*”, como afirmou Fernandes (1998, p. 33). Por isso mesmo é que o MST reconhece que “*a luta por recursos (capital) e tecnologia adequada é tão importante quanto a luta pela terra*” (MST/CONCRAB, 1998, p. 74). Até porque a questão do poder sobre o uso da terra, ou da sua conquista, não se restringe ao título de propriedade da terra, mas a todo o intercâmbio social que molda invariavelmente o seu uso (o que será abordado quando se tratar a territorialização dos assentamentos, bem como a autonomia construída pelos Sem Terra neste percurso).

Por enquanto, argumenta-se, simplesmente, que as ocupações de terra e os acampamentos são ao mesmo tempo espaços de educação e de tomada de poder sobre uma fração do uso do território, ainda que o conteúdo atribuído tanto à educação

praticada nos acampamentos e ocupações quanto aos usos da terra esteja em disputa, tendo em vista a tentativa de apropriação e dominação do capitalismo. Com base nisso, alinha-se metodologicamente esta análise dos acampamentos e ocupações de terra, tendo em vista o caráter das relações de intercâmbio e cooperação motivadas em seu seio, sendo elas bases para desvelar o sistema técnico produzido pelas ações do MST.

Pelo que se sabe, as ocupações de terra e os acampamentos daí resultantes caracterizam o fato político mais importante do processo de luta pela terra no Brasil. Leite [et alii] (2004, p. 40) verificou, em pesquisa que envolveu 92 PAs – Projetos de Assentamentos distribuídos pelo país, que *“uma análise do histórico dos assentamentos pesquisados [...] permite afirmar que o motor das desapropriações foram conflitos e iniciativas dos movimentos sociais”*. O estudo de Leite (Op. cit., p. 43) observa, ainda, que, sobre as formas de luta dos trabalhadores para a criação dos PAs, 51% foram gerados a partir de ocupações, 14% foram motivados por ocupações paulatinas, enquanto 15% foram fruto de processos de resistência na terra, 13% de formas mistas de luta e 7% de outras formas. No que se refere ao Estado de Santa Catarina, o autor mostra que, dos 19 PAs pesquisados no Oeste catarinense, 16 (84%) surgiram a partir de ocupações de terra e apenas 3 (16%) foram gerados mediante outras formas de luta.

Leite (Op. cit., p. 59) destaca que

embora refratários à tese da posse ilegal por causa de seus valores morais e normas sociais, foi fundamental o contato dos agricultores do Oeste catarinense com as experiências de posseiros do Mato Grosso de ocuparem terras ociosas e sua legitimação conferida pelo discurso da Igreja Católica acerca da destinação social da terra.

Com relação à evolução pós-década de 1970 das ocupações de terra no Brasil, nota-se que houve uma reascensão do movimento, que havia sido estancado, temporariamente, pela força da violência mais intensa³⁸, após o golpe militar de 1964.

³⁸Santos (1998) explica que *“[...] os diferentes segmentos da burguesia agrária apresentam uma relação de apropriação, material e simbólica, com a terra que é decisiva em suas estratégias de reprodução*

As ocupações da Fazenda Macali (RS), em 1979, da Fazenda Primavera (SP) e da Fazenda Burro Branco (SC), em 1980, são sinais dessa reestruturação dos movimentos de luta pela terra no Brasil e elas estão relacionadas com as primeiras conquistas fundiárias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que se intensificaram a partir de 1984 (MST, 1986, p. 1).

A década de 90 do século passado e os primeiros anos deste século foram marcados por um crescimento significativo de ocupações e acampamentos, provavelmente em função do maior poder organizativo alcançado pelos movimentos de luta pela terra, particularmente o MST, cuja atividade modificou a correlação de forças em torno do uso do território brasileiro e da terra.

Os anos que correspondem ao Governo de Lula no país apresentam pelo menos uma particularidade, que se trata da expectativa dos movimentos sociais em torno de um governo capitaneado por um partido de esquerda, surgido em meio aos movimentos sociais e apoiado eleitoralmente pelos mesmos, inclusive pelo MST. O aumento do número de acampamentos organizados em 2003 parece não expressar o arrefecimento do movimento de luta pela terra e pode-se mesmo dizer que, com maior ênfase em algumas regiões do Brasil, acontece justamente o contrário.

Note-se, entretanto, que as condições de vida nos acampamentos são precárias, tendo em vista a rudimentar infra-estrutura de serviços básicos estabelecida e a própria incerteza com relação ao futuro, que dificulta e, por vezes, impede que sejam realizados maiores investimentos financeiros e mesmo de trabalho no local do acampamento, sem falar nas ameaças, nos preconceitos e na violência sofrida pelos ocupantes, muitas vezes patrocinada pelo próprio Estado burguês “representativo”.

Salvaro (2004, p. 65) conclui, a partir de entrevistas realizadas com os integrantes do Assentamento Sepé Tiaraju, em Santa Catarina, que

social. Por consequência, aqueles grupos sociais que discordam da atual estrutura da propriedade fundiária, que querem manter a terra, na qual têm morada habitual e cultura permanente, ou que tentam realizar o ‘sonho da terra’, tais grupos precisam ser punidos. O recurso ao suplício do corpo é [muitas vezes] a resposta de setores das classes dominantes agrárias a uma tentativa de rompimento daquela relação, de ordem material e simbólica, com a propriedade da terra na sociedade brasileira”.

os acampamentos, como ressaltaram alguns relatos, sem buscar generalizações, são espaços onde ocorrem dificuldades e privações de todas as ordens. Nesse caso, há privações que se produzem e reproduzem em contextos sociais diferentes. Além disso, as/os trabalhadoras/es denunciam, na condição de acampados, privações anteriores, representadas pela falta de terra para produção e reprodução no meio rural. São contextos que assumem a 'forma' de acampamentos de trabalhadoras/es rurais desprovidas/os dos meios de produção e constituem, assim como as ocupações, estratégias de luta pela terra.

É ilustrativa e pertinente a assertiva de Aued e Grade (2000, p. 22) de que

nos acampamentos, a velha ordem social explicita-se através da constituição de Cooperativas de Trabalho cujo objetivo é a venda da força de trabalho das famílias acampadas. [...] Embora não conste em cadernos de formação ou de cooperação do MST, observou-se sua existência em acampamentos, mais especificamente no acampamento Oziel Alves Pereira em Abelardo Luz – SC.

Os autores (Op. cit. p. 22) acrescentam que

entretanto, é nos acampamentos que o MST mostra a sua essência, ainda que permeado pela velha sociedade que impede a sua consolidação como uma nova possibilidade de reprodução da vida. É nesta etapa da luta que o MST indica sua base para o surgimento de um novo homem com outra perspectiva: constituir-se como ser social solidário. [...] Nesse espaço, os sem-terra incorporam outros valores, como a solidariedade, o companheirismo, a amizade, a cooperação entre os homens, e se relacionam através deles.

A incidência da cooperação solidária³⁹ nos acampamentos está relacionada, principalmente, com a produção do conhecimento e de poder político que visa subverter a posse privativa da terra e garantir os recursos necessários à produção nos futuros assentamentos. Conforme Aued e Grade (Op. cit. p. 24), *“o acampamento revela-se, também, como local de estudo, de aprendizado de novas formas de organização da produção e da vida, de novas concepções políticas para os acampados, enfim, como local de compreensão de sua própria história e do entendimento da sociedade em geral”*. O acampamento, portanto, define novas práticas de solidariedade política e construção comunitária do conhecimento, ainda que velhas práticas permaneçam definindo limites à reprodução do Movimento.

Neste processo, estão envolvidos diversos grupos sociais, desde aqueles que conformam a base social do MST, trabalhadores sem terra, ou com pouca terra, muitas vezes oriundos de situações geográficas caracterizadas pelo relativo isolamento das dinâmicas familiares anteriormente vividas, até

[...] um conjunto bastante amplo de atores, de instituições governamentais (Incra, prefeituras, secretarias de agricultura estaduais e municipais, organismos de assistência técnica, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – Ibama); de organizações não-governamentais (voltadas para o apoio e assessoria às demandas dos trabalhadores, ou especializadas em projetos específicos de ‘desenvolvimento’); de entidades vinculadas às igrejas; de entidades locais e regionais de representantes (como movimentos de luta pela terra, sindicatos, federações de trabalhadores na agricultura, organizações de âmbito nacional como a CONTAG e o MST, associações de produtores, cooperativas, entidades patronais, entre outros).

Na opinião do MST/ CONCRAB (2001, p. 7):

³⁹ A designação *cooperação solidária* é definida, inicialmente, com o intuito de evidenciar diferenças essenciais em relação à *cooperação mercantil capitalista*. Com relação à segunda forma, entende-se que se trata de uma cooperação fundamentada em relações de troca que, envolvem proprietários privados, tendo em vista interesses estritamente individuais. Neste caso, não se pode falar de solidariedade, mas de uma relação utilitária na qual prevalecem objetivos egoístas. Num contraponto ao fundamento da cooperação mercantil está a solidariedade, que atende por interesses coletivos ao passo que, simultaneamente, responde aos anseios individuais. Não pode, portanto, ser uma cooperação alicerçada na hierarquia política, pois, dessa forma, o aclamado “coletivo” estará, certamente, obscurecendo alguma dominação e, portanto, estará beneficiando a alguns em detrimento de outros interessados.

A consciência social como produto do convívio e da participação social, desenvolve-se naturalmente, na medida em que se estimule os aspectos do convívio e da participação. O acampamento é um grande exemplo disto: arrebanhamos pessoas simples, que viviam nas comunidades rurais ou periferias das cidades, que conviviam e participavam apenas de momentos religiosos (culto), esportivo (futebol) e social (boteco) e com elas construímos uma nova estrutura social (acampamento) onde passaremos a vivenciar diversos níveis de participação interna (grupos de base, equipes, setores, coordenação, assembléia) [a] participar das mobilizações e [...] a conviver intensamente. Assim, estas pessoas, saem de um nível muito pequeno de convivência e participação e se incorporam em uma estrutura social que proporciona e acelera estes aspectos. Se esta estrutura social criada (acampamento) de fato funcionar, teremos um 'laboratório de formar consciências sociais'.

Destaque-se que, no acampamento, o conhecimento e a força política são obtidos, principalmente, mediante relações de solidariedade onde se defrontam portadores de interesses comuns. Não há, dessa maneira, compra e venda de informações ou de apoio político; as ações que conformam o intercâmbio, no qual os acampados aprimoram e ampliam seus conhecimentos, bem como sua condição política, estão alicerçadas em estratégias comuns de uso do território; por isso, os sujeitos que conformam esta situação são solidários em relação aos conhecimentos e à força política de que dispõem individualmente; assim, eles podem se beneficiar mutuamente, tendo em vista a melhoria comum da sua situação econômica, que de fato acontece na medida em que ampliam comunitariamente seu acesso ao uso do território.

É importante ressaltar que a solidariedade envolve pessoas que não necessariamente estão diretamente envolvidas nas ocupações, nos acampamentos, e isso desperta para a noção de que diferentes setores sociais de fato se vêm representados pelos interesses dos movimentos sociais e apóiam-nos; neste sentido, a luta pela reforma agrária, pelo socialismo, como expressa o MST, e mesmo por ver resolvidas tantas desigualdades no poder de uso do território, pode motivar apoios variados e de diversas ordens, mas é principalmente no campo da luta política, e pela construção de um poder simbólico que inclui a produção do conhecimento, onde se verificam, atualmente, as mais desenvolvidas experiências de solidariedade do MST. É provável que no campo do intercâmbio material a solidariedade esteja ainda restrita, tanto é que os acampados,

não tendo a sua existência material garantida, são levados à alienação da própria força de trabalho por meio do assalariamento, a fim de suprir suas carências materiais.

A cooperação solidária, por sua vez, está sendo mais observada, embora não apenas, através do intercâmbio de experiências, símbolos políticos, aprendizados, que se poderia dizer que compõem o *capital social* do Movimento Sem Terra, mas nesta pesquisa admite-se que essas ações solidariamente construídas no seio do Movimento não são sempre utilizadas para reproduzir o capital. Acredita-se que elas possam estar se desenvolvendo no sentido de um dimensionamento cada vez mais amplo, sendo, inclusive, capazes de se reproduzirem para além da dominação capitalista, como já o fizeram em diferentes momentos históricos. Sempre existiram as relações solidárias a que muitos pesquisadores chamam de *capital social* (COLEMAN, 1990; PUTNAM, 1996; DURSTON, 1999; ABRAMOVAY, 1998) e não há porque supor que permanecerão submetidas eternamente à ínfima condição de recurso da produção capitalista. Do contrário, acredita-se que o sistema de cooperação solidária pode se desenvolver a ponto de tornar-se autônomo em relação ao capital e, mais do que já dá sinais, tornar-se um modo de produção comunitário hegemônico apoiado numa revolução das relações sociais de produção capaz, inclusive, de liberar as forças produtivas sociais dos entraves da propriedade privada.

Os acampamentos, na presente perspectiva, são reconhecidos como espaços de conflitos e superações. Em particular, nota-se a existência de um modo de cooperação dominante que demonstra, a cada momento, sua essência expropriatória, que almeja, sempre, territorializar-se, a fim de impor sua reprodução mercantil, crescentemente monopolizada e concentradora. De outro lado, os sem terra conquistam pela luta e pela solidariedade seu direito à existência, principalmente por meio do intercâmbio solidário de símbolos políticos, conhecimentos e, em menor grau, mas também com fundamental importância, de bens materiais, como é o caso de alguns alimentos (que são muitas vezes doados aos acampados) e lonas, entre outros bens materiais. Entretanto, no espaço do acampamento os sem terra não são capazes de superar a dependência que sofrem em relação ao capital. Precisam, ainda, sobreviver mediante o consumo de mercadorias e, neste sentido, alienam sua atividade vital para conseguir renda capitalista, mantendo-se submetidos às desiguais condições do

mercado, ainda que numa situação econômica imediatamente menos desigual, em função do seu fortalecimento cultural, político e ideológico, obtido no processo de luta comunitária pela posse e utilização dos recursos territoriais.

3.3. AS MARCHAS E MANIFESTAÇÕES DO MST: O PODER DE AÇÕES SOLIDÁRIAS E A DEPENDÊNCIA BURGUESA

As marchas e manifestações são instrumentos de luta do Movimento Sem Terra nos diversos lugares onde o Movimento tem atuação. Nestas ações, estão envolvidos tanto os chamados “liberados” dos assentamentos, militantes apoiados materialmente pelo Movimento a fim de perfazerem cotidianamente as atividades mais propriamente organizativas e políticas do MST, como também assentados, acampados, além de outros diversos setores sociais, incluindo as forças repressivas com as quais se deparam os movimentos sociais.

Pode ser muito grande o aprendizado em situações como uma marcha, por exemplo, conversando com pessoas as mais diversas, passando por cidades, comunidades rurais, enfrentando situações de opressão, mas, também, cultivando relações, intercambiando experiências, motivando articulações. Não há como negar a riqueza política, cultural e ideológica de uma marcha, como também de outras formas de manifestação dos movimentos sociais. Estes são, por certo, espaços que oportunizam uma cooperação solidária em torno da construção de um conhecimento histórico, adquirido com a luta e a organização coletiva, assim como são espaços de construção política que atuam contra formas simbólicas e materiais de dominação burguesa e, neste sentido, exercem também uma função econômica porque contribuem para a reprodução material dos Sem Terra.

É provável que, com a fundação do Estado, se possa ter tido a ilusão de que as questões políticas estivessem se separando das questões econômicas, mas de fato não houve tal separação: o político profissional também está às voltas com a sua reprodução material e, neste sentido, a sua gestão num cargo político é ao mesmo

tempo uma atividade econômica. Com a ascensão do Estado, as questões decisórias e normatizadoras (políticas) gerais da sociedade tornaram-se uma atividade da divisão social do trabalho; no entanto, a eleição para esta atividade profissional sempre esteve ligada à reprodução econômica de uma elite, e as revoluções que se fizeram tendo em vista a tomada do poder do Estado estiveram sempre a serviço da dominação de uma classe econômica sobre outra; neste sentido, é também econômica a atividade política, não existe uma suposta separação entre assuntos políticos e assuntos econômicos, e, da mesma forma, toda atividade dita estritamente econômica, por exemplo, a produção de um carro, é também uma atividade política, e se convive cotidianamente com questões políticas no interior de uma fábrica ou dentro de um assentamento.

Uma questão que, de fato, se mantém é saber sobre a escala de decisões políticas a que temos acesso, e, segundo se observa historicamente, com o surgimento do Estado, a maioria da sociedade (não-proprietários) foi expropriada do poder de decisão sobre as maiores escalas políticas, as deliberações de ordem geral da sociedade foram subtraídas do controle das comunidades primordiais acompanhando a tendência de privatização da propriedade territorial. A criação do Estado, portanto, é por certo uma atividade de natureza econômica, que preza os interesses da classe econômica dominante, e se hoje em dia este poder político das grandes escalas de decisão é regida por uma minoria de burocratas, não é por sua capacidade intelectual ou competência comprovada para lidar com os interesses comuns da sociedade, mas por terem acumulado poder econômico que os habilitou, mediante a dependência da sociedade em relação aos recursos produtivos por eles privatizados, a expropriarem o poder de decisão da sociedade, da mesma forma que agiram politicamente para expropriar o poder econômico maior da sociedade.

O que se quer enfatizar em relação às marchas e manifestações do MST e às ocupações de terra, na mesma situação, é que estes espaços não são estritamente políticos da mesma forma que os assentamentos não são estritamente econômicos. As marchas, manifestações e ocupações, bem como todas as ações coletivas do Movimento Sem Terra, compõem o seu sistema produtivo, ou seja, o subsistema técnico que envolve toda a atividade cooperada realizada em nome do Movimento. Pois não se pode esquecer que muitas conquistas territoriais e dos assentados, incluindo,

terras escolas, habitação (e a maior parte dos bens materiais que permitem, neste momento, aos assentados produzirem economicamente sua existência) foram conseguidas com a atuação direta destes espaços de cooperação. Neste sentido, se afirma o entendimento de que tanto acampamentos como marchas e assentamentos são espaços ao mesmo tempo políticos e econômicos, para não dizer que são também espaços sociais, culturais, geográficos, biológicos...

Do ponto de vista metodológico, isso influencia no sentido de que a ação de se territorializar ou a atividade de territorialização, em sendo uma ação histórica, é, ao mesmo tempo, uma ação de cunho político, porque se dispõe a exercer algum poder que permita um certo uso do território, como é também ação econômica, no sentido em que se refere à produção da existência de um grupo social, como também é cultural, biológica, natural e social.

Decorre que promover uma compartimentalização entre política e economia seria talvez admitir a compartimentalização que se tentou operar idealmente, mesmo na Academia, onde a partilha das disciplinas, em princípio, fez com que se constituíssem mundos diferentes como se não significassem, simplesmente, aspectos diferentes da mesma realidade, sistematizados conforme uma construção metodológica específica, muito embora a realidade de fato se mostre em seu acontecer histórico, o que admite diversos pontos de vista, incluindo os dos historiadores, dos economistas, dos cientistas políticos... Outra coisa ocorre quando se separa a cultura da política e da economia enquanto segmentos da divisão social do trabalho, pois neste caso se processa uma divisão de fato, mas nunca absolutamente. É claro que, conforme a conjuntura histórica, é possível que as decisões políticas de ordem geral possam ter estado mais ou menos concentradas em poucos integrantes de uma classe ou nas mãos de uma comunidade, mas em momento algum da história foi possível efetivamente restringir a política a um único segmento da sociedade. A atividade política está nos seres humanos, nas suas diversas escalas de relações cotidianas, incluído as relações familiares, profissionais e socioespaciais em geral; ainda que o seu acesso possa estar limitado em certas escalas, é certo que nenhum setor parcial da sociedade jamais conseguiu expropriar integralmente o conjunto da sociedade do seu poder de decisão; e poderia se estender muito mais falando dos aspectos culturais das atividades, ditas, estritamente políticas

ou econômicas e se falar dos aspectos econômicos das chamadas atividades políticas e culturais da divisão social do trabalho.

Feita esta digressão, cabe então qualificar a atividade cooperada dos Sem Terra, tentando sistematizar uma compreensão desta realidade, operando por uma composição a partir de pontos de vista pretensamente amplos; portanto, se está buscando compreender um fenômeno histórico de territorialização mediante o subsídio de diversos referenciais de observação construídos pela ciência. As limitações em ampliar o espectro das construções teóricas que apóiam a reflexão desta pesquisa são frutos da própria limitação presente do pesquisador, e nunca da falta de perspectiva de construir uma sistematização elucidativa da situação vivida partindo da percepção dos mais diversos pontos de observação desenvolvidos por diferentes áreas do conhecimento científico. E não se pode desprezar a construção teórico-metodológica de biólogos, físicos, geógrafos, sociólogos, antropólogos; aliás, a Geografia, como disciplina da produção do conhecimento, está bastante preparada para promover um importante debate envolvendo os mais diversos pontos de partida epistemológicos, na perspectiva de um profundo conhecimento da história.

Discutir as marchas e manifestações do MST, portanto, é discutir para além do conteúdo político destas o contexto da necessidade e possibilidade histórica de reprodução dos Sem Terra. Neste sentido, o que dizer da dependência capitalista destas formas de luta dos movimentos sociais em relação aos recursos materiais que necessitam para que se viabilizem as manifestações? A elucidação de questões como esta que, principalmente neste momento histórico, dão conta de uma produção material humana que, cada vez mais, é produzida numa escala mundial sob o controle do capital, faz com que se tenha de extrapolar também os limites do subsistema técnico dos Sem Terra, analisando e qualificando o seu intercâmbio com o restante da sociedade.

Com relação ao aspecto da dependência da produção material a que se fez referência, sabe-se que, para viabilizar as marchas, as manifestações, as campanhas ideológicas e políticas dos movimentos sociais, se tem a necessidade de garantir recursos que em boa parte das vezes não são produzidos diretamente pelos manifestantes e nem

mesmo pelo Movimento como um todo. É verdade que, em muitas situações, é de fundamental importância a produção material dos próprios assentamentos, principalmente no que se refere aos recursos humanos, sociais e alimentícios; mas, em geral, as manifestações demandam recursos que, presentemente, só podem ser adquiridos por intermédio do mercado, como é o caso de muitas formas de transporte, comunicação, gastos com infra-estrutura em geral. Neste caso, o movimento precisa dispor de dinheiro para se financiar, e a forma como de fato o faz pode ser o indício de uma maior ou menor dependência do Movimento Sem Terra em relação às estruturas sociais burguesas dominantes, incluindo o Estado Representativo Moderno, brasileiro e mundial.

É importante saber onde são obtidos os recursos financeiros que custeiam as marchas e manifestações do movimento. Pelo que se sabe, muitas manifestações contam com recursos oriundos do orçamento estatal, como é o caso das manifestações realizadas com o apoio de universidades público-estatais. Outra parte dos recursos financeiros e materiais é garantida mediante a contribuição dos assentamentos; isto, por si só, já pressiona os assentamentos a produzir renda monetária, o que, de fato, terá forte repercussão no sistema técnico constituído pelos assentados, bem como no modo de cooperação praticado e incentivado pelo Movimento. É verdade que muitas ações do Movimento contam com a contribuição de recursos que atuam independentemente do sistema econômico capitalista; portanto, não contribuem para que os assentados e o Movimento, como um todo, se tornem ainda mais dependentes da hegemonia do mercantil capitalista. A auto-gestão de muitas atividades organizativas e mesmo produtivas, como a construção de estruturas em mutirão e a produção agrícola de muitos alimentos, dá às manifestações do MST e ao próprio Movimento o seu maior nível de autonomia em relação ao capital, enquanto outras formas se mantêm dependentes do mercado, com os efeitos expropriatórios próprios das relações burguesas mercantis.

É emblemática a afirmação de que *“até hoje ninguém conseguiu terra ficando em casa esperando promessas do governo, de pelegos ou de políticos”* (MST, 1986, p. 1-2). Ela demonstra, por um lado, a intenção dos trabalhadores construírem suas ações independentemente de promessas do governo representativo burguês. Neste sentido, o

Movimento parece expressar sua autonomia em relação ao Estado e ao sistema político dominante. De outra forma, afirma que *“não haverá desenvolvimento autônomo nos assentamentos sem a presença do Estado e, neste caso, de um Estado controlado e dirigido pela classe trabalhadora. O Estado desempenhará um papel indutor da cooperação, via crédito, assistência técnica e pesquisa”* (MST/ CONCRAB, 1998, p. 34). Neste caso, o MST dá sinais de como pensa o processo de construção da autonomia de classe dos assentados, que, segundo afirmam, não pode ser de outra forma senão com o intermédio de um Estado controlado pela classe trabalhadora, o que ainda pressupõe a existência da propriedade privada, como demonstra a importância de um símbolo das trocas privadas: o crédito.

Mas se *“[...] não haverá desenvolvimento autônomo nos assentamentos sem a presença do Estado [...] via crédito [...]”*, quando poderão os trabalhadores, incluindo os assentados, tornarem-se integralmente autônomos em relação ao crédito e ao Estado para que de fato possam ver construída a hegemonia socioespacial socialista, mediante a difusão de formas de gestão territoriais mais democráticas, como as que existem em muitos assentamentos, só que nas escalas mais amplas, as quais, grosso modo, têm sido dominadas pela burguesia conforme a hierarquia de poder e de propriedade que lhe é inerente, mediante a constituição autoritária do Estado?

A relação dos movimentos sociais dos trabalhadores com o Estado tem, por certo, ocupado a reflexão dos socialistas, incluindo seus mais destacados pensadores. Esta polêmica esteve presente em meio aos embates políticos e ideológicos dos clássicos partidos de inspiração socialista desde Marx e Engels (século XIX), talvez com outra roupagem histórica, mas com ares bastante atuais em certos aspectos. Em polêmica com os parâmetros teóricos que permearam a unificação das duas organizações operárias alemãs, o Partido Operário Social-Democrata (os eisenachianos) [...] e a Associação Geral dos Operários Alemães, organização lassalliana [...] para formar uma organização única, o Partido Socialista Operário da Alemanha, ocorrida no Congresso reunido de 22 a 27 de maio de 1875 em Gotha, Engels (s/d, p. 226) escreve, em carta a Augusto Bebel de março de 1875, que

[...] no que é decisivo para o programa, nosso Partido não tinha absolutamente nada a aprender com os de Lassalle, mas eles, sim, tinham que aprender com ele; a primeira condição para a unidade devia ter sido que deixassem de ser sectários, que deixassem de ser lassallianos e, portanto e antes de tudo, que renunciassem à panacéia universal da ajuda do Estado ou, pelo menos, que a reconhecessem como uma entre muitas medidas transitórias e secundárias.

Marx (s/d, p. 219) chega a chamar de “[...] *fantasia [esta idéia] de que com empréstimos do Estado pode-se construir uma nova sociedade como se constrói uma nova ferrovia [...]*”.

A questão é por certo delicada e não demanda soluções apressadas. O Movimento Sem Terra, assim como todos os indivíduos e movimentos sociais que lutam por uma construção material inspirada na utopia socialista, estão sob o mesmo limiar de uma estratégia política simbolicamentecentrada na luta pela superação da hegemonia capitalista e materialmente dependente dela. As estratégias de cada grupo social, por sua vez, podem sinalizar para a superação ou o aprofundamento da dependência financeira e estatal da mesma forma que suas ações.

Por enquanto, basta ter em mente que os Sem Terra, no momento das suas marchas e manifestações, como também nos acampamentos e assentamentos, estão construindo uma territorialização mais ou menos autônoma em relação ao poder expropriatório do capital, tendo em vista o caráter do seu intercâmbio na atividade de suprimento das suas necessidades. Esta polêmica, no entanto, se fará mais bem apresentada quando avançarmos na discussão das estratégias de desenvolvimento e das ações do MST nos assentamentos, onde os integrantes do MST devem viabilizar, ao mesmo tempo, a existência material dos indivíduos assentados e a construção do sonho socialista, que extrapola mesmo a existência dos assentados, mas que consta nos objetivos definidos pelo Movimento Sem Terra.

3.4. OS ASSENTAMENTOS DO MST: EMBATES SIMBÓLICOS E MATERIAIS NO CONTEXTO DE INFLUÊNCIA DO CAPITAL

Admitindo-se que se faça a devida diferenciação entre o que se trata por *posseiro*, que, “no Brasil, [...] sempre se constituiu em um desbravador do território, um ‘amansador da terra’” (OLIVEIRA, 1997, p. 115), sempre deslocando-se para além da fronteira de territorialização do grande capital, e “os sem-terra, [que] ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou” (FERNANDES, 2000, p. 67) e que, portanto, invadem o território ocupado pelo modo de produção hegemônico, temos que a constituição dos assentamentos de reforma agrária do Movimento Sem Terra representa a ousadia de proletários que não aceitaram as regras do jogo burguês e se insurgiram contra as leis de propriedade, inclusive, ao ponto de ganhar um relativo acolhimento de boa parte da sociedade aos interesses representados pelo Movimento, tendo, mesmo, dado origem a uma nova correlação de forças no campo das disputas pelo uso da terra no Brasil, menos desfavorável do ponto de vista capitalista aos sem terra.

Os ganhos do Movimento podem ser apresentados por meio de dados que apontam a existência de mais de 4 mil projetos de assentamentos rurais em execução no país, sendo a maior parte deles integrante do MST. Há de se ressaltar, sobretudo, a grande incidência de projetos de assentamento criados nos períodos mais recentes, o que dá conta de um acúmulo de força política por parte dos movimentos de luta pela terra.

Estas frações de terra foram sendo expropriadas ao capital embora, neste momento, continuem sob a mira da influência capitalista. Isso é interessante para supor que a conquista da terra não é mais que um passo, importantíssimo, é certo, mas apenas um passo, no processo de expropriação do domínio capitalista do uso do território. Com certeza, não se pode dizer, em princípio, que o título de posse da terra representa o controle do uso do território do assentamento pelos e em favor dos próprios assentados.

De acordo com Martin (2002, p. 25), “[...] a oficialização pelo Estado (Incra) faz do assentamento uma nova estrutura espacial, através da mutação fundiária, em detrimento do latifúndio [capitalista], no caso da fazenda improdutiva expropriada. Mas,

a natureza do assentamento restará, portanto, ambivalente e, a partir daí, muitas evoluções são possíveis”.

Nos assentamentos são consolidadas muitas das estratégias de uso do território definidas pelo Movimento Sem Terra. É neles que está a morada e a promessa de satisfação das necessidades materiais dos integrantes do Movimento. No âmbito do assentamento, a forma de cooperação praticada pelos Sem Terra assume, em grande parte, mas não apenas, a forma de cooperação agrícola. Esta produção material praticada nos assentamentos diferencia estes espaços dos outros espaços de construção do MST, mas, embora a produção material do Movimento Sem Terra esteja, particularmente, concentrada nos assentamentos, não parece ser o caso de imaginar que a viabilidade desta produção material refira-se estritamente ao autofuncionamento dos assentamentos, isoladamente.

Na verdade, o espaço formado pelos assentamentos, juntamente com as marchas, manifestações, secretarias, congressos, encontros, ocupações, acampamentos, entre outros espaços de atividade do Movimento Sem Terra, conforma um sistema técnico específico ou um subsistema técnico que, em conjunto, contribui para a materialização do uso do território pelo MST. Ocorre que a divisão do trabalho do assentamento está diretamente associada à divisão do trabalho que inclui os acampamentos, as marchas etc., sendo que o sucesso da territorialização de cada assentamento está inscrito no sucesso da territorialização dos diversos espaços construídos pelo Movimento Sem Terra.

Embora com alguma diferença, os princípios e objetivos gerais do MST, de fato, surtem grande influência em termos das ações que são praticadas nos assentamentos. Disso resulta uma estratégia presente entre os assentamentos que inclui o fortalecimento da luta pela reforma agrária e por uma sociedade sem exploradores e explorados, embora ressalte-se a influência do grande processo de territorialização capitalista que evolui, constantemente, no sentido de dominar e expropriar os pequenos detentores de capital e de força política. No espaço dos assentamentos a organicidade do MST passa a incluir a construção de uma cooperação agrícola que está articulada com os subsistemas técnicos organizados nas diversas atividades do Movimento. Estes

diversos espaços de construção da cooperação dos Sem Terra dispõem de qualidades distintas, podendo assumir, até mesmo, interesses diversos quanto ao resultado de suas ações, porém estão intimamente relacionados, constituindo contradições e avanços no processo de territorialização do MST.

Ao que tudo indica, a organicidade geral do Movimento Sem Terra está inserida nos assentamentos, principalmente na forma das atividades desenvolvidas pelos diversos *setores* nos quais está organizado nacionalmente o MST, entre os quais destacam-se os Setores de *Saúde, Educação, Gênero, Produção, Cooperação e Meio Ambiente, Cultura e Direitos Humanos* (ver: <http://www.mst.org.br/~setores>). A direção e a coordenação do Movimento, representando o poder dos congressos e encontros, onde são escolhidos os dirigentes e as linhas políticas do MST, definem outro importante mecanismo de constituição orgânica do Movimento Sem Terra nos assentamentos, que compõem a base do Movimento. É necessário ressaltar que os *núcleos de base* e as *assembléias gerais* se apresentam como espaços deliberativos dos assentamentos, por onde passam as discussões que se estruturam com base nas necessidades dos assentados e, muitas vezes, referem-se ao encaminhamento das ações estratégicas propostas pelo MST.

Entre os fenômenos que caracterizam a existência do MST nos assentamentos pode-se enfatizar aspectos relacionados à produção de uma *estratégia* cultural, onde se observa a tentativa de constituição de um sistema técnico que envolva a sociedade, fundamentado em ações de solidariedade que, segundo o MST, devem ser desenvolvidas “[...] *sem perda de tempo [...] para, desta forma, educarmos nossa própria consciência*”. Neste sistema, orientado pelas estratégias culturais do MST, a beleza é “[...] *um valor fundamental, pois desde os primórdios ela é símbolo do bem-estar*”; da mesma forma, a estratégia de valorização da vida se apresenta como desafio de garantir a existência social e natural, visando “*desenvolver outras formas de produzir, preservando a natureza*”.

Também se destaca o gosto pela simbologia:

[...] em torno das datas históricas, das festas religiosas, das romarias, das festas populares [...] que deve alimentar [a] unidade entre todos os brasileiros. [...] A bandeira do Brasil representa este sentimento nacional, devemos tê-la hasteada juntamente com a bandeira do MST em todos os assentamentos como prova de que nós somos os verdadeiros brasileiros. Somos os filhos e filhas que não fogem à luta. Devemos participar ativamente em todas as manifestações populares, festas religiosas em cada estado, carnaval, eleições, e lutas massivas, ali está o povo, ali está a consciência popular. Desta forma, estaremos cada vez mais nos integrando à sociedade da qual os ricos tentam nos excluir. Esta é a sociedade do povo pobre que deve ter orgulho de honrar sua nacionalidade e sua pátria (<http://www.mst.org.br/>).

Outro aspecto refere-se ao gosto pelo trabalho e pelo estudo, também ressaltado nos textos sobre cultura presentes no *site* do Movimento Sem Terra.

Em nossos assentamentos devemos levar em consideração as diferentes faixas etárias, mas devemos seguir o princípio de que cada um deve produzir o seu sustento. De acordo com o potencial de força de trabalho, devemos buscar alternativas de investimentos para que todos tenham condições de integrar-se ao trabalho. Do mesmo modo, devemos desenvolver formas para que todas as pessoas estudem. Estudem na escola e estudem fora dela.

A estratégia cultural do Movimento também pretende manter nos assentados *“[...] a capacidade de indignar-se [enquanto] um exercício de educação da consciência [já que] a ideologia burguesa procura retirar de dentro das pessoas a capacidade de indignação”* (<http://www.mst.org.br/>).

A influência dos setores orgânicos do MST sobre os assentamentos também inclui o Setor de Saúde, para o qual *“[...] estar com saúde é conviver em uma sociedade sadia onde homens e mulheres tenham seus direitos respeitados e possam participar das decisões com liberdade e onde a saúde não seja apenas não ter doenças no corpo”* (<http://www.mst.org.br/>). Deve-se ressaltar que existem entre os Sem Terra diferentes meios de lutar por melhores condições de saúde. Essas formas incluem a continuidade da luta pelo acesso às condições de existência dos trabalhadores, entre as quais estão a própria luta pela terra, por alimentação de boa qualidade, por um ambiente feliz e

saudável, além de um atendimento médico-hospitalar e ortodôntico bem estruturado e com boa qualidade, incluindo o acesso aos remédios e tratamentos quando necessários. É, também, comum nos assentamentos o acesso às tecnologias medicinais alternativas, como aquelas baseadas em alimentos fitoterápicos e como a própria medicina bioenergética, bastante difundida por meio da ação de bispos da Igreja Católica em alguns locais do país, incluindo a região Nordeste. Note-se, ainda, que entre as regionais e brigadas que organizam os assentamentos do MST no Estado de Santa Catarina foi observada uma frequência de participação bastante ampla (71,4%) proposta de ação definida como *“criação das hortas medicinais”*, no contexto das ações definidas pelas sete regionais (brigadas) do MST catarinense para pôr em prática as estratégias de desenvolvimento sustentável recentemente definidas pelo Movimento (MST, 2004).

Outro setor a desempenhar influência nos assentamentos é o Setor de Gênero. *“Ao incentivar esta discussão dentro do MST, o setor de Gênero não pretende que o Movimento priorize essa luta pela igualdade de gêneros em detrimento da luta de classes. [...] deseja mulheres com consciência de classe, com compromisso com a classe trabalhadora, que tenham iguais oportunidades de militar e dirigir o movimento, de ser sujeitos e não apenas objeto da história”*. Para tanto, o setor vem buscando, também

garantir cirandas infantis nos cursos, eventos e reuniões das instâncias nacionais, estaduais, regionais e locais; cirandas permanentes nos acampamentos e assentamentos para que os filhos não sejam impedimento da participação de mulheres em atividades de formação e no trabalho cotidiano; ter 50% de homens e mulheres em todas as atividades de formação e capacitação; assegurar que a terra e os créditos conquistados pelo MST saiam no nome do casal; assegurar que os projetos de investimento, as definições das linhas de produção, enfim, as decisões econômicas sejam tomadas somente com a participação da família; garantir um coordenador e uma coordenadora nos núcleos de base; realizar formação intensiva sobre o tema gênero em todos os setores e instâncias (<http://www.mst.org.br/>).

A questão de gênero é, por certo, uma questão da mais alta importância, visto que se trata de uma forma de dominação das mais antigas; remonta à própria origem e ascensão da propriedade privada, quando os homens, tendo por base a divisão do trabalho que os tornou responsáveis pelo trabalho fora do lar, foram se apropriando, cada vez mais privadamente, das riquezas e forças produtivas que foram desenvolvendo e utilizando esta materialidade para dominar o restante da sociedade, incluindo as mulheres e os filhos. Esta forma de opressão, portanto, atravessou o período civilizatório até os dias atuais, embora tenha sofrido historicamente uma forte pressão social que já resultou em mudanças significativas nas estruturas sociais de poder orientadas por diferenças de gênero. *“Evidentemente que não se deve estranhar o fato de haver desigualdades nas relações de gênero do MST; afinal o Movimento não é uma ilha na sociedade. É através das lutas e das diversas formas de formação que se rompe com os valores disseminados pela burguesia”* (<http://www.mst.org.br/>).

O Setor de Direitos Humanos também está relacionado com a territorialização dos assentamentos, seja legitimando as ocupações de terra, seja lutando contra a violação dos direitos humanos no campo de luta do MST.

No mais, o Setor de Educação é um dos mais expressivos do Movimento Sem Terra. Conforme Caldart (2003),

Sem Terra é nome de lutador do povo que tem raízes na terra, terra de conquista, de cultivo, de afeto, e no movimento da história. Esta é a discussão principal que estamos fazendo hoje no MST com nossos educadores e nossas educadoras: como fazer da Pedagogia do Movimento uma referência de nossa prática e de nossa reflexão. Ser educador do MST é conseguir apreender a dimensão educativa das ações do Movimento, fazendo delas um espelho para suas práticas de educação.

Com base neste propósito pedagógico, o MST parece estar atento à história que o gerou enquanto movimento social organizado e atento à luta que o constituiu como sujeito histórico. A Pedagogia do Movimento, portanto, deve ser expressão dessa história vivida como movimento de luta pela existência social. De acordo com

Vendramini (2003, p. 179), *“os assentados ligados ao MST colocam em prática uma pedagogia determinada pelas múltiplas e distintas lutas cotidianas que precisam travar para sobreviverem. A escola, nessa perspectiva, constitui-se num local de sistematização e de compreensão crítica da própria vida dos assentados”*. Neste sentido, pode-se compreender a concepção do MST de que

[...] a Educação acontece em processo, desde a participação das crianças, das mulheres, da juventude, dos idosos, construindo novas relações e consciências, até a participação nas marchas, assembleias, cursos, caminhadas, trabalhos voluntários, gestos de solidariedade, ocupações, mobilizações, reunir-se para aprender e ensinar o alfabeto, e mais que isso, o ato de ler e escrever a realidade e a vida (<http://www.mst.org.br/>).

A produção do conhecimento organizada pelo setor de educação do Movimento Sem Terra também constituiu uma materialidade em favor da sua reprodução. É ilustrativo o fato destacado pelo MST de ter conseguido reunir

[...] um universo de 1.800 escolas de Ensino Fundamental, com 160 mil crianças e adolescentes freqüentando essas escolas em acampamentos e assentamentos [...].Trabalhando diretamente com estas escolas são cerca de 3.900 educadores, além dos 250 educadores que trabalham nas Cirandas Infantis, na educação de crianças até 6 anos. Somos também cerca de 3 mil educadores de alfabetização de jovens e adultos. Atualmente são cerca de 30 mil alfabetizando. Alguns educadores fazendo trabalhos voluntários, outros mobilizados pelos projetos em parcerias. As escolas nos assentamentos são públicas. Nos acampamentos também queremos garantir escolas públicas. No Rio Grande do Sul, isto foi conquistado a partir de 1996, através da aprovação pelo Conselho Estadual de Educação da Escola Itinerante, que atende crianças de 7 a 12 anos de 1ª a 5ª séries. Essa escola vai para onde o acampamento for (<http://www.mst.org.br/>).

Esta rede de produção do conhecimento organizada pelo setor de educação do MST já conseguiu estruturar um importante subsistema técnico em benefício do Movimento, relacionado com uma rede mais ampla de intercâmbio de conhecimentos e troca de experiências envolvendo movimentos sociais de vários lugares do mundo, organizados, por exemplo, na Via Campesina, onde prevalece o intercâmbio voluntário e solidário de informações e conhecimentos. O dirigente nacional do MST, entrevistado

no Município de Chapecó-SC, no âmbito desta pesquisa, durante o mês de dezembro de 2004, enfatizou a existência de *“um grande intercâmbio, uma grande relação política e de [...] troca de experiências com as organizações camponesas para que eles se fortaleçam e pra que [nos] fortaleça”*. Também destaca-se a proposta de *“internalização da pesquisa em agroecologia – Constituição da Rede de Pesquisa Tecnológica em Agroecologia”*, definida como um dos *“elementos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma Agrária do Brasil”* (MST, 2004, s/p). Conforme define o documento, intitulado *“Produto Síntese das Estratégias de Desenvolvimento para os Assentamentos de Santa Catarina”* (anexo 4 deste trabalho), o MST tomou

[...] a decisão política de que [...] deve assumir a questão da pesquisa tecnológica em agroecologia como uma questão estratégica em vista do rumo escolhido como modelo tecnológico para os assentamentos [...] A concepção que trabalhamos é de uma rede de centros de pesquisa, que coordenarão um esforço e uma agenda nacional integrada de pesquisas, porém ancorada em buscar respostas às demandas locais de tecnologia, em parceria com instituições públicas e ONGs. Cada centro de pesquisa articula grupos de agricultores-pesquisadores e técnicos-pesquisadores. Os alunos dos cursos técnicos participam de atividades de pesquisa desde o início de seu processo formativo. Os experimentos se localizam não apenas nas instalações dos centros, mas fundamentalmente em unidades dentro dos assentamentos, acompanhadas diretamente pelos agricultores como sujeitos e beneficiários diretos das pesquisas (MST, 2004, s/p).

Com isso, o Movimento ratifica uma postura de construção do conhecimento integrada por alianças internas e externas ao MST, numa perspectiva de cooperação solidária envolvendo diversos agentes socioespaciais que se beneficiam mutuamente, com a sistematização e o acesso ao conhecimento, incluindo o conhecimento tecnológico.

O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente também define, em grande medida, a forma pela qual o MST organiza a cooperação e o sistema técnico entre os assentados. Este setor enfatiza um determinado tipo de reforma agrária defendido pelo Movimento Sem Terra; ele dá conta, por um lado, de uma preocupação cada vez mais acirrada do Movimento com a produção material nos assentamentos, para além da luta

pela terra, enquanto, por outro lado, remete à consolidação das estratégias de cooperação e desenvolvimento do MST.

Uma referência importante desta evolução é o surgimento do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), em 1989, que o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente veio substituir recentemente; ele representa a evolução do MST em favor de uma concepção estratégica de desenvolvimento que inclui o estímulo e articulação das diversas formas de cooperação dos assentados, a partir da cooperação agrícola e da agroecologia, com o fim de garantir, inclusive, a viabilidade de um maior acesso ao mercado, particularmente, apoiando a criação de um *“mercado alternativo”* sem descuidar de possíveis *“nichos de mercado”*, *“em vista de buscar uma qualidade de vida média/boa para os assentados”* (MST/CONCRAB, 1998, p. 39).

Com o surgimento do SCA, o MST assumiu o dever de *“[...] conscientizar todos os assentados para ingressarem na cooperação agrícola, independente da forma de cooperação, para resistir aos impactos das políticas dos governos capitalistas”* (Op. cit., p. 50). Naquele momento, o MST indicava a noção de que era preciso produzir para a subsistência e para o mercado, já que, conforme afirmava, seria *“impossível avançar organizando a produção apenas no nível da subsistência”* (Op. cit., p. 31). Ao mesmo tempo, o Movimento enfatizou que *“[...] a organização do trabalho em conjunto, da cooperação agrícola nas suas diversas formas, é a única maneira de nós irmos de fato mudando a sociedade e um dia construirmos o socialismo na agricultura brasileira”* (MST, 1986, p. 19).

As dificuldades dos assentamentos relativas à produção e comercialização já eram sentidas desde muito antes do surgimento do SCA (Op. cit., p. 29). A reflexão do Movimento, por sua vez, indicava a necessidade de *“[...] desenvolver métodos de trabalho organizativos, científicos, baseados na experiência histórica das lutas dos trabalhadores”* (MST, 1989, p. 13), de onde surge a proposta de *“[...] recuperar o sentido de cooperativa”*, a partir da idéia de cooperativa de trabalhadores, surgida na Europa durante o século XIX e desenvolvida em experiências que incluem as cooperativas cubanas – CPAs.

Durante a evolução das atividades de produção e comercialização dos assentamentos, o MST conviveu com o dilema de produzir uma estratégia socialista no contexto de hegemonia do modo de produção capitalista. O Movimento, por sua vez, manteve a polêmica em torno da territorialização das suas formas produtivas à medida que admitiu e reforçou a *“tensão (contradição)”* entre *“[...] fazer a luta política e ser uma empresa econômica”* (MST/CONCRAB, 1998, p. 12).

Se, por um lado, os assentamentos foram dados como *“[...] exemplos de que é possível organizar a sociedade de outra forma, onde os trabalhadores sejam donos do seu próprio destino. Mostrando capacidade em organizar o mundo econômico, mas também mostrando novas relações sociais, como companheirismo, solidariedade, espírito de sacrifício”* (Op. cit., p. 17), por outro lado, foi reconhecida a impossibilidade de *“[...] organizando economicamente os assentamentos”* conseguir se *“libertar da exploração capitalista”* (Op. cit., p. 13).

Conforme Aued e Grade (2000, p. 25), mesmo *“a busca por mercados alternativos, [...] em comunidades de periferias urbanas ou em sindicatos, e, também, o estabelecimento de um mercado para as massas, não alteram as relações sociais engendradas pelo capital; ao contrário, criam um vínculo seletivo com um determinado segmento da sociedade”*.

Por sua vez, o sentido estratégico da produção material dos assentamentos que inclui garantir a luta pelo socialismo, passa pela constituição de uma maior biodiversidade reprodutiva nos assentamentos. Conforme afirmou o dirigente nacional do MST em Santa Catarina, na entrevista realizada no âmbito desta pesquisa,

[...] primeiro nós temos que produzir comida; alimento [...] Então: diversificar a produção, produzir as sementes, criação de diversidade de animais, e nessa perspectiva, como hoje na agricultura não se vive mais só de comida, todo agricultor depende também de ter uma renda [...] então essa diversidade vai garantir alimento para a sustentação da propriedade e tal, e também algumas atividades econômicas para gerar renda. [...] a atividade que nós estamos trabalhando nesse caráter mais forte em Santa Catarina é a produção de leite, uma característica é a produção de leite à base de pasto [...] na perspectiva de que se produza leite a baixo custo e seja sustentável economicamente.

Disso resulta que o MST realiza uma diversidade de formas cooperadas na constituição do seu sistema técnico nos assentamentos. Numa perspectiva, verifica-se que o Movimento põe em prática uma cooperação solidária, particularmente, realizada com vistas aos objetivos comuns dos assentados. Por seu turno, os assentados sendo solidários com os outros seres da natureza agem de modo a produzir solidariamente uma maior biodiversidade para que as forças deste intercâmbio socioespacial cooperem para produzir solidariamente os próprios assentados e, no limite, a sociedade humana.

Seja na conquista da saúde ou na produção dos conhecimentos e dos bens materiais, em geral, se percebe que o intercâmbio não mercantil é responsável por boa parte do suprimento das necessidades produtivas e reprodutivas dos assentamentos. O maior exemplo da realização deste intercâmbio solidário em meio aos assentamentos está, provavelmente, relacionado com a produção de conhecimentos, símbolos, valores e bandeiras de luta, embora também hajam vínculos solidários sendo estabelecidos por intermédio da produção de sementes, entre outros produtos materiais, incluindo alimentos de boa qualidade. Neste rol se verifica uma vasta rede de cooperação, envolvendo agentes integrantes dos assentamentos e agentes externos, numa extensa rede sociotécnica repleta de movimentos sociais que, além de se solidarizarem na definição de bandeiras comuns de luta política, atuam intercambiando solidariamente um conjunto de produtos que, por certo, representam um grande valor, como insumos produtivos, sendo este o caso de sementes, experiências coletivas de produção, além de diversos conhecimentos técnicos e organizativos.

Pra ter idéia, [...] agora na conferência da Via Campesina que teve aqui no Brasil, (que foi um encontro internacional em que estavam mais de 400 delegados a nível internacional com mais de 70 países representados) as sementes do Movimento Sem Terra daqui foram pra Palestina, foram pra toda a Europa, foram pra todo Centro-América e eles também. Então como uma forma da gente tá sendo solidário a vários momentos com esses países que tão com dificuldade, por exemplo, agora nós mandamos para o Haiti um grupo de técnicos pra contribuir no sentido da produção; técnicos do Movimento Sem Terra. Então, foi o Estado brasileiro com o exército, nós fomos com técnicos pra ajudar o povo a produzir alimentos, pra ajudar a construir a base produtiva do país e tal e mandamos sementes; então foi essa a forma de

solidariedade que nós demos (Entrevista com S., Dirigente Nacional do MST, em Santa Catarina).

Os assentamentos do MST, portanto, estão articulados com diversos canais de intercâmbio promovidos no seio dos próprios movimentos sociais. Neste sentido, os circuitos de cooperação desenvolvidos pelos movimentos, em princípio com o fim de reunir força política para a defesa de determinadas estratégias comuns, passaram a motivar e viabilizar o intercâmbio de insumos produtivos, criando, conforme a lógica solidária que articula os movimentos sociais, um espaço de socialização dos meios de produção, até o momento, principalmente de sementes e informações.

Os movimentos sociais compartilham agora não somente objetivos políticos, mas também produtos, materiais e imateriais. Por sua vez, a territorialização dos assentamentos não depende somente das forças que podem despertar o conjunto dos assentados, isoladamente, mas a própria territorialização do Movimento Sem Terra envolve a força de seus apoiadores e daqueles movimentos sociais que cooperam solidariamente com o MST viabilizando sua territorialização e com ele se nutrindo.

É claro que, não é só com base em intercâmbios solidários que se constitui o sistema técnico do MST. Sua territorialização também se constituiu com a força da cooperação desencadeada pelo dinheiro, realizada mediante relações de intercâmbio privadas. Os assentamentos vendem produtos e recebem pagamento em dinheiro, podendo ter acesso a um conjunto de bens de produção (insumos) e de consumo na relação com o mercado. Aued e Grade (2000, p. 31) chegam a dizer que “[...] as CPAs [Cooperativas de Produção Agropecuária do MST] são organizadas para produzir riqueza para o mercado capitalista, que é ponderado pela mais-valia, manifestada no preço dos produtos”.

Segundo Fabrini (2002, pp. 85 e 76),

o MST entende que há necessidade de organização de cooperativas nos assentamentos para o desenvolvimento das forças produtivas e inclusão dos assentados ao mundo da mercadoria. [...] Entretanto, os

camponeses dos assentamentos têm resistido ao projeto de desenvolvimento territorial elaborado pelo MST. Procuram colocar em prática um projeto que passa pela existência camponesa, materializada na formação de uma variedade de grupos de assentados como núcleos de produção, grupos coletivos, associações, grupos de vizinhança marcados por relações de solidariedade.

Não há dúvida de que o Movimento Sem Terra considera importante que parte da produção dos assentamentos seja destinada ao mercado, ainda que compartilhando a opinião de seu dirigente nacional de que

[...] não têm espaço pra pequena propriedade, então é ilusão que nós vamos viver no mercado, ter perspectiva, ganhar... porque vai ter espaço pra todos os agricultores; isso não existe, mercado atualmente, alguns vão ser incluídos, mas muitos vão ser excluídos, viver de cesta básica [...]. Tentamos construir algo diferente, mas estamos dentro do modelo capitalista que ele não quer isso [...] Pra tu fazer diferente, primeiro tu se barra por isso, porque tem interesse dos meios de comunicação, do governo, das agropecuárias, das lojinhas e tal em vender o pacote (Entrevista com S.).

Entretanto, não parece ser o caso de afirmar que os assentados possuem um projeto de territorialização e o MST outro. Muito menos que o projeto do MST é dominado pelo mercado e o dos assentados pela solidariedade. De fato, parece existir um conflito nos assentamentos, e não há um poder absoluto ditando situações de dependência em apenas uma direção. Aqui não se está tratando os assentamentos como “*territórios camponeses*” (FABRINI, Op. Cit., p. 83), pois não se trata de absolutizar o controle dos assentados sobre o assentamento, nem também de supor que suas ações se dêem, sempre, na direção de uma cooperação solidária, que caracterizaria a dita *existência camponesa*. Também não se está supondo que a cooperação mercantil seja o único meio de intercâmbio dos assentados, ainda que seja reconhecida a necessidade de inserção mercantil alimentada pelo projeto de territorialização do MST.

De fato, o que se verifica nos assentamentos é um arranjo de ações orientadas tanto para o mercado como para objetivos solidários. Os assentamentos, portanto,

reúnem elementos produzidos a partir de intercâmbios solidários e egoístas, sendo ambos estimulados pelo MST. O que dizer, por exemplo, da substituição da produção leiteira à base de ração pela produção à base de pasto?. Por certo, trata-se de uma reorientação do intercâmbio praticado pelos assentados no sentido de suprimir o intercâmbio mercantil, por meio do qual era obtida a ração no processo de produção antigo, a fim de ter acesso a um novo intercâmbio, envolvendo elementos de uma cooperação solidária com a natureza que, no novo processo, passa a produzir solidariamente o alimento do gado leiteiro, levando-se em consideração que, para a obtenção de uma técnica como esta, foi fundamental o recurso ao intercâmbio solidário de conhecimentos entre os próprios assentados. Outros exemplos onde se afirma a existência de uma importante cooperação solidária podem ser citados, em particular quando se observam as ações praticadas pelas diversas regionais/ brigadas do MST no Estado de Santa Catarina.

Veja-se, por exemplo, a forte incidência de ações destinadas a *“incentivar a produção para o autoconsumo”*, prevista por quase todas as regionais do Estado (85,7%) ⁴⁰. Também devem ser ressaltadas algumas ações, por exemplo, visando ao *“resgate e intercâmbio de sementes crioulas”*, presentes em 85,7% das ações definidas pelas regionais/ brigadas do MST em Santa Catarina, a *“criação das hortas medicinais”*, opção assumida por 71,4% das regionais do Estado, além da produção de outros insumos produtivos, como a própria *“formação continuada (de base, dirigentes e técnicos)”*, presente em 100% das ações definidas pelas regionais do MST-SC, também no rol das ações cuja prática se realiza com base em boas doses de intercâmbios solidários.

Nestes casos, o que se quer ressaltar é, justamente, a existência de uma forma de cooperação essencialmente diferente da cooperação mercantil, que não pode nem mesmo ser tratada como um resquício de modos de produção arcaicos em vias de superação, pois, pelo que se verifica, esta cooperação solidária figura, em princípio, como condição da participação dos assentados no mercado. É interessante observar que se, por um lado, os assentados assumem, juntamente com o MST, o objetivo de se

⁴⁰ Ver Anexo 05 - Matriz de ações definidas por percentual de presença nas regionais/brigadas do MST em Santa Catarina, extraído do documento *“Produto Síntese das Estratégias de Desenvolvimento para os Assentamentos de Santa Catarina”* (Anexo 04).

inserir no mercado, por outro, se observa que os próprios assentados estão direcionando importantes esforços para a produção de autoconsumo, numa estratégia que evita o consumo de mercadorias; dessa forma, a cooperação solidária voltada à produção para o autoconsumo – de insumos em geral, incluindo sementes, alimentos e conhecimentos – está atuando de modo a diminuir custos de produção nos assentamentos pela produção autônoma de seu consumo produtivo e reprodutivo e, dessa forma, está aumentando a produtividade dos investimentos mercantis dos assentamentos. A cooperação solidária, neste sentido, se articula com o objetivo estimulado pela agroecologia de redução de custos financeiros através da substituição dos insumos produtivos oriundos de fora da propriedade rural. Com base na existência de uma rede de intercâmbios solidários, os assentados têm acesso a uma série de produtos – insumos materiais e imateriais e bens de consumo – sem qualquer custo financeiro, o que influencia, sobremaneira, na viabilidade econômico-mercantil dos assentamentos.

Quando produzem para o mercado, portanto, os assentados estão contando com um fator essencial para a sua produtividade e redução de custos mercantis que é o espaço de relações solidárias criado pelo MST, interna e externamente, articulando os assentados entre si, coletivamente, e a outros movimentos sociais, como também a outros elementos da natureza, que terminam sendo extremamente úteis para reduzir gastos de consumo e insumos produtivos, e mesmo para viabilizar, ainda que temporariamente, a produção mercantil. Dessa forma, os assentados obtêm acesso ao uso do território; entretanto, destaca-se que a dependência do mercado significa algo diferente do significado que tem a dependência de uma rede solidária de intercâmbios. No primeiro caso, se verifica uma situação onde a dependência está relacionada com as empresas capitalistas transnacionais, com poder relativamente elevado sobre a definição de preços mercantis, favoráveis aos seus interesses privados (poder de monopólio), o que influencia para definir uma tendência expropriatória no mercado mundial, enquanto, no espaço solidário, não há contradição de objetivos, já que sua existência pressupõe a ação coletiva em torno de objetivos comunitários.

Os assentamentos, portanto, estão sendo disputados por ordens estruturais distintas, caracterizadas por formas de cooperação diversas, as quais conformam o

sistema técnico característico do Movimento Sem Terra. As principais diretrizes deste sistema técnico articulam uma grande diversidade de produtos basicamente agrícolas, partindo do intercâmbio agroecológico e do trabalho cooperado dos assentados, juntamente com a participação solidária de movimentos sociais produtores de conhecimentos, sementes, infra-estruturas coletivas e bandeiras de luta comuns. No mais, o sistema técnico do MST é constituído por recursos adquiridos junto ao mercado e mesmo por recursos cuja posse tornou-se viável mediante a disputa do orçamento público, outro meio de *“aumentar o capital constante”* dos assentamentos (MST, 1998, p. 23). Neste sentido, a produção e a territorialização dos assentamentos depende destas diferentes ordens de fatores que incluem intercâmbios solidários e ecológicos praticados com os assentados, envolvendo outros movimentos sociais e naturais, e, também, intercâmbios mercantis.

Deve-se ressaltar que, embora tendo ampliado sua participação mercantil a partir do surgimento das cooperativas – CPAs – e do Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA –, não foi possível mantê-las funcionando sem dívidas e, particularmente, sem recorrer ao crédito, ainda que com mediação e subsídio estatal. Os textos do próprio MST informam sobre o *“período crítico”* das cooperativas, *“sem crédito, sem assistência técnica”*, diante do qual propõe *“[...] valorizar mais a mão-de-obra que os recursos e financiamentos. Voltar a reconstruir a concepção que é possível organizar as cooperativas de produção tendo como base a terra e a mão-de-obra”* (MST, 2002, p. 4). Neste sentido, a crise de endividamento das cooperativas tende a impulsionar ações defensivas, principalmente através do recurso à produção para o autoconsumo, o qual é capaz de substituir custos referentes ao consumo de bens e insumos produtivos anteriormente comprados no mercado, mas, sobretudo, representa a ampliação da produção autonomamente constituída pelos assentados no contexto da disputa pelo uso territorial com o capital monopolista. De outra forma, a se manter a opção pela disputa do orçamento público como única via de reprodução, ocorre que:

[...] a dependência dos assentamentos em relação ao Estado acentua-se; a cada dia eles necessitam de mais e maiores recursos. [...] sem o recebimento de recursos através de subsídios do Estado, a sobrevivência no assentamento fica prejudicada. A dívida passa a

comandar a cooperativa que, por sua vez, se impõe aos homens. O controle da vida do assentado passa a ser ditado [...] pelas dívidas” (AUED; GRADE, 2000, p. 29).

Por sua vez, existe um problema de renegar as finanças e os recursos tecnológicos disponíveis no mercado; como manter elevados os níveis de produtividade dos assentamentos? Pois, na medida em que se abre mão de um modelo tecnológico, é preciso substituí-lo por novas forças produtivas. Neste sentido é que se tem como fundamental na estratégia dos assentamentos o recurso à agroecologia. Esta ciência reúne conhecimentos tradicionais fundamentados em sistemas de policultivo, atualizados por estudos científicos de ecologia, que têm funcionado como força produtiva dos assentamentos, com a particularidade de que a agroecologia foi produzida sob maior controle dos assentados e dos movimentos sociais do campo que estão, também, participando de pesquisas para o seu desenvolvimento.

Disso se verifica que a questão do uso do território, para o MST, envolve desde a posse da terra, passando pelo poder de controlar os recursos territoriais, incluindo o desenvolvimento tecnológico. A territorialização do Movimento Sem Terra está, portanto, associada aos fatores políticos e econômicos de sua atividade, sendo que estes estão relacionados com a forma de cooperação desenvolvida pelo Movimento. Cabe enfatizar que o MST desenvolve sua territorialização mediante o recurso à cooperação solidária, seja para acumular força política nos acampamentos, marchas e assentamentos, mas também para produzir conhecimentos, sementes, infra-estruturas coletivas e valores simbólicos como a solidariedade, o companheirismo, a confiança; todos esses, recursos do uso do território pelo Movimento Sem Terra.

Finalmente, fica evidente que o fenômeno da territorialização do MST passa por superar os obstáculos colocados pela territorialização concentrada do capital, o que demanda o desenvolvimento das forças produtivas sociais erguidas na condição de força política, organizada e controlada pelos trabalhadores. Dessa forma, a autonomia política do Movimento também se relaciona com o sistema técnico empreendido pelos seus integrantes, na medida em que sua autonomia depende da capacidade de constituição de um sistema técnico independente e superior aquele controlado pelos

agentes hegemônicos de produção capitalista. Disso resulta que a dependência econômica dos assentados em relação ao mercado, no qual se expressa o sistema capitalista inviabiliza a perspectiva de construção autônoma do MST, ainda mais porque a dependência em relação ao capital, normalmente, atua para realizar algum interesse egoísta estranho e em detrimento dos interesses e da força política comunitária.

Neste sentido é que ganham importância as formas inovadoras de cooperação e intercâmbio estabelecidas pelo Movimento Sem Terra em seus diversos espaços de construção e territorialização; ainda que a influência de formas burguesas particularmente relacionadas à dependência mercantil e estatal de fato permaneça nos assentamentos, alguma coisa evoluiu, com a territorialização do MST, em termos da superação da condição anterior de muitos camponeses-proletários, relativamente isolados, para a constituição de um ser social emancipado, solidário e comunista.

O interesse por vislumbrar formas cooperadas autônomas em relação ao modo de produção hegemônico capitalista passa, por certo, pela busca constante de emancipação dos modos de produção do espaço, referência metodológica importante desta pesquisa que, neste momento histórico, representa a busca por formas inovadoras de organização da produção da vida social capazes de libertar as forças produtivas sociais dos limites atualmente impostos pela propriedade privada capitalista.

O capítulo seguinte apresenta exemplos empíricos de cooperação social organizados por assentados do MST, bem como discute, a partir do exemplo específico do Assentamento Sepé Tiaraju, as condições dessa territorialização no contexto de disputa pela hegemonia do uso do território, onde os interesses socialistas, pautados pelos interesses comuns do povo, organizados comunitariamente, se defrontam irremediavelmente com os interesses egoístas e expropriatórios da territorialização do modo de produção capitalista.

4. A TERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU: COOPERAÇÃO, LIMITES E POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DA HEGEMONIA CAPITALISTA

Neste capítulo se discute a territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju tendo em vista os aspectos empíricos mais imediatos deste processo, os quais são evidenciados em função de sua dependência em relação ao capitalismo ou, para além do mesmo, são abordados qualitativamente como formas de cooperação solidárias definidas por lógicas emancipadas de produção e intercâmbio sociais. Para tanto, se inicia a exposição por meio da localização regional do Assentamento em diferentes escalas de apreensão que se pretende inter-relacionar, desde o contexto presente do município de Campos Novos, passando por localizá-lo no ambiente da totalidade espacial, abrangendo diferentes temporalidades tendo em vista os movimentos históricos que definem este processo de territorialização.

Neste sentido, assume grande importância o processo de territorialização hegemônico do capitalismo bem como sua ação expropriatória sobre os camponeses que, no ambiente desta hegemonia tendem, em sua ampla maioria, a se tornar integralmente proletários. No entanto, para além da tendência dominante do capital, constituem-se ações de negação do modo burguês de produção do espaço, em grande medida, motivadas por resquícios de formas tradicionais de produção, cujo aspecto comunitário é aqui enfatizado na condição de elemento que, embora não seja atualmente hegemônico, certamente influencia em grande medida o surgimento e a territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju.

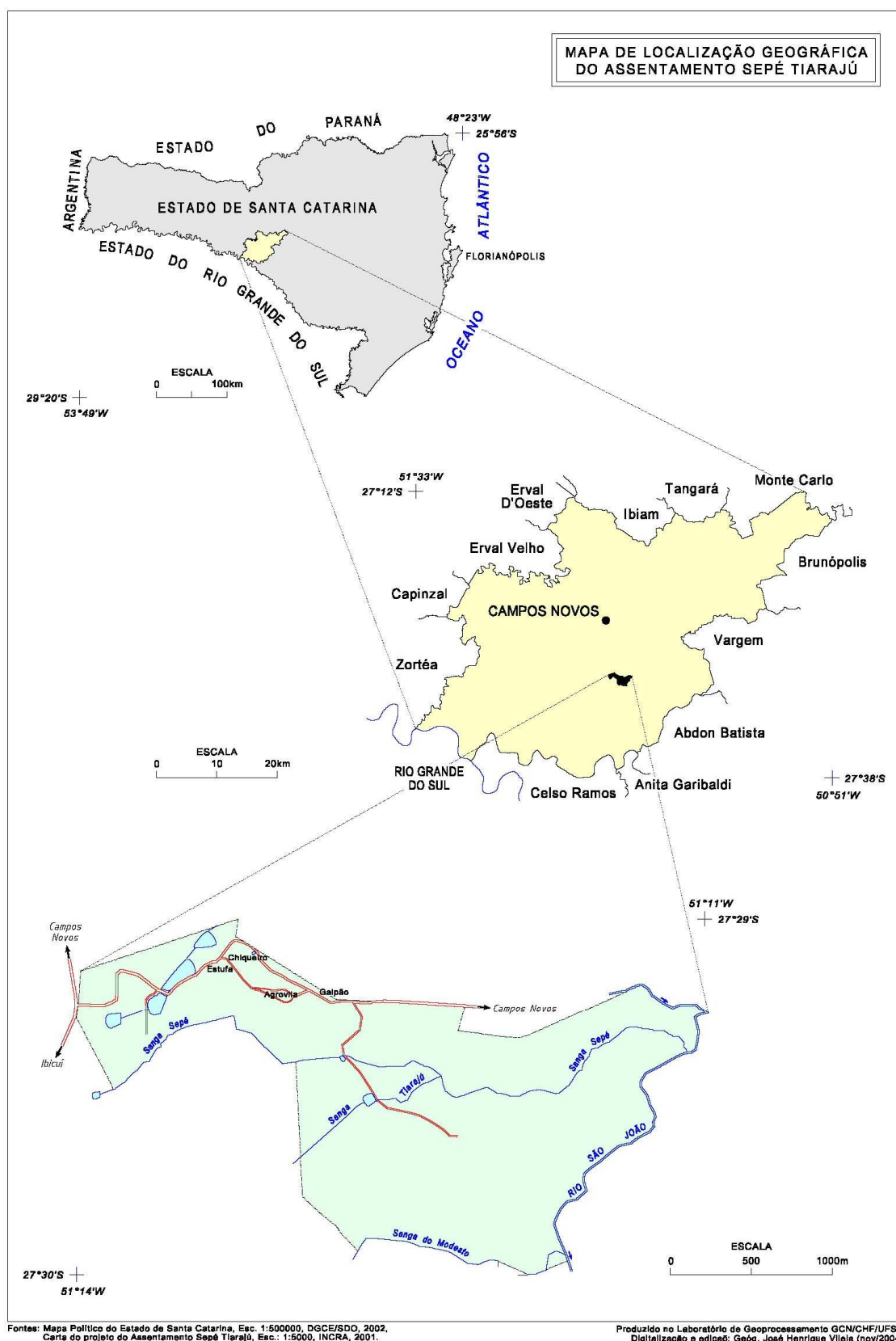
Argumenta-se que a condição dominante de proletarização dos camponeses já não permite a reconstituição das comunidades relativamente isoladas de outrora; ainda assim, a lógica da produção comunitária tradicional está presente nas relações de intercâmbio dos assentados do Sepé Tiaraju exercendo uma influência indispensável à sua territorialização. Com base nisso são considerados os limites desta territorialização, que se referem à limitada extensão relativa da cooperação solidária engendrada pelos

assentados, os quais precisariam estender às escalas mais amplas o seu modo solidário de intercâmbio; donde se conclui que a referida territorialização está essencialmente relacionada com a possível superação da hegemonia do modo capitalista de produção.

4.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR ONDE SE LOCALIZA O ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU: A LOCALIDADE SE CONSTITUINDO EM MEIO AO MOVIMENTO DO TODO

O Assentamento Sepé Tiaraju foi constituído no município de Campos Novos (Figura 1), que se localiza no Meio-oeste catarinense, há 370 km de Florianópolis, numa região de planalto, com altitude de 934 m acima do nível do mar, onde predominam os seguintes tipos climáticos: (cfa) subtropical (mesotérmico úmido, com verão quente) e (cfb) temperado (mesotérmico úmido com verão ameno), segundo a classificação de Koeppen. A temperatura média anual em Campos Novos oscila entre os 16 e 17° C. A umidade relativa do ar (média) situa-se entre 76 e 78% e a precipitação média anual é de aproximadamente 1800 mm (EPAGRI, 2004).

O município tem solos relativamente férteis, o que estimula a produção agropecuária. Este fato, aliado a outros elementos naturais e culturais criou um *rótulo* para Campos Novos que, hoje em dia, é conhecido como "celeiro catarinense" (SC. GOV., 2004). Ainda no que se refere aos solos, destacam-se, o Latossolo Bruno e Intermediário, a Terra Bruna Estruturada e Intermediária, e o Cambissolo.



Como observa Veiga (2004), com relação aos Latossolos Brunos e Intermediários, afirma-se que

as propriedades físicas desses solos e as condições de relevo, por sua vez, são bastante favoráveis por permitirem, respectivamente, um perfeito desenvolvimento das raízes e por viabilizarem a mecanização em praticamente toda a área da unidade. [...] Dentro de um sistema racional de cultivo apresentam bom potencial produtivo e estão sendo utilizados atualmente para o cultivo de soja, milho, feijão e trigo. Em maiores altitudes possuem aptidão para fruteiras de clima temperado, especialmente a maçã [que possui, no município, uma área plantada de 125 hectares].

Já os solos caracterizados como Terra Bruna Estruturada e Intermediária

são solos profundos, bem drenados e com condições físicas favoráveis ao desenvolvimento radicular, [entretanto], quimicamente, são solos muito ácidos, com elevada toxidez causada pelo alumínio trocável e com reduzida reserva de nutrientes [...]. Porém, desde que manejados adequadamente, tornam-se aptos tanto para cultivos anuais como para usos menos intensivos, entre os quais a fruticultura de clima temperado, a pastagem e o reflorestamento.

Os Cambissolos, por sua vez

são na maioria solos ácidos, de baixa fertilidade natural e alta saturação com alumínio trocável. [...] As áreas ocupadas pelos Cambissolos são pouco utilizadas com culturas anuais, estando em grande parte ocupadas por vegetação natural, pastagens e reflorestamento. Os Cambissolos com alta fertilidade natural são intensamente utilizados dentro de um sistema de agricultura familiar, principalmente com milho, feijão e pastagens.

Em se tratando da área usada para a produção agrícola mercantil no município, o milho e a soja apresentam maior expressividade, tendo ocupado no ano de 2002,

respectivamente, 25.000 ha e 23.500 ha das terras do município. Outro produto importante é o trigo, que ocupou 13.000 ha, seguido pelo feijão, que é produzido numa área de 8.500 ha. Além destes, destacam-se outros cultivos, como o fumo, com 89 ha, e o alho, com 50 ha ocupados (IBGE, 2004). E sobre a produção municipal de aveia, temos que esta ocupa o primeiro lugar entre os municípios de Santa Catarina.

Outra atividade econômica importante no município de Campos Novos é a exploração de madeira, que serve como insumo da produção de papel e celulose, além de outras finalidades. A pecuária também apresenta larga importância na ocupação produtiva do território de Campos Novos, embora tenha perdido áreas para a produção agrícola. Seu rebanho efetivo, registrado no ano de 2001, dá conta de que são 45.000 animais bovinos, 982.800 aves, 7.100 ovinos e 61.600 suínos (IBGE, 2004). Esta produção animal e vegetal é, em grande medida, vendida para as agroindústrias que, em Campos Novos, são controladas, grosso modo, por grandes cooperativas capitalistas, como é o caso da Coopercampos e da Coocam, que controlam em larga medida as ações de uso do território no município.

A produção agropecuária de Campos Novos também reúne a psicultura, cujo produto, em 2001, chegou aos 405.700 kg (EPAGRI, 2004). Entre os produtos de origem animal, também são significativos o leite, o mel, além dos ovos, de codorna e de galinha. A produção orgânica, por sua vez, registrou um faturamento da ordem de R\$ 579.037,90 entre hortaliças e produtos da lavoura, derivados da produção pecuária e conservas e geléias (ICEPA, 2004).

Já com relação ao número de empregos gerados no ano de 2000, registrados por categoria, a agropecuária não alcançou grande destaque, atingindo apenas o montante de 432 pessoas empregadas, enquanto a indústria gerou 1.330 empregos e os serviços e o comércio geraram 1.161 e 821 empregos, respectivamente (MT/RAIS, 2004). Uma das explicações possíveis desta baixa empregabilidade do setor agropecuário aponta para a existência de uma elevada mecanização das unidades de produção agropecuárias do município, mas não se deve excluir a possibilidade de diminuição de postos de trabalho no campo pelo fechamento de unidades produtivas.

Observa-se, ainda, que o município está bem situado no se refere ao acesso aos

maiores centros consumidores da região Sul do Brasil e mesmo aos outros lugares do mundo, incluindo a área de influência do Mercosul, pois está no encontro das rodovias BR 282, BR 470, SC 455, SC 458 e num raio de 380 km dos principais portos do litoral catarinense, o que faz com que o município tenha alguma facilidade de acesso ao mercado mundial.

Noutro momento (1912), foi a Ferrovia SP-RG que trouxe o "progresso" para Campos Novos, e isso significou mais comércio e mais investimento capitalista no município, além de uma forte resistência por parte dos camponeses mais diretamente atingidos pela expropriação das suas terras, que deu origem ao Movimento do Contestado.

Leite [et alii] (2004, p. 54) destaca que

até o início do século XX, o planalto catarinense foi apenas um território de passagem do gado gaúcho. [...] as atividades ali desenvolvidas [...] resumiam-se à pecuária, ao transporte de gado em tropa, à extração da erva-mate e da madeira. Além destas atividades, restava somente a agricultura de subsistência, realizada por caboclos que constituíam a maioria da população. [...] Na primeira década do século XX a construção de uma estrada-de-ferro ligando o Rio Grande do Sul ao Sudeste do país foi um marco do processo colonizador do Oeste Catarinense e também um dos mais importantes fatores para a eclosão da Guerra do Contestado, em 1914.

Leite [et alii] (Op. Cit., p. 54) enfatiza que

na década de 40 começam a surgir na região frigoríficos e agroindústrias do setor de carnes, inicialmente na suinocultura, expandindo-se posteriormente também para a avicultura. A crescente urbanização da sociedade brasileira amplia o mercado dessas agroindústrias, estimulando o aumento da produtividade e a uniformidade dos produtos, introduzindo inovações tecnológicas e contratuais que desembocam no sistema de integração dos agricultores familiares.

Destaque-se o fato de que os recursos utilizados para realizar a modernização

do setor agroindustrial catarinense foram, em grande parte, oriundos de créditos estatais subsidiados e distribuídos de forma concentrada a fim de viabilizar a territorialização capitalista excludente do espaço rural brasileiro. Ainda que a região Sul tenha concentrado grande parte dos investimentos estatais no Brasil, particularmente no período da década de 60 e 70 quando os governos militares fizeram grande esforço, por meio de um forte endividamento, para realizar a modernização capitalista do campo brasileiro, nota-se que, mesmo entre os produtores da região Sul foi marcante a desproporção por meio da qual foi financiada a modernização agroindustrial capitaneada pelos grandes capitais no Brasil.

E é Leite [et alii] (Op. Cit., p. 55) quem nos aponta que

[...] o projeto desenvolvimentista em SC gerou profundas desigualdades e mecanismos de exclusão social, criando um ambiente propício à formação de movimentos sociais de busca de melhores condições de vida no campo. [Acrescente-se que] em 1980 ocorre a primeira ocupação em Santa Catarina, na fazenda Burro Branco, em Campo Erê. Em 1984, acontece em Chapecó o I Congresso dos Sem Terra de SC. Em 1985, no contexto do PNRA, o MST promoveu no oeste catarinense uma das maiores ocupações de terra realizadas até então: num mesmo dia mais de duas mil famílias ocuparam treze áreas em sete municípios. A amplitude dessa ação coletiva gerou uma série de efeitos políticos e sociais, pressionando os poderes públicos para um problema cuja intensidade não havia sido percebida. [...] Na década de 90 o movimento passa a voltar sua estratégia também para a agregação de valor aos produtos dos assentamentos, promovendo, através de cooperativas, iniciativas de agroindustrialização, como mini-usinas de leite, queijarias e produção de leite longa-vida.

Campos Novos também passou a sediar um dos maiores movimentos sociais organizados, contrário à expropriação praticada pelos projetos modernizadores capitalistas de construção de barragens. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi fortemente motivado pelas barragens construídas ao longo do Rio Uruguai e, no momento atual, vive um grande embate com os agentes responsáveis pela execução de mais uma grande obra situada no Rio Canoas, na divisa de Campos Novos com o município de Celso Ramos. Além disso, verifica-se, conforme informação do INCRA-SC, que o município abriga movimentos sociais remanescentes de

quilombos, territorializados no contexto da modernização rural capitalista, também em Campos Novos.

A atualidade ainda nos dá conta de um outro fenômeno técnico relacionado ao desenvolvimento capitalista. Hoje, são também as linhas telefônicas e os satélites que viabilizam a incursão “modernizada” do capitalismo em Campos Novos. Estima-se que haja linhas telefônicas instaladas em 36,8% dos seus domicílios, o que sinaliza para uma integração do município aos circuitos mundiais de informação, em meio aos quais se estruturam tanto a globalização capitalista como outras experiências organizativas dos movimentos sociais; desta vez, o meio técnico-científico tornou-se também informacional. Esta versão “supermoderna” do sistema técnico em curso, atualmente, continua viabilizando a inserção capitalista em Campos Novos, entretanto, este desenvolvimento do capital traz consigo importantes contradições; basta verificar que, com uma superfície de 1.632 Km² (IBGE, 2004), Campos Novos se caracteriza pelo predomínio de latifúndios: apenas 20% das propriedades rurais possuem pequenas extensões de terra, o que não deixou de estimular o surgimento de importantes movimentos sociais, como o MST, o MAB, o Movimentos Negro, os quais ratificam suas ações de resistência tentando criar um caminho para a afirmação de suas respectivas existências por meio de novas formas de uso do território.

4.2. A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU

A territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju, em Campos Novos, surge em meio ao conflito pelo uso do território vivido historicamente no campo brasileiro; com base numa situação que envolveu pessoas até então desprovidas do acesso necessário ao uso do território. Como forma de garantir a própria existência e reprodução, o grupo de trabalhadores rurais que se juntou ao MST para com o passar dos anos de luta fundar um Assentamento de Reforma Agrária, no contexto de um município dominado por grandes capitais fundiários, comerciais, produtivos e financeiros; teve de desafiar cercas, normas, o estigma de ser visto como fora-da-lei e a

própria violência física, a fim de fazer frente à resistência do capital em ceder parte da sua influência sobre um segmento territorial definido pelos limites que demarcam os 379 ha referentes à dimensão expropriada pelos Sem Terra no caso do Assentamento Sepé Tiaraju.

Pelo que se ouviu, em dezembro de 2004, de um dos entrevistados desta pesquisa, um membro do *Conselho de Direção* do Assentamento Sepé Tiaraju, o processo mais recente que levou à desapropriação da área para a instituição do Assentamento, em setembro de 1999, se deu

[...] através duma ocupação em outubro de 98, com um grupo de 19 famílias que já eram acampadas na fazenda Andreaza, em Campos Novos mesmo. Agora, essas famílias vinham todas elas do Oeste de Santa Catarina: Quilombo, Ponte Serrada, Anchieta, São Miguel do Oeste... Nós ocupamos 1 ano, 1 ano e 3 meses, sem ter um resultado definitivo. Aí foi negociada a área e o Incra deu a imissão de posse, daí nós começamos a fazer algumas atividades dentro do Assentamento; até esse período de não ser assentamento nós tivemos que trabalhar meio que de peão (Entrevista com P., 2004).

Sobre este acampamento que deu origem ao Assentamento Sepé Tiaraju, Salvaro (2004, p. 66) enfatiza que, *“para sobreviver, os sujeitos pesquisados trabalhavam como diaristas. Mas esse trabalho não era realizado por todos os sujeitos que integravam o acampamento. Segundo uma informante, poucas mulheres trabalhavam como diaristas no período de acampamento”*.

Esse comércio da força de trabalho realizado nos acampamentos dá conta de, pelo menos, dois aspectos históricos dominantes da cooperação social, quais sejam a forma capitalista do mercado de trabalho e a divisão sexual do trabalho, que, historicamente, alocou os homens em atividades externas ao lar, enquanto as mulheres assumiram o trabalho doméstico. Estas formas foram moldadas pelas relações de propriedade que se afirmaram com a evolução do desenvolvimento histórico da sociedade, particularmente com o avanço do processo civilizatório, conforme a ascensão da propriedade privada. Neste caso, as mulheres foram submetidas a uma condição de dominação e dependência em relação aos homens que, responsáveis pelo

trabalho fora do ambiente doméstico, foram se apropriando privadamente dos recursos naturais e artificiais, com os quais foram produzindo sua existência. Na medida em que, fora do lar, foram sendo concentradas e revolucionadas as forças produtivas fundamentais da humanidade, os homens assumiram egoisticamente o direito de controlá-las. Às mulheres, por sua vez, ficaram as obrigações domésticas que foram realizadas mediante o aporte de bens de consumo pelos homens (ENGELS, 1984).

Noutro aspecto, foram homens e mulheres que, com o desenvolvimento das relações fundamentadas na propriedade privada e no mercado de trabalho, foram submetidos à expropriação capitalista. Por isso mesmo, as ações de venda da força de trabalho nos acampamentos expressam, num mesmo movimento, a influência de lutas de classe e de gênero, ambas oriundas da ascensão histórica da propriedade privada.

A informação de que no acampamento, ambiente de luta dos sem terra, os indivíduos, homens no caso, precisam vender a própria força de trabalho a fim de se garantir a sobrevivência do grupo é, num aspecto, indicativa da dependência dos acampados em relação ao consumo de mercadorias. Bastante comprometedora, se dirá, já que garante a possibilidade do capital explorar a força de trabalho do grupo de trabalhadores sem terra. Entretanto, o assalariamento, neste caso se dá com o fim de dar sustentação econômica para uma ação expropriatória contra o capital. Neste caso, a busca pelo dinheiro através do assalariamento se realizou com o intuito de conquistar uma maior possibilidade de uso do território, com a intenção do grupo social assentado assumir uma situação de maior autonomia em relação ao território controlado pelo capital. O assalariamento, neste caso, foi necessário para garantir a territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju no contexto da territorialização do próprio MST, o que indiretamente contribuiu para uma maior autonomia dos Sem Terra, no que se refere ao uso do território. Surpreende, entretanto, é que o Movimento Sem Terra não consiga garantir, coletivamente, a segurança alimentar de seus integrantes, particularmente nos acampamentos, o que poderia repercutir numa maior independência dos processos de luta dos Sem Terra.

Salvaro (Op. cit., p. 66) também dá conta que, no caso do grupo do Sepé Tiaraju, *“a decisão de aderir à luta do MST e participar de ocupações foi também impulsionada*

pelas mulheres, fato que não é estranho pois, de forma visível ou não, as mulheres constituem as histórias de luta pela terra” (SALVARO, Op. cit., p. 58). Neste caso, o movimento de ocupação que levou à instituição do Assentamento Sepé Tiaraju mostrou-se virtuoso em termos da superação da questão de gênero que advoga pela oposição e dominação entre homens e mulheres no âmbito da divisão social do trabalho; assim, o movimento pôde contribuir com o percurso de emancipação do ser social, influenciando para que homens e mulheres, solidariamente, possam estar reunidos em torno de usos comuns do território.

Outro aspecto que enfatiza a constituição de um ambiente basicamente solidário entre as pessoas que vieram a constituir o Assentamento Sepé Tiaraju pode ser verificado no contexto do processo migratório vivido de modo compartilhado pelas famílias que constituíram o Assentamento em Campos Novos, desde a trajetória inicial do grupo de sem terra, oriunda do Oeste catarinense.

Levando em conta o processo de constituição do Assentamento Sepé Tiaraju, Salvaro (Op. cit., p. 60) indica que

[...] a opção pela ocupação não se esgota em uma única ação e, algumas vezes, são necessárias várias, até que se consiga ser um/a assentado/a. As mudanças de uma ocupação de um acampamento para outro são descritas a partir da articulação de várias questões, entre estas o fato de o tamanho da área não ser suficiente para o número de famílias acampadas, ou as ações de despejo promovidas pelos proprietários das terras tidas como improdutivas, ocupadas pelo movimento. [...] a trajetória do grupo estudado, além das mudanças de um acampamento para outro dentro de um mesmo município, foi marcada também por processos migratórios entre municípios. [...] Essa trajetória migratória, no entanto, pelo que se pode perceber, foi uma realidade vivenciada por todas/os as/os informantes que constituem o grupo.

Ao que se percebe, é realmente uma característica do grupo do Sepé Tiaraju ter se constituído em meio a um processo migratório que envolveu diversas ocupações de terras no Oeste catarinense e em Campos Novos. O grande período de permanência em acampamentos provisórios também é ressaltado por J., em entrevista na condição de integrante familiar do Assentamento, realizada em dezembro de 2004, o qual

associa o evento ao fato de que *“tinham muitas famílias e em cada área ocupada não comportavam todas as famílias”*. Ao mesmo tempo, se observa que no processo dos acampamentos foi possível ao grupo do Sepé Tiaraju acumular novos conhecimentos, resultantes da própria luta do Movimento Sem Terra, além de instituir novas coesões e identidades, desde a similaridade de sua origem social, gestada no conflito com o desenvolvimento da territorialização capitalista.

Salvaro (Op. cit., p. 62) destaca a impressão de um dos integrantes do Sepé Tiaraju acerca do longo período nos acampamentos do MST:

E agente foi ficando por último, sempre deixando pras famílias que já tinham [...] mulher e tal. Agente que era solteiro foi ficando por último. Agente entrou numa condição de deixar oportunidade [...]. E dentro dessas oportunidades, agente foi deixando a oportunidade pros outros, mas [...] foi adquirindo muito mais experiência dentro do Movimento Sem Terra... completei a escola que eu deixei.

Disso resultou por certo a constituição de identidades capazes de manter a coesão do grupo de famílias do Sepé Tiaraju; por isso mesmo, está se considerando o processo das ocupações de terra que precederam a posse da área específica do Assentamento como de importância crucial para a referida territorialização, que embora se inicie com a constituição física do Assentamento Sepé Tiaraju encontra elementos fundamentais para sua efetivação e, portanto, para o seu próprio entendimento, no processo das ocupações de terra que o precederam, tendo em vista a conscientização e a materialização das identidades coletivas realizadas no referido processo pelo grupo imediatamente responsável pela organização do Assentamento.

No que se refere, propriamente, às coesões sociais constituídas durante os acampamentos que antecederam a territorialização do Sepé Tiaraju enfatiza-se o fato de haver diversas relações de parentesco no interior do grupo, em torno de pelo menos dois grupos familiares distintos, além da intenção de organizar coletivamente um Assentamento; em meio às identidades coletivas também figuram aquelas motivadas por aspectos gerais relacionadas com a mesma origem social que caracteriza o grupo

do Sepé Tiaraju; foram pequenos proprietários e proletários sem terra, numa semelhante condição de inviabilidade econômica, dispostos à luta política e, em maior ou menor grau, ao empreendimento de transformações econômicas, inclusive gerais, que deram origem à territorialização do Assentamento.

Na entrevista com P., do Conselho de Direção do Sepé Tiaraju, as informações que foram emitidas dão conta de que as pessoas que protagonizaram a territorialização do Assentamento se encontravam à revelia de conseguir sobreviver no contexto das relações de propriedade burguesas. Conforme afirma o entrevistado do Conselho de Direção,

[...] entre as famílias que vieram do interior, parte eram arrendatárias, não conseguiram ficar porque os proprietários foram despachando. E os pequenos agricultores que não têm mais perspectiva porque acabou algumas coisas que o governo poderia ajudar, pra eles acabou; eles não tinham mais crédito em banco e em lugar nenhum pra poder fazer suas lavouras, então, foi ficando difícil a situação deles. Cada vez mais, o agricultor saiu por não ter um futuro e também aqueles arrendatários que não dava mais, porque eles trabalhavam às meia com o patrão, dividiam tudo, porque tinham que trabalhar pra eles e pro patrão ao mesmo tempo, então, foi ficando difícil e as famílias começaram a não aceitar mais. E, quem era da cidade, dos bairros, veio porque já tinha saído do interior, ficou 1 ano, 2, na cidade e não conseguiu emprego, porque em primeiro lugar não tinha estudo, não era profissional de emprego de cidade, não conseguia em lugar nenhum, não era aceito, então ficou ruim lá, não tinha como sobreviver e na cidade tinha que pagar aluguel e sem ter emprego também não dava.

Hoje, a dominação da propriedade privada, das trocas egoístas e da hegemonia capitalista tende a manter, e mesmo, a ampliar a tradicional condição expropriatória do mercado mundial, inviabilizando a reprodução social através da proletarianização e do desemprego estrutural; entretanto, as opções de resistência dos seres humanos desterritorializados, ou em vias de desterritorialização, vêm ocorrendo no sentido do surgimento de novas experiências de cooperação, também a partir do campo, e colocando o conflito manifesto em diferentes e antagônicas formas de uso do território.

As entrevistas realizadas com as famílias do Assentamento Sepé Tiaraju também demonstram o fato de que as mesmas possuem, grosso modo, uma mesma

motivação econômica para burlar as relações de propriedade. Nas entrevistas, foi comum encontrar pessoas com origem e tradição no espaço rural: a família de Z. e G., por exemplo, afirmou ser oriunda de *“Ponte Serrada, [onde] trabalhava na agricultura, [...] produzia diversas culturas para a subsistência da família e algum excedente pra venda”*. Neste caso, a busca pelo MST foi impulsionada porque, conforme explicou Z., *“[seu] marido foi mandado embora do emprego”* e faltava também o acesso à terra para que a família pudesse permanecer existindo com base na produção agropecuária.

Na entrevista realizada na família de J. e M. revelam-se, também, algumas características comuns às famílias constituintes do grupo do Sepé Tiaraju, como é o caso da tradição que incluía produzir *“[...] de tudo [...] e quando tinha excedente vendia”*; e, também, do próprio acesso limitado ao uso da terra, que, neste caso, a família dispunha de apenas *“[...] dois alqueires, sem documento”*, o que contribuía para, inclusive, inviabilizar a obtenção de crédito. J. também revela que trabalhava *“[...] antes sozinho”*, com base tecnológica fundamentada em alguns recursos produtivos do *“sistema convencional”*, que J. diz que usava, *“[...] embora com algumas restrições ao veneno, mas usava”*.

A família do A. e da H., por sua vez, emigrada do município de Quilombo/SC, também afirma algumas das características semelhantes às outras famílias integrantes do grupo do Sepé Tiaraju. Conforme fica evidente, a produção agrícola anterior ao período vivido nas ocupações e no assentamento era relativamente diversificada, incluindo produtos como *“[...] milho, feijão, horta, mandioca, cebola, coisas de roça...”*, plantados em *“6 alqueires”* de terra, por meio da cooperação da própria família como veículo produtivo, sem contar com máquinas e com a produção de bens para *“consumir e vender”*. A inviabilidade daquela forma produtiva tradicional revelou-se *“[...] porque a renda era pouca e a exploração... explorava a gente demais [...], a produção engatava na balança e assim ia indo, quando vê não ficava nada pra nós”*.

Nota-se, neste sentido, o caráter de saturação das formas de produção camponesas familiares praticadas pelas famílias que constituíram o Assentamento Sepé Tiaraju. Especificamente, percebe-se que o limitado acesso ao uso do território e do sistema técnico para produção do espaço apresenta-se, normalmente, como o

principal obstáculo à permanência dos pequenos agricultores no campo. No mais, parece evidente que estas famílias estiveram voltadas à produção para o autoconsumo e, também, com vistas ao mercado, com base numa extensa variedade de produtos agrícolas produzidos, principalmente, com força de trabalho familiar.

No que se refere à apropriação de excedentes financeiros pelas famílias, observa-se que estas tiveram saldo aquém do necessário para manter o consumo das necessidades familiares e, ainda por cima, para ampliação dos investimentos capitalistas na produção tendo em vista, sobretudo, o diminuto poder de mercado das famílias analisadas.

De acordo com a opinião de Moreira (1998, p. 175),

[...] o poder de mercado pode ser considerado como um indicador da capacidade de apropriação de excedentes econômicos, quanto maior o patrimônio, maior será a capacidade de apropriação de excedentes. [...] Se a vivência dessa situação é estrutural, e não conjuntural, funcionar como pequeno na ordem competitiva é ter que abrir mão da renda da terra e dos lucros.

Neste sentido, a territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju remonta os aspectos contraditórios da própria territorialização do capital; mas, além disso, articula-se a partir das características tradicionais da antiga produção camponesa que, no conflito com as formas burguesas de produção, tendem a sucumbir e, quando muito, ocupar um espaço concedido pelo capital, muito embora a constituição de formas de intercâmbio emancipadas em relação à cooperação capitalista, possa, de fato, recuperar formas de modos de produção anteriores, no entanto, em meio a um outro período histórico, no qual as formas pretéritas podem, mesmo, se apresentar, mas com base noutra conteúdo, numa outra estrutura técnica e espacial.

Contudo, o caráter da antiga produção camponesa se extingue, seja para dar lugar a formas de cooperação dominadas pelo capital, ou autônomas em relação a este modo de produção. O aprofundamento das referidas contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista, por seu turno, vem se dando no âmbito do processo de

mundialização capitalista recente, tendo em vista a ampliação das tendências históricas de concentração e centralização do capital. Com isso, se verificam possibilidades e motivações para o surgimento de novas formas de contestação das relações de produção burguesas; há de se ressaltar a influência crescente das formas coletivas de resistência dos trabalhadores rurais; diante disso, faz-se imprescindível que se amplie a pesquisa sobre estas formas inovadoras de cooperação socioespacial, com vistas à investigação de experiências sociais emancipatórias por parte dos trabalhadores, com o fim de, inclusive, identificar as limitações das referidas experiências históricas como base de reflexão e aprendizado para os movimentos sociais.

Deve-se enfatizar o fato de que, no período mais recente, tem se observado a construção de identidades também em torno do projeto agroecológico, assumido pelos integrantes do Assentamento Sepé Tiaraju, com certo pioneirismo, inclusive, em meio ao MST, que já rende o reconhecimento desta característica ao grupo do Sepé Tiaraju por assentados de outros assentamentos. Na entrevista feita com T., do *Conselho Social*, esta dá o exemplo de que “*era chamada para explicar coisas sobre agroecologia*” em cursos sobre educação ambiental do Movimento.

A territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju deve ter, portanto, este caráter pedagógico dos movimentos sociais; já o sucesso desta empreitada relaciona-se fundamentalmente com a cooperação praticada pelos assentados também no espaço do Assentamento, experiência esta que será apresentada com o desdobramento subsequente deste texto.

4.3 O ESPAÇO PRODUZIDO PELO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU E SUA TERRITORIALIZAÇÃO: TRABALHO COOPERADO, LIMITES E POSSIBILIDADES DE AUTONOMIA

O processo de territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju resulta num sistema técnico específico, que se relaciona em diversas escalas com outros circuitos de cooperação, envolvendo intercâmbios diversos, materiais e imateriais, solidários e egoístas, em maior ou menor proporção.

Em seu movimento evolutivo, a territorialização do Assentamento se desenvolveu no sentido da constituição de um grupo de indivíduos que trabalha coletivamente e vive, até certo ponto, de modo bastante solidário. Salvaro (Op. cit., p. 69) enfatiza que “*o modo de organização do trabalho no assentamento foi definido antes da ocupação e do acampamento. Foram os objetivos comuns que mantiveram unidas as famílias e sujeitos que migraram de Passos Maia*”. Ressalte-se que estes objetivos comuns foram sendo definidos na medida da territorialização do grupo do Sepé Tiaraju, desde as primeiras ocupações e acampamentos, a partir das quais se pode distinguir no espaço o processo de constituição da territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju.

Desde o período no qual oscilaram em meio aos diversos acampamentos provisórios até a regularização do Assentamento, o grupo do Sepé Tiaraju evoluiu no sentido da constituição de um acúmulo de conhecimentos de várias ordens, organizativos, políticos, técnicos, econômicos. Tais conhecimentos estiveram baseados na própria experiência dos sem terra, no âmbito da sua atividade coletiva, tentando, errando e buscando tirar lições da luta e das experiências históricas de cooperação dos trabalhadores, método que, diga-se de passagem, teve influência reconhecida da pedagogia desenvolvida por Paulo Freire, que procurou tornar a produção do conhecimento acessível às classes oprimidas, buscando estimular a participação autônoma dos diversos agentes envolvidos nos processos de aprendizado e de sistematização do conhecimento, tendo como base desta produção a própria história em movimento, “[Um] tempo de possibilidade e não de determinismo” (FREIRE, 1996, p. 19).

O aprendizado, por certo, subsidiou a evolução das formas organizativas

experimentadas pelo grupo do Sepé Tiaraju ao longo do processo de constituição da territorialização do Assentamento. A obtenção deste conhecimento realizou-se cotidianamente no contexto da produção da vida, pela avaliação crítica das próprias formas de organização em voga e da superação de certas limitações, porventura reconhecidas no contexto de uma trajetória cuja proposta, entre outras coisas, tende a ser comum e envolve auto-avaliação e redefinição coletiva. O representante do Conselho de Direção do Assentamento, entrevistado nesta pesquisa, durante o mês de dezembro de 2004, revelou sua angústia ao falar do “erro”, segundo ele, cometido “*no começo [...] em vários projetos pro desenvolvimento do Assentamento [...] por não ter nenhum conhecimento e por não procurar conhecimento*”. A incidência dos erros e a cobrança material por acertos, por certo, revelaram-se fundamentais para a compreensão, por parte do grupo do Sepé Tiaraju, de que era preciso estar preocupado com a produção e apropriação também do conhecimento, a fim de desenvolver o sistema técnico do Assentamento. Não é à-toa que, no momento da entrevista, o integrante do Conselho de Direção também afirmou sobre o presente do coletivo assentado que “*nós não podemos descartar a Universidade, porque os conhecimentos que a Universidade tem nós temos que usar*”. A luta pela terra, neste sentido, desencadeou outras lutas, em diversas escalas, pelo acesso ao uso de diversos recursos territoriais, por vezes indispensáveis, capazes de auxiliar a constituição do sistema técnico do Assentamento.

Um aspecto recente da evolução deste sistema técnico está ligado à instituição da “*Associação dos Agricultores Rurais Sem Terra do Assentamento Sepé Tiaraju*” (Art. 1, Estatuto da Associação Sepé Tiaraju, anexo 02) Esta “*entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e Fórum no município de Campos Novos - SC*” (Art. 2), conforme o Parágrafo Único do seu Estatuto, “*surgiu da necessidade de construir uma convivência social que tenha presente os valores da solidariedade, do companheirismo, do respeito ao coletivo e tenha presente a importância de se viver coletivamente. Foi um movimento espontâneo entre os integrantes deste assentamento*”.

Não parece haver dúvidas em relação ao fato de que os integrantes do Assentamento Sepé Tiaraju se desenvolveram com relação à constituição de um subsistema técnico

mais coletivo e democrático, seja com relação ao subsistema técnico familiar em que conviviam ou com relação às instituições capitalistas tradicionais. Por outro lado, não significa que esteja dado todo o trabalho de democratizar e coletivizar o acesso ao uso do território, já que, ao contrário, o que parece é que se vive ainda sob grande dependência em relação à produção realizada pelas empresas capitalistas e nessa condição não há espaço duradouro para experiências autônomas isoladas.

O que se pretende ressaltar com relação aos assentados do Sepé Tiaraju é que eles, em geral, evoluíram de uma condição onde estavam imediatamente isolados, lutando aberta e individualmente, ou, no máximo, familiarmente, pela auto-reprodução, para uma condição de integração no contexto de um expressivo sujeito social coletivo. Tudo isso em função de terem sido colocados numa situação anterior de inviabilidade reprodutiva e de terem assumido a luta coletiva como meio de superação das carências sociais.

Neste sentido, a luta pela territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju já rendeu frutos em termos de unir as pessoas em torno de uma experiência de vida e de luta coletiva, o que não quer dizer que não existem limites. Mas, é preciso aprofundar o reconhecimento do sistema técnico do Assentamento Sepé Tiaraju e, daí, serão percebidos os limites e avanços constituídos no processo de territorialização do mesmo.

Em princípio, há de se ressaltar que a citada “Associação” do Assentamento se propõe a organizar coletivamente o grupo de assentados do Sepé Tiaraju, além de dispor para uso coletivo dos recursos físicos do Assentamento. De fato, o grupo está organizado numa forma comunitária onde a maior parte das ações produtivas é realizada com base num planejamento coletivo. Destaque-se que *“a assembléia geral é o órgão máximo da Associação, constituída por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos [que] reunir-se-á ordinária ou extraordinariamente, por convocação da Diretoria Executiva, ou mediante requerimento de 1/3 dos associados (Art. 5).*

Há de se ressaltar, a importância assumida pelos *núcleos de base* no contexto de territorialização do Assentamento na condição de instância cotidiana de tomada de decisões, cabendo à *assembléia geral* deliberar sobre questões não consensuais entre os núcleos e, no mínimo, uma vez por ano, ordinariamente, reunir-se a fim de deliberar

sobre: “1. *Prestação de contas anual*; 2. *Destinação dos fundos e sobras, e ou prejuízos*; 3. *Avaliação das atividades em geral*; 4. *Outros assuntos de interesse da sociedade*” (Art. 6). Também “*competete à assembléia geral a decisão sobre a venda de bens móveis e imóveis da sociedade*” (Art.10).

No entanto, conforme a declaração obtida junto a P., do Conselho de Direção, “*todas as decisões são normalmente tomadas pelos núcleos [...] se os núcleos ficarem meio pendentes, agente vai pra assembléia geral e a assembléia, 51% aprova. [...] se os núcleos entram em consenso não tem muita assembléia*”.

De fato, a assembléia geral tem se realizado quando há necessidade, mas pelo que o P., do Conselho de Direção, afirma, por volta de “*uma vez no mês*” tem sido uma média histórica aproximada de realização das assembléias gerais do Assentamento Sepé Tiaraju. Por sua vez, é certo que as reuniões dos núcleos de base são realizadas de modo mais freqüente do que as assembléias gerais do Assentamento, até por permitirem uma maior agilidade em função de reunirem grupos menores, mas também porque, tendo havido uma relativa sintonia entre os núcleos e, com isso, o encaminhamento das discussões cotidianas, muitas vezes, por consenso, chegou-se ao ponto em que a própria assembléia geral perdeu, relativamente, sua urgência.

Os núcleos de base, por sua vez, organizam cotidianamente os integrantes do Assentamento. Aliás, conforme o item 22 do seu Regimento Interno, “*todas as pessoas devem estar vinculadas em setores e núcleos de base*”. As reuniões dos núcleos de base encaminham desde questões referentes aos setores do Movimento Sem Terra (gênero, produção, educação...) até os assuntos internos do Assentamento, que envolvem as formas de cooperação praticadas internamente pelos assentados. Os núcleos de base intervêm e ajudam a organizar, muitas vezes em relação com os Conselhos Social e de Direção, além das Assembléias Gerais, estes espaços em meio aos quais são tomadas as decisões coletivas entre os assentados; conforme P. enfatizou, “*os núcleos mandam algumas propostas pra direção decidir*”. Ao mesmo tempo, “*tudo o que for de proposta vai pros núcleos, pras assembléias, pras decisões, pra discussão; se os núcleos acharem outras idéias [...] volta essa discussão pra direção e é encaminhada pros núcleos e pro Conselho Social*” (Entrevista com P., do

Conselho de Direção do Assentamento).

Pelo que se apreende, essa estruturação contempla um diálogo efetivo entre as instâncias de base, representadas pelos núcleos e assembléias gerais, e a direção do Assentamento, exercida pelo Conselho de Direção. No entanto, é preciso, ainda, situar a função do Conselho de Direção, a fim de melhor elucidar as relações de poder estruturadas no Assentamento Sepé Tiaraju. Conforme disposto no Artigo 13 do Estatuto da Associação do Assentamento,

competete à diretoria executiva; cumprir e fazer cumprir o estatuto, regulamento interno e outros regulamentos aprovados; acolher quaisquer reclamações dos associados; executar o plano de desenvolvimento da associação da comunidade; encaminhar relatórios anuais das atividades desenvolvidas na associação; convocar a assembléia geral; encaminhar e zelar coletivamente por todos os rumos e atividades da associação.

Ressalte-se que, neste caso, cabe ao Conselho de Direção, que o Estatuto trata por Diretoria Executiva, em primeiro lugar, cumprir e fazer cumprir normas do Assentamento que, diga-se de passagem, são aprovadas pelas instâncias de base do mesmo. Analisando mais a fundo a função desta Diretoria Executiva que, por sua vez, é composta por um presidente e um vice, um tesoureiro e um vice-tesoureiro, e um secretário, observa-se que ela, além de acolher reclamações dos associados, deve executar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento que, neste caso, também se refere a uma construção coletiva, aprovada pelas instâncias de base onde estão organizados todos os assentados. No mais, está destinado ao exercício da Diretoria Executiva convocar a assembléia geral, que também pode ser convocada pelo Conselho Social ou por 1/3 dos sócios da associação (1/3 dos assentados) e, por fim, encaminhar e zelar coletivamente por todos os rumos e atividades da associação; no caso desta função, há de se considerar que salta aos olhos a função primordial da Diretoria Executiva do Assentamento Sepé Tiaraju, certamente relacionada com a dinâmica coletiva da cooperação dos assentados.

Sabe-se, neste sentido, que os processos de cooperação social precisam ser

pensados também em sua maior abrangência, como forma de coordenar as ações individuais em benefício de um determinado objetivo coletivo. Mas tudo isso é muito genérico; de fato, as diversas formas de cooperação social obedecem a diferentes formas de comando abrangente, e a diferença de tais formas expressa uma importante variação nas relações de poder, cujos fundamentos remontam à própria estrutura das relações de propriedade, bem como suas variações ao longo do processo histórico e a conseqüente, e concomitante, variação das formas de apropriação do produto social.

No Assentamento Sepé Tiaraju, por seu turno, o comando mais abrangente das atividades praticadas em cooperação é fruto de um planejamento coletivo; no caso, o Conselho de Direção tem muito mais uma função de executar tarefas decididas pelas instâncias de base do que propriamente de decidir os seus próprios encaminhamentos gerais; é claro que, dentro desta estratégia geral, o Conselho de Direção tem alguma margem de autonomia, em particular para decidir como encaminhar as propostas das instâncias de base, ou mesmo para propor a elas determinadas ações. Conforme a definição de P., do Conselho de Direção, o Conselho tem a função de *“[...] ajudar a encaminhar, dar idéias e fazer propostas em todos os setores. É um trabalho mais político, mais organizativo, mais amplo. Não é um conselho que tem voz ativa, o que ele falar tá bem dito. [...] Ele tá meio que por dentro de todos os setores, todos os núcleos, junto com o Conselho Social”*.

É importante, sobretudo, enfatizar a função de articulador dos processos sociais coletivos do Assentamento exercida pelo Conselho de Direção, o que se diferencia de uma direção que toma decisões à revelia dos assentados; por isso também não deve ser confundido com a função exercida pelo Estado Representativo criado pela burguesia, que supõe a atividade de um grupo de supostos “representantes do povo” que se apropria do direito de legislar, executar e julgar as ações da sociedade; muito diferente do que acontece no Assentamento Sepé Tiaraju, onde o Conselho de Direção recorre à totalidade dos assentados quando se trata de legislar e julgar, e lhe cabe, particularmente, contribuir para a execução do planejamento decidido coletivamente no Assentamento, sob o ponto de vista da integração, sintonia e otimização dos processos de cooperação dos assentados.

Já o *Conselho Social* assume as funções do Conselho Fiscal que, conforme Artigo 20 do Estatuto da Associação, são:

[...] estabelecer uma sistemática de trabalho que permita a fiscalização permanente das contas e atividades da Associação; apresentar relatório e parecer na assembléia geral ordinária de cada ano, ou quando for solicitado pelos associados; verificar se os livros contábeis e fiscais, exigidos pela legislação específica, estão sendo utilizados com zelo e bem guardados; realizar outras atividades que a assembléia geral definir.

Enfatiza-se que, na realidade, o Conselho Social exerce funções bem mais abrangentes do que as funções atribuídas ao Conselho Fiscal, por meio do Estatuto acima referenciado. T., entrevistada durante a pesquisa na condição de integrante do Conselho Social, afirma que

[...] o conselho social possui uma função muito especial dentro do coletivo. Nós ampliamos a função do conselho fiscal, por isso passamos a denominá-lo Conselho Social [...]. Uma das funções bem mais abrangentes é a questão da formação aqui no coletivo: a educação, o esporte, o lazer. Na parte da formação, em todos os sentidos, agente tem a preocupação em qualificar as pessoas dentro dos seus trabalhos, qualificar as pessoas no seu nível de consciência política e social; então agente procura trazer pra cá cursos, as pessoas saem daqui pra fazer cursos de aperfeiçoamento, de qualificação... Então, essa preocupação de estar acompanhando todas as pessoas aqui, desde pequenininhos, que nós temos a ciranda, que é um espaço de formação pra nossas crianças menores de 6 anos e, depois, temos a educação fundamental, até as séries iniciais, e de 5ª a 8ª série, que agente acompanha na cidade, e temos adultos. [...] fora [do assentamento] são oferecidos muitos cursos e agente procura favorecer e fazer com que essas pessoas estejam participando sempre desses cursos de formação. Outra coisa é esse acompanhamento, assim, bem de perto, com relação ao relacionamento entre as famílias, esse bem-estar entre as famílias, essa convivência, essa coisa de estar bem também é uma função nossa aqui como Conselho Social.

Nessa perspectiva, resulta que o Conselho Social termina por desempenhar funções tão abrangentes quanto o próprio Conselho de Direção; entretanto, neste caso as funções estão relacionadas com a fiscalização contábil do Assentamento e com a

formação dos assentados de modo amplo, além da preocupação com a produção de um relacionamento saudável e mutuamente benéfico entre as famílias assentadas. Cabe destacar a importância do Conselho Social na dinâmica do Assentamento; além da reconhecida importância da produção de conhecimentos para qualquer pretensão de desenvolvimento social, enfatiza-se, ainda, a função de melhorar as relações entre as famílias como sendo um dos grandes trunfos da territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju, tendo em vista o estímulo prestado às formas de intercâmbio solidário e ajuda mútua entre os assentados e o desenvolvimento das forças produtivas gerado em função do fortalecimento de ações que melhoram o bem-estar social, a confiança, o respeito mútuo, o companheirismo...

Destaque-se que o Conselho Social é responsável, entre outras coisas, pela ciranda infantil que funciona com nove crianças durante *“o tempo que as mulheres vão pra roça”*, como afirma T., integrante deste Conselho; enfatize-se que esta é uma proposta também impulsionada pelo Setor de Gênero do MST.

Na escola que funciona no Assentamento estudam 18 crianças no ensino de 1ª a 4ª série. O Conselho Social também é responsável pela formação de seis crianças que estudam numa escola municipal de Campos Novos e de uma que estuda na rede estadual de ensino de 5ª a 8ª série; além disso, o Conselho Social tem uma criança em formação na APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) e seis *jovens e adultos* em processo de construção do conhecimento, seja durante as *“reuniões dos núcleos”* de base ou nos outros *“dois dias”* em que *“se trabalha mais no aprendizado de ler e escrever [...] e fazer conta”*; apenas *“um senhor não domina ainda a leitura, ele está com 61, 62 anos, acha que não precisa, que não consegue mais, agente tem incentivado, mas ele tem dificuldade de participar”* (Entrevista com T., do Conselho Social).

A integrante do Conselho Social destaca, ainda, a participação dos assentados em alguns cursos mais recentes, particularmente relacionados com a produção material (de leite, de mel... envolvendo, além do MST, também a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI), com a formação política (dentro do próprio Movimento), com a segurança alimentar entre outros cursos

realizados pelo Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA, os Cursos de Realidades Brasileiras, o Fórum da Educação do Campo etc., que envolvem várias entidades (MST, MAB, MMA, MPA, Movimento Negro, Indígena, CPT...). Segundo ela, *“quem participa desses cursos tem o dever de tá passando pra frente, não ficar só com a pessoa; ele tem essa obrigação de tá reunindo, de tá passando pro grupo, discutindo o que pode ser feito aqui e ali”*.

A T., do Conselho Social, também se refere aos *“momentos de mística”*, que se *“procura fazer em datas comemorativas”*, a exemplo do dia em que foi lembrada

[...] a luta e a vida do companheiro Che e encerramos com um vinho. Agente faz aquela confraternização no final. Nas datas comemorativas do grupo, momentos que são marcantes, tipo Natal, 1º do ano, Páscoa, agente sempre faz almoço comunitário. Dia dos pais, dia das mães, dia das crianças, agente procura tá fazendo alguma coisa todo mundo junto, pra tá favorecendo esse relacionamento gostoso entre as famílias [...]. O Conselho Social precisa mostrar que essas diferenças que existem entre nós têm que nos ajudar a crescer como coletivo em si. [...] a riqueza tá aí, nas pessoas.

As funções do Conselho Social, portanto, refletem, ao mesmo tempo, as preocupações do grupo de assentados do Sepé Tiaraju com a maior clareza diante das atividades financeiras da Associação e com o intento dos assentados de acumular, bem como socializar, conhecimentos, além, é claro, do objetivo de buscar uma maior coesão e solidariedade entre as famílias. De fato, a atividade do Conselho Social, da mesma forma que o Conselho de Direção, influencia em todos os setores do Assentamento.

Tais Conselhos têm uma função de *coordenação geral* no Assentamento Sepé Tiaraju, estando constantemente se relacionando com as instâncias deliberativas de base (núcleos de base e assembléia geral, de onde extraem a legitimidade de suas ações) e com os setores nos quais se divide o trabalho de produção material coletiva do Assentamento (setores do gado, da lavoura, da subsistência e do reflorestamento, apicultura e fruticultura).

Por sua vez, a apresentação e a análise destes setores contribui para evidenciar

o conteúdo materializado das estratégias de territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju.

Começando pelo *Setor do Gado*, este o responsável pela maior parte da criação animal realizada no Assentamento. Conforme R., entrevistado do Setor do Gado, o setor, formado por “*três companheiros*”, organiza a produção leiteira de gado bovino, que reúne um rebanho em torno de 85 a 90 cabeças (23 em lactação) e, também, a criação de 50 a 60 ovelhas e de 20 suínos.

A produção leiteira recebe muita atenção por parte do coletivo de assentados do Sepé Tiaraju e do próprio MST em Santa Catarina. O Movimento se desenvolveu no sentido de ter acesso à técnica agroecológica de produção de leite à base de pasto, sem adubação química e substituindo a compra de ração. Iniciativas desse tipo, inclusive, referem-se a uma das *normas* relacionadas no Regimento Interno da Associação Sepé Tiaraju, que afirma que “*a produção deve ser feita com menos custo possível, inclusive sem a utilização de agrotóxicos*” (item 04).

Em se tratando da produção leiteira à base de pasto, a redução de custos acontece, principalmente, em função de a mesma dispensar a compra de ração para as vacas, já que se realiza o manejo dos animais em pastagens rotativas organizadas em piquetes, com o melhoramento da qualidade nutricional da pastagem e o seu melhor aproveitamento em função do *Pastoreio Rotativo Voisin - PRV*, como ficou conhecido esse tipo de manejo baseado em rodízio de pastagem. Atualmente, “*procura-se caprichar mais na pastagem para as vacas*”, se planta “*trevo, aveia e azevém, aveia de verão e milheto*”, mas principalmente para o inverno, já que o campo nativo é melhor aproveitado no verão (R., Setor do Gado). Procura-se, ainda, melhorar geneticamente o rebanho de gado bovino por meio da técnica de inseminação artificial, tudo isso com atenção especial por parte de técnicos particularmente envolvidos com esta proposta estratégica do MST de difundir a produção de leite à base de pasto nos assentamentos em Santa Catarina.

A quantidade de leite produzida no Assentamento Sepé Tiaraju é da ordem de 370 litros, dos quais aproximadamente 20 litros são destinados ao abastecimento das famílias e 350 litros são vendidos para a Indústria de Laticínios Terra Viva, do

Movimento Sem Terra, que paga alguns centavos a mais que o preço normalmente pago por outras empresas do ramo (anteriormente, o leite produzido no Assentamento era vendido para a empresa Tirol).

Observa-se que, na produção leiteira, os assentados dispõem de ordenha mecânica, tanque resfriador para guardar o leite e, na pastagem, a técnica do choque e, bem pouco, utiliza-se também o trator como meio de auxiliar o trabalho do grupo. A medicina veterinária praticada no Assentamento ainda utiliza alguns insumos químicos (antibióticos...), embora os assentados tenham planos de substituí-los, a fim de terem uma produção leiteira inteiramente fundamentada em insumos orgânicos e ecológicos. Objetiva-se, ainda, melhorar o PRV, expandir a capacidade do tanque resfriador, conforme esclareceu R., falando sobre o setor.

Já a produção de suínos e ovinos realiza-se, sobretudo, apoiada em conhecimentos tradicionais. O destino da produção é, basicamente, o autoconsumo embora se possa ocasionalmente contar com alguma venda também entre as ovelhas e os porcos. A utilização de máquinas, neste caso, é restrita à preparação da ração dos porcos, para a qual se dispõe de um desintegrador. Almeja-se montar uma estrutura viável para organizar a produção de porcos ao ar livre e, no caso das ovelhas, montar abrigos e melhorar o manejo para diminuir a incidência de verminoses e, mesmo, para melhorar a qualidade da lã.

A preocupação dos assentados do Sepé Tiaraju com a construção de uma maior autonomia produtiva e com a redução de custos financeiros também se refere à produção de conhecimentos a fim de suprir a necessidade de assistência técnica entre os assentados. De acordo com R., do Setor do Gado, *“agente precisa ser autônomo em relação aos técnicos”; ele justifica que “na época do FHC faltou técnico”. [...] a EPAGRI dá algumas dicas, cada coisa nova do dia-a-dia é uma bagagem*. No início, o Setor teve algum aprendizado técnico junto ao Assentamento 30 de Outubro e ao reassentamento dos Atingidos por Barragens em Campos Novos.

Outro setor em meio ao qual se divide o trabalho no Assentamento é o *Setor da Lavoura*. É a ele que cabe a produção mais importante de grãos do Assentamento. Com alguma carência de mão-de-obra, este setor produz variedades de milho, arroz,

feijão, soja e trigo, conforme revelou A., integrante do Setor da Lavoura, juntamente com outras quatro pessoas. A tecnologia utilizada para a produção do setor é basicamente o *plantio direto*, por meio do qual se trabalha na perspectiva de melhorar gradualmente a fertilidade do solo pela utilização permanente de cobertura verde sobre o mesmo. Conforme A., pretende-se *“ir melhorando a terra à base de cobertura [...] usamos muito a ervilhaca e a aveia”*.

Utiliza-se o trator em algumas fases do plantio, particularmente quando é usada a grade e o pé-de-pato, com o fim de afrouxar a terra que, diga-se de passagem, apresentava um elevado nível de compactação e baixa fertilidade quando da desapropriação da área do Assentamento, em virtude das técnicas convencionais utilizadas pelos antigos proprietários da fazenda que, pelas informações dos assentados, incluíam desde fertilizantes químicos e venenos até maquinário pesado. No caso do Assentamento Sepé Tiaraju, pretende-se recuperar a organicidade viva do solo e, pela reprodução da vida de uma série microrganismos (biodiversidade) ser capaz de constituir no solo uma maior disponibilidade de diferentes nutrientes para as diversas espécies cultivadas pelos assentados.

Seguindo a perspectiva de uma produção mais autônoma em relação aos agentes mercantis, particularmente com relação ao conhecimento, o Assentamento dispõe de um técnico escolhido pelo Movimento e remunerado pelo Incra, morando nas suas dependências. As sementes utilizadas no Assentamento estão sendo reproduzidas pelos próprios assentados, pelo menos em parte, levando-se em conta que outra parte é adquirida mediante intercâmbio, o qual envolve também outros movimentos sociais. Já com relação aos adubos orgânicos utilizados na produção do Setor da Lavoura, o Assentamento ainda precisa comprar grande parte das suas necessidades, provavelmente por se tratar de um período de transição do modelo agropecuário convencional da “Revolução Verde” para o modelo agroecológico, tempo que a Natureza leva para reestabelecer seus processos vitais até que se amplie a substituição dos insumos químicos sintéticos adquiridos mediante trocas mercantis. No mais, destaque-se que este setor é responsável pela diminuição de custos financeiros para o consumo de grãos pelos assentados, bem como da maior parte da ração consumida pelos animais criados no Assentamento, entre os animais do Setor do Gado

e as aves produzidas pelo Setor de Subsistência. O excedente desta produção, por sua vez, é vendido, tendo, normalmente, em duas cooperativas capitalistas da região suas opções de venda.

O *Setor de Reflorestamento, Apicultura e Fruticultura* é outro espaço da territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju, no qual se constrói a produção material entre os Assentados. Nele, são organizadas as atividades de reflorestamento do Assentamento, bem como a produção de mel e de algumas frutas de clima temperado; destaque-se que foram plantadas “[...] *em torno de três mil árvores nativas*”, embora seja enfatizada por P., entrevistado na condição de membro do setor, a existência de

[...] um problema que é a formiga, que corta bastante e, também, algumas [...] plantas] que não se adaptaram na região e dessas não têm sido muitas que têm sobrevivido. [...] tá tranquilo agora, mas teve problema. Entre pinus e eucalipto nós não investimos muito, plantamos umas mil e quinhentas mudas de pinus, e eucalipto, umas mil e quinhentas também, mas são as duas espécies que têm sobrevivido mais; o pinus; o eucalipto já sofreu mais com o ataque das formigas.

A atividade de reflorestamento, neste caso, atende às necessidades de recursos materiais do Assentamento; particularmente, se “[...] *usa a lenha do eucalipto e o pinus pra fazer construções. [...] árvores nativas, nós plantamos, e temos intenção de plantar mais, porque nós já trabalhamos com essa questão de preservação do meio ambiente e quando nós adquirimos essa área, ela não tinha e não tem uma reserva de mato*” (Entrevista com P., do Setor de Reflorestamento). A preocupação dos assentados com a questão ambiental está, por certo, aliada ao objetivo de preservação dos recursos materiais para uso futuro de modo planejado; isto indica o avanço do grupo em termos de pensar teleologicamente a produção da sua existência e de sua espécie, e, ao mesmo tempo, pensar na reprodução de outras espécies vivas e dos recursos naturais do planeta. De acordo com a afirmação de P. de que, hoje, no Assentamento se está “*tentando recuperar principalmente as beiras de sanga, por causa da água*”, isto significa que a questão do reflorestamento, neste caso, não está simplesmente relacionada com a produção de uma mercadoria ou outra para a indústria madeireira ou

de papel e celulose, como é comum no Estado de Santa Catarina; o que se percebe com relação ao Setor de Reflorestamento do Assentamento Sepé Tiaraju é que há uma preocupação em manter recursos agroflorestais para, por exemplo, suprir necessidades energéticas do Assentamento (como lenha), para o suprimento de madeira para construções e, até mesmo, para que se garanta a qualidade e viabilidade dos recursos hídricos para uso coletivo.

No âmbito da atividade do Setor de Reflorestamento, os assentados estabeleceram relação, pelo menos, com dois tipos distintos de instituição, perfazendo formas distintas de intercâmbio. Por um lado, *"conseguiu com a Prefeitura [por meio de doação] as mudas nativas"*; já, por outro, *"pinus e eucalipto nós compramos com o recurso do assentamento"* (Entrevista com P., do Setor de Reflorestamento...).

O setor também organizou investimentos na atividade de fruticultura. Conforme P.,

todas as mudas foram compradas, então, com o dinheiro do projeto de fruticultura, com o dinheiro do Incra, e tivemos que ir plantando essa mudas. [...] as parreiras a gente plantou em torno de uns mil e setecentos pés de parreira. E hoje devem ter sobrevivido uns mil e trezentos, mas algumas morreram de enxerto, ficou só o cavalo, então, tem que fazer enxerto novamente e reorganizar elas, mas tem um bom número... se desse pra produzir todos esses pés teria uva suficiente pra nós aqui, internamente, e até pra comercializar um pouco [...]. Temos maçã, pêra, pêssego, nectarina, laranja, mais ou menos uns trinta pés de cada tipo, mas o que veio e se adaptou foi o pêssego e a nectarina e os pés de pêra não morreram mas também não desenvolveram, tiveram o mesmo cuidado que a nectarina mas não conseguiram. A maçã, então, tem um pouco de problema, nós plantamos uns pés, mas não conseguimos porque ela resiste muito; quando se produz uma muda dela já se usa muito químico [...] aí é preciso fazer umas mudas desde o começo sem usar nenhum tipo de químico pra ver se ela se adapta. Então não conseguimos fazer produzir nem a pêra e nem a maçã, e a laranjeira também, laranja e pocã, essas duas frutas também nós plantamos em um lugar onde elas não se adaptaram, nós deveríamos ter plantado em outro lugar, ela até dá bem, mas não acertamos o local delas. É um lugar muito úmido e elas pegaram fungo e acabaram estragando.

De acordo com o depoimento do integrante do Setor de Reflorestamento,

Apicultura e Fruticultura, percebe-se que houve algum desperdício de recursos no aproveitamento dos plantios de mudas de árvores frutíferas no Assentamento, da mesma forma que houve com o reflorestamento de árvores nativas e de eucalipto em menor proporção.

P. explica que,

[...] começamos meio errado tudo, porque quando nós tínhamos uma quantidade de recursos pra investir nós distribuimos esses investimentos em vários setores e em várias atividades, mas não fizemos conta da quantia de mão-de-obra que nós tínhamos [...]. Até que o projeto não estaria errado, estaria num bom tamanho. Só que quando nós fizemos lavoura, não fizemos químico nenhum, nada; isso pesou pra nós porque envolveu muita gente nessas atividades de lavoura. E nós fomos priorizando a lavoura e o gado e fomos deixando essas outras atividades pra trás. Então, em cada planejamento de trabalho sempre a fruticultura e a apicultura ficavam pra trás, porque era uma coisa que nós não dávamos muito interesse, então fomos priorizando outras atividades.

É contundente a explicação de P. acerca do fracasso parcial da atividade de fruticultura no Assentamento, já que a opção pelas técnicas agroecológicas, de fato, pode resultar num maior custo de força de trabalho, principalmente na situação enfrentada pelos assentados do Sepé Tiaraju, que tiveram acesso a um solo degradado e compactado e foram levados a assumir maiores esforços a fim de realizarem a transição para o novo modelo tecnológico. Considere-se, ainda, a pouca experiência dos assentados em constituir planos de produção coletivos na escala do planejamento que tiveram de assumir no caso do Assentamento. A definição de uma estratégia que, entre outras coisas, pode ter privilegiado sobremaneira a produção de leite e de produtos da lavoura, incluindo produtos destinados à venda, pode também ser tida como responsável pela pouca atenção dada à produção de árvores frutíferas no Assentamento que, por seu turno, estariam destinadas mais efetivamente ao consumo dos próprios assentados. Como admite P., integrante deste setor,

[...] a fruticultura era mais pra consumo, mas não plantamos assim uma

grande quantidade porque nós estávamos com um número de famílias razoável e precisávamos de frutas, então plantamos pro consumo. As parreiras e as uvas nós já tínhamos planejado que se nós quiséssemos produzir ficaríamos com 40% pra consumo, que seria um número bastante [...] e a gente comercializava. Então não conseguimos ainda fazer produzir, vamos tentar nesse ano que vem fazer [...].

A problemática que configurou a falência parcial das atividades de fruticultura e reflorestamento, além de um planejamento que privilegiou alguns setores em detrimento de outros, pode ser explicada com base na falta de maior conhecimento técnico entre os membros do coletivo assentado; P. enfatiza que

[...] fruticultura, aqui, ninguém de nós fez curso pra isso [...] o que nós buscamos de conhecimento pra tentar fazer alguma coisa foi na época em que compramos as mudas de uma empresa do Rio Grande do Sul; nós tivemos algumas orientações de como plantar, cuidar [...] e nós trabalhávamos de forma orgânica [...] então alguma coisa não fechou. Então, o restante das orientações era perguntado pra alguém que produzia uva [...] hoje tem o Alfredo Wagner, que é um vizinho que produz uva; e também tem umas pessoas mais antigas aqui dentro do assentamento que também ajudavam com algumas orientações, que diziam é assim é assado, e tem que podar na época certa, tem que pôr isso, pôr aquilo [...] nós nunca procuramos nem a EPAGRI, na época, pra dar uma orientação; a orientação era nossa mesmo que buscava uma alternativa, em algum mercado e com as pessoas de mais idade.

Observe-se, ainda, que houve sérios problemas com a assistência técnica governamental destinada aos assentamentos durante a implantação de projetos, como no caso do projeto de fruticultura. Conforme P. esclarece,

[...] tivemos problema, porque na época do projeto nós tínhamos um técnico aqui, que ajudou no projeto, planejou [...] esse técnico era contratado pelo Incra através do Movimento Sem Terra, que era o V., então ele ajudou até a construção do PDA (Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos). Mas na hora de o Incra investir os recursos, o governo federal cortou esses recursos, esses técnicos, que se chamavam *Lumiar*. Então nós ficamos sem nenhum tipo de técnico pra nos orientar [...] a orientação era nós que tinha que dá. [...] Então deu vários erros porque não tinha nenhum que tivesse experiência das atividades que nós tava fazendo. Então teve essas dificuldades.

A produção apícola, também organizada por este setor, é outra atividade que permanece sem receber maior atenção, embora, neste caso, os assentados se ressentam da falta de recursos para potencializar a produção de mel. O integrante do setor responsável pela apicultura afirma a necessidade de

[...] organizar as caixas [de produção apícola] e fazer um projetinho pra investir em coisas melhores [tendo em vista que] pra tirar o mel, as nossas caixas não têm esse padrão pra trabalhar com a centrífuga. Então, o trabalho é ainda meio que bruto, se judia muito dos bichos pra tirar o mel, que é a questão de espremer, tirar a cera, tirar os favos. E com a centrífuga, com um padrão de caixilho, de caixa, a gente consegue revolver o mesmo favo e tirar o mel só dos favos [...] pra nós fazermos o mel pro comércio que é o objetivo [Por enquanto,] apuramos uns dez a vinte e cinco litros de mel pro setor de saúde [função exercida pelo Conselho Social] pra fazer medicamento pras famílias.

P. chega a dizer que no caso da *“[...] apicultura, teve algumas informações e orientações, além dos nossos técnicos, com os técnicos da EPAGRI”*, embora seu relato dê conta de um problema estrutural do setor que é a falta de mão-de-obra para o suprimento das atividades.

P. observa que são *“quatro pessoas representando esse setor”*, embora a força de trabalho esteja limitada em função de contar com

[...] pessoas de mais idade, que são aposentadas que querem alguma tarefa pra dar uma cuidada nas parreiras e nas outras culturas, nos pêssegos, os pés de nectarina, pra eles podarem; não é um serviço pesado, eles não têm horário marcado pra trabalhar, então, podem ir trabalhando e contribuindo. [...] outra pessoa do setor tá envolvida no setor leiteiro, que é o J., então não tem tempo pra contribuir no setor; e tem a F., que também faz parte desse setor e contribui, na medida do possível, pois ela tem a mãe dela com uns problemas de saúde e ela cuida da mãe; no momento em que ela pode trabalhar ela contribui, mas agora tá difícil.

Admite-se, com isso, que o setor vive às voltas com problemas relacionados com a relativa escassez de força de trabalho e de conhecimento técnico-organizativo, na presença do qual, inclusive, se poderia esperar que fossem minorados os problemas de falta de pessoal do Assentamento. De qualquer forma, o problema referente à força de trabalho tem forte correlação com as limitações inerentes à cooperação praticada pelos assentados, seja pela incapacidade de prever acertadamente o equacionamento dos insumos necessários à produção do Assentamento, ou pela relativa incapacidade de emancipação das formas de organização dos assentados no sentido de ampliar a escala de cooperação praticada pelos mesmos.

Com relação ao outro setor de trabalho do Assentamento, o *Setor de Subsistência*, enfatiza-se que ele é responsável por produzir e disponibilizar uma gama ampla de produtos ao autoconsumo das famílias assentadas. De acordo com A., integrante do Setor de Subsistência, são produzidas as variedades de

[...] milho, batatinha (dois tipos), batata-salsa, batata-doce, arroz, pipoca, abobrinha, mandioca, pepino, tomate, feijão de vagem, amendoim, ervilha, alho, abobrinha de árvore, cebola, rabanete, beterraba, melancia, melão, couve, cenoura, radiche, linhaça, centeio, salsa, tomate, alface, abóbora; as coberturas de solo, corga, trigo, mourisco, centeio, avica, aveia e azevém, [além do] sabão, das criações de galinhas, patos, gansos [incluindo a produção de ovos] e da maioria das sementes [dos respectivos cultivos do setor].

Além de produzir diretamente uma diversidade de produtos, este setor também se relaciona com os outros setores de trabalho do Assentamento, apropriando-se de parcela do produto constituído pelos mesmos, a fim de servirem, também, ao autoconsumo no Assentamento. É este o caso da produção de grãos constituída pelo Setor da Lavoura, da produção de leite e carne pelo Setor do Gado e, ainda que com alguma dificuldade, da produção do Setor de Reflorestamento, Apicultura e Fruticultura, que também dispõe importantes recursos ao consumo dos assentados; lembrando que o Setor de Subsistência organiza a produção de bens de consumo finais no Assentamento, enquanto que outra parcela da produção, autoconsumida na condição de insumo de outros processos produtivos realizados no Assentamento, é organizada

por outros setores de trabalho, entre os que foram aqui verificados.

Seja no caso da produção e autoconsumo de pasto durante a produção do leite, ou quando se produzem as próprias sementes em outros setores, como acontece no Setor da Lavoura, deve-se evidenciar que a produção dos assentados destinada ao autoconsumo, incluindo o que é produzido e para atender às atividades produtivas do Assentamento, supera o que é produzido pelo Setor de Subsistência. Ainda que este setor produza uma grande quantidade de bens para o consumo dos assentados, reconhece-se que a importância do autoconsumo é ainda maior do que o que se traduz a partir das atividades do Setor de Subsistência; sem deixar de evidenciar a grande importância deste Setor, acrescente-se que outros setores também produzem para o consumo das famílias e de suas atividades produtivas; coerentes com a tentativa de reduzir custos financeiros de reprodução do Assentamento, que, de outro modo, teria de ser adquirir junto ao mercado uma série de bens essenciais, incluindo alimentos de qualidade duvidosa, o que elevaria o custo financeiro de produção e reprodução das atividades dos assentados.

E o próprio Setor de Subsistência é um bom exemplo de eficiência financeira, tendo em vista que suas atividades, além de não repercutirem em custo financeiro para o Assentamento, já que o setor produz os insumos dos quais necessita, ainda por cima garante boa parte da segurança alimentar dos assentados, com alimento de excelente qualidade e produção relativamente estável, independente de oscilações e crises mercantis. Destaque-se que a atividade do Setor de Subsistência é vista como sendo “[...] *mais pras mulheres*”, conforme observa A., integrante do setor, provavelmente tendo por base a relação que esta produção tem com a atividade de produção doméstica, tradicionalmente exercida por mulheres.

Usa-se, no campo da produção deste setor, o auxílio de um arado movido por tração animal (gado bovino), que compõe um sistema técnico fundamentado no plantio direto, sem utilização de agrotóxicos, com o recurso do biofertilizante e da calda bordalesa, além de muito composto orgânico, tudo isso visando fortalecer as espécies cultivadas por meio de uma nutrição adequada, obtida mediante a recomposição da organicidade dos solos; visando também reconstituir cadeias alimentares, muitas vezes

destruídas pela monocultura, o que culmina com a diminuição da incidência de pragas tendo em vista a constituição de um sistema agroecológico relativamente complexo capaz de produzir inimigos naturais para as pragas de outrora e de tornar as plantas cultivadas pelos assentados mais bem nutridas e adaptadas às condições biogeográficas da região e também mais resistentes às doenças e aos rigores climáticos.

A valorização das sementes crioulas (nativas), incluindo a sua reprodução e melhoramento, é outro elemento deste sistema técnico organizado pelos assentados, sendo responsável pela produtividade do sistema agroecológico e por uma boa dose de autonomia dos assentados com relação ao uso do território, já que os mesmos não dependem das empresas capitalistas para obterem acesso às sementes, em relação às quais, os assentados demonstram ter consciência da necessidade de controlarem a produção dos recursos dos quais necessitam para produzir suas vidas; neste sentido, fizeram, até certo ponto, a opção de acumular recursos territoriais (meios de produção) que os habilitem a produzir suas necessidades materiais, especialmente alimentos e alguns insumos, além do que produzem para o mercado.

Por esta mesma via, se realizou uma diversificação da produção material dos assentados, que influenciou para reduzir custos de reprodução do Assentamento, como consta entre os objetivos do grupo assentado. Acrescente-se a influência da produção familiar de subsistência vivida anteriormente pelos integrantes do grupo que veio a se constituir como grupo do Sepé Tiaraju; neste caso, a tradição policultural da generalidade de formas camponesas, comunitárias e familiares, historicamente verificadas na constituição territorial das mesmas, atuou de modo a influenciar o novo sistema técnico constituído pelos assentados, porém em condições de cooperação significativamente ampliada. Agora, se produz alimento para o autoconsumo, assim como antes; no entanto, mudou a escala de cooperação, sem falar do contexto espacial. E com o intercâmbio de um número maior de pessoas na cooperação estabelecida com a constituição do Assentamento, foi possível aumentar a produtividade do trabalho, que também resultou em menor carga de trabalho cotidiano para os indivíduos. Isto se pode apreender a partir da entrevista realizada com a família do A. e da H., que admite que, com a vinda para o Assentamento, se tornou “[...] *mais*

fácil pra trabalhar. [...] não é mais aquele sofrimento [...] porque agente divide o trabalho”.

Ao mesmo tempo, com a ampliação da cooperação foi possível assumir outras funções produtivas, impossíveis para o nível da reduzida cooperação, estritamente familiar, das formas anteriores de organização vividas pelas famílias camponesas. Conforme afirma o J., integrante de uma das famílias assentadas entrevistadas, são vantagens da cooperação empreendida no assentamento o fato de

[...] ter mais terra, produzir de tudo, ter casa pra morar, garantia de a família tá ficando junta, possa tá buscando conhecimento, se aperfeiçoando, tanto nessa área técnica como na educação mesmo, uma outra educação; ela dá mais condições de tá buscando recursos pra investimento em técnicas [e mudou] a própria alimentação que agente comia. Da forma como agente tava trabalhando antes a gente percebia que tinham algumas restrições quanto à forma como tava sendo produzido aquilo; com certeza ia trazer problemas porque era muito veneno. [...] no Assentamento agente procura produzir o básico, temos ainda algumas dificuldades, pra evitar o máximo de tá buscando as coisas no mercado que agente possa tá produzindo aqui, de forma diferente. [...] agente fala na subsistência, mas também não é só isso. Agente também quer dar melhores condições de vida pra própria família mesmo.

Ao mesmo tempo, J. identifica um limite da produção de subsistência dado pela limitação da própria cooperação dos assentados, que faz com que os mesmos não sejam capazes de produzir determinadas necessidades exigentes de maiores escalas de cooperação, atualmente reservadas à produção mercantil. E também aponta para as vantagens da cooperação, inclusive como meio de ampliar as funções produtivas exercidas pelo coletivo, a ponto de incluir a produção do conhecimento e a função de buscar recursos para novos investimentos em técnicas para o Assentamento.

A produção no caso do Setor de Subsistência também demandou conhecimentos adicionais aos tradicionais conhecimentos repassados pelos pais para os assentados. A., integrante deste setor, evidencia que já houve *“muitos cursos em várias regiões do país”*, entre os quais destaca os cursos de *“[...] agroecologia, formação política, cooperação, capacitação (Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária –*

PRONERA) e *vários outros*”. Neste momento, enfatiza-se que o Setor de Subsistência possui como objetivo a construção de um moinho que habilitará os assentados a produzirem diferentes farinhas, entre as quais, de trigo e de milho, podendo assim tornarem-se mais autônomos em relação à produção de pães integrais e polentas, bem como de multimistura (importante complemento nutricional), a partir da produção do farelo de trigo, entre outras potencialidades de aproveitamento deste importante recurso territorial.

Observa-se, no mais, a perspectiva de constituição de mais um setor produtivo no Assentamento, por um lado, relacionado com o aproveitamento do potencial de produção de suínos, já que o Assentamento dispõe de infra-estrutura (um grande chiqueiro) para tal produção, em escala compatível com as exigências do regime de integração contratual às cooperativas capitalistas da região de Campos Novos. Os próprios assentados chegam a admitir que a grande vantagem da produção de suínos integrada será a possibilidade de produção de insumos a partir dos resíduos da produção dos porcos; nessa perspectiva, os assentados estão construindo um biodigestor rural com o fim de aproveitar o esterco produzido pelos suínos para a produção de energia, sob a forma de biogás, com possibilidade de suprir grande parte das necessidades energéticas do Assentamento, além de evitar a degradação do ambiente pela poluição em função da gerência inadequada dos dejetos em questão, os quais, depois de serem processados no biodigestor, podem ser aproveitados produtivamente, entre outras coisas, para a alimentação de peixes e para adubação do solo.

Diante dos Setores de Trabalho e dos Conselhos aqui apresentados, pode-se distinguir a dinâmica da cooperação interna realizada pelo coletivo do Assentamento Sepé Tiaraju, como também evidenciar o intercâmbio dos assentados com o sistema técnico que envolve a sociedade em geral. Com base nisso, é possível discutir a coerência das estratégias de desenvolvimento dos assentados, em vista das ações realizadas pelo coletivo do Sepé Tiaraju, a fim de que se possa evidenciar a relevância das referidas formas de cooperação no processo de territorialização do Assentamento.

No sentido de explicitar as formas de cooperação dos assentados, verificou-se que há uma divisão do trabalho específica que envolve as quinze famílias que, neste momento, compõem o Assentamento Sepé Tiaraju. Os seus quatro Setores de Trabalho são os espaços imediatos da produção material realizada pelos Assentados, a qual caracteriza-se pela diversidade de produtos constituída, principalmente de bens alimentícios responsáveis pela segurança alimentar das famílias e por alguma fonte de renda financeira para os Assentados, além do que se deve evidenciar a produção de insumos para uso produtivo no próprio Assentamento (é caso das sementes, do pasto, da ração produzida a fim de alimentar os animais e da fertilização orgânica dos solos). Também, merece destaque o fato de que os Assentados não negligenciaram a produção para autoconsumo, principalmente para reduzir custos na reprodução do Assentamento.

As famílias assentadas, por sua vez, também evidenciam relações com o mercado, principalmente para terem acesso a produtos que a escala de cooperação do Assentamento dificilmente permitiria produzir. Ressalte-se, no entanto, que a diversificação da produção, incluindo a substituição da compra de insumos dominados por empresas capitalistas, conforme relacionada com a estratégia agroecológica na qual se baseia o grupo do Sepé Tiaraju, tem forte repercussão na autonomia dos assentados em relação ao modo de produção capitalista, o que demonstra um aspecto da territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju.

Deve-se reconhecer a opção estratégica dos assentados de organizar a vida na condição de “[...] coletivo com princípios socialistas [capaz] de recuperar em cada ser humano [...] os valores da solidariedade, do companheirismo, do respeito ao coletivo [...] para constituir uma convivência social que tenha presente a importância de se viver coletivamente”. A opção pela não divisão do Assentamento em lotes individuais, neste sentido, busca se estabelecer com coerência em relação à opção dos assentados de se oporem à “[...] estrutura capitalista existente”. De acordo com os objetivos da Associação Sepé Tiaraju, conforme disposto no seu Regimento Interno, “o coletivo deve fortalecer o espírito de entreajuda resgatando a solidariedade entre os membros”. À luz do que se observa no Assentamento Sepé Tiaraju, considera-se que os seus integrantes saíram de uma situação onde se organizavam sob formas restritas de

cooperação solidária, visto que, por mais que se evidencie a solidariedade anteriormente realizada no âmbito dos núcleos familiares que vieram a constituir o grupo do Sepé Tiaraju, há de se reconhecer seu caráter restrito quando comparado ao coletivo constituído no processo de territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju. A solidariedade construída em meio ao intercâmbio cotidiano dos assentados, por certo, contribui para o fortalecimento das estratégias de territorialização do grupo do Sepé Tiaraju, embora o corporativismo possa ser uma ameaça constante aos objetivos solidários e socialistas dos trabalhadores, incluindo os objetivos definidos pela Associação Sepé Tiaraju, que visa *“[...] ajudar as pessoas a superar os problemas enfrentados pessoalmente [e] provar a viabilidade política, social e econômica do coletivo”*.

A referida Associação dispõe-se, ainda, a *“[...] construir a identidade de Sem Terra, participando ativamente da luta dos trabalhadores (as)”*; isso demonstra comprometimento com um projeto social mais amplo, para além de aspirações estritamente egoístas do capital, embora destaque a evidência de uma identidade social que, de fato, inclui os Sem Terra que é a identidade de classe dos desprovidos dos meios de produção, dos sem acesso ao uso do território ou, o que dá no mesmo, dos proletários, conforme se apresentam neste período de relevante expropriação de pequenos e médios produtores empreendida pelo capital transnacional.

No mais, a Associação Sepé Tiaraju pretende

[...] garantir a formação política e profissional de todas as pessoas participantes do coletivo [bem como possibilitar] que todos (as) tenham espaços de convívio familiar e que todos zelem pelo patrimônio do coletivo e para que os investimentos e planejamentos da produção sejam bem feitos; que sejam todos (as) responsáveis pelo bom funcionamento e avanço do coletivo (Extraído do Regimento Interno da Associação, acerca dos objetivos).

É significativa a preocupação dos assentados com a produção de conhecimentos políticos e técnicos que, diga-se de passagem, tem obtido avanços em meio à territorialização do Movimento Sem Terra como um todo e, particularmente, do

Assentamento Sepé Tiaraju. No âmbito do Assentamento, observa-se que o Conselho Social possui esta função geral de organizar a produção do conhecimento, seja por meio das atividades de formação política, de educação básica, de educação para jovens e adultos, de ciranda infantil, ou dos inúmeros cursos organizados em função do coletivo assentado, a maior parte dos quais se dá no âmbito da cooperação mais ampla dos assentados com o MST. Conforme a afirmação de Z., entrevistada com sua família durante a pesquisa, “[...] o MST ajudou a entender o mundo e a se relacionar com as entidades e as pessoas fora do assentamento”; com destaque para o fato de que esse tipo de conhecimento não se refere necessariamente aos conteúdos escolares tradicionais, sendo, também, construído do processo de pedagogia inerente à luta dos Sem Terra. P., do Conselho de Direção, também se refere a um aspecto essencial da produção de conhecimento realizada pelos assentados do Sepé Tiaraju, qual seja, a de que “[...] é uma vantagem [...] sobreviver em cooperação, porque o trabalho está sempre junto; nós podemos aprender, podemos ensinar, no mesmo momento”. Além disso, o Conselho Social se destaca por organizar outro elemento imaterial da maior importância para a territorialização do Assentamento que é, justamente, o bom relacionamento intra e interfamiliar capaz de garantir maior coesão e solidariedade em meio ao coletivo.

Na mesma perspectiva, é o Conselho de Direção que assume importantes funções na atividade cooperada dos assentados. Este setor, assim como o Conselho Social, dá organicidade ao Assentamento, já que lida com atividades que permeiam o conjunto dos seus Setores de Trabalho, tentando coordenar as atividades particulares desses setores por meio de articulações que envolvem tanto o diálogo com as instâncias decisórias de base do Assentamento quanto a relação com os diversos agentes externos, incluindo o Movimento Sem Terra em geral, que se relacionam com o Assentamento.

Neste sentido, entende-se que o “[...] bom funcionamento e avanço do coletivo” depende não apenas do funcionamento individual de cada Setor de Trabalho do Assentamento, mas também é fundamental que haja entrosamento e ajuda mútua entre os assentados em seus diversos Setores de Trabalho, o que, por sua vez, demanda a organização de atividades que incluem a produção imaterial, com vistas a realizar

tarefas de alcance geral no Assentamento, como é o caso da produção de conhecimento e da atividade de coordenação e de estímulo aos valores e intercâmbios solidários envolvendo os assentados.

É importante evidenciar que, neste subsistema técnico, a cooperação solidária atende por grande parte das realizações coletivas; basta verificar que, para se tornar mais autônomos em relação ao consumo de mercadorias, o grupo do Sepé Tiaraju abriu mão, até certo ponto, de boa parte dos produtos oriundos da cooperação capitalista, o que, por outro lado, tornou-os mais dependentes da cooperação solidária que realizam no interior do Assentamento e na relação com outros agentes. Argumenta-se que uma estratégia dessa natureza pode, ao mesmo tempo, significar a queda de produtividade do trabalho dos assentados, pelo menos se optarem pelo isolamento sob condições arcaicas de intercâmbio. Por outro lado, ao optarem por formas inovadoras de cooperação solidária, os assentados estão, de fato, reforçando o poder de sua territorialização, já que estão tentando resistir à expropriação do capital, que se efetiva com a maior dependência dos consumidores em relação ao mercado, inerentemente hierarquizado, dos proprietários privados de mercadorias.

4.4. A AUTO-SUPERAÇÃO DO CAMPONÊS PROLETÁRIO: O CASO DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU

O camponês não existe como modo de produção autonomamente constituído, se é que se pode falar de um modo de vida camponês pré-capitalista universal. O que parece ter, de fato, havido foram inúmeras formas de organização e cooperação, marcadamente comunitárias, de vida no campo, enquanto que, nas cidades, o comércio se desenvolveu com maior intensidade, e isso trouxe conseqüências importantes, como o surgimento do dinheiro e do próprio assalariamento. A cidade, neste sentido, é o berço do capitalismo e do desenvolvimento da extensão da cooperação humana que acompanhou os movimentos de territorialização e hegemonização do capital. Isso não significa que o desenvolvimento do capitalismo tenha ficado restrito às cidades, pois,

desde que se pôde falar de campo e cidade, estes espaços estiveram em constante relação, e mais ainda com o desenvolvimento do capitalismo, a ponto de, em certos aspectos, terem se estreitado as relações e semelhanças entre campo e cidade. O que ocorre no capitalismo é que o campo se torna um espaço da divisão territorial do trabalho e atualmente esta divisão se torna mundial, e ainda mais excludente. É fácil dizer que o trabalho se universaliza bem mais que a riqueza, e que neste momento o sistema capitalista dominante não é capaz de garantir nem mesmo trabalho com emprego e salário, que dirá difusão da riqueza.

Ainda assim, o capital se torna mais ambicioso, suas fronteiras são desafios em sua sede inesgotável de expansão; não é à-toa que se analisa o Produto Interno Bruto pelo seu *crescimento*; pois este indicador econômico refere-se a uma produção agregada de mercadorias e, portanto, pode ser usado para medir a pujança da acumulação capitalista, donde se traduz a intensidade com que se expande sua territorialização. Cabe destacar que a referida territorialização teve impulso com a recente mundialização, já que os grandes capitais transnacionais conseguiram impor novas ações ao território, redefinindo normas em benefício do seu trânsito facilitado, particularmente, no contexto da década de oitenta, quando o mundo vivenciou um período sintomático que apontou os limites das experiências históricas de construção do socialismo e do Movimento Comunista internacional.

Com isso, o capitalismo encontrou espaço privilegiado para se expandir, contando com a conjuntural desorganização dos movimentos sociais de então. A crise destas formas de organização da sociedade civil custou realmente bastante, em termos de sofrimento social, particularmente em função da desarticulação e inviabilização de muitas formas tradicionais de produção da vida, inclusive camponesas, que foram gradualmente submetidas ao domínio do capital e, neste momento, estão desfiguradas e contestadas em sua autonomia. Quando muito, as formas arcaicas ocupam os interstícios da economia capitalista e, no caso da pequena produção, é comum encontrá-la vivendo às custas dos interesses do capital e representando com menor força os seus próprios interesses.

No entanto, a experiência de movimentos sociais envolvendo pequenos produtores individuais, como parece ser o caso do Assentamento Sepé Tiaraju e do próprio MST, pode, na perspectiva mais ampla de superação das limitações do corporativismo que caracteriza as formas camponesas tradicionais, vir a tornar estes setores sociais resistentes à expropriação capitalista, podendo ainda supor que sua territorialização se traduza em ação emancipatória. Neste caso, o camponês individual, familiar, ou mesmo, comunitário, se faz ser social emancipado, superando a condição limitada da sua cooperação solidária, em razão da iminente expropriação que se verifica como lei geral da produção capitalista.

A situação do camponês é bastante discutida no âmbito dos movimentos socialistas, particularmente como meio de pensar a participação deste sujeito social no contexto de uma luta emancipatória. Engels (1981, p. 60) afirmava, em fins do século XIX, que

[...] o desenvolvimento da forma capitalista de produção rompeu o nervo vital da pequena exploração na agricultura; a pequena exploração agrícola está decaindo e marcha irremediavelmente para a ruína. [Por seu turno,] a conquista do poder político pelo partido socialista é já uma questão colocada para um futuro próximo. Mas, para conquistar o poder político, este partido antes tem que ir da cidade ao campo e aí converter-se numa potência.

É ilustrativa a discussão feita por Engels em virtude da situação em que o partido socialista se encontrava, segundo sua opinião, prestes a tomar a hegemonia do poder do Estado; ainda mais interessante é o fato de que na atual configuração política brasileira um partido político, em princípio, motivado pela luta dos trabalhadores toma posse do poder de Estado e os Movimentos Sociais se vêem diante da dúvida em relação a como se utilizar de forma emancipada da referida situação.

Engels (Op. cit., p. 76), por sua vez, assume a responsabilidade de propor aos pequenos proprietários que se organizem na condição de grande exploração cooperativa diante da “[...] absoluta certeza de que a grande produção capitalista

passará por cima de sua pequena exploração impotente e antiquada, com a mesma facilidade com que um trem esmaga um carrinho de mão”.

Diante desta tendência expropriatória do capitalismo, Engels (Op. cit., pp. 73-76) enfatiza que

[...] quanto maior for o número de camponeses a que possamos poupar a queda efetiva no proletariado, e que possamos ganhar já para o partido como camponeses, mais rápida e facilmente será levada a efeito a transformação social. Não é de nosso interesse ter que esperar, para esta transformação, o desenvolvimento completo do capitalismo em todos os lugares até suas últimas conseqüências, que caíam vítimas da grande exploração capitalista até o último pequeno artesão e o último pequeno camponês. [...] quando estivermos de posse do Estado, não poderemos pensar em expropriar violentamente os pequenos camponeses (seja com ou sem indenização), como seremos obrigados a fazer com os grandes proprietários de terras. Nossa missão com relação ao camponês consistirá, antes de mais nada, em canalizar sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo, e não pela força, senão pelo exemplo, e proporcionando auxílio social com esta finalidade. [...] nós viemos oferecer aos camponeses a possibilidade de eles mesmos implantarem a grande exploração, não por conta do capitalista, senão por sua própria conta, coletivamente. [...] os sacrifícios materiais que tiverem que ser feitos nesse sentido no interesse dos camponeses às expensas dos fundos públicos, poderão ser considerados do ponto de vista capitalista como dinheiro desperdiçado, mas constituirão, apesar disso, um excelente investimento, pois nos pouparão possivelmente uma quantidade dez vezes maior de reorganização da sociedade em seu conjunto.

Responsável pela intenção de organizar autônoma e cooperativamente os trabalhadores, ampliando a escala da produção e unindo esforços para desenvolver as forças produtivas sob o controle dos mesmos, sejam eles pequenos proprietários e, nesta condição, *“vestígio [s] de um modo de produção de tempos pretéritos”* (ENGELS, Op. cit., p. 62), ou trabalhadores já expropriados pelo capital, inviabilizados em seu modo tradicional de existência, como é o caso dos Sem Terra, que superaram presentemente a condição de completamente desprovidos dos meios de produção e agora se vêem em situação parecida, até certo ponto, como a do pequeno produtor tradicional, tendo que se ver às voltas com a necessidade de preservar para o benefício familiar aquela fração do território que conseguem, neste momento, ter a propriedade, o

movimento socialista, desde Robert Owen esteve propondo esforços no sentido da organização de cooperativas sob o controle democrático dos trabalhadores; como forma de superação da oposição entre capital e trabalho, ainda que partindo do interior das cooperativas, com vistas à superar o isolamento e o corporativismo dos trabalhadores da cidade e do campo; muito embora a noção de cooperativa tenha sido apropriada também por iniciativas de cunho capitalista como é comum verificar entre as agroindústrias atuantes no espaço rural de Campos Novos, em Santa Catarina (Cooprecampos...). A diferença é que, no caso da cooperativa capitalista a hierarquia de poder entre os membros associados e o corporativismo de seus interesses comprometem, tanto a possibilidade de distribuição solidária dos benefícios da produção coletiva, como a própria superação da hegemonia capitalista, repercutindo em constante ameaça aos interesses comunitários isolados.

Ressalte-se que, é no sentido do *“isolamento da vida rural”* que Engels afirma que o camponês, *“[...] em relação ao poder político, [...] só manifestou, na maioria dos casos, uma grande apatia”*, o que, diga-se de passagem, pode assumir novos contornos em vista da condição de proletário ou de semiproletário⁴¹, que o desenvolvimento hegemônico do capitalismo impõe ao camponês, tornando-os integráveis, em termos dos interesses comuns que estão em jogo, num movimento político coletivo, na escala maior que representa os interesses da grande maioria das pessoas que convivem com o capitalismo mundialmente dominante e que são vítimas do inexorável processo expropriatório protagonizado pelo interesse egoísta que se afirma com a territorialização do capital; um processo que traduz ações verticais (verticalidades), cujas contradições têm, também, impulsionado movimentos de união solidária, as chamadas horizontalidades que Santos indica a possibilidade de que sejam ampliadas a ponto de atingirem as escalas mais amplas da cooperação social.

Os movimentos socialistas, por sua vez, não raras vezes buscaram estender a cooperação solidária dos trabalhadores às escalas mais amplas, tudo isso em meio à luta política contra os interesses da territorialização do capital e tentando subverter a própria tradição cultural constituída com a hegemonia da propriedade privada. Ressalte-

⁴¹ Marx (s/d, p. 216) acrescenta, citando o Manifesto do Partido Comunista, que *“as ‘classes médias [...] tornam-se revolucionárias quando têm diante de si a perspectiva de sua passagem iminente ao proletariado”*.

se que, com o alvorecer do século XX, várias foram as experiências de luta dos trabalhadores que almejaram controlar o poder de Estado em diferentes nações, como foi o caso do movimento liderado pelo Partido Bolchevique na Rússia do primeiro quarto do século XX.

Naquele momento, se fortaleceu a compreensão de que a organização das cooperativas de trabalhadores era fundamental para a construção do socialismo. Durante a década de vinte, quando os socialistas bolcheviques já haviam tomado o poder político do Estado Russo e tentavam implantar a NEP (Nova Política Econômica), provavelmente um pioneiro planejamento estatal do mundo moderno, Lênin (2000, p. 47-8) aponta que

os sonhos dos velhos cooperadores encerram muitas quimeras. São muitas vezes ridículos, porque fantásticos. Mas em que medida o são? Por não compreenderem o significado fundamental, essencial, da luta política da classe operária para a derrubada do domínio dos exploradores. Hoje, essa derrubada já foi levada a cabo entre nós, e muitos sonhos fantásticos, românticos mesmo, e até vulgares, dos antigos cooperadores tornam-se uma realidade desprovida de qualquer artifício. [...] Com efeito, entre nós, sendo o poder de Estado exercido pela classe operária, e detendo o Estado todos os meios de produção, apenas nos falta efetivamente agrupar a população em cooperativas. Logo que a população esteja agrupada o mais possível em cooperativas, o socialismo realiza-se por si próprio. [...] Ora, o regime dos cooperadores civilizados, quando os meios de produção pertencem à sociedade e o proletariado como classe triunfou sobre a burguesia, é o regime socialista.

A referência de Lênin aos velhos cooperadores refere-se, provavelmente, aos chamados socialistas utópicos, muitas vezes entusiastas de experiências cooperativas envolvendo trabalhadores auto-organizados. Com relação a uma dita experiência dos velhos cooperadores, Marx (1996, p. 447) informa que

um jornal filisteu inglês, o *Spectator*, de 26 de maio de 1866, noticiou que, depois da introdução de uma espécie de associação entre capitalista e trabalhadores, na *wirework company of Manchester*: “o primeiro resultado foi uma súbita redução do desperdício de material, pois que os trabalhadores não compreendiam por que deveriam desperdiçar sua propriedade mais que a dos capitalistas, e desperdício

de material é, ao lado de más dívidas a receber, talvez a maior fonte de prejuízos nas fábricas”. O mesmo jornal descobriu como erro básico da experiência cooperativista de Rochdale (norte de Manchester): “Elas comprovaram que associações de trabalhadores podem gerir com sucesso lojas, fábricas e quase toda forma de indústria, e elas melhoraram extraordinariamente a situação dos operários, porém (!) não deixaram nenhum lugar visível para capitalistas. *Quelle horreur! [Que horror!]*”.

De fato, as experiências cooperativas dos trabalhadores, sob inspiração das idéias dos *socialistas utópicos*, permitiram que fosse acumulado um conhecimento importante acerca da organização do trabalho, com destaque para o fato de que foi possível experimentar formas de autogestão mais democráticas que as tradicionais empresas capitalistas, além de conscientizar os trabalhadores de que os capitalistas são plenamente dispensáveis do processo produtivo.

As associações cooperativas autogeridas pelos trabalhadores foram consideradas estratégicas, também, para a construção do Socialismo na China, principalmente a partir da década de 50 do século XX, quando se disseminou uma grande quantidade de cooperativas de trabalhadores por todo o território chinês. Tsé-Tung (2000, p. 59) discute o processo de cooperação agrícola a partir da realidade pós-fundação da República Popular da China. Conforme argumenta,

[...] o fluxo de transformação social nos campos sob a forma da cooperação expandiu-se já por certas regiões, e vai em breve espalhar-se por todo o país. É um movimento revolucionário socialista de uma grande amplitude que atinge uma população rural de mais de 500 milhões de homens; é um movimento que tem uma projeção internacional extremamente importante.

É importante salientar que a construção das referidas experiências russa e chinesa, bem como outras que se poderiam apontar, destacando-se a experiência cubana de cooperativas (CPAs), representa uma importante fonte de conhecimentos para os movimentos sociais de luta pelo socialismo; o MST, por certo, tem em voga essa discussão da superação do capitalismo e, nessa perspectiva, se apropria do

conhecimento produzido a partir das experiências históricas de luta coletiva e de construção comunitária da vida; e, assim como se inspira, deve procurar superá-las naquilo que lhes surgiu como limite.

Neste sentido, Marx (s/d, p. 220) acrescenta que

o fato de que os operários desejem estabelecer as condições de produção coletiva em toda a sociedade e antes de tudo em sua própria casa, numa escala nacional, só quer dizer que oprimam por subverter as atuais condições de produção, e isso nada tem a ver com a fundação de sociedades cooperativas com a ajuda do Estado. E no que se refere às sociedades cooperativas atuais, estas só têm valor na medida em que são criações independentes dos próprios operários, não protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses.

Enfatiza-se que as cooperativas horizontalmente organizadas pelos trabalhadores, do mesmo modo que uma associação de produtores, como a que foi criada pelo grupo do Sepé Tiaraju, participam do processo de construção da produção social em escala ampliada, inaugurando a perspectiva de que a cooperação seja controlada diretamente pelos trabalhadores, pelo menos desde que a mesma consiga se desenvolver com autonomia em relação aos burgueses e ao Estado. Marx (1984, p. 334-5) expõe que

as fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da forma antiga, embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida, ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho [...]. As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas devem ser consideradas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado, só que, num caso, a antítese é abolida negativamente e, no outro, positivamente.

Marx (2000, p. 16) ainda observa que

[...] o sistema cooperativo restrito às formas ínfimas originadas nos esforços individuais de escravos assalariados é impotente para transformar por si próprio a sociedade capitalista. Para converter a produção social num vasto e harmonioso sistema de trabalho cooperativo são indispensáveis mudanças gerais. Essas mudanças não serão obtidas nunca sem o emprego das forças organizadas da sociedade. Assim, o poder do Estado, arrancado das mãos dos capitalistas e dos proprietários rurais, deve ser manejado pelos próprios produtores.

Propõe-se, dessa maneira, que a organização do socialismo passe pela reorganização da produção em função do interesse coletivo e da cooperação em grande escala. É claro que a isso se opõem importantes interesses, inclusive de ordem cultural, senão veja-se o caso do Assentamento Sepé Tiaraju, que tem capacidade para abrigar 29 famílias, mas está com apenas 15 famílias organizadas, ainda que seja notável a necessidade de ampliar a escala de cooperação praticada neste momento pelo coletivo do Assentamento, até para cuidar melhor dos investimentos que são feitos, pois se os assentados plantam três mil árvores e a formiga acaba com a metade, é sinal de que está havendo desperdício de trabalho. Falta, muitas vezes, conhecimento, como no caso em que se plantou árvore frutífera em local inadequado, enquanto que, se os assentados estivessem trabalhando em escalas mais amplas de cooperação comunitária, poderiam ter pessoas para cobrir com maior eficiência as atividades, inclusive, para uma maior produção do conhecimento técnico-científico.

O capitalismo desenvolvido galgou, até certo, ponto enaltecer o aspecto egocêntrico e individualista dos seres humanos, pela instituição de uma ética egoísta a partir da qual se tendeu a orientar os interesses individuais; em geral, a sociedade sente dificuldade em definir consensos que permitam o trabalho em grupo, e isso resulta numa relativa complexidade quando se trata de integrar novas pessoas na vida orgânica do Assentamento. Por esse motivo, os assentados decidiram-se por uma estratégia cautelosa de seleção das pessoas que pretendem que entrem no Assentamento, já que estas devem passar um ano inteiro convivendo com a realidade do coletivo para que, só então, seja tomada uma decisão definitiva sobre a entrada de novos membros.

Certamente, a superação desse limite cultural tem como forte aliado a construção histórica das lutas do proletariado pelo acesso comunitário aos meios de produção, a qual possui referências a formas de vida e organização social de períodos pré-civilizatórios, cujos resquícios sobrevivem, em nossos dias, por meio de ações como as protagonizadas pelos movimentos sociais. Neste sentido, o comunismo primitivo existente entre *bárbaros e selvagens* também inspira os movimentos socialistas e o MST em particular. Sepé Tiaraju foi um líder indígena que lutou contra a expropriação oriunda da territorialização do processo civilizatório, consequência direta do Tratado de Madri (1721) no qual se concretizou o acordo entre Portugal e Espanha em negócio de terras que deu a Portugal a prerrogativa para invadir os domínios territoriais da região das Missões (jesuíticas) onde se constituiu uma forma comunitária que envolveu índios e jesuítas, cuja caracterização remonta os estados pré-civilizatórios do comunismo primitivo. Não é à toa, inclusive, que o grupo do Sepé Tiaraju nutre fortemente a necessidade de uma organização coletiva comunitária e a própria agrovila do Assentamento obedece uma feição de meia lua, lembrado a disposição de uma tribo indígena. Não é preciso ir longe, também, para identificar a influência dos movimentos históricos de resistência à ação civilizatória em meio à constituição dos demais Assentamentos do MST, basta citar a inspiração materializada nos nomes dos mesmos, entre os quais, Zumbi dos Palmares, Caldeirão, Contestado e tantos outros como é comum verificar.

Na perspectiva de resgatar aspectos comunitários de modos de produção tradicionais pré-civilizatórios, Engels (2003, p. 147) argumentava em favor da necessidade de haver na Europa

[...] um renascimento da marca⁴², não sob seu aspecto antigo, ultrapassado, mas sob uma forma rejuvenescida; graças a uma renovação da comunidade do solo compreendida de tal modo que não somente dê ao pequeno camponês membro da comunidade todas as

⁴² Silva (2003, p. 142-144) observa que “o termo marca (originalmente, sinal, fronteira ou território circundado por uma fronteira) e o termo companheiros da marca eram aplicados, respectivamente, às terras baldias e à associação que as possuía, em regime de propriedade ou de usufruto. [...] na área rural, a apropriação privada dos meios de produção significou a introdução da propriedade plena da terra e sua transformação em mercadoria. Para que esta forma de apropriação se tornasse dominante foi preciso a ocorrência de um complexo de mudanças. Entre estas, ressalta a substituição gradual (pacífica ou violenta) das formas de apropriação coletiva, notadamente as terras comunais, tratada no texto [de Engels] sob a forma da associação de marca”.

vantagens da grande exploração e acesso à utilização das máquinas agrícolas, mas também lhe ofereça os meios de praticar, fora da agricultura, a grande indústria, com o aporte da energia a vapor ou da energia hidráulica, e isto não a serviço dos capitalistas, mas a serviço da comunidade. Praticar a agricultura em grande escala e utilizar as máquinas agrícolas significa, em outros termos, tornar supérfluo o trabalho agrícola da maioria dos pequenos proprietários que cultivam atualmente seus campos. Para que estas pessoas expelidas do cultivo da terra não fiquem sem trabalho ou que sejam expulsas para as cidades, é preciso ocupá-las em indústrias situadas no próprio campo, e estas indústrias só podem se tornar vantajosas para eles se funcionarem em grande escala, com ajuda da energia hidráulica e a vapor.

Nessa perspectiva, enfatiza-se que assim como a marca, cujo renascimento, numa forma renovada da comunidade do solo, é reivindicado por Engels, também se argumenta em favor do renascimento renovado das comunidades que na história do Brasil tentaram resistir à expropriação egoísta do capitalismo, em meio à territorialização do processo civilizatório, tentando impor formas de uso solidárias do território, porém sendo reprimidas em função de que a autonomia dessas formas ameaça diretamente a hegemonia do capital.

O Assentamento Sepé Tiaraju, por sua vez, se remete à constituição dessa ética comunitária que, diga-se de passagem, é capaz de revolucionar as forças produtivas da sociedade, desde que esteja apta a superar o limite das escalas mais reduzidas de suas atuações solidárias, a fim de tornar a produção comunitária autônoma e hegemônica em relação ao capital. A limitação deste processo de territorialização emancipada das formas de cooperação social, por outro lado, assim como se percebe no Assentamento, está relacionada com a própria hegemonia do capital que, a todo momento, pressiona por desalojar as comunidades de seu uso solidário do território para lhes impor a dependência em relação às trocas privadas.

Percebe-se que o coletivo do Sepé Tiaraju avançou consideravelmente desde que afastou-se do isolamento das formas familiares de produção da vida. A organização do grupo junto aos movimentos sociais, em particular o MST, lhe permitiu estar em contato com um importante intercâmbio solidário de conhecimentos e, até certo ponto, de bens materiais que, por sua vez, remonta formas comunitárias de apropriação e uso do território num contexto atualizado de hegemonia do capitalismo. É

preciso ressaltar que, desde que saíram do Oeste catarinense em busca de construir coletivamente a vida, os Sem Terra do grupo do Sepé Tiaraju galgaram espaços importantes em termos de uso do território, tendo por base que não dispunham, no passado, nem mesmo de uma extensão de terra suficiente para sobreviver, enquanto que já foram capazes de se apropriar, além de um pedaço de terra, também de outros meios de uso do território, como os incontáveis conhecimentos que agregaram com o processo de luta e produção coletiva, como os recursos naturais, cujo estoque sob o controle dos assentados tem sido ampliado com a utilização das técnicas agroecológicas, e como é o caso da infra-estrutura material disponível no Assentamento, que conta com habitações em boas condições, escola e Ciranda Infantil funcionando no lugar, e instalações produtivas, como estábulo e chiqueiro, construídas recentemente.

O limite desta cooperação comunitária, por sua vez, tende a inviabilizar o desenvolvimento da territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju em função da limitada divisão do trabalho desenvolvida em seu seio, quando comparada com a produção capitalista em grande escala. De fato, o grupo do Assentamento avançou no sentido de uma cooperação mais ampla desde que superou a condição restrita da cooperação familiar; sua produção, agora, realiza-se com base numa maior escala de cooperação solidária democraticamente organizada. Já a relativa autonomia constituída neste processo de territorialização está relacionada com a produção de uma série de bens destinados ao autoconsumo familiar e produtivo da comunidade constituída entre os assentados do Sepé Tiaraju, sob inspiração particular da agroecologia e das experiências históricas de cooperação dos trabalhadores, que contribue para tornar a existência do grupo menos dependente da produção material capitalista.

Por fim, argumenta-se que a territorialização do capitalismo, particularmente por meio dos grandes capitais monopolistas da atualidade, continua a pressionar pela expropriação dos Assentados do Sepé Tiaraju; isto porque a dependência das formas alienadas de cooperação burguesa mediadas pelo mercado com as quais ainda convivem em alguma medida os assentados, tende a submeter a produção do Assentamento ao processo expropriatório do sistema mundial de trocas privadas, em meio ao qual os maiores capitais transnacionais se apropriam da produção social,

geralmente com taxas de apropriação superiores em relação aos menores agentes mercantis. Neste caso, enfatiza-se que a territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju, na condição de um movimento de apropriação do uso do território, avança em meio às constantes disputas territoriais, particularmente com relação à territorialização hegemônica do capital e às suas formas de normatização da propriedade, a fim de se constituir autonomamente, o que, por seu turno, articula-se com a necessária superação da hegemonia capitalista que não poderá negligenciar a necessidade de expandir as formas de cooperação solidárias, ou horizontalidades, como diria Milton Santos, às maiores escalas da produção do espaço.

A condição de territorialização e existência dos assentados do Sepé Tiaraju está, portanto, ligada aos semelhantes entraves da limitada cooperação solidária de tantas formas de comunidades pré-capitalistas. Na atualidade, porém, já se pode contar com um maior acúmulo de conhecimentos acerca do modo capitalista de produção, em vista das suas conseqüências socioespaciais, o que poderá contribuir para evidenciar o aspecto crítico dos movimentos sociais em relação à territorialização capitalista. Do contrário, as experiências isoladas dos trabalhadores serão, triste e fatalmente, removidas de seu acesso ao uso do território. Portanto, ou ampliam a escala de suas formas virtuosas de cooperação social comunitária ou não tardarão a sucumbir ao desenvolvimento capitalista com todo o custo social que este processo já cansa de apresentar historicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“[...] Dinheiro transforma tudo,
Dinheiro é quem leva e traz,
Eu nem quero aqui dizê
Tudo o que dinheiro faz.
Apenas aqui eu conto
Que ele pra tudo tá pronto,
Ele é cabrêro e é treidô,
É carrasco e é vingativo,
Só presta pra ser cativo,
Não presta pra sê senhô [...]”*
**“A Escrava do Dinheiro”,
Patativa do Assaré.**

O referencial teórico-metodológico que orienta esta pesquisa tem como essencial que, para entender o processo de territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju, é necessário situar o referido objeto no contexto da totalidade espacial, onde se afirma a existência de um processo dominante de territorialização das formas capitalistas de intercâmbio, particularmente importante tendo em vista a própria hegemonia constituída por este modo de produção do espaço.

Especificamente, evidencia-se que a territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju não condiz com a territorialização dos grandes capitais transnacionais que hegemonizam mundialmente o uso do território. Entretanto, ainda que não dispondo de capital, exatamente por serem proletários, os Sem Terra conseguiram ampliar seu acesso ao uso do território basicamente porque questionaram a privação da propriedade fundiária e se organizaram para lutar pelo acesso à terra, bem como por outras formas de uso do território, incluindo sistemas técnicos mais desenvolvidos.

O problema central da pesquisa, portanto, refere-se à compreensão dos elementos que levaram à territorialização de um grupo de Sem Terra, em princípio desprivilegiados quanto ao acesso ao uso do território, que, no entanto, conseguem se territorializar na atualidade, burlando a tendência expropriatória do capital.

Metodologicamente, se fez a opção de analisar tal processo como uma situação geográfica, situada em meio aos movimentos históricos de territorialização que,

conforme se admite, são expressões dos diferentes usos do território realizados espacialmente. Chega-se, assim, ao estudo da história, a qual é indivisível e, por isso mesmo, é entendida como uma totalidade que evolui conforme interação, indissociavelmente, ações e objetos espaciais.

Na atualidade desta evolução do espaço geográfico, a territorialização hegemônica do capital responde por formas especificamente egoístas de cooperação e relações de propriedade, com destaque para a grande importância das formas financeiras de autovalorização do capital e dos agentes econômicos e políticos que dispõem do controle desses investimentos. Com o acirramento recente da territorialização (mundialização) capitalista, houve, de fato, um aprofundamento das tendências econômicas de concentração e centralização dos capitais, ratificando tendências históricas anteriormente verificadas (MARX, 1996) e, ainda por cima, ampliando as contradições decorrentes do desenvolvimento excludente do capital.

Neste sentido, a proletarianização, enquanto processo de expropriação do acesso aos meios de produção do espaço e uso do território, é um fenômeno extremamente atual. A evidência da concentração e da centralização de riquezas, capitaneada pelo capitalismo contemporâneo, por sua vez enaltece a desproporção em termos de poder de mercado e, conseqüentemente, define taxas de apropriação da mais-valia social ainda mais desiguais, em meio aos agentes mercantis privados, o que amplia a própria capacidade expropriatória do mercado mundial; em particular, os trabalhadores ressentem-se dos efeitos de terem sido substituídos por máquinas e por avanços organizativos da produção social, o que, tendo resultado numa situação de abundância mercantil relativa da força de trabalho, contribuiu para desvalorizar ainda mais o assalariamento.

O presente, neste sentido, evidencia a falência da estratégia dos trabalhadores de se constituírem socialmente com o intermédio da relação capital-trabalho. O mercado de trabalho apresenta-se em crise e o principal sintoma da mesma é manifesto como crescimento irremediável do desemprego estrutural, com ênfase para um processo que se torna característico do espaço rural brasileiro que é a proletarianização de pequenos proprietários rurais, em boa parte agricultores familiares, que são cada

vez mais excluídos do acesso ao uso do território (meios de produção) e já não podem contar com a perspectiva de obterem assalariamento; neste sentido é que a noção de proletário não deve estar restrita ao operário assalariado, já que este segmento de excluídos do acesso ao uso dos meios de produção não é capaz de abranger a totalidade do proletariado, ainda mais com o crescimento dos proletários desempregados.

As tradicionais formas político-organizativas dos trabalhadores assalariados, por sua vez, estão em crise, como é o caso dos sindicatos, cada vez mais incapazes de representar os interesses dos trabalhadores, seja porque sofrem pressão do reforçado poder político das grandes empresas capitalistas transnacionais, seja pela burocratização dos próprios sindicatos, muitas vezes envolvidos com negociações, visando conciliar interesses antagônicos de capitalistas e trabalhadores. Enquanto isso, é possível identificar formas de luta dos trabalhadores expropriados pelo capital, como é o caso dos Sem Terra, cujo acesso ao uso do território impõe uma fissura no poder ilimitado da propriedade privada, justamente no bojo da consideração da *função social* da terra, que inclusive serve de prerrogativa para outros movimentos sociais que, na atualidade, lutam pelo acesso ao uso do território.

Pelo que se observa, a territorialização dos movimentos sociais pode vir a ser o veículo de novas formas organizativas dos trabalhadores, com base em relações de propriedade comunitárias renovadas. A questão que se coloca com a conjuntura de dominação do capitalismo desenvolvido em relação às experiências históricas de cooperação comunitárias, e que, particularmente, se referem à possibilidade presente de territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju, tem em vista a limitada escala de cooperação das comunidades até aqui constituídas. Com base no assalariamento, o capital estendeu a escala de sua cooperação ao nível do mundo e, pela dominação do mercado e do Estado, inviabilizou a produção comunitária relativamente isolada.

Já a crise do capitalismo se expressa, entre outras coisas, pelo aprofundamento gradual da queda das taxas anuais de crescimento da economia capitalista mundial e tem por base as contradições da propriedade privada que resultam em concentração e centralização incessantes de riquezas, bem como numa improdutiva luta de classes.

Aliás, quanto se gasta de recursos produtivos para manter a opressão na sociedade? Quanto se gasta de esforço social para manter exércitos, guardas e demais pessoas envolvidas com a segurança da propriedade privada? Da mesma forma, quanto se desperdiça de força produtiva quando se impede que grande parte da população mundial tenha acesso ao trabalho social, enquanto o sistema produtivo mantém bilhões de desempregados e subempregados em todo o planeta?

Tudo isso impõe que se reconsidere a eficácia do modo de cooperação capitalista dominante, tendo em vista a superação das formas de intercâmbio fundamentadas na propriedade privada, já que as mesmas, além de seu caráter excludente, impõem *falsos custos* à produção social (MARX, 1996, p. 448). Daí que se tenha objetivado estudar um movimento social de cunho socialista, já que, em tese, este terá por objetivo a constituição de formas comunitárias de cooperação. Aliás, a percepção de formas não-hegemônicas de intercâmbio social pode apontar para resquícios de modos de cooperação social pretéritos, baseados em formas comunitárias que, em vista da crise do capital, podem influenciar a constituição de formas de cooperação renovadas, inclusive, independentes em relação ao modo de produção capitalista.

É preciso salientar que as ditas formas comunitárias, mesmo quando resistentes, vivem sob a espreita da territorialização do grande capital monopolista, embora a experiência do coletivo do Sepé Tiaraju seja ilustrativa de que o proletariado pode galgar espaços de territorialização em meio à disputa com o grande capital transnacional, desde que seja capaz de inovar em suas ações cooperadas, constituindo espaços de intercâmbio mais autônomos em relação ao movimento expropriatório do capital.

Enfatiza-se que o Assentamento Sepé Tiaraju, no âmbito do Movimento Sem Terra, afirma a sua territorialização em função de uma virtuosidade que está associada com a democracia, com a solidariedade, com a paixão pela vida... que, segundo compreende-se, são práticas sociais características de períodos bárbaros e selvagens da pré-história social que foram preservadas entre diversas sociedades, inclusive

indígenas da América, e que as ações dos movimentos sociais muitas vezes contribuem para trazer à tona, ainda que em novos contextos.

As ações solidariamente empreendidas pelos assentados do Sepé Tiaraju na trajetória dos acampamentos, nas manifestações, ou no cotidiano do próprio Assentamento, contribuem para reforçar a territorialização dos mesmos. É importante ressaltar que o intercâmbio solidário permite ampliar a cooperação entre os assentados sem que eles precisem recorrer a uma maior dependência mercantil. No caso do Assentamento Sepé Tiaraju percebe-se que a cooperação solidária permite produzir, principalmente, sementes, conhecimentos e diversos outros produtos destinados ao autoconsumo, entre os quais insumos produtivos e alimentos que, por sua vez, reduzem o nível de aquisições mercantis e, conseqüentemente, o custo financeiro da produção dos assentados.

Por outro lado, ao reforçarem a cooperação solidária, os assentados passam a depender muito mais da sua própria comunidade e menos da cooperação capitalista; isto, por seu turno, pode resultar no isolamento e na dependência de formas de cooperação e intercâmbio organizadas em menor escala, ainda que mais democráticas. Argumenta-se que a divisão do trabalho restrita à comunidade dos assentados não é capaz, em princípio, de fazer frente à produtividade obtida com o intermédio da cooperação capitalista. Neste sentido, o capitalismo foi virtuoso porque instituiu uma divisão do trabalho, atualmente estruturada numa rede mundial, a serviço da produção de mercadorias; ainda que a concentração de riquezas, seja um problema estrutural do capitalismo, aliás, uma contradição inerente às relações privadas de propriedade, desenvolvidas com o processo civilizatório.

É importante observar que a limitada escala alcançada pela cooperação solidária entre os assentados do Sepé Tiaraju relaciona-se de modo bastante evidente com os fatores relativos ao isolamento e a pequena escala de cooperação que são tomados como responsáveis pela decadência das comunidades primitivas; a proletarianização, por seu turno, pode contribuir para o aprendizado social, particularmente, no sentido da compreensão de que não é possível constituir experiências autônomas isoladas em vista da hegemonia capitalista do espaço.

Argumenta-se que a referida autonomia não pode se constituir como auto-suficiência econômica restrita já que esta implica uma tentativa de isolamento muitas vezes tentada pelas comunidades primitivas, entre Quilombos e Comunidades Indígenas, no Brasil, no afã de fugirem do processo civilizatório. Conforme se verificou no decurso da história, o capitalismo avançou sobre as comunidades primitivas com vistas à expansão inesgotável das relações mercantis, o que realmente comprova que não restarão estruturas comunitárias de produção isoladamente, pelo menos enquanto subsistir a dominação capitalista.

A territorialização do Assentamento Sepé Tiaraju está, portanto, relacionada com um movimento hegemônico de territorialização do capital, ao mesmo tempo em que depende, sobremaneira, da capacidade dos próprios assentados de estenderem a escala de sua cooperação solidária com autonomia em relação ao mecanismo expropriatório do mercado mundial. A referida autonomia, que se afirma em favor da territorialização das formas comunitárias de intercâmbio, significa uma condição de hegemonia do espaço geográfico, baseada, no caso, em formas solidárias de cooperação. Neste intuito, é fundamental considerar a necessidade de superar a dependência social em relação à produção capitalista através da constituição de novos elos de intercâmbio solidário, em escalas que extrapolam em muito a escala do Assentamento Sepé Tiaraju e do próprio Movimento Sem Terra. Enfatiza-se, por fim, que a questão da territorialização do mencionado Assentamento refere-se, fundamentalmente, à possibilidade de construção pelos assentados de uma cooperação emancipada em relação à hegemonia das formas de intercâmbio egoístas do capital, em favor da mais irrestrita liberdade comunitária de acesso ao uso do território.

*"E o menino
com o brilho do sol na menina dos olhos
sorri e estende a mão
entregando seu coração
e eu entrego o meu coração.*

*E eu entro na roda
e canto as antigas cantigas
de amigo e irmão,
as canções de amanhecer
lumiar a escuridão.*

*E é como se eu despertasse de um sonho
que não me deixou viver.
E a vida explodisse em meu peito
com as cores que eu não sonhei.
E é como se eu descobrisse
que a força esteve o tempo todo em mim.
E é como se então de repente
eu chegasse ao fundo do fim.*

*De volta ao começo.
De volta ao começo."*

***"De Volta ao Começo",
Gonzaguinha.***

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In LEITE, P. S. (Org.). *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/MDA, 2000.
- ALFONSIN, J. T. Negros e índios: exemplos de um direito popular de desobediência, hoje refletidos nas “invasões” de terra. In FIALHO, F. A. (Org.). *Negros e índios no cativo da terra*. Rio de Janeiro: Instituto de Apoio Jurídico Popular/FASE, 1989.
- ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- ARAÚJO, M. L. C. de. A experiência de organização dos reassentados de Itaparica. In MEDEIROS, L. et al (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.
- AUED, B. W.; FIOD, E. G. M. Origens dos movimentos rurais em Santa Catarina (ou ampliação do trabalho, mas não do assalariamento). In AUED, B. W.; PAULILO, M. I. S. (Orgs.). *Agricultura familiar*. Florianópolis: Insular, 2004.
- AUED, I. M; GRADE, M. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: fabricando uma nova sociedade. In *Desafio (Revista de Economia e Administração/UFSM)*, v. 1, n. 1, 2000.
- _____. *Estratégias e contradições na construção da sociedade socialista soviética: socialismo de menos, capitalismo de mais (1917-1929)*. Tese (Doutorado), USP, São Paulo, 1995.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. *A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- BETTO, F. *O que é comunidade eclesial de base*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomáz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CARDOSO, R. C. L. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- CHALMERS, A. F. *O que é ciência, afinal?* Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, J. G.; STOLCKE, V. *A questão agrária*. Tradução: Edgard A. Malagodi et al. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHESNAIS, F. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. *Praga*, n. 3, 1997.

- _____. *A mundialização do capital*. Tradução: Silvana F. Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- DOS SANTOS, S. C. *Os povos indígenas e a Constituinte*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Movimento, 1989.
- DURSTON, J. Construyendo capital social comunitário. In *Revista de la CEPAL*, n. 69, 1999.
- ENGELS, F. A marca. *Crítica Marxista*, n. 17, 2003.
- _____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução: Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. O problema camponês na França e na Alemanha. In SILVA, J. G.; STOLCKE, V. *A questão agrária*. Tradução: Edgard A. Malagodi et al. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. Carta a Augusto Bebel. In MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.].
- ESTATUTO da Associação Sepé Tiaraju (Anexo 2).
- FAVERO, C. A globalização e as novas experiências dos agricultores. *Caderno CRH*, Salvador, UFBA, n. 1, 1998.
- FERNANDES, B. M. Gênese e desenvolvimento do MST. *Cadernos de Formação*, São Paulo, Perez, n. 30, 1998.
- _____. Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre*, n. 15, 2000.
- FERREIRA, A. V. *Elementos para a crítica do presente: uma análise do capitalismo em nossos dias*. Monografia de Graduação, UFC, Fortaleza, 2000.
- FRANCO, M. P. Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das “mercadorias” nos seringais do Alto Juruá. In MEDEIROS, L. et al (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, M. T. de A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14397.pdf>.
- FRIEDMAN, M. Milton Friedman. In BREIT, W. (Org.). *A vida de sete prêmios Nobel de Economia*. Tradução: Elcio Cerqueira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

_____; FRIEDMAN, R. *Liberdade de escolher*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Record, 1980.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

GASQUES, J. G. et al. *Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil*. Brasília: IPEA, 2004. Texto para Discussão n. 1009. Mimeografado.

GOLIN, T. *Sepé Tiaraju*. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

GOMES, P. C. da C. Geografia *fin-de-siècle*: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In CASTRO, I. E. de (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUANZIROLI, C. Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil. In LEITE, Pedro S. (Org.). *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/MDA, 2000

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAYEK, F. *Desemprego e política monetária*. Tradução: Francisco Leme. Rio de Janeiro: José Olympio/Instituto Liberal, 1985.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. Tradução: José R. Azevedo. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

JEVONS, W. S. *A teoria da Economia Política*. Tradução: Cláudia L. de Moraes. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KHATOUNIAN, C. A. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001.

KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna a crise da economia mundial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEANDRO, Z. *Depoimento (Minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. CONTAG – uma vitória dos trabalhadores rurais e da Democracia em 1963)*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1988.

LEITE, S. et al. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LÊNIN, V. Sobre a cooperação. In MARTINS, A. (Org.). *Caderno das experiências históricas da cooperação – O cooperativismo no pensamento marxista*, n. 2. São Paulo: CONCRAB, 2000.

LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1976.

MARSHALL, A. *Princípios de Economia: tratado introdutório*. Tradução: Rômulo de Almeida. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTIN, J.-Y. Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. *Terra Livre*, n. 19, 2002.

MARTINS, J. de S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, K. Trabalho cooperativo (Extrato das “Resoluções do Primeiro Congresso da A. I. T.” [Associação Internacional dos Trabalhadores]). In MARTINS, A. (Org.). *Caderno das experiências históricas da cooperação – O cooperativismo no pensamento marxista*, n. 2. São Paulo: CONCRAB, 2000.

_____. *O capital: crítica da Economia Política*. V. I, tomo 1. Tradução: Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. *O capital: crítica da Economia Política*. V. III, tomo 1. Tradução: Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Ed. Victor Civita, 1984.

_____. *As crises econômicas do capitalismo*. São Paulo: Acadêmica, 1988.

_____. *Consequências sociais do avanço tecnológico*. São Paulo: Edições Populares, 1980.

_____. Observações à margem do Programa do Partido Operário Alemão. In MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.].

_____; ENGELS, F. *A ideologia alemã (I – Feuerbach)*. Tradução: José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In LASKI, H. J. *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. Tradução: Regina de Moraes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1982.

MESZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Ir além do capital. In COGGIOLA, O. (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

MST. *Debate sobre a natureza da reforma agrária brasileira*. 2. ed. São Paulo: Setor de Formação, 2004.

_____. Plano Nacional do MST: 1989 a 2003. *Cadernos de Formação*, n. 17. São Paulo: MST, 1989.

_____. A luta continua: como se organizam os assentados. *Cadernos de Formação*, n. 10. São Paulo: MST, 1986.

_____; CONCRAB. *O agronegócio X agricultura familiar e reforma agrária*. Brasília: Secretaria da CONCRAB, 2004.

_____; CONCRAB. *O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão no acampamento*. São Paulo: CONCRAB, 2001.

_____; CONCRAB. Sistema cooperativista dos assentados. *Caderno de Cooperação Agrícola*. São Paulo: CONCRAB, 1998.

NAVARRO, Z. O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins de Carvalho). In SANTOS, B. de S. (Org.). *Produzir pra viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____; ALMEIDA, J. O 'desenvolvimento rural sustentável': uma promessa fugaz ou a possibilidade real de um outro padrão de desenvolvimento? In ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

OLIVEIRA, A. U. de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, P. de S. (Org.). *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 1998.

PAULILO, M. I. S. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In PAULILO, M. I. S.; SCHIMIDT, W. (Orgs.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

PARENTE, José V. *Reforma agrária na atualidade e perspectivas*. Brasília: CNASI, 2002.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REGIMENTO Interno da Associação Sepé Tiaraju (Anexo 3).

RIBEIRO, A. C. T. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In SOUZA, M. A. (Org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

ROCHA, O. de A. O negro e a posse da terra no Brasil. In FIALHO, F. A. (Org.). *Negros e índios no cativeiro da terra*. Rio de Janeiro: Instituto de Apoio Jurídico Popular/FASE, 1989.

ROUSSEAU, J.-J. Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução: M. de Campos. Mira-Sintra (Portugal): Publicações Europa-América, 1976.

SALVARO, G. I. *“Ainda precisamos avançar”: os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em SC*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. .

SANTOS, J. V. T. dos; et al. *Conflitos sociais agrários: relatório final do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO*. Nov. 1998. Mimeografado.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In *Território*, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999.

_____. O retorno do território. In SANTOS, M. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____; SILVEIRA, M. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SAUER, S. “A terra por uma cédula”: a reforma de mercado do Banco Mundial no Brasil. In BARROS, F. et al (Org.). *Os impactos negativos da política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial*. Rede Brasil, 2003.

SHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SILVA, J. G. da. *Tecnologia & agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In STÉDILE, J. P. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

SILVA, L. O. Notas introdutórias ao texto de F. Engels sobre a marca. *Crítica Marxista*, n. 17, 2003.

SILVA, M. M. A fumicultura em Santa Catarina: discutindo a rentabilidade à luz das implicações sociais e econômicas. In PAULILO, M. I. S.; SCHIMIDT, W. (Orgs.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. In *Território*, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999.

_____. Indagando as técnicas: um caminho para entender o território. In GONÇALVES, N. M. S. (Org.). *Os lugares do mundo: a globalização dos lugares*. Salvador: UFBA, 2000.

SOARES, A.; SAUER, S. A estratégia do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial para o campo brasileiro. In VIANA JR., A. *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Rede Brasil, 1998.

SOUZA, M. A. A. de. Apresentação. In SOUZA, M. A. (Org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SOUZA, M. L. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SUPEK, R. Apresentação. In MARX, K. *Conseqüências sociais do avanço tecnológico*. São Paulo: Edições Populares, 1980.

TAUILE, J. R.; FARIA, L. A. As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx. *Revista de Economia Política*, v. 19, n. 1 (73), jan./mar. 1999.

TSE-TUNG, M. Sobre o problema da cooperação agrícola. In MARTINS, A. (Org.). *Caderno das experiências históricas da cooperação – O cooperativismo no pensamento marxista*, n. 2. CONCRAB, 2000.

VEIGA, J. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VENDRAMINI, C. A natureza de classe dos trabalhadores sem-terra. In AUED, B. W.; PAULILO, M. I. S. (Orgs.). *Agricultura familiar*. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. Educação em Assentamentos de Santa Catarina. In PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

VILELA, S. L. *Qual a política para o campo brasileiro? (Do Banco Mundial ao Pronaf: a trajetória de um novo modelo?)*. 1997. Mimeografado. E-mail: svilela@turing.unicamp.br.

Internet

EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.). Disponível em: <http://www.icepa.com.br/publicações/diagnóstico/campos%20novos.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2004.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <http://www.icepa.com.br/publicações/diagnóstico/campos%20novos.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2004.

ICEPA (Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina). Disponível em: <http://www.icepa.com.br/publicações/diagnóstico/campos%20novos.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2004.

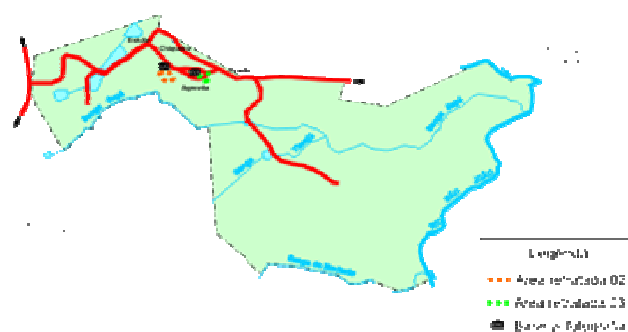
MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 10/ fev. 2004.

MT (Ministério do Trabalho)/RAIS (Relatório Anual das Informações Sociais). Disponível em: <http://www.icepa.com.br/publicações/diagnóstico/campos%20novos.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2004.

SC.GOV (Governo do Estado de Santa Catarina). Disponível em: <http://www.sc.gov.br/portalturismo/Default.asp?CodMunicipio=245&Pag=2>. Acesso em: 5 abr. 2004.

VEIGA, M. da. Disponível em: <http://www.copercampos.com.br/camposnovos/cnovos.htm>. Acesso em: 28 abr. 2004.

ANEXO 1 - FOTOS



D Escola - Foto 02



D Biblioteca - Foto 03



ANEXO 1 - FOTOS



➤ Agrovila Sepé Tiaraju - Foto 01

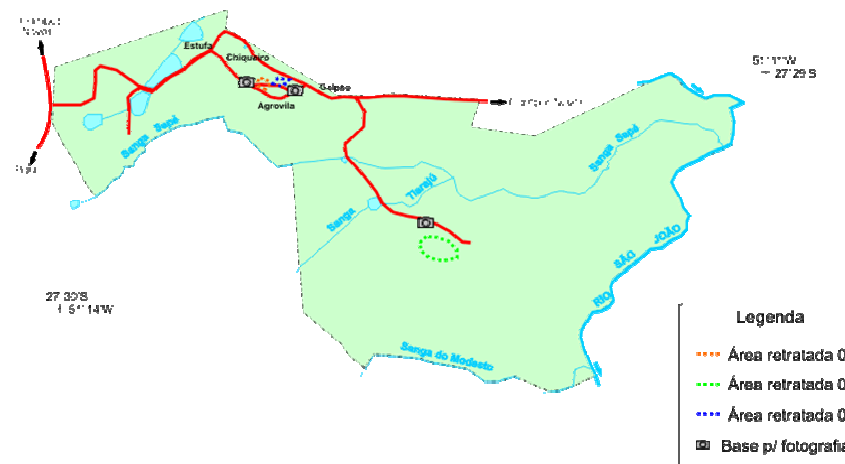


ANEXO 1 - FOTOS

➤ Ciranda infantil - Foto 04



➤ Lagoa - Foto 05



➤ Diversão - Foto 06

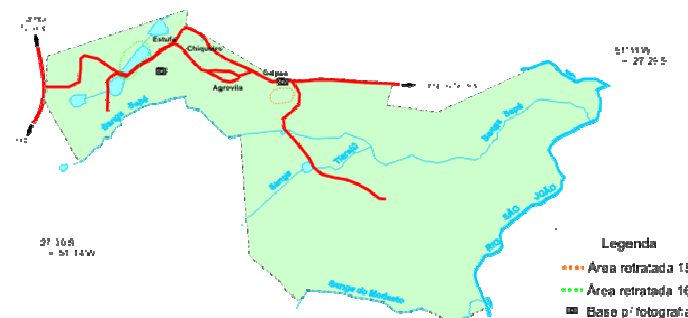


ANEXO 1 - FOTOS

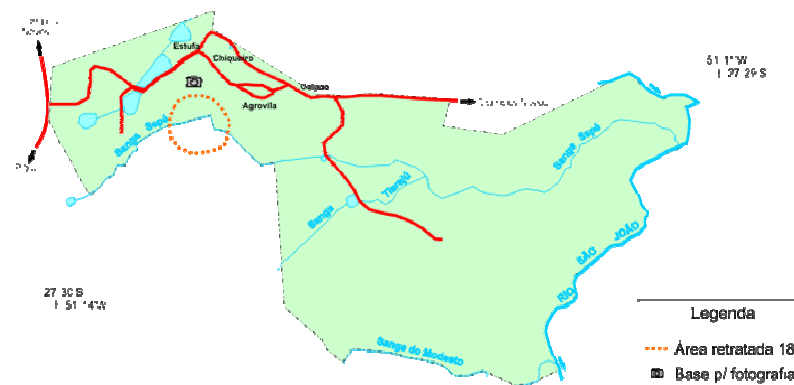
➤ Instalações para Gado Leiteiro e Suínos - Foto 15



➤ Vista anterior do morro da cisterna - Foto 16



ANEXO 1 - FOTOS



➤ Reflorestamento e limite do Assentamento - Foto 18



ANEXO 02 ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO SEPÉ TIARAJU

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVO

Art. 1 – Denominação – ASSOCIAÇÃO. É instituída a Associação dos Agricultores Rurais Sem Terra do Assentamento Sepé Tiaraju – Campos novos – SC.

Parágrafo único – A Associação surgiu da necessidade de construir uma convivência social que tenha presente os valores da solidariedade, do companheirismo, do respeito ao coletivo e tenha presente a importância de se viver coletivamente. Foi um movimento espontâneo entre os integrantes deste assentamento.

Art. 2 – A Associação é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e Fórum no município de Campos Novos – SC.

Parágrafo 1 – Constituem bens da Associação uma área de terra de 379 há - trezentos e setenta e nove hectares – localizado no município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, todas as benfeitorias de uso coletivo, como infra-estrutura social e outros bens que venham a ser adquiridos. A compra e venda de qualquer imóvel, deste coletivo, só se dará através da Associação.

Parágrafo 2 – A área é toda coletiva. Não será permitido a divisão de lotes e arrendamento. As riquezas naturais e a produção da terra, seu uso e utilização é de forma coletiva.

Parágrafo 3 – Opção pela AGROECOLOGIA. A Agroecologia visa não somente à produção, mas também ao uso adequado dos recursos naturais, à valorização da cultura e sabedorias populares, à relação solidária entre produtores e consumidores. A Agroecologia pressupõe uma nova maneira de fazer agricultura, onde existe cooperação entre os agricultores, beneficiamento da produção – agregação de valores - comercialização de forma mais direta possível e desenvolvimento local – Assentamento, Município e região.

Parágrafo 4 – A Associação garante a liberação de militantes conforme a solicitação da organização à qual fazemos parte. O coletivo é que discute a possibilidade ou não da liberação.

Art. 3 - OBJETIVOS

1 – Dar qualidade de vida aos participantes deste coletivo, onde não haja explorados e exploradores, onde o trabalho seja valorizado.

2 – Organizar as atividades de cooperação que ajudem na produção e comercialização, através da exploração da área de forma coletiva.

3 - Provar a viabilidade política, social e econômica do coletivo.

4 – Garantir a formação política e profissional de todas as pessoas participantes do coletivo, seja formação interna ou externa.

5 – Garantir a continuidade do projeto agroecológico.

6 – Promover o desenvolvimento comunitário através de projetos, obras e melhoramento com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo.

Art. 4 – A Associação será dirigida pelos seguintes órgãos; I – Assembléia Geral; II – Diretoria Executiva; III – Conselho Fiscal.

Parágrafo único – O exercício de qualquer das funções requeridas para o funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não serão remunerados.

CAPÍTULO II

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 5 – A Assembléia Geral é o órgão máximo da Associação, constituída por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos.

Parágrafo único – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinária ou extraordinariamente, por convocação da Diretoria Executiva, ou mediante requerimento de 1/3 dos associados.

Art. 6 – Realizar-se-á uma assembléia geral ordinária, anualmente, que deliberará sobre os seguintes assuntos;

- 1 – Prestação de contas anual
- 2 – Destinação dos fundos e sobras, e ou prejuízos.
- 3 – Avaliação das atividades em geral.
- 4 – Outros assuntos de interesse da sociedade.

Art. 7 – Realizar-se-á sempre que necessário assembléia geral extraordinária, que poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse de sociedade, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 8 – As assembléias gerais extraordinárias serão convocadas mediante aviso público de fácil acesso aos associados com um prazo mínimo de 10 dias de antecedência, por uma das seguintes formas;

- A – Pela diretoria
- B – Pelo conselho fiscal
- C – Por abaixo-assinado com 35 dos associados

Art. 9 – Todas as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, e no caso de assembléias gerais extraordinárias, ou mudança de estatutos, por 2/3 dos presentes.

Art. 10 – Compete a assembléia geral a decisão sobre a venda de bens móveis e imóveis da sociedade.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 11 – A Diretoria Executiva é composta de um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de dois anos, podendo ser reeleita.

Art. 12 – A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, uma vez pôr mês, por convocação do presidente e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem.

Parágrafo único – As decisões da diretoria executiva serão tomadas por maioria simples.

Art. 13 – Compete a diretoria executiva;

- Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto, regulamento interno e outros regulamentos aprovados;
- Acolher quaisquer reclamações dos associados;
- Executar o plano de desenvolvimento da associação da comunidade;
- Encaminhar relatórios anuais das atividades desenvolvidas na associação;
- Convocar a assembléia geral
- Encaminhar e zelar coletivamente por todos os rumos e atividades da associação.

Art. 14 – Compete ao presidente da associação;

- Representar social, política e judicialmente a associação;
- Assinar cheques e movimentar as contas financeiramente em conjunto com o tesoureiro e secretário

Art. 15 – Compete ao vice-presidente;

- Substituir ao presidente em caso de impedimento deste.

Art. 16 – Compete ao Secretário;

- Zelar pelos livros e atos administrativos da associação
- Organizar e dirigir todos os assuntos da secretaria da associação;
- Assinar cheque e movimentar as contas financeiras em conjunto com o tesoureiro e o presidente
- Assinar, com o presidente, os documentos da associação

Art. 17 – Compete ao tesoureiro;

- Zelar pela ordem financeira e contábil da associação, e movimentar as contas bancárias e recursos em conjunto com o presidente e secretário.
- Responder pela guarda dos valores e títulos da associação
- Assinar com o presidente e o secretário, balancetes mensais, balanços e contratos de empréstimos;
- Substituir o secretário em suas ausências ou impedimentos

CAPÍTULO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 18 – O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembléia Geral anualmente.

Art. 19 – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vês por mês e elegerá, dentre seus membros, o seu presidente.

Art. 20 – Compete ao Conselho Fiscal;

- Estabelecer uma sistemática de trabalho que permita a fiscalização permanente das contas e atividades da Associação.
- Apresentar relatório e parecer na assembléia geral ordinária de cada ano, ou quando for solicitado pelos associados;
- Verificar se os livros contábeis e fiscais, exigidos pela legislação específica, estão sendo utilizados em zelo e bem guardados;
- Realizar outras atividades que a Assembléia Geral definir.

CAPÍTULO IV

DOS SÓCIOS

Art. 21 – Serão sócios da Associação todos aqueles que atenderem aos seguintes requisitos;

- manifestarem seu desejo de vincular-se a Associação;
- após um período de estágio, tenham seu pedido de inscrição aprovado pela Assembléia Geral;
- provar efetivamente o desejo de concretizar o Projeto de Assentamento do Assentamento Sepé Tiaraju.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

Art. 22 – Os sócios em pleno gozo das regalias que lhes asseguram este estatuto, tem os seguintes direitos;

- concorrer a qualquer cargo eletivo da sociedade;
- usufruir de todos os serviços oferecidos pela associação
- recorrer de qualquer decisão da diretoria executiva;
- oferecer sugestões;
- requerer a convocação da Assembléia Geral em caráter extraordinário

Art. 23 – Os sócios tem as seguintes obrigações;

- cumprir o estatuto, o regulamento interno e as disposições da associação
- exercer os cargos para os quais foram eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados;
- colaborar com as iniciativas da Associação

CAPÍTULO VI

DAS ELEIÇÕES

Art. 24 – A eleição para membros da diretoria executiva e do conselho fiscal dar-se-á por votação direta e secreta ou por aclamação.

Art. 25 – As eleições serão realizadas durante a assembléia geral ordinária que coincide com o final da gestão de dois anos.

Art. 26 – Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos sócios presentes às eleições.

CAPÍTULO VII

DO PATRIMONIO

Art. 27 – Os recursos da Associação são constituídos de;

- produtos resultantes de vendas de bens gerados pelo trabalho dos sócios;
- doações e subvenções, públicas ou privadas;
- receitas

Art. 28 – A Associação promoverá convênios com outras entidades, cooperativas ou organismos públicos para melhor consecução dos seus objetivos

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 – A sociedade poderá dissolver-se, por deliberação da assembléia geral extraordinária convocada para esse fim, e com a deliberação de 2/3 dos presentes, que devem representar no mínimo 2/3 dos associados em dia com suas obrigações.

Art. 30 – A Associação apoiará e atuará de forma efetiva nas iniciativas relacionadas com a promoção e realização da REFORMA AGRÁRIA

Art. 31 – O presente ESTATUTO entra em vigor imediatamente após sua aprovação em Assembléia Geral de Fundação

Art. 32 – Em anexo está o REGIMENTO INTERNO do coletivo SEPE TIARAJU

REFORMA AGRÁRIA

POR UM BRASIL SEM LATIFÚNDIO

ANEXO 03 REGIMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO SEPÉ TIARAJU

Vivemos em uma sociedade onde os valores da solidariedade, do companheirismo, do respeito ao coletivo foram adormecidas na prática cotidiana do ser humano. Quanto coletivo com princípios socialista deve ter a capacidade de recuperar em cada ser humano estes valores para construir uma convivência social que tenha presente a importância de se viver coletivamente.

OBJETIVOS

- a) O coletivo é responsável pela sua organização interna se opondo a estrutura capitalista existente.
- b) O coletivo deve fortalecer o espírito de entre ajuda resgatando a solidariedade entre os membros (as).
- c) Construir a identidade de ser Sem Terra participando ativamente na luta dos trabalhadores (as).
- d) Ajudar as pessoas a superar os problemas enfrentados pessoalmente.
- e) Provar a viabilidade política, social e econômica do coletivo
- f) Garantir a formação política e profissional de todas as pessoas participantes do coletivo, seja formação interna ou externa.
- g) Deve-se criar a possibilidade que todos(as) tenham espaços de convívio familiar sem interferir na vida ativa do coletivo.
- h) Todos os investimentos e planejamentos da força de trabalho e a produção, devem ser bem feitos.
- i) Todos devem zelar para o cuidado do patrimônio bem como o bom funcionamento do mesmo
- j) O coletivo deve garantir que todos (as) sejam responsáveis para o bom funcionamento e avanço do coletivo

NORMAS

- 1) A terra do assentamento Sepé Tiaraju é um bem comum pertencente à luta dos (as) trabalhadoras (es) Sem Terra, portanto fica estabelecido que sua utilização será de forma coletiva pelas famílias cadastradas e pertencentes neste assentamento, em hipóteses alguma não há precedentes para que seja medido ou usado partes de forma individual.
- 2) As riquezas naturais e a produção da terra, seu uso e utilização é de forma coletiva
- 3) Os investimentos são planejados e executados coletivamente
- 4) A produção deve ser feita com menos custo possível, inclusive sem a utilização de agrotóxicos.
- 5) A comercialização da produção será feita de forma coletiva.

- 6) É a partir do trabalho que se gera o lucro e capital e que também se desenvolve a consciência do ser humano, portanto é dever de todos (as) cumprir com sua função no trabalho conforme normas estabelecidas pelo coletivo.
- 7) Todas as pessoas com capacidade de trabalho devem cumprir seu tempo integral no trabalho. Trabalho este que o coletivo definir, todas (os) terão direito ao trabalho. Caso não cumprir o trabalho sem avisar com antecedência perderá as horas feitas anteriormente.
- 8) Todos os acertos econômicos funcionam por hora de trabalho, sendo que deverá ser levado em conta o preço da produção gerada internamente.
- 9) Os pagamentos das horas trabalhadas serão feitas de acordo com o dinheiro disponível.
- 10) Os horários de ir para o trabalho bem como o retorno para casa é flexível desde que se cumpra o tempo definido pelo coletivo em reuniões de assembléias.
- 11) A carga horária pode ser flexível:
HOMENS – no verão 8 horas e no inverno 7 horas
MULHERES – 3 horas
Se não chegar no horário determinado pelo coletivo perderá as horas do meio-dia anterior, sendo que tem 10 minutos de tolerância.
- 12) Os membros do grupo vinculados à produção terá 2 dias úteis por mês para resolver negócios pessoais. Isto fora do assentamento. Para isto terá que ter autorização do líder de núcleo de base , do coordenador de setor produtivo em que faz parte sendo que o mesmo deva levar em conta a situação do trabalho do momento, estes dias não serão contados como horas trabalhadas.
- 13) Os dias serão para resolver negócios particulares, os quais não podem ser no final do mês e no início do outro de forma consecutiva.
- 14) Fica estabelecido que todos os membros (as) do coletivo que estão vinculados à produção terão 15 dias de folga no final do ano, podendo ser divididas em duas partes, considerando o momento atual de trabalho que deverá ser planejado pelo coletivo, não será contado como trabalho.
- 15) Os adolescentes de treze a quatorze anos receberão 40% do valor das horas trabalhadas da renda e da subsistência. De quinze a dezesseis anos receberão 75% . De dezesseis anos a cima receberá 100% .
OBS. Mediante autorização dos pais para poder trabalhar.
- 16) As pessoas aposentadas, o dinheiro da aposentadoria ficará tudo para uso pessoal do aposentado (a). Se puder trabalhar receberá de acordo com o seu trabalho.

17) Em caso de cadastrados (as) terem pais dependentes poderá morar no grupo desde que participe da vida social do grupo e não atravanque a organização interna . O grupo não se responsabilizará financeiramente em casos de enfermidade.

18) Os problemas de saúde de membros (as) do grupo que tiverem gastos financeiros que o paciente não tiver recursos próprios o coletivo encaminhará a garantia e posterior condições de acerto.

19) Doenças: problemas de saúde que não precisam internamento, somente repouso a pessoa não ganhará como horas de trabalho e também não contará como dias particulares. Á partir de dois dias de repouso se não melhorar encaminhar para o médico. Doenças graves: será discutido caso a caso.

OBS: Em repouso deve-se comunicar a comissão de saúde que vai avaliar e dar seus devidos encaminhamentos.

20) O grupo garante a liberação de militantes conforme a solicitação da organização á qual fazemos parte. As liberações serão discutidas a sua possibilidade ou não com o coletivo

21) Integrantes do grupo que forem liberados para trabalhos organizativos, receberão as horas trabalhadas no coletivo.

22) Todas as pessoas devem estar vinculadas em setores e núcleos de base.

23) É dever de todos os setores: discutir, encaminhar e garantir o bom funcionamento dos mesmos, executando os encaminhamentos que foram dados.

24) Poderá ser substituído qualquer componente dos setores quando houver necessidade mediante avaliação junto com os setores e a Comissão Diretora que será feita de 6 em 6 meses entre os membros do setor bem como das atividades.

25) Em caso de recebimentos de visitas, parentes ou pessoas conhecidas, será considerada como visita por dois dias, após disto a família que tiver os visitantes terá que retomar as atividades normais do coletivo.

26) As liberações de pessoas para tarefas e cursos de formação da organização terá 100% dos ganhos de renda e subsistência.

27) Os bens materiais que forem adquiridos pelo trabalho durante a vida pessoal de membros do grupo, são questões pessoais, que merecem suas indenizações, portanto o coletivo adquire a partir de condições e acordos do acerto.

- 28) O patrimônio do coletivo pertence a todos (as) os membros (as) do grupo, e sua utilização deve estar em benefício de todas (os). Caso haja danos por qualquer membro ou membra do grupo em qualquer objeto relacionado ao patrimônio do coletivo, que seja comprovado como descuido será discutido, avaliado e encaminhado para posterior condições de acerto
- 29) No caso de irmão ou irmã do cadastrado(a), não tiver outra alternativa e for necessário morar no assentamento Sepé Tiaraju por um ano é permitido para adquirir experiência desde que se discuta no grupo a possibilidade ou não conforme os casos. E as pessoas que vierem cumprir com atas e regimentos e outras normas que venham ser discutidas
- OBS: Poderá participar e opinar nas decisões nos núcleos, e somente nas assembléias que não poderá votar
- 30) É dever de todos os membros (as) e integrantes do grupo, atividades da produção e organização terem um bom relacionamento saudável de companheiro para companheiro, nos setores, coordenação e núcleos, para assim podermos se ajudar a superar nossos erros e dificuldades.
- 31) É compromisso de todos os casais, manter um bom relacionamento conjugal (entre a família), para fortalecer ainda mais a organização.
- 32) Não será permitida a criação de animais particulares, por qualquer membro do grupo.
- 33) Não será permitida a caça por pessoas externas ao assentamento, na área do assentamento.
- 34) Todos os membros (as) do assentamento Sepé Tiaraju não podem caçar nos limites internos e externos da área, inclusive não é permitido cachorro de caça. Caso houver necessidade será discutido e encaminhado.
- 35) Quando qualquer membro (a) do grupo decidir desistir por qualquer motivo, poderá se retirar livremente sendo que a terra é inegociável, portanto não poderá ser vendida pelo desistente perdendo assim o direito de posse.
- 36) O desistente só terá direito de receber as horas trabalhadas, desde que se discuta as dívidas internas que o desistente tem com o grupo.
- 37) As vagas serão preenchidas por pessoas definidas pelo coletivo
- 38) Em casos de possíveis desvios econômicos, políticos, ideológicos, éticos e morais, e a má utilização do patrimônio do coletivo, por qualquer membro (a) do grupo fica a cargo da Comissão Diretora e Conselho Social, avaliar e averiguar o caso e levar ao conhecimento do coletivo que estabelecerá punições.

- O não cumprimento das normas estabelecidas neste regimento, ou possíveis problemas que causem danos de ordem econômica, política ou moral poderá ter punição, conforme a gravidade do problema, o qual será discutido pela Comissão Diretora e Conselho Social que levará para o conhecimento do coletivo que estabelecerá se for punido ou não.
- As punições deverão ser revertidas em trabalhos práticos, que serão estabelecidas pelo coletivo.
- Em caso de extrema gravidade, se for expulso sairá sem o direito a nada.
- Casos omissos a este regimento, casos não relacionados a esse regimento serão discutidos, disciplinados e regulamentados em assembléia geral.

PRAZO DE VALIDADE:

Este Regimento poderá sofrer mudanças de acordo com a necessidade do coletivo, á partir de um (1) ano de duração, desta data.

ANEXO 04 PRODUTO SÍNTESE DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO PARA OS ASSENTAMENTOS DE SANTA CATARINA

Breve Histórico: A partir das eleições do governo Lula, criou-se toda uma expectativa de realização da Reforma Agrária, e de viabilização dos Assentamentos da Reforma Agrária, com uma política de governo séria que tivesse a uma inversão de prioridades buscando a inclusão de milhões de camponeses com uma distribuição de terra e de renda, principalmente no campo.

No estado de Santa Catarina se dá início todo um processo para a recuperação dos assentamentos e na tentativa de viabilização dos mesmos, onde se discute em todas as regiões o processo de moralização dos assentamentos, o papel do INCRA e das organizações dos assentados e inicia-se a discussão das estratégias de desenvolvimento para os assentamentos a partir dos mesmos nos núcleos de famílias. As estratégias das regiões onde se desenvolvem seis seminários regionais, e a estratégia para os assentamentos de Santa Catarina definidas a partir do Seminário Estadual.

Este documento é síntese de todo este trabalho, que foi amplamente debatido por mais de um ano e meio, e tem como objetivo ser o orientador das ações tanto das organizações dos assentados como das políticas governamentais.

Envolveram-se nestas discussões os assentados e suas organizações, o MST como um todo, o INCRA, a EPAGRI, o ICEPA e a EMBRAPA.

Apresentação: Este trabalho traz presente um momento de contextualização da agricultura brasileira, principalmente a que envolve a agricultura camponesa ou familiar.

Faz uma reflexão do modelo de desenvolvimento adotado na agricultura. Aponta para que rumos devemos seguir na tentativa de viabilização de um novo modelo de desenvolvimento.

Define as estratégias para os assentamentos de Santa Catarina a médio e longo prazo. Como não se trata de algo pronto, e sim vivemos e comungamos da dialética que as coisas estão em constante movimento, e não são estáticas, as linhas estratégicas definidas podem ser as mais corretas no momento, mas poderão deixar de ser em outra conjuntura mais ou menos favorável.

Contextualização:

A agricultura brasileira tem passado por um processo de grandes transformações, por um lado se elevou a produção e a produtividade agropecuária, elevando a concentração de terra, e da renda e por outro lado provocou a exclusão de milhões de famílias no campo levando ao êxodo rural ou uma vivência de miséria no campo.

Este processo se deu :

1º- Pela necessidade do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil de deslocar mão-de-obra do campo para a cidade servir de força de trabalho na industrialização do Brasil;

2º- Pela necessidade da produção de alimentos baratos para justificar os baixos salários nas cidades;

3º- Para a criação no campo brasileiro de consumidores, dos produtos industriais (máquinas, equipamentos, insumos para a agricultura e outros bens produzidos pela indústria.

Todo este processo teve a mão do estado para a sua implantação, pela política agrícola adotado pela assistência técnica formada e orientada para reproduzir o pacote, e pelos órgãos de pesquisa que dirigiam para este modelo.

Resultado deste processo foi o endividamento de muitos agricultores, levando a perda de suas terras, aumento da dependência externa tanto dos bancos, dos insumos das agropecuárias, das empresas de pesquisa ou de extensão rural. Levou a uma perda da identidade e da cultura camponesa, tornando agricultores autônomos em dependentes do mercado. Tão grave foi este processo que se tirou as características do camponês que era de produzir alimentos, iniciando pelos alimentos que o próprio consumia na sua propriedade. Destrói-se a relação do agricultor com a terra e com o conjunto da natureza, onde tinha-se o cuidado com a mesma, e conhecia-se os ciclos da mesma e as diferentes relações que se fazia com o clima, com a lua, e com as plantas e animais.

A terra deixa de ser mãe, fonte de vida para ser meramente substrato perdendo a sua principal característica de ser um meio de vida de milhões de pequenos organismos, de micro e macronutrientes.

Se perde a cultura do campo como atividades culturais, a culinária, os valores estão presentes no meio camponês, e se adota a cultura urbana e se destrói uma série de relações praticadas nos diferentes locais.

Esta dependência e este acultramento se dão em proporções gigantescas e atingem também os nossos assentamentos. Nós também ficamos reféns do crédito, das políticas governamentais e também reproduzimos por muito tempo o mesmo modelo que é excludente, também não conseguimos organizar a nossa auto-sustentação, também compramos alimentos e insumos externos para fazermos a nossa lavoura.

Diante disto não podemos dizer que toda a tecnologia é negativa, que não exista alternativas e que não tenha coisas no atual modelo que possamos aproveitar, o que temos de ter a maturidade para selecionar e saber o que nos serve e utilizar para o desenvolvimento dentro de uma nova lógica que preserve o meio ambiente, que gere renda e melhore as condições de vida de todas as famílias assentadas e dos pequenos agricultores em geral.

O estado brasileiro é responsável por esta situação existente no campo, uns exageradamente ricos, poderosos com muita terra, e outros desgraçadamente pobres ou miseráveis, por isto também é de responsabilidade do estado contribuir e destinar políticas e recursos públicos para a viabilização de um novo modelo que não seja tão excludente e que se priorize os mais necessitados.

Elementos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma Agrária do Brasil

Elementos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável dos assentamentos

Procuramos listar a seguir os elementos centrais para uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável dos assentamentos de reforma agrária:

Mudança do modelo agrícola

O elemento central para a possibilidade de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para os assentamentos pressupõe o enfrentamento ao modelo agrícola dominante. Esse modelo é inadequado para os pequenos agricultores e assentados, promovendo a concentração de renda e riqueza, destruindo o meio ambiente e comprometendo o futuro da humanidade, seja pela contaminação química e genética que promove, seja pela erosão genética e destruição do ambiente e redução da biodiversidade.

A mudança do modelo agrícola pressupõe mudanças amplas na política econômica e social para todo o país, e não apenas uma mudança localizada na agricultura. Portanto, não deve ser vista apenas como fruto de uma ação concreta do MST junto aos assentamentos, mas com certeza tem muito a ver com a nossa prática do dia a dia.

Para o novo modelo ser construído, é essencial que sejam mudadas as políticas públicas para a agricultura. E para alcançar essas mudanças somente com alteração na correlação de forças das classes sociais no campo em particular, e na sociedade como um todo. Como esse cenário não está claro no horizonte, seguimos pressionados por duas necessidades básicas: de um lado a busca para sobreviver à ofensiva do capitalismo em sua forma avançada no campo, representado pelo agronegócio, e de outro a necessidade de criar ensaios sobre como poderia ser o novo modelo para a agricultura em seus diversos componentes (tecnológicos, organizativos, jurídicos, econômicos, etc.)

Os pontos seguintes compõem em parte os elementos para o novo modelo agrícola e em parte opções de como podemos avançar no momento atual em vista de nossa estratégia de resistência e superação.

1. Mudança no modelo tecnológico e produtivo

1.1 Concepção

O atual modelo tecnológico empregado na agricultura brasileira é altamente produtivo em seus segmentos de ponta (soja, cana, laranja, avicultura,...), porém se embasa em uma dinâmica de destruição dos solos; contaminação de águas, animais silvestres e pessoas; devastação de florestas; concentração da terra e da renda; aumento da exclusão social (pobreza e desemprego); erosão genética (perda da biodiversidade e destruição de base genética nativa dos cultivos); É um modelo insustentável a longo prazo e, gera ganhos econômicos imediatos, apenas porque não se inclui na contabilidade o passivo ambiental gerado, o qual terá de ser reposto pelas futuras gerações.

Há porém uma parcela desse passivo que jamais poderá ser reconstituído, uma vez que afeta a teia da biodiversidade, reduz o número de espécies existentes, e destrói solos que levaram milhões de anos para ser formados. Além disso introduz na natureza elementos que demoram milhares de anos para desaparecer como é o caso de significativa parcela dos agrotóxicos (a exemplo dos POP's⁴³) ou dos quais não se tem claras as inter-relações resultantes em termos de saúde humana e efeitos sobre a biodiversidade, como é o caso dos transgênicos.

Afora os aspectos acima citados, o atual modelo agrícola gera excedentes exportáveis à custa de produzir exclusão social, expulsando trabalhadores rurais, concentrando a riqueza e a terra nas mãos dos latifundiários. E para o conjunto da sociedade procura ocultar – através de alianças políticas espúrias - as imensas áreas improdutivas utilizadas como especulação e reserva de valor, em grande medida áreas públicas que foram imoral e/ou ilegalmente apossadas pelos latifundiários.

Um novo modelo tecnológico para a agricultura leva em conta os princípios da agroecologia, da preservação ambiental, do desenvolvimento de tecnologias adequadas e adaptadas à dinâmica produtiva de pequenas e médias unidades produtivas, da adequação aos biomas e aos micro-ambientes agrícolas, etc.

Essa nova matriz tecnológica a fim de atingir os objetivos de nossa estratégia de resistência deve contemplar os seguintes aspectos:

- (a) redução do nível de riscos a que o agricultor está submetido, sejam estes riscos à saúde, ao meio ambiente, riscos de perdas econômicas, etc. A minimização de riscos pode se dar de forma indireta, como p. ex. a redução das dívidas a que o agricultor estará exposto em caso de quebras de safra, do volume de capital necessário, portanto;
- (b) redução da dependência externa e, portanto, elevação do grau de autonomia para poder garantir níveis mínimos de produção, independente do acesso a crédito governamental. Essa questão permite enfrentar o problema que aparece hoje da dependência quase que total de grande parte dos assentados, dos créditos para custeio de safra, direcionados quase que totalmente para insumos comprados externamente à propriedade e controlados pelas empresas agroquímicas;
- (c) Melhoria da capacidade de resistência econômica via a busca de redução de custos de produção, pela utilização de insumos alternativos e/ou produzidos dentro da propriedade ou por outros agricultores (mediados por relações de troca solidárias);

⁴³ Poluentes Orgânicos Persistentes – derivados químicos que tem elevada permanência no ambiente. Exemplo: pesticidas organo-clorados que tem persistência de milhares de anos e já foram encontrados na gordura dos pinguins do polo sul (sendo que nunca foram aplicados lá).

- (d) Perspectiva de enfrentamento político e ideológico com o modelo capitalista e com o controle pelas grandes empresas das sementes e insumos chaves de produção.

Dentro dessa linha estratégica devemos atuar na implementação de uma série de atividades como a implantação da agroecologia nos sistemas produtivos dos assentados, a campanha de sementes, a rede de pesquisa em agroecologia, etc.

1.2 Implantação de sistemas agroecológicos de produção nos assentamentos

É preciso começar a implantar desde já, nas unidades produtivas dos assentamentos, sistemas produtivos agroecológicos, que assegurem a sustentabilidade dos sistemas produtivos em bases de respeito à cultura histórica dos camponeses, ao resgate e fomento da biodiversidade.

A implantação da agroecologia pode inicialmente partir de esquemas simples de conversão via a substituição de insumos, partindo posteriormente para etapas mais avançadas e complexas, uma vez obtida a recuperação da fertilidade e sustentabilidade orgânica dos solos e a recomposição da biodiversidade, ainda que, num primeiro momento, em nível de unidades produtivas isoladas, expandindo-se gradativamente. O importante é multiplicar experiências e acumular conhecimentos adequados à nossa realidade.

1.3 Promoção da Agrobiodiversidade (Campanha de sementes e nacionalização da Bionatur)

A promoção da agrobiodiversidade é fundamental em uma estratégia de produção duradoura. A agrobiodiversidade enfoca o incremento na variabilidade genética presente nos cultivos agrícolas, em oposição à homogeneização genética promovida pelo agronegócio. Ocorre que, há sérios limites técnicos, caso nossa estratégia não leve em conta que, seria insuficiente alterar apenas os aspectos externos do modelo tecnológico, sem interferir no sentido que foi dado ao melhoramento genético na agricultura convencional. Ou seja, a pressão de seleção de variedades ao longo de décadas procurou levar em conta a obtenção do máximo rendimento dos cultivos/criações com base na otimização do fornecimento de insumos e na homogeneização do ambiente.

Ocorre que essas condições não estão presentes na realidade dos pequenos agricultores e assentados. E tampouco desejamos que estejam, uma vez que não se sustentariam ao longo do tempo. Portanto, a busca de processos autônomos de melhoramento genético, voltado à resistência a estresses bióticos ou abióticos e a adequação das variedades à diversidade de condições de solos e clima em nosso país, afora os aspectos culturais envolvidos no processo produtivo, é condição essencial para a implantação de um novo modelo produtivo que respeite os agricultores, os consumidores, e o meio ambiente.

Afora isso, em muitos locais, o primeiro passo para sensibilizar a companheirada para a conversão agroecológica se dá via inserção na campanha de sementes. Essa iniciativa já se encontra bastante estruturada em termos de concepção e o desafio atual é de implementarmos os bancos de sementes e campos de experimentação participativos em todos os estados. As sementes além de uma carga simbólica em nossa luta, também têm importância estratégica para a autonomia dos agricultores e da nação.

Nessa direção, assume importância estratégica a nacionalização da marca Bionatur em vista da potencialização de sua utilização, seja como fonte de recursos para o processo de pesquisa e adaptação de cultivares, seja como ferramenta no enfrentamento técnico científico e ideológico frente às multinacionais de sementes.

1.4 Internalização da pesquisa em agroecologia – Constituição da Rede de Pesquisa Tecnológica em Agroecologia

Na medida em que o MST opta por desenvolver um novo modelo tecnológico e produtivo para os assentamentos, e que milhares de famílias em todo o país se empenham em produzir de forma agroecológica, começam a aparecer uma série de gargalos tecnológicos⁴⁴. A produção orgânica não implica em uma volta ao passado, em abandonar pura e simplesmente a utilização de venenos, adubos solúveis e antibióticos ou hormônios.

Na verdade ela exige uma postura muito mais ativa dos agricultores e técnicos para aprender com a natureza, para desenvolver novas técnicas, para incorporar novos métodos de observação, aprendizagem e testagem de produtos e processos. Exige também paciência e trabalho continuado de recuperação da fertilidade, para lidar com os imprevistos e aprender com os percalços do caminho.

Na medida em que não encontramos respostas adequadas e suficientes a essas questões nas empresas de assistência técnica e nas instituições de pesquisa tradicional (Embrapa, institutos estaduais e universidades). Na medida em que enfrentamos ceticismo e má vontade de muitos pesquisadores, além da escassez de recursos para direcionar à pesquisa em agroecologia, tomamos a decisão política de que o MST deve assumir a questão da pesquisa tecnológica em agroecologia como uma questão estratégica em vista do rumo escolhido como modelo tecnológico para os assentamentos.

É com base também em nossa experiência e nas deficiências encontradas na participação conjunta em diversas ONGs da área ambiental que decidimos internalizar o processo de pesquisa tecnológica em agroecologia. Acreditamos ser essa uma iniciativa se não pioneira, de importância fundamental no cenário de luta pela massificação de um modelo produtivo que prima pelo respeito à natureza, pela necessidade de adequação das técnicas e processos à realidade cultural dos agricultores e à diversidade de cada bioma e a cada micro realidade.

A concepção que trabalhamos é de uma rede de centros de pesquisa, que coordenarão um esforço e uma agenda nacional integrada de pesquisas, porém ancorada em buscar respostas às demandas locais de tecnologia, em parceria com instituições públicas e ONGs. Cada centro de pesquisa articula grupos de agricultores-pesquisadores e técnicos-pesquisadores. Os alunos dos cursos técnicos participam de atividades de pesquisa desde o início de seu processo formativo. Os experimentos se localizam não apenas nas instalações dos centros, mas fundamentalmente em unidades dentro dos assentamentos, acompanhadas diretamente pelos agricultores como sujeitos e beneficiários diretos das pesquisas.

⁴⁴ Os gargalos tecnológicos se referem a dificuldades ou impedimentos pontuais à produção agroecológica. Como exemplo podemos citar: (a) o domínio de formas de controle de pragas e doenças que surgem nos cultivos e criações; (b) o manejo de ervas invasoras/competidoras (os inços ou ervas “daninhas”); (c) a falta de variedades adaptadas às condições das diversas regiões; etc. Contudo, também nos referimos a questões como certificação, abertura de mercados e estratégias de agregação de valor via processamento dos produtos, que se constituem em desafios crescentes, uma vez cresce a produção agroecológica.

Assim teremos uma visão integrada de três processos: a qualificação técnica dos agricultores; a formação de técnicos de “pés-no-chão” e; a constituição de uma rede de pesquisa em agroecologia.

Um objetivo estratégico a ser construído nessa frente é a elaboração de estratégias produtivas agroecológicas, que se materializem em *Sistemas Produtivos Agroecológicos Complexos*, os quais se constituem em arranjos de cultivo de plantas e criação de espécies animais, dentro de sistemas de alta complexidade, de forma a estabelecer passos metodológicos seqüenciais e uma combinação de técnicas produtivas agroecológicas que possibilitem atingir estágios próximos ao clímax ecológico em condições de produtividade física média a elevada, e com capacidade de sustentabilidade quanto aos aspectos sócio-econômicos. Esses sistemas, na forma como vislumbramos hoje seriam aplicações específicas dos SAFs (sistemas agroflorestais), SASPs (sistemas agro-silvo-pastoris), ou SPs (sistemas permaculturais) adaptados às diversas realidades locais onde temos concentrações de assentamentos e suficiente capacidade organizativa.

1.5 Implantação de nova matriz produtiva nos assentamentos

O conceito de *matriz produtiva* refere-se ao conjunto de elementos que se utiliza em determinado processo produtivo, envolvendo a tecnologia empregada (matriz ou modelo tecnológico), as relações de trabalho estabelecidas, e os possíveis arranjos de quais atividades agropecuárias podem ser desenvolvidas (tipos de lavouras, criações, ou culturas permanentes que se pode implantar em determinada região, levando-se em conta aspectos ambientais e mercadológicos).

Esse aspecto nos remete a repensar toda a **matriz produtiva** existente nos assentamentos. Esse modelo se enraizou no imaginário, nos desejos dos agricultores. É preciso reorientar o modelo de produção combatendo o modelo tradicional de produção historicamente utilizado pelo latifúndio e empresas agroindustriais. Muitos assentados adotam o modelo de produção da monocultura com alta tecnologia - poupadora de mão de obra - e pesada utilização de insumos industriais. Esse modelo serve para as grandes extensões de terra e para quem dispõe de capital abundante. Para os pequenos representa um erro, que em geral custa caro: a inviabilização em ritmo acelerado, da unidade produtiva.

Desenvolvemos abaixo um exercício de desdobramento do que poderia se constituir numa estratégia de resistência para os assentamentos, de forma geral. A aplicação desses conceitos em cada realidade concreta (em cada assentamento, a partir das condições que a realidade objetiva coloca) exige a pesquisa e experimentação.

.concepção modular de projetos em vista da estratégia – os projetos de investimento (seja Pronaf A ou outros programas que se consiga conquistar) devem ser pensados em uma concepção modular, ou seja, devem ser previstos recursos para assegurar uma certa diversificação das linhas produtivas em que serão feitos os investimentos. A partir do conjunto desses módulos é possível antever a gestação de estratégias mais conseqüentes do que as que temos tido até agora. De acordo com essa concepção cada projeto deve procurar abarcar um conjunto de cinco módulos:

- Atividades de subsistência – geração de alimentos para autoconsumo
- Atividades para geração de renda mensal

- Atividades geradoras de renda periódica (sazonal)
- poupança viva
- Investimentos produtivos comunitários

Temos como desafio estabelecer um planejamento dos investimentos e da renda em vista da construção da estratégia de resistência através da orientação dos investimentos produtivos conquistados. Sendo assim, cada projeto técnico elaborado para os assentamentos, deveria conter os elementos de cada um dos cinco módulos (ou ao menos 2-3 dentre os 5 módulos no caso de projetos menores).

- a) Atividades de subsistência – prever nos projetos o apoio a atividades específicas em vista de assegurar melhoria nas condições de produção de alimentos ou de produtos essenciais para o consumo das famílias. Aqui é importante retomarmos o conceito de **segurança alimentar e nutricional**, que não enxerga apenas a quantidade de alimentos, mas também sua qualidade e sua disponibilidade ao longo do tempo. Alcançar a segurança alimentar e nutricional significa assegurar que as famílias devem dispor de alimentos em quantidade suficiente para assegurar níveis mínimos de satisfação de suas necessidades (em termos de volume e de nutrientes), alimentos com boa qualidade físico-química e biológica, e disponíveis ao longo do tempo, inclusive e principalmente em períodos críticos (entressafra, secas, etc.). Exemplos de atividades possíveis de serem financiadas: horta doméstica, vacas ou cabras para produção de leite para consumo familiar; aviário, estrutura mínima para irrigação em vista de assegurar produção para o consumo, mudas frutíferas, etc.
- b) Atividades geradoras de renda mensal – Assegurar atividades produtivas direcionadas ao mercado, que possibilitem produção mensal e, portanto, tragam renda também mensal (ou em períodos aproximados – semanal ou a cada 35-40 dias). Esse ganho é importante, porque representa uma espécie de salário mensal que pode pagar as despesas com energia, remédios, alimentos, roupas, etc. Como exemplo dessas atividades teríamos: horta comercial; animais leiteiros; bicho da seda; pequenos aviários, suínos; etc.
- c) Atividades geradoras de renda sazonal no decorrer do ano – atividades que se caracterizam por ter ciclo fortemente condicionado pelas estações do ano (portanto que se caracterizam por propiciar renda em períodos específicos do ano), mas que tendem a representar, num primeiro momento, a fonte principal de renda das famílias assentadas. É nessa categoria que se enquadra a tradicional produção de grãos, ou a apicultura p. ex., mas também a fruticultura, erva-mate e outros tipos de reflorestamento (principalmente para produção de lenha).
- d) Reservas estratégicas vivas (poupança viva) – atividades que representam uma espécie de poupança, que permitem ao agricultor poder dispor de produtos que possam ser vendidos em momentos de aperto financeiro, e que possam gerar ganhos naturalmente e com poucos investimentos. Como exemplo desse tipo de reserva estratégica estaria a bovinocultura de corte, (pensada aqui como atividade acessória e não principal dentre as linhas de produção) ou o reflorestamento para produção de madeira (com desbaste ou retirada eventual de árvores adultas).

- e) Investimentos comunitários –investimentos comuns ao conjunto do assentamento ou a uma parte das famílias. Deve ser pensado em vista das necessidades objetivamente detectadas, como meios de transporte; mercadinho interno do assentamento; agroindústrias; serviços sociais (estação de tratamento de água, sede social, etc.) e dos projetos de cooperação.

Ou seja, o modelo estratégico proposto sugere que cada unidade produtiva nos assentamentos vá, ao longo do tempo, implantando componentes de cada um dos 5 grupos de atividades.

Além dos elementos acima mencionados há pelo menos outros quatro vetores a serem considerados na formulação das estratégias de resistência. Eles se referem mais diretamente aos cuidados que devemos tomar e, portanto, situam-se mais na esfera metodológica, no caminho a ser seguido e nos cuidados a serem tomados no processo. Dentre eles podemos citar os seguintes aspectos:

- (i) adaptação das alternativas produtivas às condições de solos e clima da região;
- (ii) adaptação aos aspectos de mercado e viabilidade econômica de produção;
- (iii) capacidade organizativa do grupo social envolvido;
- (iv) aspectos culturais, tradição e os costumes dos assentados.

2. Construção de novas formas de assentamento rural

A concepção atual de assentamentos historicamente adotada pelo INCRA está defasada no tempo e em seu embasamento conceitual. Prevê a exploração familiar em lotes individuais isolados, ordenados espacialmente em formatos denominados de “quadrados burros”⁴⁵, que não levam em conta as especificidades geográficas e os projetos de desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

As novas formas de assentamento devem estimular a convivência social, o desenvolvimento cultural, e a cooperação entre as famílias assentadas. Devem contemplar as especificidades do terreno, a aptidão dos solos e levar em conta o projeto produtivo a ser desenvolvido pelas famílias, reforçando ações de cooperação que assegurem condições de viabilidade econômica.

O novo modelo deve ainda possibilitar e estimular a preservação ambiental, a produção orgânica e agroecológica, a recuperação do passivo ambiental, e a geração, enfim de condições para um desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista estrutural –

- ❑ Controle sobre a elaboração do PDA
- ❑ Buscar formas de cooperação a partir das necessidades da comunidade, inclusive os aspectos sociais;
- ❑ formato do assentamento,

⁴⁵ A denominação quadrado burro surge em função de que a divisão dos lotes na maior parte dos projetos de assentamento existentes foi realizada pelos funcionários do INCRA em escritório, sem levar em conta os dados da realidade, como topografia, tipos de solos, projetos de exploração e de preservação ambiental da área. Com isso os lotes da maior parte dos assentamentos são formatados como estruturas quadriculadas, que levam a situações absurdas a campo, contribuindo fortemente para a inviabilização de diversas dessas unidades produtivas.

- ❑ pensar atividades coletivas,
- ❑ agrupamento de residências, etc.
- ❑ nucleação - deve ser trabalhada em todas as áreas.

Temos que levar em conta o aspecto metodológico: mais do que a forma, o processo que conduzirmos para discutir e construir a proposta junto com os assentados é tão ou mais fundamental do que apenas o resultado, ou seja, o formato do assentamento. O novo assentamento não pode ser fruto de uma imposição, que desconsidere os interesses, anseios e necessidades das famílias envolvidas.

3. Elevação do nível político e cultural dos Assentados

3.1 Formação político-ideológica de nossa base

Somente com o envolvimento consciente de nossa base poderemos falar na construção de uma nova sociedade e de um novo modelo de agricultura. É preciso avançar com as propostas que já temos desenvolvido nos últimos anos envolvendo as famílias assentadas nas atividades de formação.

3.2 Qualificação técnica dos agricultores assentados

O processo produtivo na agricultura passa por uma constante evolução tecnológica tanto em termos de insumos e equipamentos, como de processos produtivos e melhoramentos dirigidos pelas necessidades de mercado.

Já se passou o tempo em que era possível aos agricultores permanecerem produzindo com base apenas na tradição e nos costumes antigos. A realidade de competitividade e anseio por melhorias nas condições de vida das famílias impulsiona por mudanças constantes em vista de melhoria na produtividade do trabalho, no incremento dos volumes e da qualidade dos produtos obtidos pelos agricultores. A reforma agrária não foge dessa realidade!

Mesmo que se quisesse apenas e tão somente reproduzir o atual modelo de agricultura, seria necessário uma profunda elevação da cultura produtiva dos agricultores assentados. Como se quer construir um novo modelo que preserve a natureza, eleve a produtividade e reduza a penosidade do trabalho, comprometido com os valores sociais e a solidariedade, precisamos trabalhar muito mais em vista da formação e qualificação técnica dos agricultores.

Nesse sentido a CONCRAB já tem implantados diversos cursos técnicos formais e não formais para agricultores assentados e seus filhos. Também estão sendo discutidos os cursos de agronomia e a formação de técnicos em agroindustrialização e tecnólogo de alimentos, visando preparar quadros para o gerenciamento de agroindústrias nos assentamentos.

Porém temos deficiências e um grande desafio em como implementar atividades formativas de qualificação massiva em tecnologias apropriadas às condições de produção e vida dos assentamentos.

3.3 formação de quadros dirigentes para o setor de produção

Temos necessidade de formar novos quadros dirigentes para o setor de produção, cooperação e meio ambiente.

Formar brigadas de militantes para enfrentar questões complexas em contextos que exigem intervenção qualificada e massiva, também pode ser uma alternativa. Precisamos de criatividade para pensar formas de atuar massivamente enquanto setor de produção para o enfrentamento dos problemas orgânicos.

- Como fazer? Que metodologias empregar?

4. Qualificação do trabalho de Apoio Técnico aos Assentamentos - ATA

4.1 Qualificação dos técnicos que atualmente trabalham nos assentamentos

Temos sérias deficiências técnicas e metodológicas no trabalho atualmente desenvolvido pelas nossas equipes técnicas nos assentamentos. Precisamos de programas de qualificação técnica e metodológica que adequem a prática e os conteúdos ao modelo que queremos construir para o meio rural brasileiro.

Há pelo menos três enfoques centrais nesse processo de qualificação do ATA: qualificação técnica, formação político-ideológica; e metodologia do trabalho com a base.

4.2 Formação de técnicos “pés-no-chão”

A experiência histórica dos assentamentos no Brasil tem sido a de oscilações periódicas nas políticas públicas voltadas ao meio rural, em especial à agricultura familiar e aos assentamentos. Seja pelo escasso acesso ao crédito, pela falta de apoio da pesquisa oficial na solução dos problemas dos pequenos agricultores, pela inexistência de sistemas de saúde e pela precariedade da educação, gerou-se ao longo da história, um segmento de cidadãos de segunda classe.

Na questão da assistência técnica, diversos levantamentos indicam a precariedade tanto em termos de cobertura, de qualidade do serviço, bem como de irregularidade na prestação do mesmo. A maior parte dos assentados e pequenos agricultores não tem acesso à assistência técnica governamental.

Em vista disso o MST desenvolve a concepção de um sistema de acompanhamento técnico, internalizado, com base na constituição de uma rede de técnicos agrícolas, filhos de assentados, que se localizariam dentro dos assentamentos, residindo junto com seus pais ou sendo assentados em seus próprios lotes. Nessa rede, a cada grupo de 50-100 famílias, seria formado um técnico em agroecologia, que seria vinculado organicamente aos grupos de famílias na base do movimento.

Essa experiência vem sendo desenvolvida em sua primeira fase, com a constituição de parcerias com universidades e escolas técnicas para implantação de cursos técnicos em agropecuária com ênfase em agroecologia. Já durante o processo de formação desses técnicos, está sendo gradativamente construída a metodologia de atuação e de constituição da rede de ATER.

Outro elemento dessa concepção parte do princípio de que a assistência técnica e extensão rural devam ser dirigidas e controladas pelos próprios agricultores, em modelos institucionais que encontram certa similitude com o que ocorre em outros países. Isso implica em um redirecionamento da atual política brasileira de ATER, muito

centrada na “prefeiturização” da assistência técnica, trazendo com isso os desvios inerentes a tal tipo de prática política.

4.3 Estágios de Vivência

Precisamos melhorar a qualificação dos técnicos externos contratados pelo MST. Uma das formas possíveis e que já temos algum nível de experiência é através dos estágios de vivência. Precisamos ampliar o número de estudantes que conhecem os assentamentos e o movimento antes de se formar. Com isso também podemos ter mais opções na hora de contratar técnicos vinculados aos convênios que conseguirmos conquistar.

Outra ofensiva consiste em disputar a hegemonia entre os melhores militantes que se formam nas universidades, uma vez que nos últimos anos a perdemos para as ONGs.

5. Desenvolvimento da Cooperação Agrícola em novos patamares e novos formatos

5.1 Concepção

A cooperação agrícola sofreu um retrocesso nos últimos anos dentro do MST. Existe desconfiança de parte dos militantes e dirigentes em nossa capacidade de estruturar organizações de tipo econômico, tanto na cooperação da produção (coletivos) como no processamento da produção ou na comercialização de produtos dos assentamentos (CPS). As associações permanecem como mero apêndice em vista de organização política do assentamento, ou no máximo para legalizar algumas iniciativas de pequena escala, porém sem maiores condições de evolução legal e acompanhamento técnico. Precisamos retomar a noção de que, sem cooperação nosso projeto perde força, e, mesmo nossa demanda pela reforma agrária se enfraquece, uma vez que fica difícil demonstrar a viabilidade e necessidade de novas relações sociais e produtivas no campo.

Alguns elementos a serem levados em conta: melhoria na eficiência econômica (escala de produção, tecnologias, assessoramento); melhoria na capacidade gerencial; maior indução à criação de novas experiências (via ações de formação e via linhas de crédito); ...

5.2 Programa de Acompanhamento às Empresas Sociais - PAES

As organizações associativas que existem atualmente nos assentamentos, foram constituídas, entre outras finalidades, com o objetivo de atuar economicamente nos assentamentos. Historicamente tiveram pouquíssimo apoio no campo tecnológico e gerencial, o que representou uma séria debilidade que contribuiu para dificultar o avanço sócio-econômico dos agricultores assentados.

Durante os últimos anos a CONCRAB procurou desenvolver experiências piloto em vista de desenvolver metodologia adequada para o acompanhamento nos campos tecnológico e gerencial para essas organizações. Com isso, constituiu-se em 2003 o Programa de Acompanhamento às Empresas Sociais dos assentamentos - PAES, sob uma concepção de procurar atender massivamente ao conjunto das organizações de tipo econômico e social existentes nos assentamentos.

O PAES busca acompanhar dois aspectos chaves das empresas sociais: o aspecto gerencial e o aspecto tecnológico de processamento produtivo. A metodologia de trabalho do programa vem sendo desenvolvida e aperfeiçoada junto com o andamento do processo.

- Desafio de estruturar e articular o PAES com os projetos e iniciativas estaduais;
- Desafio de ganhar corpo e estabilizar a metodologia – alocar militantes com potencial de crescimento e dar apoio aos mesmos.

5.3 Desenvolvimento de ações de comercialização e de mercado para produtos da Reforma Agrária

O estágio atual da reforma agrária possibilita e nos exige um novo enfrentamento da questão do mercado. Ainda que o grosso de nossos produtos sejam vendidos como commodities, e através de intermediários, precisamos qualificar a forma como se dá a inserção deles e aproveitar oportunidades de nichos que surjam para desenvolver iniciativas que tragam dividendos políticos e econômicos para o MST e as famílias assentadas.

Politicamente, não temos como sustentar a ausência dos produtos da reforma agrária em patamares massivos na mesa da população brasileira. Por outro lado, a falta de acesso a mercados também tem levado a um atraso na implantação de sistemas produtivos agroecológicos e até mesmo dificultado nossa estratégia de resistência à introdução dos transgênicos nos assentamentos. É que sem o acesso a canais de comercialização, há desestímulo aos produtores que ingressam na produção de orgânicos, ou aos que resistem aos transgênicos, porém não conseguindo diferenciar canais e preços para venda.

A CONCRAB, em conjunto com os estados deve agir em vista de organizar e estruturar atividades comerciais, aproveitando o momento favorável representado pelo governo Lula, seja nas compras institucionais (venda para órgãos do governo), seja para venda no mercado normal.

Outra questão a ser enfrentada é a falta de uma marca comercial e selo agroecológicos para os produtos da reforma agrária. Em vários casos produzimos de forma agroecológica, porém na hora de vender temos de entregar para comerciantes que não valorizam esse aspecto. Encaminhar a discussão para constituição de marcas e selo para os produtos dos assentamentos.

5.4 Programa de agroindustrialização dos assentamentos

- Desafio de construir um programa de agroindustrialização que alavanque a renda nos assentamentos e os tire do estágio atual de produção de matérias primas com pouco valor agregado.
- Desafio de convencer o governo na perspectiva de aportar recursos para o programa.

5.5 Geração de recursos para o movimento social

A cooperação entre as famílias assentadas fundamentalmente deve ser capaz de trazer melhoria em sua condição de vida. Mas também deve propiciar a geração de recursos e contribuições para a estruturação e funcionamento do MST. Isso pode se dar via liberação de militantes, do repasse periódico de recursos, ou mesmo do fornecimento de produtos para consumo nos cursos, acampamentos, etc. É necessário estimular o

valor da solidariedade para com as famílias que ainda não conquistaram a terra, e para com o conjunto da classe trabalhadora.

6. Organicidade do Setor de Produção e do conjunto do MST nos assentamentos

Para viabilizar as propostas anteriormente descritas, é essencial que o setor de produção esteja implantado e enraizado nas áreas de assentamentos, e que o MST tenha desenvolvido sua organicidade de forma ampla, ao menos nas principais regiões, dos estados e do país.

Somente uma organização viva e enraizada permite criar as condições para materializar essa nova concepção estratégica, com capacidade para perceber a diversidade regional, a cultura e disposição do povo, os recursos existentes, a capacitação e formulação de nossa militância, etc. criando e adaptando propostas e soluções que dêem conta da realidade complexa do meio rural brasileiro.

A organização do setor por frentes não dá conta da realidade nos estados. Há pouca gente e poucos recursos e não temos conseguido ampliar essa participação, conforme a concepção de direção ampliada e participativa, do MST. Em nível nacional as frentes deixaram de se reunir e reduziram suas atividades e elaboração ao mínimo. É preciso que cada frente discuta o conjunto da estratégia do setor e possa aprofundar suas questões estratégicas específicas em vista de apresentar propostas de metas que as concretizem, alocando prazos, recursos e responsabilidades pela execução.

Precisamos construir, no conjunto do setor, os programas nacionais que serão prioritários, sua composição, coordenação e metas de desempenho. Também é preciso discutir as inter-relações com as diversas frentes.

Questões chave para o encaminhamento da estratégia:

1. Como transformar as grandes linhas que temos identificado para o setor em algo manejável, que de fato oriente nossas atividades do dia a dia?
 - Temos que ser capazes de superar os limites de apenas ter boas propostas, mas que não chegam à prática de nossos militantes.
2. Como coordenar esse conjunto de atividades sem que nos percamos nos detalhes?
3. Como coordenar a atuação das diversas frentes em vista dos objetivos de conjunto?
4. Como ligar o avanço das partes com o todo da estratégia?

Sugestões apresentadas nas discussões sobre a Estratégia do Setor de Produção:

- Retomar a noção de Programas que estabeleçam a coordenação de ações que serão desenvolvidas nos diversos estados e pelas diversas frentes. Nos programas ter uma coordenação e um coletivo mais amplo de atuação (ao

menos em nível nacional) que tenha condições de juntar massa crítica⁴⁶ ao processo.

- Ampliar a discussão para que ela se torne parte da estratégia do conjunto da organização e não apenas do setor: Discutir as linhas estratégicas para o setor de produção, nas instâncias do setor, nos estados e regiões, e também no conjunto do movimento;
- Fazer um detalhamento da estratégia chegando a um planejamento que contemple o alinhamento das atividades do dia a dia da organização com o atingimento dos objetivos estratégicos.
- A frente de massa deveria realizar essa discussão ainda no momento do acampamento. O Setor de produção deve pensar estratégias e materiais que contribuam para a discussão da estratégia também nos acampamentos. O setor de educação poderia incluir essa temática nas escolas, como temas geradores, p.ex.;
- Disputar também as políticas públicas para que contemplem propostas no rumo do que estamos construindo para a estratégia;
- Ir elaborando planos de metas, ter prazos para execução, etc. para ir implementando a proposta.
- Estimular a mística da produção, as festas da produção. Ações que projetem um futuro melhor. Propagandear as conquistas. Fortalecer a auto-estima dos assentados.
- Elaborar planos de desenvolvimento dos assentamentos para recuperação dos mesmos, levando em conta os sonhos dos assentados. Dar prioridade para o trabalho de organização de base em todos os setores.
- Procurar combinar métodos de planejamento descendente (caso da proposta do setor) com o ascendente (partir das demandas e desejos das famílias assentadas para construir a estratégia geral e o plano local). Como fazer essa inter-relação? Fundamental: temos de nos disciplinar em planejar e avaliar as ações que desenvolvemos. O planejamento não é um hábito incorporado ao nosso dia a dia.

Aproveitar os cursos técnicos para aprofundar o conhecimento sobre os modelos de agricultura, em especial qual o modelo para contrapor ao agronegócio. Mas também é preciso envolver a base nesse processo de construção.

Estratégia para o Desenvolvimento do Assentamento em nossas regionais

Para definirmos a nossa estratégia é fundamental sabermos onde queremos chegar, por isso tão importante como a definição das linhas estratégicas é o que pretendemos, e como vamos de fato implementá-las, tendo presente todos os elementos para definição e implementação das mesmas.

⁴⁶ Ter capacidade de elaboração teórica, de reflexão e proposição, além de condições para implementar os elementos da estratégia.

Hoje o conjunto da produção agrícola mais a produção agroindustrial representa mais 30% do PIB brasileiro, grande parte desta produção destinada a exportação. Apesar de ser um montante considerável não representa distribuição de renda, pelo contrário se observa neste setor um dos processos de maior concentração de riqueza e de terra, onde 2% dos proprietários detém quase 50% de todas as terras agricultáveis do Brasil. Também caracterizado este modelo pela grande exclusão social e o êxodo rural que chegou na década de 70 a mais de 30 milhões de camponeses. O meio ambiente foi drasticamente atingido. E no período de 1986 a 1996 faliram mais de 01(um) milhão de propriedades menores de 20 Ha.

Diante desta situação a luta deve seguir contra este atual modelo de desenvolvimento adotado na agricultura que privilegia o Agronegócio.

Por isso as mudanças passam também pelo modelo tecnológico e produtivo.

O novo modelo tem de estar embasado na sustentabilidade, na diminuição da dependência, na produção e na preservação ambiental, retomando o significado que tem a palavra desenvolvimento, diferente de crescimento da produção e da economia onde o mesmo beneficia alguns poucos.

Este novo modelo tem de ter presente a Agroecologia como um pilar fundamental, por isso devemos garantir que:

- 1º) A informação tem de ser democratizada, para que o conhecimento seja popularizado ou seja colocado a serviço da população com um bem público, e não privilégio dos que tem dinheiro.
- 2º) A formação para os técnicos e agricultores se torna essencial, pois este modelo para sua implantação necessita de qualificação das pessoas.
- 3º) Neste novo modelo devemos gerar novas tecnologias compatíveis para com a nossa necessidade e para o momento ao qual vivemos, onde as mesmas contribuam para a melhoria no sistema produtivo, na geração de renda, mas também que respeitem o meio ambiente.
- 4º) A comercialização da produção tem de ter um novo caráter onde de fato as organizações dos próprios agricultores tenha formas de garantir desde o processo produtivo até a colocação na mesa dos consumidores, possibilitando a eliminação dos intermediários e geração de uma renda maior para quem produz, e preços mais acessíveis aos consumidores.

Que mudanças devem de ser realizadas para superarmos o atual modelo e que contribuam para a consolidação de um novo jeito de fazermos a agricultura:

- Devemos superar a monocultura (resgatar a função da terra e do camponês de produzir alimentos de forma diversificada com fartura, neste sentido a diversificação das atividades agropecuárias se tornam estratégicas para implantação do novo modelo.
- Temos de resgatar um valor básico que tradicionalmente o camponês produza a comida para a sua existência, ou seja, garantir que toda a família assentada produza para a sua sustentação bem como para a auto-sustentação de sua propriedade como um todo, e eliminamos a fome dos assentamentos.

- Dentro da atual situação que vive a agricultura e a sociedade brasileira, torna-se essencial a geração de renda mensal, para satisfazer as necessidades de gastos que as famílias realizam todos os meses, por isto a estratégia produtiva a ser definida tem de considerar esta necessidade
- A estratégia produtiva tem de visualizar e implementar atividades produtivas que produzam uma renda periódica onde em vários momentos ou em alguns períodos se tenha a entrada de renda na propriedade a partir de alguma atividade, ou mesmo uma renda anual.
- Também a estratégia de utilização da terra e a partir do planejamento da propriedade devemos garantir a implantação de atividades que sejam uma poupança para o futuro, podendo ser uma poupança viva como um reflorestamento ou mesmo alguns animais em engorda.
- Devemos pensar em investir em algumas atividades conjuntas em forma associativa, em implantar atividades integradas ou associadas, como os sistemas agroflorestais, sistema agrosilvopastoril, entre outros, onde se possa aproveitar as condições que as vezes a natureza nos oferece e a partir de um planejamento ou um bom manejo possibilitar a geração de renda a partir dos mesmos.

Para facilitação na implantação deste novo modelo devemos desde logo pensar um novo jeito de fazermos os nossos novos assentamentos, bem como ir criando condições para a melhoria das condições dos assentamentos já existentes:

1º) O formato dos lotes tem de contribuir para a geração de renda, para a sustentabilidade ambiental e para o convívio social. Por isso no momento de definir os lotes dos assentados, deve-se considerar os três fatores acima citados, onde se possibilite criar condições para a prática de cooperação entre as famílias.

2º) Devemos ampliar o conceito da moradia, no sentido de desenvolver o todo da propriedade onde se considere as construções físicas, as condições ambientais e possibilite que a moradia facilite o convívio social, por isso que as mesmas devem ser mais próximas, não perdendo as características do campo, mas também que facilitem as condições de infra-estrutura, acesso à educação, ao esporte, e facilitem o processo organizativo..

3º) Pensar na estratégia dos assentamentos e das regiões os investimentos comunitários ou coletivos, tanto ao que se referem as atividades produtivas, como as questões sócio-culturais.

4º) O processo organizativo é fundamental para implantação do conjunto das estratégias, por isso a organização dos núcleos tem de funcionar as coordenações dos assentamentos e das regiões tem de trabalhar segundo as definições coletivas, tomadas pelas famílias assentadas.

5º) O processo formativo tem de ocorrer nos diversos níveis, pois se necessita desde a inclusão cidadã, com a alfabetização, a elevação do nível sócio-cultural das famílias assentadas, como também a elevação do nível político ideológico, trabalho este desenvolvido com as famílias assentadas como também com as pessoas que atuam na Reforma Agrária. A educação deve se dar dentro dos nossos assentamentos, voltada para a realidade do campo.

6º) O trabalho técnico no assentamento tem de relacionar as questões produtivas e sociais, e se desenvolvera partir de um planejamento conjunto com as famílias assentadas, priorizando as linhas estratégicas definidas, e criando na prática condições de mudanças do atual modelo. Também o trabalho técnico deve ser desenvolvido com toda a família, dando uma importância grande à juventude.

Deve-se buscar constantemente o domínio técnico na agroecologia.

Desenvolver uma metodologia de trabalho participativa, e ir instrumentalizando o trabalho na prática.

7º) Devemos desenvolver a cooperação agrícola desde as formas mais simples entre as famílias, nos núcleos, no assentamento, até formas mais complexas como a agroindustrialização, a comercialização, a socialização dos meios de produção, sempre começando pelas mais simples, buscando um processo evolutivo.

Para isto devemos qualificar pessoas dos próprios assentamentos para administração das nossas associações e cooperativas, enviar os nossos filhos para se capacitarem tanto para administração como também em outras áreas técnicas.

8º) A produção realizada nos nossos assentamentos tem de ser organizada para a comercialização, necessitamos mais do que nunca colocar a nossa produção e a nossa marca no mercado aqui em Santa Catarina exemplo da marca Terra Viva, já consolidada no mercado, devemos ter mais outros produtos para comercializar além daqueles que produzimos, devemos também propiciar a venda nas feiras dos municípios, nos mercados públicos, implementar a venda institucional para as creches, as prefeituras, para os governos estaduais e federal, mas para isso acontecer, necessitamos organizar a produção, organizar o beneficiamento e ou industrialização e a comercialização dos mesmos.

Princípios da Agroecologia (Ênio Guterres)

- A construção de um novo modelo de produção
- O resgate do campesinato no meio rural
- Modelo de insustentabilidade a longo prazo:
- Controle das sementes transgênicos
- Mecanização
- Venenos
 - Isto tudo tem um custo ambiental, climático e social, tanto que as cidades não suportam mais gente
- Causas e conseqüências
- Erosão(relação humanidade e natureza)
- Relações econômicas, sociais, políticas, ideológicas e ambientais, vinculadas a modernização
- Quais as fases deste modelo?
- 193-1964 – Desenvolvimentismo
- 1964-2000 – Revolução Verde no campo
- Anos 2000 para cá: AGRONEGÓCIO(Modernização do latifúndio)

- Capitalismo no campo
- Produção em grande escala
- Monocultura de exportação
- Trabalho escravo
- Concentração de renda e riqueza
- Resistência
- O modelo industrial (formas de relações comunitárias)
- Resistências para sobreviver
- Respostas locais(endógenas) surgidas a partir da própria renda local
- Transição da situação atual
- Mudanças estruturais
- Nova forma de apropriação
- Novo modelo de produção
- Resgate do campesinato como uma forma de desenvolvimento no campo
- Uma nova educação no campo: Nova pesquisa e assistência técnica e extensão rural.

Objetivo da Agroecologia

- a) Resistência
 - Buscar um crescente apoio da conservação, a manutenção e ao manejo de agroecossistemas sustentáveis
 - Agricultura: Orgânica, natural, biodinâmica, ecológica, regenerativa
 - b) Estabilidade
 - Atuar de forma conjunta com os agricultores camponeses e suas organizações, com o objetivo de integrar os recursos disponíveis localmente, e outros que estejam ao alcance dos mesmos, com vistas a obter uma estabilidade na produção que seja compatível com as condições ambientais, econômicas e socioculturais
 - c) Produtividade
 - Apoiar os agricultores na seleção de tecnologias de produção, reduzir riscos, níveis de produtividade compatíveis com a preservação do equilíbrio ecológico
 - d) Equidade
 - Equilíbrio
 - e) Qualidade de vida
 - A soberania alimentar
- Como fazer isso?
- Uma pedagogia de troca de saberes
 - Detectar, acompanhar e animar os processos de transformação existentes em uma dinâmica participativa (diálogo)
- f) Plano de desenvolvimento sustentável
 - Integralidade (aproveitar a potencialidade dos Recursos Naturais)
 - Integração das atividades econômicas
 - Harmonia e equilíbrio: Crescimento econômico e manutenção da qualidade ambiental

- Autonomia de gestão e controle do processo
- g) MVP (Método de Validação Progressiva)
- Planejamento de um assentamento
- Coordenação
- Quais são os sonhos, desejos de cada um
- Núcleos/grupos(10 famílias formam um grupo)

Soberania alimentar(Álvaro Santin)

Como viviam nossos pais, avós, anos atrás?

O que produziam?

- Comida (estocar alimento)
- Sem financiamento
- Enxada, boi
- Pouca compra
- Própria semente
- Família inteira na roça
- Fases da lua

- Estado capitalista começou a interferir com a Revolução Industrial, tirando o homem do campo para ser mão-de-obra barata nas indústrias
- Produzir comida barata para a população urbana
- Os agricultores no campo passam a ser consumidores dos produtos industrializados
- Crédito, assistência técnica

Precisamos:

- Produzir comida diversificada
- Recrear novo jeito de viver no campo
- Resgatar a cultura
- Planejar atividades
- Valorizar a cultura culinária
- Geração de renda

Poupança

- **A partir dessas idéias, que definem nossa estratégia, quais as ações que nós podemos desenvolver nos assentamentos?**
Da nossa Brigada / Região?
Ações de curto prazo: este ano
Ações de longo prazo: 2-3-5 anos.

Brigadas de Abelardo Luz

Ação	Realização			Acompanhamento
	Curto	Médio	Longo	
Organicidade do Setor de produção	=			Coordenação regional
Resgate de sementes crioulas	=	=	=	Setor de produção regional
Fortalecer a feira agroecológica				
- implantação de hortas agroecológicas	=	=	=	Equipe técnica
- implantação de viveiros florestais				
- desenvolver práticas de cultivo que visam preservar a água e solo				
Continuidade no diagnóstico da Biodiversidade	=	=	=	<i>Setor de produção regional</i>
Elaboração de material didático referente ao diagnóstico da Biodiversidade local	=			Coordenação do setor de produção regional
Incentivar a produção de autoconsumo	=	=	=	Setor de produção regional
Sustentação das estruturas existentes	=	=	=	Setor de produção regional
Formação continuada (base, dirigente e técnicos)	=	=	=	Setor de produção regional Setor de formação regional
Criação de viveiros de mudas de árvores nativas	=	=	=	Equipe técnica
Implementar a produção de leite a base de pasto	=	=	=	Equipe técnica
Qualificar a produção das linhas estratégicas (Leite, peixe, mel, erva mate)	=	=	=	Equipe técnica
Criação do banco de Sementes	=	=		Equipe técnica
Criação das hortas Medicinais	=	=		Setor de Prod. + Setor de Saúde
Recuperação das estruturas (Soque de erva mate, moinhos, cooperativa)	=	=		Setor de produção regional

Regional Planalto Norte

Ação	Realização			Acompanhamento
	Curto	Médio	Longo	
Organicidade do Setor de produção	=			<i>Coordenação regional</i>
Formação continuada (base, dirigente e técnicos)	=	=	=	Setor de produção regional

Resgate de sementes crioulas	=	=	=	Setor de produção regional
Fortalecer a agroecologia nos assentamento já estruturados	=	=	=	Setor de produção regional
Desenvolver o intercâmbio de produtos entre os assentamento da região	=	=	=	Setor de produção regional
Aproximar o assentamento dos centros de pesquisa	=	=	=	Setor de produção regional
Incentivar a produção de autoconsumo	=	=	=	Setor de produção regional
Realizar estudos referente as diferenças climáticas de cada município objetivando definir as melhores culturas a serem desenvolvidas em cada assentamento	=	=		Setor de produção regional
Implementar a produção de leite a base de pasto - realizar diagnostico da produção atual - implantar viveiros de pastagens - buscar alternativas para substituição ao uso de antibióticos - fomentar o melhoramento genético	=	=	=	Equipe técnica
Trabalhar as feiras livres		=	=	Setor de produção regional
Desenvolver experiências de criação de aves de postura e frangos caipira	=	=	=	Equipe técnica
Criação das hortas medicinais		=	=	Setor de Prod. + Setor de Saúde
Qualificar a produção de Mel, Tomate, batata-salsa, feijão, melancia, arroz, leite, hortaliças.	=	=		Equipe técnica
Viabilizar a produção de arroz orgânico	=	=		Equipe técnica
Estudar a viabilidade da implementação de uma unidade de beneficiamento de arroz	=	=	=	Setor de produção regional
Desenvolver a fruticultura		=	=	Setor de produção regional
Desenvolver o reflorestamento	=	=	=	Setor de produção regional

Regional Norte

Ação	Realização	Acompanhamento
-------------	-------------------	-----------------------

	Curto	Médio	Longo	
Organicidade do Setor de produção	=			<i>Coordenação regional</i>
Formação continuada (base, dirigente e técnicos)	=	=	=	Setor de produção regional
Resgate de sementes crioulas	=	=	=	Setor de produção regional
Fortalecer a agroecologia nos assentamento já estruturados	=	=	=	Equipe técnica
Desenvolver o intercâmbio de produtos entre os assentamento da região (fomentar a troca de mudas e sementes entre os agricultores)	=	=	=	Setor de produção regional
Aproximar o assentamento dos centros de pesquisa	=	=	=	Setor de produção regional
Incentivar a produção de autoconsumo	=	=	=	Setor de produção regional
Realizar estudos referente as diferenças climáticas de cada município objetivando definir as melhores culturas a serem desenvolvidas em cada assentamento	=	=		Setor de produção regional
Implementar a produção de leite a base de pasto				
- implantar viveiros de pastagens				
- buscar alternativas para substituição ao uso de antibióticos	=	=	=	Equipe técnica
- fomentar o melhoramento genético				
Trabalhar as feiras livres		=	=	Setor de produção regional
Desenvolver a piscicultura		=	=	Equipe técnica
Criação das hortas medicinais		=	=	Setor de Prod. + Setor de Saúde
Qualificar a produção de Mel, Tomate, batata-salsa, feijão, melancia, arroz, leite, hortaliças.	=	=		Equipe técnica
Desenvolver a fruticultura		=	=	Equipe técnica
Desenvolver o reflorestamento	=	=	=	Equipe técnica

Brigada Fraiburgo – Lebon Regis

Ação	Realização			Acompanhamento
	Curto	Médio	Longo	

Organicidade do Setor de produção	=			Coordenação regional
Formação continuada (base, dirigente e técnicos)	=	=	=	Setor de produção regional
Trabalhar a formação técnica dos agricultores na área da administração.	=	=		Setor de produção regional
Acompanhar os trabalhos da equipe técnica	=	=		Coordenação regional
Ampliar as discussões nos assentamentos do projeto da Coopercontestado	=	=		Coordenação regional
Viabilizar unidade de empacotamento de grão.	=	=		Coordenação regional
Trabalhar as culturas do trigo e arroz visando o autoconsumo em processos de produção convertidos a agroecologia		=	=	Setor de produção regional
Resgate de sementes crioulas	=	=	=	Setor de produção regional
Buscar a conversão nos sistemas de produção objetivando a produção agroecológica. Como prática de identificação do MST.	=	=	=	Setor de produção regional
Trabalhar métodos e práticas de recuperação do solo e da água	=	=	=	Equipe técnica
Incentivar a produção de autoconsumo	=	=	=	Setor de produção regional
Fomentar a produção de leite <ul style="list-style-type: none"> - implantar viveiros de pastagens - buscar alternativas para substituição ao uso de antibióticos - fomentar o melhoramento genético - Implementar a produção de leite a base de pasto 	=	=		Setor de produção regional Equipe técnica
Introduzir projetos de reflorestamento (poupança viva)		=	=	Setor de produção regional
Criação das hortas medicinais		=	=	Setor de Prod. + Setor de Saúde
Qualificar a produção de Mel, Tomate, batata-salsa, feijão, melancia, arroz, leite, hortaliças.	=	=		Equipe técnica
Desenvolver a fruticultura		=	=	Equipe técnica

Regional Extremo Oeste

Ação	Realização			Acompanhamento
	Curto	Médio	Longo	

Organicidade do Setor de produção - Coordenadores de núcleo - Coordenador das 100 famílias - Coordenador das 500 famílias - Agroindústrias já existentes - Produção de frangos Cooperunião - Produtos – Cooperoeste - Associação 25 de maio leite tc, queijo - Indústria de conservas Persch	=	=		<i>Coordenação regional</i>
Formação continuada (base, dirigente e técnicos)	=	=	=	Setor de produção regional
Identificar os possíveis produtores de pepino.				Setor de produção regional
Estudar a implantação de um local de venda dos produtos da reforma agrária de propriedades de pequenos agricultores Estudar a viabilidade de implantação de mais aviários para a produção de frango caipira.		=	=	Setor de produção regional - Cooperoeste - MPA - Cooperunião

Brigada Sepé Tiaraju

Ação	Realização			Acompanhamento
	Curto	Médio	Longo	
Organicidade do Setor de produção - Responsáveis pelas 100 famílias - Organizar o setor de produção na brigada de 500 famílias - Organizar os núcleos de famílias nos assentamentos e definir os coordenadores responsáveis pelo setor no núcleo.	=			Coordenação regional
Formação continuada (base, dirigente e técnicos)	=	=	=	Setor de produção regional
Viabilizar a unidade de empacotamento de grão.	=	=		Setor de produção regional
Buscar a conversão nos sistemas de produção objetivando a produção agroecológica. Como uma prática de identificação do MST.	=	=	=	Setor de produção regional
Identificar as famílias que não garantem sua produção de autoconsumo	=			Setor de produção regional
Organizar o plantio de amendoim, pipoca, arroz, batata, batata-doce, mandioca.	=			Setor de produção regional
Incentivar a produção de autoconsumo	=	=	=	Setor de produção regional

Fomentar a produção de leite				
- implantar viveiros de pastagens				
- buscar alternativas para substituição ao uso de antibióticos	=	=		Equipe técnica
- fomentar o melhoramento genético				
Implementar a produção de leite a base de pasto	=	=		Equipe técnica
Resgate e intercâmbio de sementes crioulas	=	=	=	Setor de produção regional
Realização de cursos técnicos na área da agroecologia.	=	=		Equipe técnica
Realizar uma lavoura de semente por Núcleo	=	=		Setor de produção regional
Difundir as sementes de Milho Pixurum	=	=		Setor de produção regional
Introduzir projetos de reflorestamento (poupança viva)		=	=	Setor de produção regional
Criação das hortas medicinais		=	=	Setor de Prod. + Setor de Saúde

Brigada de Passos Maia e Água Doce

Ação	Realização			Acompanhamento
	Curto	Médio	Longo	
Organicidade em todos os setores da organização	=			Coordenação regional
Formação continuada (base, dirigente e técnicos)	=	=	=	Setor de produção regional
Fomentar a produção de leite				
- implantar viveiros de pastagens				
- buscar alternativas para substituição ao uso de antibióticos				
- fomentar o melhoramento genético	=	=		Equipe técnica
- Implementar a produção de leite a base de pasto				
Desenvolver a capacitação dos agricultores na produção de peixe		=		Equipe técnica
Desenvolver a capacitação dos agricultores na produção do Mel				Equipe técnica
Construção de moinhos		=		Setor de produção regional
Realização de feiras livres	=	=		Setor de produção regional
Incentivar o reflorestamento (poupança viva)	=	=	=	Setor de produção regional
Desenvolver experiências na área da agroecologia	=	=		Equipe técnica
- produção de arroz orgânico				
Realização de cursos técnicos na área da agroecologia.	=	=		Equipe técnica
Desenvolver unidades demonstrativas de adubação verde	=	=		Equipe técnica
Qualificar a produção de mandioca	=			Equipe técnica
Incentivar a produção de autoconsumo				
Desenvolver a produção de frango "caipira"	=	=	=	Setor de produção regional
Resgate de sementes crioulas na região de Passos Maia	=	=	=	Setor de produção regional
Desenvolver poupança viva		=	=	Setor de produção regional

ANEXO 05 MATRIZ DE PROPOSTAS DE AÇÕES DAS BRIGADAS DO MST/SC

Propostas de ações reunidas entre as brigadas do MST/SC (Organizado por FERREIRA, A. a partir do Produto Síntese das Estratégias de Desenvolvimento para os Assentamentos de Santa Catarina [Anexo 04]).	Total de ocorrências	%
Organicidade do Setor de produção	7	100,0
Resgate e intercâmbio de sementes crioulas	6	85,7
Fortalecer a [agroecologia]	6	85,7
Continuidade no diagnóstico da Biodiversidade	1	14,3
Elaboração de material didático referente ao diagnóstico da Biodiversidade local	1	14,3
Incentivar a produção de autoconsumo	6	85,7
Sustentação das estruturas existentes	1	14,3
Formação continuada (base, dirigente e técnicos)	7	100,0
Criação de viveiros de mudas de árvores nativas	1	14,3
Implementar a produção de leite a base de pasto	6	85,7
Qualificar a produção das linhas estratégicas (Leite, peixe, mel, erva mate)	1	14,3
Criação do Banco de Sementes	1	14,3
Criação das hortas medicinais	5	71,4
Recuperação das estruturas (Soque de erva mate, moinhos, cooperativa)	1	14,3
Desenvolver o intercâmbio de produtos entre os assentamento da região	2	28,6
Aproximar o assentamento dos centros de pesquisa	2	28,6
Realizar estudos referente as diferenças climáticas de cada município objetivando definir as melhores culturas a serem desenvolvidas em cada assentamento	2	28,6
Trabalhar as feiras livres	3	42,9
Desenvolver experiências de criação de aves de postura e frangos caipira	3	42,9
Qualific pdção d Mel, Tomate, batata-salsa, feijão, melancia, arroz, leite, hortaliças.	3	42,9
Viabilizar a produção de arroz orgânico	2	28,6
Estudar a viabilidade da implementação de uma unidade de beneficiamento de arroz	1	14,3
Desenvolver a fruticultura	3	42,9
Desenvolver o reflorestamento	5	71,4
Desenvolver a piscicultura	2	28,6
Trabalhar a formação técnica dos agricultores na área da administração.	1	14,3
Acompanhar os trabalhos da equipe técnica	1	14,3
Ampliar as discussões nos assentamentos do projeto da Coopercontestado	1	14,3
Viabilizar a unidade de empacotamento de grão.	2	28,6
Trabalhar métodos e praticas de recuperação do solo e da água	1	14,3
Fomentar a produção de leite	3	42,9
Identificar os possíveis produtores de pepino.	1	14,3
Estudar a implantação de um local de venda dos produtos da reforma agrária de propriedades de pequenos agricultores	1	14,3
Identificar as famílias que não garantem sua produção de autoconsumo	1	14,3
Organizar o plantio de amendoim, pipoca, arroz, batata, batata-doce, mandioca.	1	14,3
Desenvolver a capacitação dos agricultores na produção do Mel	1	14,3
Construção de moinhos	1	14,3
Desenvolver unidades demonstrativas de adubação verde	1	14,3
Qualificar a produção de mandioca	1	14,3